

Organização:

Pedro Abib Hecktheuer
Edney Costa Souza
Fábio Abib Hecktheuer
Carla Manuela Franco dos Santos
Débora de Oliveira Silva

IV Jornada Acadêmica Integrada & II Mostra de Pesquisa e Extensão

CADERNO DE RESUMOS

Porto Velho - RO
2024



Reitora

Marcia Abib Hecktheuer

Vice-Reitor e Diretor Administrativo

Pedro Abib Hecktheuer

Diretor Acadêmico

Edney Costa Souza

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Francisca Valda Gonçalves

Organizadores

Pedro Abib Hecktheuer

Edney Costa Souza

Fábio Abib Hecktheuer

Carla Manuela Franco dos Santos

Débora de Oliveira Silva

Comitê Editorial

Presidente

Fabio Rychecki Hecktheuer

Diretor Executivo

Fábio Abib Hecktheuer

Membros

Wesley Cristian Mêrces Teixeira

Representante do Curso de Filosofia

Zeno Germano de Souza Neto

Representante do Curso de Psicologia

Carolina Simões Correia

Representante do Curso de Direito

José Otacílio Leite

Representante do Curso de Teologia

José Nilton Leite de Oliveira

Representante do Curso de Administração

Francisca Valda Gonçalves

Representante da Pós-Graduação e Pesquisa

Paulo Márcio Cruz

Convidado Externo (PPGCJ/UNIVALI)

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Convidada Externa (PPGCJ/UNIVALI) Alfredo Alejandro Gugliano

Convidado Externo (PPGCPol/UFRGS)

Expediente

Revisão

Adriana Fernandes

Diagramação/Revisão e Capa

Débora de Oliveira Silva

Créditos

Este e-book foi possível por conta da articulação acadêmica para propagação do conhecimento científico entre os Cursos de Graduação em Direito, Filosofia, Psicologia e Teologia da Faculdade Católica de Rondônia.

Projeto de Fomento

Obra resultado do fomento à pesquisa previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica de Rondônia, por meio da Jornada Acadêmica Integrada, cujos custos são absorvidos pela IES, para a propagação do conhecimento científico de discentes, docentes e da comunidade científica regional.

Endereço

Av. Governador Jorge Teixeira, 4100 - Costa e Silva - CEP: 76803-594, Porto Velho – RO –
Brasil – EdUCAR, Telefone: (69) 3211-4505

Bibliotecária responsável: Julia Cristina A. Meinhardt Queiroz CRB11ª 1027

J82 IV Jornada Acadêmica Integrada & II Mostra de Pesquisa e Extensão:
Caderno de Resumos. -- Porto Velho – RO: EDUCAR,
2024.

Livro de Artigos

ISBN: 978-65-86431-38-4

1. Educação Superior. 2. Interdisciplinaridade. 3. Desenvolvimento Acadêmico
I. HECKTHEUER, Pedro Abib. II. SOUZA, Edney Costa. III. HECKTHEUER,
Fábio Abib. IV. SANTOS, Carla Manuela Franco dos. V. SILVA, Débora de
Oliveira. VI. Título.

CDD: 378. 17

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os Anais da IV Jornada Acadêmica Integrada (JAI) e II Mostra de Pesquisa e Extensão da Faculdade Católica de Rondônia (FCR), realizada nos dias 3 e 4 de julho de 2024. Este evento, que se consolida como um espaço de excelência acadêmica, tem como principal objetivo a divulgação dos resultados de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela comunidade acadêmica da FCR.

A Jornada Acadêmica Integrada e a Mostra de Pesquisa e Extensão representam um momento ímpar para o compartilhamento de conhecimentos, ideias e experiências, promovendo a integração entre estudantes, docentes, pesquisadores e a sociedade em geral. Durante o evento, foram apresentados trabalhos de alunos dos cursos de Psicologia, Direito, Administração, Filosofia e Teologia, evidenciando o compromisso da FCR com a produção e difusão do conhecimento científico e com o desenvolvimento regional.

Os trabalhos apresentados nesta edição abordaram temas nas grandes áreas do conhecimento que compõem os cursos envolvidos, destacando-se pela originalidade, relevância social e acadêmica, além de sua contribuição para o avanço das ciências humanas, sociais e aplicadas. A diversidade de temas e abordagens reflete o dinamismo e a riqueza intelectual presentes na FCR, reafirmando o papel da instituição como promotora de inovação e de diálogo interdisciplinar.

Os Anais deste evento registram não apenas os resultados das pesquisas e projetos de extensão apresentados, mas também o empenho e a dedicação de toda a comunidade acadêmica na construção de um conhecimento que dialogue com as necessidades e desafios da Amazônia. Esperamos que este material seja uma valiosa referência para todos os que buscam compreender e contribuir para o desenvolvimento sustentável e socialmente justo de nossa região.

Agradecemos a participação de todos e reiteramos nosso compromisso com a promoção de eventos que estimulem o crescimento acadêmico, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e o fortalecimento do vínculo entre a FCR e a sociedade.

Boa leitura e até a próxima edição!

Diretor Acadêmico
Prof. Dr. Edney Costa Souza

SUMÁRIO

PROMOVENDO ACESSO E INFORMAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA..... 11

Marcia Queiroz
Fabiele Moraes
Fábio Abib Hecktheuer
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

UMA NOVA VISÃO DO PROFISSIONAL PEDAGOGO EMPRESARIAL.....14

Joely Cristiane Moraes Pereira
Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário
Edney Costa Souza

FORTALECENDO VÍNCULOS: O IMPACTO ESTRATÉGICO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO.....16

Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário
Joely Cristiane Moraes Pereira
Fabio Abib Hecktheuer
José Nilton Oliveira de Oliveira
Edney Costa Souza

TRANSFORMANDO BEM-ESTAR EM RENDA - ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS E ECONÔMICOS PARA INICIANTES NO CROCHÊ..... 18

Joely Cristiane Moraes Pereira
Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário
Fabio Abib Hecktheuer
José Nilton Leite de Oliveira
Edney Costa Souza

DULCE AMAZÔNIA: PRESERVANDO E DIVULGANDO RECEITAS TRADICIONAIS, PARA FORTALECER A IDENTIDADE CULTURAL REGIONAL..... 21

Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário
Tatiana Christine Rachid Bruxel
Flávia Serafim Nascimento
José Nilton Oliveira de Oliveira
Edney Costa Souza

OPORTUNIDADES DE MERCADO PARA GELATERIAS GOURMET EM PORTO VELHO.....23

Matheus Silva Scorçafava
Joely Cristiane Moraes Pereira
Tuane Mony Moreira Marques
José Nilton Oliveira de Oliveira
Edney Costa Souza

EXPLORAR O IMPACTO DA MODA STREETWEAR NA EXPRESSÃO

INDIVIDUAL.....	25
Poliana Alves Miranda	
Risabelle Ribeiro Viana	
Fabio Abib Hecktheuer	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
DOCES NATURAIS COM NOZES E SEUS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO.....	27
Ana Paola Chávez Dantas	
Adriana Boais Pinto	
Ariane Conceição Sousa da Silva	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
IMPACTO DA ARTE URBANA NA MODA COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO SOCIAL.....	28
Carlos Alexandre de Lima Chação	
Geciane de Azevedo Barbosa	
Melinda de Souza Meira	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
ECONOMIA LOCAL E IMPACTO SOCIAL DOS CARRINHOS DE CAFÉ EM ÁREAS TURÍSTICAS.....	31
Maiara Alves Barbosa Pimenta	
Sâmia de Souza Soares	
Tamara Fernanda Maciel Silva	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
INOVAÇÃO NA TRADIÇÃO: COMO A GELATERIA COMBINA A TRADIÇÃO ITALIANA COM OS SABORES AMAZÔNICOS.....	32
Cristiele Almeida do Nascimento	
Manuela Bonfante Scarpa Vasconcellos	
Fabio Abib Hecktheuer	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
O PAPEL DOS MONITORES NO SUPORTE PEDAGÓGICO E NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS DISCENTES.....	36
Tuanne Mony Moreira Marques	
José Nilton Oliveira de Oliveira	
Edney Costa Souza	
O PERFIL DIGITAL DO CONSUMIDOR E A PRESENÇA DO COMERCIANTE NAS MÍDIAS SOCIAIS.....	37
Tatiana Christine Rachid Bruxel	
Tuanne Mony Moreira Marques	

Flávia Serafim do Nascimento
Tamara Fernanda Maciel da Silva
Roxane Dias da Silva

**O MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO BASEADO NO LUCRO APLICADO AO
EMPREENDEDORISMO TÊXTIL: UM ESTUDO DE CASO..... 39**

Tuane Mony Moreira Marques
Flávia Serafim do Nascimento
Tamara Fernanda Maciel da Silva
José Nilton Leite de Oliveira
Edney Costa Souza

**O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL NA PROTEÇÃO AO DIREITO
FUNDAMENTAL À LIBERDADE RELIGIOSA: A DESIGUALDADE DE
TRATAMENTO JURÍDICO COM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO
BRASIL..... 42**

Maria Clara Monteiro Romano
Breno Azevedo Lima

**O TRANSJUDICIALISMO COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO DA
INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.641, II DO CC: UMA ANÁLISE DA
LEGISLAÇÃO DE PORTUGAL..... 44**

Camila Wink Perpétuo
Breno Azevedo Lima

**VIVENDO A PAZ NA ESCOLA, EM PORTO VELHO (PROJETO
INTERNACIONAL “LIVING PEACE”)..... 46**

Giuliano Carneiro Costa
Gabriel Góes Gonçalves Ribeiro
Rachel Midori Codá Miyai
Shirley Margarete Alencar de Souza
Yanni Karenini Pacheco Andrade de Alcântara
Wânia Ressutti
Carolina Simões Correia

**RESTAURANDO A DIGNIDADE HUMANA: UM PROJETO SOBRE AJUDAR
A VIDA..... 48**

Adgerson Miranda Gomes Junior
Calel Siqueira da Silva
Érika Gregório Oliva
Felipe Archanjo
Larissa Thainá de Souza Serra
Maria Clara Monteiro Romano
Carolina Simões Correia

RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADAS..... 52

Gissela Renata Zeed Lima
Isabel Cristina Silva Cristo
Larissa Ribeiro Andrade

Maria Luiza Costa Matos
Carolina Simões Correia

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CÁTEDRA NO BRASIL: ENTRE
TOLERÂNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA, A DEMOCRACIA..... 55**

Rosinaldo Araújo da Rocha
Carolina Simões Correia

**FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS: A NOVA TRIBUTAÇÃO
PROPORCIONADA PELA LEI FEDERAL Nº 14.754/2023 NA PERSPECTIVA
DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA..... 58**

Nícolás de Souza Rodrigues do Nascimento
Claudio Rubens Nascimento Ramos Junior

**A REGULAÇÃO CONSTITUCIONAL RELACIONADA À ORIENTAÇÃO
SEXUAL: O DIREITO À LICENÇA MATERNIDADE E À
LICENÇA-PATERNIDADE PARA CASAIS DO MESMO GÊNERO..... 60**

Gabriel Góes Gonçalves Ribeiro
Cleverton Reikdal

**CYBERBULLYING COMETIDO CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NAS REDES SOCIAIS: ABUSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A
RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....62**

Geovana Thalita Silva
Edson Antônio Sousa Pontes Pinto

**EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO
JUDICIÁRIO RONDONIENSE..... 65**

Eduardo Sarges de Souza
Cássio Bruno Castro Souza

**A PENA DE MULTA E A DEFENSORIA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE O
CABIMENTO DA MEDIDA DIANTE DA HIPOSSUFICIÊNCIA DOS(AS)
ASSISTIDOS(AS).....66**

Ranyelle Brito Silva
Everson Rodrigues de Castro

**REFUGIADOS AMBIENTAIS: AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO JURÍDICA NA
LEI DO REFÚGIO.....69**

Fabíola Santana De Mont'alverne
Everson Rodrigues de Castro

DIREITO E JUSTIÇA: TESSITURAS A PARTIR DA DESCONSTRUÇÃO..... 71

Vanessa Araújo De Oliveira
Everson Rodrigues De Castro

**O TRANSJUDICIALISMO COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO PARA O
PROBLEMA DA HERANÇA DIGITAL NO BRASIL..... 73**

Tifani Oliveira Martins
Everson Rodrigues De Castro

**O PAPEL DA DIPLOMACIA BRASILEIRA PERANTE A CRISE
HUMANITÁRIA NA VENEZUELA.....76**

Ana Odete Barreto Triverio
Everson Rodrigues De Castro

**DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS
INDÍGENAS: SOB A ÓTICA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO.....79**

Giovanna de Lucas Mar
Everson Rodrigues Castro

**INQUÉRITO POLICIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A EVOLUÇÃO DO
CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA..... 81**

Wendeu Matheus Rabelo do Nascimento
Everson Rodrigues Castro

**CARGOS COMISSIONADOS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM PORTO
VELHO: UM ESTUDO SOBRE CONFORMIDADE COM O ART. 37 XXII DA
CONSTITUIÇÃO..... 83**

Reginilde Mota de Lima Cedaro
Maxwel Mota Andrade

**REPRESENTATIVIDADE NO TRIBUNAL DO JURIBRASILEIRI: UMA
PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA A PARTIR
DE ELEMENTOS DO MODELO ESTADUNIDENSE..... 85**

Lana Biatriz Vilas Boas
Sávio Antiógenes Borges Lessa

**FACÇÕES CRIMINOSAS: O IMPACTO NA DESESTABILIZAÇÃO DO
ESTADO..... 87**

Ana Karoline de Lima Correa
Thiago da Silva Viana

**RESPONSABILIDADE DO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA NA CRIAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDOS INADEQUADOS EM MÍDIAS SOCIAIS.....89**

Eliana Carvalho
Gladna Almeida Freitas Caminha
Taís Pereira de Oliveira Reis
Thaís de Souza Lima Tinoco
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

PSICOEDUCAÇÃO DE PROFESSORES PARA O MANEJO DA ANSIEDADE 91

Stephany Azevedo
Regiany Fernandes Martins
Hemelyn Leticia Souza do Nascimento
Geyna Mirele Silva da Rocha

Raquel Silva
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

ABUSO INFANTIL: A ATUAÇÃO SIGILOSA DO PSICÓLOGO NA IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO PRECOZE..... 94

Alinne Kelly Dias Barros
Milena Vila Nova Drun
Maria Holanda
Regiany Fernandes Martins
Raquel Silva
Júlia Souza
Alciréa Kellen de Farias Tabosa
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

RELEVÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MORAL DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEF MARIA IZAURA DA COSTA CRUZ..... 96

Sophia Abati
Ana Borges
Fernando Gracia
Éder Santos
Laura Souza
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

PROMOÇÃO DA SAÚDE COGNITIVA DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO... 100

Caio Luiz Bogo
Leticia Lisboa
Maria Luisa Toledo
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

ORIENTAÇÕES AOS PROFESSORES NO MANEJO DE DESREGULAÇÃO EMOCIONAL EM CRIANÇAS AUTISTAS..... 103

Anna Julia Sampaio Peres
Thaís Novo Fernandes
José Adilson Aguiar Santos
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

RELEVÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA A SAÚDE MENTAL DO IDOSO..... 105

Sophia Abati
Ana Borges
Fernando Gracia
Éder Santos
Laura Souza
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer

PAPEL DO PSICÓLOGO NO SUPORTE EMOCIONAL DE PACIENTES

ONCOLÓGICOS FORA DE DOMICÍLIO.....	108
Marsy Stelia Ferreira Neves	
Ednéia A. Coimbra Generoso Nobre	
Maria Lucia da Conceição Sodré Rocha	
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer	
A AFETIVIDADE COMO PRESSUPOSTO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 2020 A 2024.....	111
Rosimeire Toscano Almeida	
Selen Castiel Gualberto Lima	
OS PILARES EDUCACIONAIS: O USO DAS FERRAMENTAS PSICOLÓGICAS NA PRÁTICA DOCENTE PELA REVISÃO SISTEMÁTICA	113
Flávio Fernandes Mesquita	
Selen Castiel Gualberto Lima	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PERSPECTIVA ACERCA DO OLHAR SOCIOEMOCIONAL NA EVASÃO DOS ALUNOS(AS).....	116
Aldecina Galdino Virgolino Borzacov	
Selen Castiel Gualberto Lima	
ETARISMO: OS DESAFIOS NO AMBIENTE ACADÊMICO ATRAVÉS DO OLHAR PSICOLÓGICO NAS BARREIRAS DA FORMAÇÃO.....	118
Solange Meire Alves Freitas	
Selen Castiel Gualberto Lima	
ARTETERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO PARA PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA.....	120
Amélia Cristina Santos Alcoforado	
Simone Araújo da Silva	
ESCALA DE PERSONALIDADE DE NEUROCIÊNCIA AFETIVA (ANPS): APLICAÇÃO NA SEMIOLOGIA DE TRANSTORNOS DEPRESSIVOS.....	122
Carolina de Medeiros Lima	
Simone Araújo da Silva	
A ESCUTA PSICOLÓGICA DOS CUIDADORES NA ÁREA DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	124
Lucélia Miranda de Quintiliano	
Simone Araújo da Silva	
A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA DESTINADA A PACIENTES, FAMILIARES E/OU CUIDADORES EM UM HOSPITAL GERAL EM PORTO VELHO/RO.....	126
Nefertiteh França Quaresma Bidá	
Simone Araújo da Silva	

ESCUA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA.....	128
Raiany de Sousa Aguiar Sodré Pereira	
Simone Araújo da Silva	
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS COMO PROMOTORA DE SAÚDE, EQUIDADE E DIGNIDADE HUMANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	130
Giovanna Carvalho Dantas	
Simone Araújo da Silva	
RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO - MINIMIZANDO SEUS EFEITOS.....	133
Sarah Silva	
Ciro Moura	
Arlen Silva	
Ana Paiva	
Suélen de Araújo Neves	
DIÁLOGO COM PAIS E RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOBRE DIREITOS, DEVERES E ENTRAVES NO CUIDADO DOS FILHOS: EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PORTO VELHO/RO.....	136
Bárbara Rodrigues Ramos	
Ingryd Unis Sbarzi	
Vitória Azevedo Ferreira	
Suélen de Araújo Neves	
BULLYING E CYBERBULLYING.....	138
Suélen de Araújo Neves	
Cecília Magalhães da Silva	
Erondina Adeliana Hounsell Cardoso	
Lucinei Vieira dos Santos	
Leidiane Paulo Rodrigues de Oliveira	
Júlia Valentina Maia Oliveira de Macedo	
Clívia Hilda Dantas	
AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL ENTRE ACADÊMICOS DE NÍVEL SUPERIOR EM PORTO VELHO, RO.....	141
Bárbara Fernandes Gerhardt Silva	
Eliane dos Santos Gonçalves	
João Francisco Braga Holanda	
Lindalva Mendonça de Barros	
Nayra Maria Puqueria Ribeiro de Amorim	
Silvânia Gregório Carlos	
Suélen de Araújo Neves	

**INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO JUVENIL NO ABRIGO PARA ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE..... 143**

Raquel Acácio Pereira
Neide Cruz
Victor Guariento
Emanuel Romariz Martins
Wanessa Rolim
Natália Nunes Rodrigues Silva
Suélen de Araújo Neves

**A RELAÇÃO DE APEGO E DESAPEGO DESENVOLVIDA PELOS
ACOLHEDORES DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA..... 146**

Ana Paula Baldez Santos
Ana Carolina Iglesias Rosa
Eliomara Barbosa Gonçalves
Geovanna Janine Bezerra Cunha
Glady Monteiro Moraes
Suélen de Araújo Neves

INTEGRAÇÃO DO DÉFICIT COGNITIVO NO AMBIENTE ESCOLAR..... 149

Aniely Miranda Silveira
Luísa Gularte Arnaut
Gabriela Ramos da Silva
Gabriella Limoeiro Lopes
Kauan Miguel França Chrespim
Suélen de Araújo Neves

**FORMAÇÃO DO AUTOCONCEITO E DA AUTOESTIMA EM CRIANÇAS
INSTITUCIONALIZADAS..... 150**

Letícia Lima
William Azevedo
Suélen de Araújo Neves

**REFLEXÕES DA EQUIPE DE CUIDADORES SOBRE A PROTEÇÃO
JURÍDICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO LAR DO BEBÊ..... 153**

Suélen de Araújo Neves
Tays Carpina Galvão Gadelha
Luciano de Souza Santana
Giovanni Beloti Leal
Gessica Bruna Damasceno Silva
Carolina Moura da Costa
Aline de Araújo Medeiros

**EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA: POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA O
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES..... 156**

Camila Ferreira Saraiva
Maria Célia Ramos Cipriano

Maria Eduarda Botelho
João Máximo Santos
Sandra Regina Damasio Ugo
Suélen de Araújo Neves

**DESVENDANDO A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE A DEPRESSÃO: UM
EXPERIMENTO SOCIAL..... 159**

Ana Claudia Pereira
Anna Victória Ramos da Silva Vieira
Ayla Jhessy Melo de Souza
Pedro Henrique Caetano
Rosilene Carvalho Ferreira
Suélen de Araújo Neves

**ORIENTAÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: CAPACITAÇÃO AOS PROFESSORES..... 161**

Desiree Dias de Abreu
Talita Dantas Azevedo
Giovanna Carvalho Dantas
Rafael Adriano Rodrigues Macedo
Edilis Alencar Piedade
Suélen de Araújo Neves
Amélia Cristina Santos Alcoforado

**O COMBATE AO ABUSO INFANTIL ATRAVÉS DE INSTRUÇÕES
PREVENTIVAS COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL..... 163**

Giovanni Lima Cedaro
Luma Rodrigues Vilacio
Michelle Barbosa de Campos
Natália Lucin
Rafael Saraiva dos Santos
Rodrigo Gois da Silva
Suélen de Araújo Neves

**O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DOS
ADOLESCENTES: AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM..... 166**

Karina Andrade Cavalcante Oliveira
João Eugênio Malaquias Lemke
João Zimmermann
Suélen de Araújo Neves

**ETILISMO SOCIAL: ENFRENTAMENTO AO ALCOOLISMO E ÀS DROGAS
EM PVH-RO..... 169**

Emilia Belandi Lacerda
Enyla Moraes
Jose Lindenbergue
Yasmin Garcia
Rafael Senna
Yuri Ademir

RESTABELECENDO A VIDA: O PROCESSO DE LUTO VIVENCIADO POR VENEZUELANOS APÓS IMIGRAÇÃO..... 172

Leidiane Paulo Rodrigues Oliveira
Zeno Germano de Souza Neto

PERCEPÇÃO SUBJETIVA SOBRE A MASCULINIDADE EM ACADÊMICOS DE DIREITO E PSICOLOGIA..... 174

Rosane Serra Pereira
Zeno Germano de Souza Neto

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NO AMBIENTE ESCOLAR - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO EM RONDÔNIA..... 177

Isana Diniz de Matos Souza
Ana Catarina Martins Fontinelli
Laura Rego Ceconello
Liza Caroline Rocha
Maria Eduarda Barbosa Da Silva
Roanne Leticia Rosa

ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS TÍPICOS E SAÚDE MENTAL.....180

Ana Caroline Da Silva Lopes
Débora Aline Souza Nascimento
Evelin Laura Teles Nascimento
Maria Eduarda Pantoja Silva
Milena Silva Miranda
Renato Henrique Mendes Feitosa
Roberta Cristina Firmino Lopes
Thiago Sales Mendes
Ainá Barbosa Feitosa

O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO ATENDIMENTO PARA AS PESSOAS TRANSGÊNERO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS..... 183

Cecília Magalhães Da Silva
Ainá Barbosa Feitosa

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA UNIDADE ESCOLAR DE PORTO VELHO/RO..... 188

Maria Juliana Ângelo Silva
Neire Abreu Mota Porfiro

GRUPO TERAPÊUTICO COM HOMENS QUE COMETERAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROJETO “ABRAÇO” DO TJRO A PARTIR DA REVISÃO SISTEMÁTICA NO UNIVERSO CIENTÍFICO..... 190

Eliza Maria Cavalcante Silva

Neire Abreu Mota Porfiro

AS ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO EMOCIONAL PARA INDIVÍDUOS DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE.....	193
Júlia Nascimento Martins Costa Helen Cristina Dos Santos Oliveira	
COMO PREVENIR LUDICAMENTE O BULLYING COM CRIANÇAS DA 1º SÉRIE FUNDAMENTAL.....	196
Rosimara Bergonzini Queli Da Costa Ferreira Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer	
BULLYING NO ENSINO MÉDIO E O IMPACTO EMOCIONAL NOS ADOLESCENTES.....	199
Larissa Alves Beserra Otávio Henrique Pereira Leite Sâmia Laise Manthey Hecktheuer	
DESAFIOS NA DOCÊNCIA: DESPERTAR MOTIVACIONAL NA ESCOLA RIO BRANCO.....	205
Pamela Dos Reis Macedo Criscia S. Da Silva Márcio Orsi Coutinho Lucinéia Asano Fabrício C. Jucá Isabelli Louise Chaves Perdigão Camila Costa Castro Ainá Feitosa Barbosa	
HIGIENE E CUIDADO: PENSAR A SAÚDE MATERNA NA HOSPITALIZAÇÃO DE CRIANÇAS.....	208
Anny Beatriz Afonso Rocha Beatriz De Pinho Vasconcelos Filipe Gabriel Ramos Silva Juliana Rodrigues Pullig Maria Eduarda Lima De Freitas Nicole Da Silva Albuquerque Yasmim Da Silva Borges Ainá Barbosa Feitosa	
O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ACOMPANHAMENTO DO ESTADO EMOCIONAL DE HOMENS DIANTE DO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER NA PRÓSTATA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO.....	211
Jucimar Rodrigues Da Cunha Pullig Djuliane Maria Gil Schaeken Rosseti	

DO AMOR A DOR: A VIVÊNCIA DO LUTO PELOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA UTI DO HOSPITAL JOÃO PAULO II NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.....	213
Jussara Viana De Mattos Djuliane Maria Gil Schaeken Rosseti	
TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO (TOC): UM OLHAR SOBRE O AUMENTO DE SINTOMAS E DIAGNÓSTICOS APÓS O PERCURSO PANDÊMICO DO COVID-19.....	216
Laura Isabel Lins Brito Djuliane Maria Gil Schaeken Rosseti	
CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS CAUSADAS NOS ACADÊMICOS PÓS PERÍODO PANDÊMICO.....	219
Sarah Silva Geovanna Cunha Fabio Abib Hecktheuer	
INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO E NA AUTOESTIMA.....	222
Karina Oliveira Ana Paiva João Lemke João Zimmermann Glady Moraes Fabio Abib Hecktheuer	
A RESPONSABILIDADE DO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA NA CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDOS INADEQUADOS EM MÍDIAS SOCIAIS: LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO.....	226
Ana Guimarães Eliana Carvalho Flávia Silva Júlia Cavalcante Raíssa Fernandes Fabio Abib Hecktheuer	
INTERFERÊNCIAS DAS DISFUNÇÕES EXECUTIVAS NA VIDA DE ADULTOS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH).....	229
Andria de Castro Fernanda de Castro Borges Trindade	
A RELAÇÃO ENTRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DIVERSIDADE DE GÊNERO NO TEA EM JOVENS E ADULTOS.....	232
Marcos Túlio Da Silva Nina Fernanda De Castro Borges Trindade	

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA COM A CRIANÇA AUTISTA NAS TERAPIAS ABA.....	235
Jéssica Mariana Ramos Da Silva Fernanda De Castro Borges Trindade	
O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM ADOLESCENTES COM TDAH.....	238
Ana Carolina De Oliveira Andrade Fernanda De Castro Borges Trindade	
UM ESTUDO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I QUE UTILIZAM A CIÊNCIA ABA NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS (SRM).....	241
Rafael S. Santos Fernanda De Castro Borges Trindade	
NEUROPSICOLOGIA NA AMAZÔNIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE OS DESAFIOS DA PRÁTICA EM AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL.....	243
Shase Costa De Azevedo Helen Cristina Dos Santos Oliveira	
ESTRESSE DE MINORIA NA POPULAÇÃO LGBT+: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	246
Edilis Alencar Piedade Helen Cristina Dos Santos Oliveira	
VIVÊNCIAS PÓS DIAGNÓSTICO: PERCEPÇÕES MATEERNAS NO CUIDADO DE FILHOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	248
Beatriz Vieira Karem Dato da Silva Pinto	
VIVENCIANDO A FINITUDE: UM ESTUDO SOBRE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM IDOSOS EM UM LAR DE LONGA PERMANÊNCIA.....	251
Maria Célia Ramos Cipriano Karem Dato da Silva Pinto	
FAMÍLIA E ESCOLA - PARCERIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	254
Eliane Bandeira Geovana Gomes Kelly Monteiro Marli Reis Talita Dantas Vrauceia Cavalcante Nathali Fernanda Machado Silva	

**PSICOEDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PAIS ATÍPICOS.....
257**

Priscila Y. Sakamoto
Carolina da Costa Moura
Gessica Bruna D. Silva
Crislaine G. Oliveira
Alciréa Kellen Tabosa
Angelica Lacerda

**PROMOVENDO APRENDIZAGEM INCLUSIVA: CAPACITAÇÃO SOBRE
TDAH PARA PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA.....260**

Juliana dos Santos Streit
Maria da Conceição Pereira de Souza
Maria Luiza Teixeira de Carvalho
Solinéia Vale do Nascimento

**INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MERCADO DE TRABALHO:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EFICAZES..... 263**

Carla Desirée
Carolina Carvalho
Eduarda Cardoso
Isabelle Galvão
Lucas Zaramella
Késsia Pereira

CAMINHOS AFETIVOS PARA A INCLUSÃO: UM PROJETO ESCOLAR.... 265

Jorge Alves
Josué Silva
Luanda Santos
Lucenita Silva
Natália Oliveira
Sirlene Pereira

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO SOBRE OS
IMPACTOS EDUCACIONAIS DAS CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
I DA ESCOLA E.M.E.F SENADOR OLAVO GOMES PIRES.....267**

Beatriz Vale
Camila Santos
Leidiana Santos
Marcos T. Santana
Silvanete Gonçalves

**A LUDOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA
CRIANÇA NO AMBIENTE EDUCACIONAL..... 269**

Betânia Maria Soares da Silva
Neire Abreu Mota Porfiro

O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO COTIDIANO DO TRABALHO DOCENTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA 272

Iete Vieira Teixeira
Neire Abreu Mota Porfiro

O NÍVEL DE ANSIEDADE EM ADICTOS RESIDENTES EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA NA CIDADE DE PORTO VELHO..... 275

Sérgio Monteiro Moura
Karem Dato da Silva Pinto

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA ENTRADA ANTECIPADA DE CRIANÇAS COM MENOS DE 6 ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL..... 278

Renato Bonifácio de Dias
Neire Abreu Mota Porfiro

ABUSO SEXUAL: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA OCORRIDA NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA NA VIDA ADULTA..... 281

Francisco Joaquim Martins de Sousa
Neire Abreu Mota Porfiro

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR E DO PSICÓLOGO NO FUTURO CAMPO DE ATUAÇÃO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ATRAVÉS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA..... 284

Lucineide Monteiro dos Santos
Neire Abreu Mota Porfiro

O PROFESSOR NÃO INDÍGENA NAS ESCOLAS INDÍGENAS: ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS..... 287

Vera Lúcia Fröhlich
Neire Abreu Mota Porfiro

DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO DOS GESTORES ESPORTIVOS DE SECRETARIAS, FEDERAÇÕES, LIGAS E AGREMIações DE PORTO VELHO SOBRE OS MEIOS LEGAIS DE INCENTIVO AO ESPORTE..... 301

Breno Azevedo Lima
Rachel Midori Codá Miyai

DIGNIDADE MENSTRUAL: DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E PROMOVENDO A SAÚDE FEMININA PROMOVENDO A SAÚDE FEMININA 304

Carolina Simões Correia
Vanessa Araújo de Oliveira
Michele Regina Fernandes dos Santos
Lisis Jasmin Silva de Melo
Fernanda de Assis Bastos

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO BULLYING: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO LUIZ – EEEFM SÃO LUIZ.... 307

Katuo Okabayashi
Olivia Chilen Silva e Silva
Carolina Simões Correia

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS PRESOS: EFEITO PÓS CÁRCERE E A ATUAÇÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - GMF-RO.....309

Elizabeth Lucas de Amorim
Thiago da Silva Viana

TIPIFICAÇÃO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL: DISCUSSÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE..... 312

Alisson Gleike Moraes Junior
Gustavo do Nascimento Santana

PROMOVENDO ACESSO E INFORMAÇÕES SOBRE PSICOLOGIA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Marcia Queiroz¹
Fabiele Morais²
Fábio Abib Hecktheuer³
Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer⁴

Introdução: A psicologia desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental e no bem-estar da população. Contudo, o acesso a serviços e informações psicológicas muitas vezes é limitado para aqueles que enfrentam desafios econômicos significativos. Diversas barreiras impedem que a população de baixa renda tenha acesso adequado à psicologia. Estas incluem a falta de informação sobre os benefícios da psicoterapia, a escassez de serviços públicos de saúde mental, o estigma associado à busca por ajuda psicológica e as limitações financeiras para pagar por sessões particulares. É dever do psicólogo em consonância com o código de ética buscar estratégias para promover acesso e informações sobre os benefícios de buscar acompanhamento em serviços da Psicologia. Neste contexto, o objetivo geral deste projeto de extensão é promover acesso e informação dos serviços da psicologia para a população de baixa renda. São objetivos específicos: 1 identificar serviços de psicologia disponíveis no sistema único de saúde; 2 Estruturar informações sobre os serviços de psicologia acessível à população de baixa renda e 3 criar material informativo, explicando de forma simples e clara como a psicologia pode auxiliar no enfrentamento de desafios cotidianos. Referencial Teórico: O Código de Ética Profissional dos Psicólogos preconiza em seus Princípios Fundamentais (10/05, 2005), a promoção da saúde e qualidade de vida e o acesso a informações. O psicólogo deverá promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Sistema Único de Saúde (SUS), oferece uma série de serviços voltados para a saúde mental. O atendimento inicial é buscar em uma (UBS), o posto de saúde mais próximo, onde receberam atendimento básico e orientações, se necessário

¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: marcia.queiroz@sou.fcr.edu.br

²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: fabiele.morais@sou.fcr.edu.br

³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

será encaminhado ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que são unidades especializadas em saúde mental, que estão distribuídas em diversas modalidades (CAPS I, CAPS II, CAPS III e CAPS AD para álcool e outras drogas e CAPS para infância e adolescência. onde oferecem atendimento diários e multidisciplinar. Metodologia: A intervenção ocorreu no Instituto VIVA e na Associação Novos Recomeços, focando na necessidade de promover acesso e informações sobre serviços psicológicos. Foram distribuídos panfletos explicativos, facilitando o entendimento de como a psicologia pode auxiliar no enfrentamento de desafios cotidianos, superando barreiras econômicas. Realizou-se também aplicação de questionário quantitativo e qualitativo, no qual as perguntas formuladas incluíam a faixa etária, gênero para averiguar o nível de compreensão da população sobre a psicologia. Resultados e Discussão: Com base na coleta de dados realizada com 30 pessoas, identificaram-se as seguintes características: 70% dos respondentes é do gênero feminino, com 16% entre as idades de 36 a 50. Observou-se que 80% dos participantes que já tiveram informação sobre psicologia, 97% não sabiam como encontrar serviços terapêuticos gratuitos na cidade e apenas 3% já tinham procurado ajuda psicológica e conseguiram ter acesso. Conclusões: As coletas de dados obtidas na intervenção deste projeto indicam que a população de baixa renda não possui informações suficientes sobre onde encontrar atendimentos terapêuticos. Ademais, a maioria dos participantes demonstrou interesse em acessar serviços gratuitos de psicologia. Com a realização deste projeto, possibilitou-se esclarecer a esse público, onde encontrar serviços da psicologia na rede pública (SUS), e clínicas escolas, através do material informativo e roda de conversas podemos esclarecer algumas dúvidas por onde começar o atendimento na rede pública. Portanto, é essencial desenvolver e implementar estratégias para promover o acesso e informações aos serviços psicológicos para a população de baixa renda, visando melhorar sua qualidade de vida, proporcionando assim acesso a saúde mental e enfrentamento de desafios emocionais diários.

Palavras-chave: Acesso à saúde mental. Psicologia para população de baixa renda. Promoção da saúde psicológica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <https://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/etica/codigo.aspx>.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sus>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Diretrizes sobre saúde mental e assistência social**. Genebra: OMS, 2020.

KOVÁCS, M. J. **O Papel do Psicólogo na Promoção da Saúde Mental**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese Crítica de Evidências Científicas**. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

UMA NOVA VISÃO DO PROFISSIONAL PEDAGOGO EMPRESARIAL

Joely Cristiane Moraes Pereira⁵
Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário⁶
Edney Costa Souza⁷

Introdução: O campo empresarial hoje está observando a necessidade de um profissional educador dentro de suas áreas e atividades; este profissional vem somar junto a essas organizações um aprimoramento de suas funções dando assim uma qualidade maior dos serviços prestados pelas mesmas para aqueles a que se propõe. Com a competitividade do mercado de trabalho, observa-se que as pessoas vão se afastando uma das outras cada uma em seu próprio “mundo”. Isso acontece devido a necessidade de serem melhor, se destacarem mais que o outro para garantir seu espaço. O pedagogo empresarial tem se tornado nesse caso um diferencial nestas empresas, trazendo dinâmicas de grupo, diálogo e debates, facilitando o relacionamento dos funcionários entre si e dos seus clientes. **Referencial Teórico:** O referencial teórico baseia-se em estudos sobre educação corporativa, gestão de pessoas e desenvolvimento organizacional. São abordadas teorias de aprendizagem organizacional, liderança educacional e o impacto do desenvolvimento contínuo no ambiente de trabalho. **Referências** incluem autores como Peter Senge, Paulo Freire e Chris Argyris. **Metodologia:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre pedagogia empresarial. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, onde informações sobre pedagogia empresarial e casos de estudo foram exploradas. **Resultados:** Os resultados indicam que os pedagogos empresariais desempenham um papel crucial na formação contínua dos colaboradores, no desenvolvimento de competências e na promoção de uma cultura organizacional de aprendizagem. A pesquisa revelou que a presença desses profissionais está associada a maior satisfação no trabalho, melhor desempenho e inovação dentro das empresas. **Discussões:** As discussões destacam a necessidade de reconhecimento formal dessa função e a inclusão de pedagogos nos processos estratégicos de gestão de pessoas. Este

⁵Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joely.pereira@sou.fcr.edu.br

⁶Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.rosario@sou.fcr.edu.br

⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

reconhecimento formal é essencial para garantir que os pedagogos empresariais possam contribuir de maneira plena e eficaz, utilizando suas habilidades para desenvolver programas de treinamento e capacitação que atendam às necessidades específicas da organização. Enquanto articulador de propósitos organizacionais e individuais, o Pedagogo Empresarial pode ser considerado um líder que interage com outros líderes dentro da dinâmica organizacional. Desse modo, assume esse papel e entender suas nuances em si e nos outros permite o desenvolvimento de habilidades gerais e específicas, especialmente em termos da emissão de juízos acerca dos comportamentos, das competências e das habilidades a serem desenvolvidas. (RIBEIRO, 2010, p.10.)

Conclusões: As organizações estão começando a enxergar a educação continuada, e o pedagogo empresarial está diretamente relacionado com as atividades de planejamento, gestão, controle e avaliação de aprendizagem melhorando assim a qualidade dos diversos e diferentes processos organizacionais. A pesquisa conclui que o pedagogo empresarial é um agente fundamental para o desenvolvimento sustentável das organizações, proporcionando um ambiente propício à aprendizagem contínua e ao desenvolvimento profissional. Recomenda-se que as empresas invistam na formação e contratação desses profissionais para fortalecer suas equipes e fomentar uma cultura de melhoria contínua.

REFERÊNCIAS:

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial: Atuação do Pedagogo na Empresa**. WAK editora. Rio de Janeiro. 6º Ed. 2010.

FORTALECENDO VÍNCULOS: O IMPACTO ESTRATÉGICO DO MARKETING DE RELACIONAMENTO

Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário⁸

Joely Cristiane Moraes Pereira⁹

Fabio Abib Hecktheuer¹⁰

José Nilton Oliveira de Oliveira¹¹

Edney Costa Souza¹²

Introdução: No cenário competitivo atual, as empresas enfrentam um grande desafio: não apenas atrair novos clientes, mas também mantê-los fieis e engajados em um mercado competitivo e diversificado. É aqui que o marketing de relacionamento se revela crucial. Essa estratégia não só busca criar conexões profundas e pessoais com os consumidores, mas também adaptar suas abordagens para atender às necessidades individuais de cada cliente. Isso não apenas fortalece a lealdade à marca, mas também transforma clientes satisfeitos em advogados da marca, contribuindo assim para o crescimento e a estabilidade do negócio. Este artigo explora como o marketing de relacionamento constroi essas relações duradouras e amplia a vantagem competitiva das empresas no mercado atual. **Referencial Teórico:** O resultado final do marketing de relacionamento é a construção de um ativo exclusivo da empresa, denominado rede de marketing. Uma rede de marketing consiste na empresa, seus fornecedores, distribuidores e clientes, com os quais constroi relacionamentos comerciais sólidos e seguros. O marketing de relacionamento maximiza o relacionamento fazendo com que as transações negociadas sejam de longo prazo, de confiança e rotineiras, constituídas por particularidades pertinentes à fidelização e ao bom atendimento, visando atender as necessidades, expectativas e desejos dos consumidores. (KOTLER, 1996). **Metodologia:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5

⁸Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.rosario@sou.fcr.edu.br

⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joely.pereira@sou.fcr.edu.br

¹⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

¹¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

¹²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Os resultados do estudo sobre marketing de relacionamento apontam clientes mais fieis, maior valor gerado pelos clientes ao longo do tempo, uma imagem de marca melhorada, redução nos custos para atrair novos clientes, defensores mais engajados da marca e uma capacidade aprimorada de adaptar produtos e serviços às preferências dos clientes. Esses benefícios ressaltam a importância de cultivar relacionamentos sólidos com os clientes para o sucesso e crescimento sustentável das empresas. Discussões: O marketing de relacionamento prioriza a experiência e o engajamento contínuo dos clientes, visando aumentar sua fidelidade e promover recomendações positivas. A personalização das interações é fundamental para atender às necessidades individuais dos clientes, enquanto a integração de tecnologia oferece oportunidades para melhorar a eficiência das estratégias de marketing. Essa abordagem não apenas fortalece o vínculo emocional com os clientes, mas também contribui para uma cultura organizacional centrada no serviço ao cliente, crucial para o sucesso duradouro das empresas. Conclusões: O marketing de relacionamento é crucial para empresas que desejam não apenas atrair, mas também reter clientes fieis e engajados. Ao centrar-se na experiência do cliente e na personalização das interações, as empresas fortalecem seus vínculos com o público e estabelecem um ciclo de negócios mais estável e rentável. A adoção de tecnologias avançadas para aprimorar as estratégias de marketing abre novas oportunidades de crescimento, enquanto uma cultura organizacional voltada para o serviço ao cliente reforça a reputação da marca e sua posição competitiva no mercado. Em suma, o marketing de relacionamento não é apenas uma estratégia, mas um compromisso contínuo com a construção de relacionamentos duradouros e benéficos para o sucesso empresarial a longo prazo.

REFERÊNCIAS:

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: Análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

TRANSFORMANDO BEM-ESTAR EM RENDA - ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS PSICOLÓGICOS E ECONÔMICOS PARA INICIANTES NO CROCHÊ

Joely Cristiane Moraes Pereira¹³

Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário¹⁴

Fabio Abib Hecktheuer¹⁵

José Nilton Leite de Oliveira¹⁶

Edney Costa Souza¹⁷

Introdução: A origem real do crochê não é por certo definida, no entanto, apesar da origem do nome ser Francesa crochet que significa gancho, seu surgimento não provém desse país. Alguns relatos apontam que tenha se originado na Arábia, outros afirmam que foi na América do Sul e há 25 também indícios que foi na China. O que se sabe é que o mesmo começou aos poucos a ser praticado na França no século XVI por freiras que eram professoras de artes. No Renascimento essa arte era feita pelas mulheres especialmente de classe mais elevada, que produziam para uso próprio, como roupas e peças para decoração. O crochê, uma forma de artesanato utilizando agulhas e fios, têm sido praticados há séculos e recentemente ganhou popularidade como uma atividade de lazer e uma possível fonte de renda. Este artigo explora os benefícios do crochê para iniciantes, destacando seu impacto no bem-estar e saúde mental, bem como seu potencial como uma atividade econômica. Referencial Teórico: Segundo Braun (2013), o crochê é um artesanato que tem raízes profundas na história e na cultura de diversas sociedades ao redor do mundo. A prática do crochê, embora muitas vezes associada aos lares e às atividades domésticas, transcende esses limites e se estabelece como um elemento cultural significativo. Originado como uma técnica artesanal simples e acessível, o crochê rapidamente se disseminou entre diferentes comunidades, tornando-se uma forma de expressão criativa e uma ferramenta de preservação cultural. Metodologia: Para entender o impacto do crochê nas pessoas que desejam iniciar essa prática, foi realizada uma pesquisa de mercado. A pesquisa foi baseada em dados

¹³Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joely.pereira@sou.fcr.edu.br

¹⁴Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.rosario@sou.fcr.edu.br

¹⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

¹⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

¹⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

coletados de diversas fontes, incluindo fóruns online, grupos de redes sociais dedicados ao crochê e artigos acadêmicos sobre os efeitos terapêuticos de atividades manuais. Foram analisadas as motivações para começar a praticar crochê, os benefícios percebidos, os desafios enfrentados e as percepções sobre o crochê como uma possível fonte de renda. Resultados: Os dados mostraram que as principais razões para iniciar no crochê incluem a busca por um hobby relaxante, a necessidade de um escape criativo e o desejo de criar presentes personalizados. Também foi observada a influência significativa das redes sociais e dos grupos online na popularização do crochê. Além disso, os benefícios do crochê para o bem-estar emocional foram amplamente reconhecidos, entre os quais destaca-se: Redução do estresse: o movimento repetitivo e o foco no crochê ajudam a diminuir a ansiedade e promover um estado de relaxamento. Aumento da autoestima: completar projetos de crochê proporcionou um senso de realização e orgulho. Conexão social: participar de grupos de crochê, tanto online quanto presenciais, ajudou a criar uma sensação de comunidade e apoio. A pesquisa indicou que o crochê pode ser uma fonte suplementar de renda. Muitos iniciantes consideram vender suas criações, embora a competição e a valorização dos produtos feitos à mão sejam desafios a serem superados. Plataformas online como Etsy e feiras de artesanato foram identificadas como oportunidades viáveis para comercialização. Discussões: Os resultados apontaram que o crochê pode ser uma ferramenta poderosa para o bem-estar e a saúde mental. A atividade oferece uma forma de meditação ativa que ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade. Além disso, o senso de comunidade encontrado em grupos de crochê pode combater a solidão e promover conexões sociais positivas. Para que o crochê se torne uma fonte viável de renda, é necessário considerar estratégias de marketing e venda que valorizem o trabalho artesanal. A educação sobre preços justos e a valorização do tempo e esforço investidos são cruciais para o sucesso econômico. Conclusões: Iniciar no crochê pode trazer inúmeros benefícios para o bem-estar e a saúde mental, oferecendo uma forma de relaxamento, aumento da autoestima e conexões sociais. Embora os desafios iniciais possam ser superados com prática e apoio, o potencial econômico do crochê requer estratégias cuidadosas. Para aqueles que buscam uma atividade que combine criatividade, relaxamento e uma possível fonte de renda, o crochê se apresenta como uma opção valiosa e recompensadora.

REFERÊNCIAS:

BRAUN, V., & CLARKE, V. (2013). **Successful qualitative research: A practical guide for beginners**. Los Angeles, CA: Sage.

DULCE AMAZÔNIA: PRESERVANDO E DIVULGANDO RECEITAS TRADICIONAIS, PARA FORTALECER A IDENTIDADE CULTURAL REGIONAL

Maria Clara de Oliveira Marques do Rosário¹⁸

Tatiana Christine Rachid Bruxel¹⁹

Flávia Serafim Nascimento²⁰

José Nilton Oliveira de Oliveira²¹

Edney Costa Souza²²

Introdução: Destaca-se o valor das receitas tradicionais da Amazônia não apenas como fonte de alimentação, mas como portadoras de histórias ancestrais e elementos essenciais da identidade cultural da região. Ao explorar e promover esses sabores autênticos, buscamos preservar e fortalecer o patrimônio gastronômico amazônico, promovendo um maior entendimento e apreciação das tradições locais. Referencial Teórico: MAUSS (1971), destaca que a tradição é uma forma de transmissão de símbolos e valores de uma cultura a outra, indicando um processo de continuidade ao ser passada das gerações mais velhas para as mais novas, sendo os mais velhos percebidos como antepassados imediatos. Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: O projeto de preservação das receitas tradicionais da Amazônia obteve sucesso ao documentar e validar as receitas, fortalecendo a identidade cultural local. A divulgação global ampliou o reconhecimento das tradições culinárias amazônicas, promovendo sustentabilidade cultural e despertando interesse renovado pelo patrimônio gastronômico da região. Discussões: As discussões incluem o impacto da globalização na autenticidade das receitas amazônicas, o papel das práticas gastronômicas tradicionais na sustentabilidade alimentar e ambiental, a valorização cultural através da preservação das tradições

¹⁸Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.rosario@sou.fcr.edu.br

¹⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tatiana.bruxel@sou.fcr.edu.br

²⁰Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: flavia.nascimento@sou.fcr.edu.br

²¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

²²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

culinárias, a importância da educação sobre essas tradições e o equilíbrio entre preservação e adaptação às mudanças contemporâneas na região amazônica. Esses temas visam explorar o significado e o futuro das receitas tradicionais da Amazônia em um contexto globalizado e em constante evolução. Conclusões: O projeto de preservação das receitas tradicionais da Amazônia não só resgatou e validou um tesouro culinário precioso, mas também reforçou o vínculo cultural das comunidades locais. Ao promover a sustentabilidade alimentar e cultural e despertar interesse global, destacamos a importância essencial de proteger e celebrar as tradições gastronômicas que são essenciais para a diversidade e a riqueza da Amazônia. Este esforço contínuo não apenas preserva o patrimônio cultural intangível da região, mas também inspira respeito e valorização das práticas tradicionais em um mundo em constante evolução.

REFERÊNCIAS:

MAUSS, M. **Essais de sociologie Paris**: Minuit, 1971.

OPORTUNIDADES DE MERCADO PARA GELATERIAS GOURMET EM PORTO VELHO

Matheus Silva Scorçafava²³
Joely Cristiane Moraes Pereira²⁴
Tuane Mony Moreira Marques²⁵
José Nilton Oliveira de Oliveira²⁶
Edney Costa Souza²⁷

Introdução: Porto Velho, capital de Rondônia, não apenas desfruta de um clima tropical que convida ao consumo de sorvetes durante todo o ano, mas também abriga uma crescente demanda por experiências gastronômicas sofisticadas. Nesse contexto, a abertura de gelaterias gourmet surge não apenas como uma resposta às preferências dos consumidores por produtos de alta qualidade, mas também como uma oportunidade estratégica para empreendedores visionários. Portanto, não apenas identifica as oportunidades existentes, mas também oferece insights valiosos para aqueles que estão considerando investir no setor de sorvetes gourmet em Porto Velho, destacando o potencial de crescimento e sucesso neste segmento promissor da indústria alimentícia local. Referencial Teórico: Aaker (1996) destaca a importância de entender profundamente o público-alvo da gelateria gourmet em Porto Velho, segmentando-o de maneira eficaz com base em preferências, comportamentos e necessidades específicas. Isso permite uma personalização eficaz das ofertas de sorvetes gourmet, garantindo que atendam às expectativas e desejos dos consumidores locais. Metodologia A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Os resultados do estudo sobre marketing de relacionamento apontam clientes mais fieis, maior valor gerado pelos clientes ao longo do tempo, uma imagem de marca melhorada, redução

²³Acadêmico do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: matheus.scorcafava@sou.fcr.edu.br

²⁴Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joely.pereira@sou.fcr.edu.br

²⁵Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tuane.marques@sou.fcr.edu.br

²⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

²⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

nos custos para atrair novos clientes, defensores mais engajados da marca e uma capacidade aprimorada de adaptar produtos e serviços às preferências dos clientes. Esses benefícios ressaltam a importância de cultivar relacionamentos sólidos com os clientes para o sucesso e crescimento sustentável das empresas. Discussões: Explorar em profundidade o potencial de mercado para gelaterias gourmet em Porto Velho, considerando a combinação de um clima tropical favorável ao consumo de sorvetes e uma crescente demanda por produtos gourmet entre os consumidores locais. Discutir como essa demanda pode ser sustentada ao longo do tempo e quais segmentos de mercado específicos podem ser mais receptivos. Essas discussões não apenas consolidam os resultados apresentados no artigo, mas também oferecem insights práticos e direcionados para potenciais empreendedores e stakeholders interessados no mercado de sorvetes gourmet em Porto Velho. Conclusões: As oportunidades de mercado para gelaterias gourmet em Porto Velho devem sintetizar os principais pontos discutidos ao longo do texto e oferecer insights finais que reforcem a viabilidade e os desafios desse empreendimento na cidade. Apontar o potencial impacto positivo que a abertura de gelaterias gourmet pode ter no desenvolvimento econômico local, incluindo a criação de empregos, a promoção do turismo gastronômico e a valorização da cultura alimentar regional. Uma reflexão sobre o potencial a longo prazo das gelaterias gourmet em Porto Velho, enfatizando a importância da sustentabilidade, responsabilidade social e adaptação contínua às mudanças no ambiente de mercado.

REFERÊNCIAS:

AAKER, D. **Building strong brands**. New York : Free Press, 1996.

EXPLORAR O IMPACTO DA MODA STREETWEAR NA EXPRESSÃO INDIVIDUAL

Poliana Alves Miranda²⁸
Risabelle Ribeiro Viana²⁹
Fabio Abib Hecktheuer³⁰
José Nilton Oliveira de Oliveira³¹
Edney Costa Souza³²

Introdução: A moda streetwear transcende as fronteiras do vestuário para se tornar uma poderosa forma de expressão cultural e individualidade nas sociedades urbanas contemporâneas. Originada das subculturas do skate e do hip-hop nas décadas de 1970 e 1980, esta vertente da moda não apenas reflete, mas também molda os estilos de vida e identidades pessoais de seus adeptos. Com sua ênfase no conforto, casualidade e uma atitude distintiva, o streetwear oferece uma plataforma única onde cada peça de roupa se torna um veículo para contar histórias e transmitir mensagens sutis ou ousadas sobre quem a veste. Este artigo propõe explorar o impacto significativo que a moda streetwear tem na expressão individual, investigando como marcas e consumidores colaboram para criar um espaço onde a moda se torna um meio de afirmar identidades, desafiar normas e celebrar a diversidade cultural das metrópoles modernas. Referencial Teórico: A moda streetwear emergiu como uma poderosa forma de expressão cultural e individualidade nas sociedades urbanas contemporâneas, enraizada nas subculturas do skate e do hip-hop das décadas de 1970 e 1980. Segundo Davis (1992), a moda funciona como um sistema de comunicação social, refletindo e influenciando identidades pessoais e coletivas. Hebdige (1979) argumenta que as subculturas utilizam a moda para resistir às normas dominantes, criando símbolos de identidade e pertença. Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações

²⁸Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: poliana.miranda@sou.fcr.edu.br

²⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: risabelle.viana@sou.fcr.edu.br

³⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

³¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

³²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: A pesquisa revelou que a moda streetwear é crucial para a expressão individual dos consumidores urbanos. Utilizando questionários e entrevistas, foram exploradas as percepções sobre marcas de streetwear. Os participantes destacaram a importância do conforto, estilo, acessibilidade, autenticidade e exclusividade das peças. As entrevistas mostraram como os consumidores usam o streetwear para afirmar suas identidades sociais e culturais. A presença das marcas no Instagram e TikTok é essencial na formação da identidade e nas decisões de compra. Discussões: Os resultados mostram que a moda streetwear é essencial para a expressão individual dos consumidores urbanos. Dados quantitativos e qualitativos revelam que os consumidores valorizam roupas que refletem sua personalidade e estilo de vida, destacando a importância da autenticidade das marcas. A presença digital, especialmente no Instagram e TikTok, é crucial, com estratégias como conteúdos visuais atraentes e colaborações com influenciadores sendo fundamentais para o engajamento. As entrevistas qualitativas enfatizam a necessidade de uma narrativa de marca autêntica. Em resumo, as marcas de streetwear devem alinhar suas estratégias de marketing com as expectativas dos consumidores para se destacar no mercado urbano. Conclusões: Este estudo revelou que a moda streetwear é essencial para a expressão individual dos consumidores urbanos. Marcas que transmitem autenticidade e se conectam emocionalmente com o público têm uma vantagem significativa. A presença digital, especialmente no Instagram e TikTok, é crucial para o sucesso das estratégias de marketing, permitindo alcançar e engajar uma audiência diversificada. Para se destacar, as marcas devem adaptar suas estratégias às expectativas dos consumidores, garantindo relevância e fidelização no mercado de moda urbana contemporânea.

REFERÊNCIAS:

DAVIS-FLOYD, Robbie. **Birth as an American Rite of Passage**. Berkeley, University of California Press, 1992.

REDIGBE, Dick. **Introdução: Subcultura e Estilo** In: *The Meaning of Style*. Methuen & Co. Ltd 1979.

DOCES NATURAIS COM NOZES E SEUS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

Ana Paola Chávez Dantas³³
Adriana Boais Pinto³⁴
Ariane Conceição Sousa da Silva³⁵
José Nilton Oliveira de Oliveira³⁶
Edney Costa Souza³⁷

Introdução: No cenário atual, a população enfrenta um grande desafio: não apenas ter uma rotina e hábitos saudáveis, mas também lutar contra as doenças crônicas que afetam uma grande parcela da sociedade, sem cortar alguns prazeres da vida. É aqui que os benefícios de doces naturais com nozes se revelam. Pois combina os prazeres da culinária com os benefícios nutricionais atribuídos às nozes e produtos de origem natural. Atendendo assim, a necessidade do consumidor, de experimentar algo delicioso, mas que não cause prejuízos à saúde. Isso não apenas supre uma necessidade existente, mas também transforma hábitos e estilos de vida de consumidores, contribuindo assim para uma sociedade mais consciente e preocupada com a própria saúde. Este estudo explora os Doces Naturais com Nozes e os benefícios que os mesmos trazem para uma sociedade mais consciente. Referencial Teórico: O resultado final dos benefícios dos doces de nozes é a construção de uma população mais consciente, exigente e informada sobre produtos naturais e suas qualidades. Uma população informada, consiste em uma melhora no padrão de vida e reduz os números de doenças crônicas. As nozes contêm proteínas, vitaminas, fibras e minerais, que reduzem os riscos de doenças crônicas, auxiliam no controle de peso e interferem na saúde metabólica, além de melhorar a função cerebral. Ao integrar elas em doces, como bolos, biscoitos e bombons, garante-se um produto agradável ao paladar e que ademais, fornecem nutrientes e vitaminas essenciais. Sendo assim, a longo prazo, os doces ajudarão a reduzir certas enfermidades que afetam a sociedade contemporânea, como o

³³Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.chavez@sou.fcr.edu.br

³⁴Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: adriana.pinto@sou.fcr.edu.br

³⁵Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ariane.silva@sou.fcr.edu.br

³⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

³⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

câncer, já que as nozes possuem tocoferóis e polifenóis. Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Os resultados do estudo sobre doces com nozes e seus benefícios apontam consumidores mais saudáveis, maior conscientização de pessoas a longo do tempo, uma preocupação maior pela saúde, redução nos números de afetados por doenças crônicas, novos clientes interessados nos benefícios oferecidos, maior engajamento e divulgação de hábitos e alimentações saudáveis, demonstrando interesse e preocupação. Esses benefícios ressaltam a importância de compartilhar informações e conhecimento. Discussões: Os benefícios de doces com nozes, são a saúde e o bem-estar contínuo dos clientes, visando melhorar seu estilo de vida e sua saúde, além de proporcionar uma experiência de confeitaria, gerando reações positivas. A incorporação de doces naturais com nozes na dieta diária representa uma solução inovadora para a conciliação entre prazer alimentar e saúde. Estes produtos não só oferecem uma alternativa saborosa, mas também estão repletos de nutrientes essenciais, como proteínas, fibras e ácidos graxos saudáveis, encontrados nas nozes. Conclusões: A incorporação de doces naturais com nozes na dieta diária emerge como uma estratégia eficaz para equilibrar prazer alimentar e saúde. Esses produtos, ricos em nutrientes essenciais, oferecem uma alternativa saborosa e saudável aos doces convencionais. A substituição por versões mais nutritivas pode transformar positivamente os hábitos alimentares, promovendo uma cultura de alimentação consciente e equilibrada. Este estudo destaca o potencial dos doces naturais com nozes na prevenção de doenças crônicas, evidenciando sua importância na construção de uma sociedade mais saudável e satisfeita com suas escolhas alimentares.

REFERÊNCIAS:

MACEDO, J. A., SOBRINHO, M. I., & TAVARES, M. F. **Development of functional foods: perspectives and challenges.** *Brazilian Journal of Food Technology*, (2011).

IMPACTO DA ARTE URBANA NA MODA COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO SOCIAL

Carlos Alexandre de Lima Chação³⁸
Geciane de Azevedo Barbosa³⁹
Melinda de Souza Meira⁴⁰
José Nilton Oliveira de Oliveira⁴¹
Edney Costa Souza⁴²

Introdução: A arte urbana, também conhecida como street art, vem ganhando cada vez mais destaque no cenário cultural contemporâneo. Caracterizada por intervenções artísticas em espaços públicos, como grafites, murais, stencils e instalações, essa forma de expressão transcende os limites das galerias e museus, tornando-se acessível a um público amplo e diverso. No campo da moda, a arte urbana também tem exercido uma influência significativa, inspirando designers e coleções que incorporam elementos gráficos, cores vibrantes e mensagens de impacto social. Além disso, a moda urbana, muitas vezes associada à subcultura e à rebeldia, tem servido como ferramenta de empoderamento para grupos marginalizados, proporcionando visibilidade e voz a suas lutas e reivindicações. **Referencial Teórico:** Um indivíduo que utiliza roupas que combinam elementos tradicionalmente associados a diferentes gêneros pode estar redefinindo o que significa ser "homem" ou "mulher". Ao subverter e reinterpretar as normas de gênero através da arte urbana e da moda, os indivíduos podem desafiar as estruturas de poder e criar novas possibilidades de expressão e identidade. A teoria nos ajuda a compreender como essas práticas podem contribuir para o empoderamento individual e coletivo, especialmente para grupos marginalizados que têm sido historicamente oprimidos pelas normas sociais de gênero. (BUTLER,1990). **Metodologia:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5

³⁸Acadêmico do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carlos.chacao@sou.fcr.edu.br

³⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: geciane.barbosa@sou.fcr.edu.br

⁴⁰Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: melinda.meira@sou.fcr.edu.br

⁴¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

⁴²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Diversos estudos demonstram o impacto da arte urbana na moda como ferramenta de empoderamento social. Entre os principais resultados encontrados, podemos citar: Aumento da visibilidade de grupos marginalizados: A moda urbana tem proporcionado visibilidade a grupos marginalizados, como minorias étnicas, LGBTQIA+ e jovens de periferia, através de roupas e acessórios que expressam suas identidades e reivindicações. Empoderamento individual e coletivo: A moda urbana tem sido utilizada como ferramenta de empoderamento individual e coletivo, permitindo que os indivíduos expressem sua individualidade e se identifiquem com grupos sociais com os quais se sentem conectados. Discussões: O impacto da arte urbana na moda como ferramenta de empoderamento social é um tema complexo e multifacetado que gera diversas discussões. Algumas das principais questões debatidas incluem: Autenticidade; Apropriação cultural; Comercialização e Impacto social. Conclusões: A arte urbana tem exercido um impacto significativo na moda, inspirando designs e coleções que incorporam elementos gráficos, cores vibrantes e mensagens de impacto social. Além disso, a moda urbana tem servido como ferramenta de empoderamento para grupos marginalizados, proporcionando visibilidade e voz a suas lutas e reivindicações. No entanto, é importante considerar as críticas que questionam a autenticidade, a apropriação cultural e a comercialização da arte urbana. É necessário um debate crítico sobre o papel da moda urbana na sociedade, buscando garantir que ela continue a ser uma ferramenta de empoderamento e transformação social.

REFERÊNCIAS:

BUTLER, Judith. "**Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**". *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.

ECONOMIA LOCAL E IMPACTO SOCIAL DOS CARRINHOS DE CAFÉ EM ÁREAS TURÍSTICAS

Maiara Alves Barbosa Pimenta⁴³
Sâmia de Souza Soares⁴⁴
Tamara Fernanda Maciel Silva⁴⁵
José Nilton Oliveira de Oliveira⁴⁶
Edney Costa Souza⁴⁷

Introdução: Os carrinhos de café em áreas turísticas desempenham um papel significativo não apenas na oferta de produtos gastronômicos, mas também na dinamização econômica e social dessas localidades. Esses empreendimentos não só atendem a uma demanda crescente por conveniência e qualidade na oferta de alimentos e bebidas, como também podem ser catalisadores para o desenvolvimento local sustentável. Este artigo explora o impacto econômico e social dos carrinhos de café em áreas turísticas, analisando como eles contribuem para fortalecer a economia local e promover a coesão social. Referencial Teórico: Carrinhos de café em pontos turísticos são exemplos de negócios que combinam gastronomia com conveniência, adaptando-se ao estilo de vida contemporâneo e às expectativas dos consumidores. Segundo estudiosos de empreendedorismo e desenvolvimento econômico local, esses empreendimentos são cruciais para diversificar as fontes de renda nas comunidades turísticas, além de fomentar o empreendedorismo entre os residentes locais. A literatura também destaca a importância da colaboração com fornecedores locais para fortalecer as cadeias produtivas regionais e promover uma economia mais resiliente e inclusiva. Um outro fator é que o turismo de café pode ajudar os destinos a se diferenciar de outros locais, trazendo vários benefícios para as regiões agrárias (Medina, 2016). Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5

⁴³Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maiara.pimenta@sou.fcr.edu.br

⁴⁴Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: samia.soares@sou.fcr.edu.br

⁴⁵Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tamara.maciel@sou.fcr.edu.br

⁴⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

⁴⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Os resultados destacam que os carrinhos de café não apenas proporcionam uma fonte de renda estável para os empreendedores locais, mas também estimulam o turismo ao oferecer uma experiência gastronômica autêntica e acessível. Eles contribuem para a revitalização de espaços públicos e promovem a interação entre moradores locais e visitantes, fortalecendo o tecido social da comunidade. Discussões: As discussões abordam como os carrinhos de café podem criar empregos locais, integrar-se com a economia informal existente e promover a sustentabilidade ao usar ingredientes locais e práticas comerciais responsáveis. Além disso, são explorados os desafios enfrentados pelos proprietários de carrinhos de café, como regulamentações governamentais, sazonalidade do turismo e competição com grandes cadeias de alimentação. Conclusões: Conclui-se que os carrinhos de café em áreas turísticas representam uma oportunidade viável para impulsionar o desenvolvimento econômico local de forma sustentável. Eles não apenas agregam valor econômico ao fornecer serviços de alimentação, mas também enriquecem a experiência do turista e fortalecem os laços comunitários. A implementação de políticas de apoio e incentivo, juntamente com a educação empreendedora e o apoio a pequenos fornecedores, são essenciais para maximizar os benefícios sociais e econômicos desses empreendimentos.

REFERÊNCIAS:

MEDINA, J. B.. Un análisis exploratorio de la situación en el año 2016 de las potencialidades del café producido en Gran Canaria como elemntod e una oferta de turismo gastronómico (Bachelor's thesis) 2016.

INOVAÇÃO NA TRADIÇÃO: COMO A GELATERIA COMBINA A TRADIÇÃO ITALIANA COM OS SABORES AMAZÔNICOS

Cristiele Almeida do Nascimento⁴⁸
Manuela Bonfante Scarpa Vasconcellos⁴⁹
Fabio Abib Hecktheuer⁵⁰
José Nilton Oliveira de Oliveira⁵¹
Edney Costa Souza⁵²

Introdução: A gelateria é um símbolo emblemático da cultura italiana, famosa por seus gelatos cremosos e de sabores tradicionais. No entanto, algumas gelaterias têm se destacado por uma abordagem inovadora, combinando essa rica tradição com ingredientes únicos da Amazônia. Essa fusão não só celebra a autenticidade do gelato italiano, mas também homenageia a biodiversidade brasileira, trazendo ao público uma experiência gastronômica que é, ao mesmo tempo, familiar e exótica. Ao unir técnicas artesanais com a exuberância dos sabores amazônicos, essas gelaterias criam uma ponte cultural, permitindo que tradições antigas evoluam e se renovem. Referencial Teórico: A gastronomia italiana, conhecida pela escolha meticulosa de ingredientes e métodos artesanais, está se integrando aos sabores amazônicos na gelateria contemporânea. Essa fusão oferece novas experiências sensoriais e demonstra como a inovação enriquece a gastronomia global. Ao combinar técnica italiana com ingredientes amazônicos sustentáveis, os empreendedores promovem a diversidade culinária e a sustentabilidade. Este artigo explora como essa abordagem atende ao mercado e fortalece relações com fornecedores e clientes, destacando a importância de uma rede de marketing robusta para fidelização e criação de valor (Kotler, 1996). Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: O estudo da fusão entre a

⁴⁸Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: cristiele.almeida@sou.fcr.edu.br

⁴⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: manuela.scarpa@sou.fcr.edu.br

⁵⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: fabio@fcr.edu.br

⁵¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

⁵²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

tradição italiana e os sabores amazônicos na gelateria baseia-se em conceitos de inovação gastronômica e preservação cultural. Autores como Hjalager e Richards destacam que a inovação na gastronomia não se limita à criação de novos pratos, mas também envolve a reinvenção de práticas tradicionais para atender às demandas contemporâneas. No contexto da gelateria, isso se reflete na adaptação das técnicas italianas para incorporar ingredientes amazônicos, criando um produto autêntico e moderno. Pilcher enfatiza a importância de ingredientes locais para a autenticidade e o desenvolvimento regional, enquanto Pearson et al. discutem a sustentabilidade alimentar, promovendo práticas de sourcing responsáveis e valorização da biodiversidade. Assim, a combinação de sabores italianos e amazônicos na gelateria envolve inovação gastronômica, valorização cultural e sustentabilidade, destacando seus impactos positivos na gastronomia contemporânea.

Discussões: A fusão da tradição italiana com os sabores amazônicos na gelateria promove inovação e preservação cultural. A meticulosa seleção de ingredientes italianos, combinada com sabores amazônicos, diversifica o menu e amplia o apelo global. Esta adaptação enfrenta desafios e oportunidades, promovendo práticas sustentáveis e enriquecendo a oferta gastronômica. A aceitação dos novos sabores amplia a base de clientes e reforça a identidade inovadora da gelateria. Equilibrar tradição e inovação preserva a essência italiana e cativa paladares modernos, promovendo diversidade cultural e sustentabilidade.

Conclusões: A combinação inovadora entre tradição italiana e sabores amazônicos na gelateria não apenas enriquece a experiência gastronômica dos consumidores, mas também fortalece os laços comunitários e promove práticas sustentáveis. Esta fusão não só diversifica o menu da gelateria, incorporando ingredientes autênticos da Amazônia, mas também destaca a importância da preservação cultural e ambiental. A aceitação positiva dos novos sabores reforça a identidade da gelateria como um líder em inovação gastronômica, adaptando-se continuamente às preferências dos consumidores e consolidando um vínculo emocional duradouro. Ao olhar para o futuro, esta abordagem não apenas responde às demandas atuais do mercado, mas também pavimenta o caminho para uma gastronomia mais diversificada e sustentável, onde tradição e inovação se complementam para criar experiências culinárias autênticas e memoráveis.

REFERÊNCIAS:

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing:** Análise, planejamento,

implementação e controle. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

O PAPEL DOS MONITORES NO SUPORTE PEDAGÓGICO E NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS DISCENTES

Tuanne Mony Moreira Marques⁵³
José Nilton Oliveira de Oliveira⁵⁴
Edney Costa Souza⁵⁵

Introdução: No contexto dinâmico e desafiador das instituições de ensino superior, os monitores desempenham um papel crucial no suporte pedagógico e no desenvolvimento acadêmico dos novos discentes. Estudantes que ingressam na universidade frequentemente enfrentam um ambiente repleto de novos conceitos, metodologias de ensino e demandas acadêmicas, o que pode ser intimidante e desafiador. Neste cenário, os monitores assumem a responsabilidade de não apenas auxiliar na compreensão de conteúdos complexos, mas também de orientar os novos discentes na adaptação às exigências do ensino superior. Referencial Teórico: O papel dos monitores no suporte pedagógico e no desenvolvimento de novos discentes dentro das instituições de ensino superior é fundamentado em princípios teóricos que destacam a importância da interação entre pares, mentoring acadêmico e a construção colaborativa do conhecimento. Vygotsky postula que a aprendizagem é um processo social e colaborativo, onde o conhecimento é construído através da interação com outros indivíduos mais experientes. Os monitores, ao oferecerem suporte pedagógico e estabelecerem relações de tutoria, facilitam a zona de desenvolvimento proximal dos novos discentes, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e significativa. (VYGOTSKY, 1978). Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Os estudantes que recebem suporte de monitores demonstraram melhorias significativas em seus resultados acadêmicos, refletindo uma compreensão mais profunda dos conteúdos e uma maior capacidade de aplicar conceitos teóricos na prática. A presença de monitores bem treinados e engajados cria um

⁵³Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tuanne.marques@sou.fcr.edu.br

⁵⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

⁵⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

ambiente de aprendizagem mais acolhedor e colaborativo, onde os novos discentes se sentem apoiados e encorajados a explorar seu potencial acadêmico e pessoal. Discussões: Identificar desafios comuns enfrentados por programas de monitoria e discutir estratégias para superá-los, como recrutamento adequado de monitores, treinamento contínuo e avaliação de impacto. Essas discussões ajudariam a fornecer uma visão abrangente sobre como os monitores desempenham um papel crucial no suporte pedagógico e no desenvolvimento de novos discentes, destacando tanto os benefícios quanto os desafios associados a essa importante função nas universidades. Conclusões: Os monitores desempenham um papel multifacetado e crucial no contexto universitário, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos novos discentes. À medida que as instituições de ensino continuam a valorizar e aprimorar seus programas de monitoria, é essencial reconhecer e apoiar essa importante função que enriquece a experiência educacional e prepara os estudantes para um futuro promissor. Investir no fortalecimento dos programas de monitoria é um investimento não apenas na qualidade da educação superior, mas também no sucesso e no bem-estar dos estudantes que compõem o tecido acadêmico das universidades modernas.

REFERÊNCIAS:

VYGOTSKY L. S. Mind in Society - The Development of Higher Psychological Processes. Cambridge MA: Harvard University Press:1978.

O PERFIL DIGITAL DO CONSUMIDOR E A PRESENÇA DO COMERCIANTE NAS MÍDIAS SOCIAIS

Tatiana Christine Rachid Bruxel⁵⁶
Tuanne Mony Moreira Marques⁵⁷
Flávia Serafim do Nascimento⁵⁸
Tamara Fernanda Maciel da Silva⁵⁹
Roxane Dias da Silva⁶⁰

Introdução: As mídias sociais fazem parte do dia a dia do consumidor brasileiro, que as utiliza tanto para pesquisar por novos produtos quanto para divulgar opiniões sobre itens adquiridos. Sendo o Brasil um dos países com maior uso de redes sociais do mundo, o impacto de uma presença online de uma loja é muito abrangente, e permite que marcas rompam barreiras físicas como a distância e o tempo. Por isso uma análise assertiva do perfil digital dos consumidores de uma marca e a capacidade da mesma de chegar até seus clientes através das redes sociais é tão importante na atualidade. Diante disso, o presente artigo visa identificar o perfil digital das clientes de uma pequena loja de roupas femininas de Porto Velho-RO e avaliar o alcance digital de tal empresa. É um dos objetivos também verificar as correlações desses dois fatores e como isso pode afetar as estratégias de marketing da empresa estudada. Referencial Teórico: Segundo Goulart, Gonçalves, Longo, Ventura e Souza (2019), mesmo que a presença digital do comerciante não resulte de imediato em grandes compras, a presença digital de um comércio permanece uma ferramenta valiosa a longo prazo. Além disso, Joines, Scherer e Scheufele (2003) dizem que a facilidade de interação é uma das características da internet que permite ao consumidor buscar informações do mercado de forma ativa, o que é muito diferente de como as mídias tradicionais funcionam. Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: A

⁵⁶Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: bruxel17@gmail.com

⁵⁷Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tuanne.marques@sou.fcr.edu.br

⁵⁸Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: flavia.nascimento@sou.fcr.edu.br

⁵⁹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tamara.f.maciell@gmail.com

⁶⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. E-mail: roxane.silva@fcr.edu.br

análise dos dados pessoais revelou que das vinte e duas mulheres que responderam ao questionário, duas têm menos de vinte e nove anos de idade, seis têm entre trinta e trinta e nove anos e doze têm mais de quarenta anos de idade. Duas das entrevistadas disseram não seguir a loja objeto deste estudo no Instagram e cinco disseram nem sequer saberem que a loja possuía uma presença no Instagram. Quanto ao fator de influência na decisão de compra, onze informaram que prezam pela qualidade do item, ficando o preço em segundo lugar, com cinco das respostas, e estilo em terceiro, com quatro. Discussões: Os dados apresentados na pesquisa revelam que apesar da pequena presença da loja em questão na rede social Instagram, ainda assim alguns clientes descobriram a loja através dessa rede social. Além disso, grande parte das entrevistadas utilizam o Instagram para acompanhar lojas e assuntos de moda. Apesar de o Instagram ainda não ser o meio pelo qual a maioria das clientes da loja preferem efetuar as suas compras, ele é um meio que permite que as clientes saibam sobre os produtos ofertados e eventuais promoções. Conclusões: Ao longo deste artigo foi descrita a importância das redes sociais no comércio brasileiro do século XXI. Foi feita ainda uma análise do perfil digital das consumidoras que são alvo do comércio aqui estudado. Os resultados encontrados revelaram que, apesar de a loja estudada ser pequena e não ter uma estrutura física fixa, ela apresenta condições de expansão no meio virtual. Acredita-se, diante do perfil das participantes desta pesquisa, que as possibilidades de aumento da clientela através do uso do Instagram justificam uma maior dedicação por parte da proprietária do comércio estudado.

REFERÊNCIAS:

GOULART, Loislane Delfino. GONÇALVES, Valdinei Vieira.. LONGO, Lilian Beatriz Ferreira. VENTURA, Rita de Cássia Martins de Oliveira. DE SOUZA, Reginaldo Adriano. **A Influência Das Redes Sociais No Processo De Decisão De Compra**, Seminário Científico do UNIFACIG, 2019.

O MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO BASEADO NO LUCRO APLICADO AO EMPREENDEDORISMO TÊXTIL: UM ESTUDO DE CASO

Tuanne Mony Moreira Marques⁶¹
Flávia Serafim do Nascimento⁶²
Tamara Fernanda Maciel da Silva⁶³
José Nilton Leite de Oliveira⁶⁴
Edney Costa Souza⁶⁵

Introdução: Este artigo visa investigar como se dá a aplicação do método precificação baseado nos lucros dos produtos de uma loja de roupas femininas de uma empreendedora portovelhense. Também, analisar o processo de precificação de vestuário feminino da mesma. Dentre as várias dificuldades em gerir um novo negócio percebe-se que uma das principais é na precificação de um produto e não saber os reais custos de produção. Além disso, outras dificuldades importantes são não considerar a margem de lucro, não ter uma percepção de valor agregado e dar descontos sem fazer uma análise de lucros. **Referencial Teórico:** No contexto do empreendedorismo têxtil, a escolha e aplicação de métodos eficazes de precificação são cruciais para garantir a sustentabilidade e o crescimento dos negócios. Dentre estes, foi escolhido para esse trabalho o método de precificação baseado no lucro. Este método busca determinar o preço de venda de modo a assegurar que cada unidade vendida contribui para cobrir todos os custos associados ao produto (incluindo custos fixos e variáveis) e ainda gerar uma margem de lucro satisfatória para a empresa. Inclui a definição precisa dos custos de produção, a identificação da margem de lucro desejada e a análise de mercado para determinar a elasticidade da demanda e a disposição dos consumidores em pagar pelo produto. De acordo com Bruni e Famá (2019), existem três processos distintos para definir os preços, que costumam basear-se nos custos, no consumidor ou na concorrência. **Metodologia:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com estudos diversos sobre a temática. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas em

⁶¹Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tuanne.marques@sou.fcr.edu.br

⁶²Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: flavia.nascimento@sou.fcr.edu.br

⁶³Acadêmica do curso de Administração da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tamara.f.maciел@gmail.com

⁶⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: jose.oliveira@fcr.edu.br

⁶⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Dr. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: edney.souza@fcr.edu.br

sites relevantes, bibliotecas digitais e publicações em periódicos qualificados nos últimos 5 anos, onde informações sobre estudos foram exploradas no sentido de subsidiar a pesquisa. Resultados: Neste estudo de caso, a flexibilidade do método permitiu a empreendedora ajustar os preços de venda de acordo com as variações no mercado, como mudanças na demanda, sazonalidade e concorrência. Ao considerar a implementação de métodos de precificação baseados no lucro, adaptados às especificidades de uma loja de roupa feminina, alcançou-se uma rentabilidade sustentável e fortaleceu sua posição competitiva no mercado. Discussões: Quais são os desafios enfrentados pelos empreendedores têxteis ao implementar o método de precificação baseado no lucro? É necessário discutir essas questões, como a necessidade de dados precisos de custos, a complexidade na definição de uma margem de lucro adequada e a capacidade de ajustar estratégias de precificação conforme elas irão surgindo para que a empreendedora se sinta confiante com o novo método de precificação. Ao realizar-se uma análise aprofundada dos benefícios, desafios e implicações estratégicas associadas à aplicação do método de precificação baseado no lucro numa loja de vestuário feminino, enriquece-se o entendimento sobre suas práticas e resultados no mercado atual e as dificuldades de pequenos empresários de utilizar o método. Conclusões: O método de precificação baseado no lucro representa não apenas uma abordagem eficaz para determinar preços de venda no empreendedorismo têxtil, mas também uma ferramenta poderosa para promover a competitividade, sustentabilidade financeira e sucesso a longo prazo no mercado globalizado atual. Ao integrar essas conclusões em suas práticas comerciais, a empreendedora está melhor posicionada para enfrentar desafios e capitalizar oportunidades dentro do setor têxtil em evolução.

REFERÊNCIAS:

BRUNI, A. L. & FAMÁ, R. (2019) **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel** (7a ed.) São Paulo: Atlas.

O ESTADO DE COISA INCONSTITUCIONAL NA PROTEÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE RELIGIOSA: A DESIGUALDADE DE TRATAMENTO JURÍDICO COM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO BRASIL

Maria Clara Monteiro Romano⁶⁶
Breno Azevedo Lima⁶⁷

Introdução: Este trabalho de conclusão de curso investigou o fenômeno do Estado de Coisa Inconstitucional (ECI) e sua influência na proteção da liberdade religiosa no Brasil, com foco nas religiões de matriz africana. Através de análise documental, o estudo revelou a existência de tratamento jurídico desigual enfrentado por essas comunidades, expondo práticas discriminatórias e violações constitucionais frequentemente negligenciadas, disfarçadas por legislações pouco efetivas na prática. O ECI assume diversas formas no contexto da liberdade religiosa para esse grupo específico, resultando em sérias violações dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal. As discriminações jurídicas, violações constitucionais e intolerância religiosa foram identificadas como perpetuadoras de um ciclo de exclusão e marginalização, que impede essas comunidades de exercerem plenamente seus direitos e práticas religiosas. Referencial Teórico: O presente trabalho elenca uma série de princípios em prol da dignidade humana e igualdade, com fundamentação na Constituição Federal de 1988. Além da Constituição, foram realizadas leituras e pesquisas em livros e artigos científicos para melhor compreensão acerca do tema, embasamento jurídico, contexto histórico e elaboração de possíveis medidas sanadoras. Metodologia: A metodologia utilizada inclui a análise de casos específicos de intolerância religiosa no Brasil, além de estudos bibliográficos e científicos sobre o Estado de Coisa Inconstitucional e a desigualdade na liberdade religiosa no país. A pesquisa envolve o mapeamento desses casos e a análise de casos concretos, legislações vigentes, medidas já propostas, bem como o contexto histórico que ajuda a compreender a dimensão do problema apresentado. Além disso, a efetividade da legislação sobre liberdade religiosa é avaliada para identificar lacunas e propor soluções práticas. Resultados e Discussões: O estudo revelou uma realidade preocupante quanto

⁶⁶Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.romano@sou.fcr.edu.br

⁶⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: breno.lima@fcr.edu.br

ao Estado de Coisa Inconstitucional (ECI) e seus impactos na proteção da liberdade religiosa das religiões de matriz africana no Brasil. A análise meticulosa identificou profundas disparidades no tratamento jurídico dessas comunidades, destacando práticas discriminatórias e violações constitucionais que frequentemente passam despercebidas pela sociedade e pelas instâncias jurídicas. Foi evidenciado que o ECI se manifesta de diversas formas, configurando uma séria violação dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal. Os resultados apontam para a persistência do racismo estrutural e da discriminação no Brasil, refletindo-se na falta de políticas públicas eficazes e na invisibilidade da cultura e história das religiões de matriz africana. A ausência de medidas concretas para promover a igualdade racial e proteger os direitos dessas comunidades contribui para um ciclo de exclusão e marginalização. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade urgente de uma postura mais proativa por parte do Poder Judiciário na defesa dos direitos das minorias religiosas, combatendo o preconceito religioso nas decisões judiciais. Conclusões: Diante dos achados alarmantes, conclui-se que é imperativo implementar um plano de ação abrangente para enfrentar o ECI e garantir a efetividade da liberdade religiosa para as religiões afro-brasileiras. Isso inclui fortalecer políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, proteger os direitos das comunidades tradicionais e valorizar sua rica herança cultural. Além disso, é fundamental investir em educação em direitos humanos e diversidade religiosa para combater a intolerância e promover o respeito à pluralidade cultural e religiosa no país. A luta contra o ECI e a intolerância religiosa requer um compromisso conjunto do Estado, da sociedade civil e do Poder Judiciário. Somente através da união de esforços e da construção de uma cultura de tolerância poderemos construir um Brasil mais justo e inclusivo, onde todas as crenças sejam respeitadas e valorizadas. Este estudo não apenas alerta para a urgência de ações concretas, mas também destaca a importância de reconhecer e proteger os direitos das religiões de matriz africana, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e democrática. Em suma, o Brasil possui legislação adequada para enfrentar a intolerância e a desigualdade jurídica e social enfrentadas por essas comunidades, porém, é fundamental uma implementação mais eficaz e comprometida para garantir que esses direitos sejam efetivamente protegidos na prática, assegurando um ambiente onde todos possam exercer livremente suas crenças e práticas religiosas.

O TRANSJUDICIALISMO COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.641, II DO CC: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE PORTUGAL

**Camila Wink Perpétuo⁶⁸
Breno Azevedo Lima⁶⁹**

Introdução: O Direito contemporâneo é marcado por interações transnacionais, um fenômeno conhecido como transjudicialismo, caracterizado pela troca de ideias, doutrinas e decisões entre sistemas jurídicos de diferentes países. Este estudo examina a aplicação do transjudicialismo na análise da inconstitucionalidade do Art. 1.641, II do Código Civil brasileiro, que impõe a separação obrigatória de bens para pessoas acima de 70 anos. A questão central é entender a razão dessa regra e como fundamentar sua inconstitucionalidade. O objetivo geral é analisar a (in)constitucionalidade desse artigo sob a ótica do transjudicialismo. Especificamente, busca-se examinar a legislação vigente, discutir a constitucionalidade do artigo, identificar impactos na autonomia dos idosos e comparar com a legislação internacional. A justificativa do estudo se baseia na relevância social e pessoal da norma, que pode violar direitos fundamentais dos idosos, como liberdade de escolha e autonomia, resultando em desigualdade perante a lei. Referencial Teórico Conforme Gama (2012), no Direito Civil brasileiro destaca-se a cláusula geral de tutela da pessoa humana, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal), que reconhece a vulnerabilidade inerente ao indivíduo. A constitucionalidade do Art. 1.641, II é defendida por doutrinadores como Arnaldo Rizzardo, que argumenta que a norma visa evitar casamentos por interesse financeiro entre pessoas de grande diferença de idade, protegendo o cônjuge mais velho e seus familiares. Inicialmente, a lei exigia que pessoas acima de 60 anos adotassem o regime de separação de bens, mas foi alterada pela Lei nº 12.344/2010 para 70 anos, refletindo o aumento da expectativa de vida. O judiciário tem demonstrado flexibilidade na aplicação dessa regra, reconhecendo a inconstitucionalidade difusa em algumas situações. Em 29 de setembro de 2022, o STF reconheceu a Repercussão Geral sobre o Tema 1236, discutindo a constitucionalidade do Art. 1.641, II, focando na autonomia, dignidade humana, proibição da discriminação e proteção das uniões estáveis. Metodologia: A metodologia adotada foi uma revisão

⁶⁸Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁶⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: breno.lima@fcr.edu.br

integrativa da literatura, através de pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicas, bibliotecas e acervos digitais. Segundo Severino (2013), a pesquisa bibliográfica envolve a busca de informações em registros preexistentes, baseando-se em dados e categorias teóricas previamente observados e registrados por outros pesquisadores. Resultados e Discussões: O transjudicialismo envolve a aplicação de normas transnacionais por jurisdições nacionais, utilizando precedentes de cortes estrangeiras. No Brasil, essa prática tem sido adotada pelo STF para resolver questões complexas e promover direitos humanos. Um exemplo é a ADPF N° 347, em que o STF, inspirado pela Corte Constitucional da Colômbia, reconheceu a situação calamitosa do sistema penitenciário brasileiro, adotando medidas como audiências de custódia e liberação de recursos do FUNPEN. Portugal adota práticas de transjudicialismo, harmonizando suas leis com diretrizes da União Europeia e incorporando princípios de direitos humanos. A Constituição Portuguesa prioriza tratados internacionais sobre legislação ordinária, refletindo um compromisso com justiça e direitos fundamentais. Os tribunais portugueses frequentemente se referem a decisões de tribunais internacionais, enriquecendo a jurisprudência local e fortalecendo a proteção dos direitos humanos. A análise da legislação de Portugal e outras jurisdições oferece inspiração para reformas no direito brasileiro, promovendo um sistema jurídico mais justo e moderno através do transjudicialismo. Conclusões Este estudo teve como objetivo analisar a (in)constitucionalidade do artigo 1.641, II do Código Civil brasileiro, utilizando o transjudicialismo como ferramenta comparativa, com base na legislação de Portugal. Foram discutidos a proteção constitucional ao idoso no Brasil e os princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana. A pesquisa evidenciou que o transjudicialismo é eficaz para questionar a validade constitucional de normas potencialmente discriminatórias. Comparando com a legislação portuguesa, a norma brasileira revelou-se anacrônica e discriminatória. Assim, sugere-se a revisão ou revogação do artigo 1.641, II para alinhar-se aos princípios de justiça e igualdade. Este estudo contribui para a discussão sobre a necessidade de reformas legais que respeitem os direitos fundamentais e a autonomia dos indivíduos. Os objetivos propostos foram alcançados, demonstrando a importância de harmonizar a legislação brasileira com padrões internacionais que promovam justiça e igualdade.

VIVENDO A PAZ NA ESCOLA, EM PORTO VELHO (PROJETO INTERNACIONAL “LIVING PEACE”)

Giuliano Carneiro Costa⁷⁰
Gabriel Góes Gonçalves Ribeiro⁷¹
Rachel Midori Codá Miyai⁷²
Shirley Margarete Alencar de Souza⁷³
Yanni Karenini Pacheco Andrade de Alcântara⁷⁴
Wânia Ressutti⁷⁵
Carolina Simões Correia⁷⁶

Introdução: Este estudo visa implementar competências de cidadania ativa e democrática, bem como promover a educação intercultural e para a paz entre os alunos do 8º período D da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Flora Calheiros Cotrin. O objetivo é expandir a consciência dos direitos e deveres individuais, promover o respeito às diferenças, fomentar o diálogo entre culturas e cultivar valores de paz. **Referencial Teórico:** A proposta educacional é inspirada no Projeto Internacional “Living Peace”, que promove a cultura da paz como essencial para a fraternidade global. Este projeto está alinhado com diretrizes de instituições e leis internacionais, como a ONU, que destacam valores de diálogo e negociação para prevenir conflitos. Também se fundamenta na Constituição Brasileira de 1988, que, em seus artigos 4º, VI, e 3º, IV, enfatiza tanto a defesa da paz quanto a promoção do bem comum. O projeto também busca apoio em legislações como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e a Lei 13.185/2015, todas cruciais para a educação, conscientização, prevenção e combate a diversas formas de violência. **Metodologia:** A metodologia do Projeto “Vivendo a Paz” seguiu os princípios da aprendizagem ativa com alunos de 11 a 14 anos do 8º período D. Inspirado no Projeto Internacional "Living Peace", as atividades ocorreram em três dias (15, 22 e 29 de maio), utilizando ferramentas como "Dado da Paz", "Árvore da Paz" e "Diário da Paz" para expressão de sentimentos e conhecimentos sobre paz, amor e convivência harmoniosa. Foram utilizados protótipos artesanais do dado, atividades da “Árvore da Paz” e recursos audiovisuais e musicais para promover

⁷⁰Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷¹Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷²Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷³Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷⁴Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷⁵Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

reflexão e prática de valores de paz, empatia e solidariedade. A avaliação dos resultados foi realizada com 36 alunos através de um questionário semiestruturado via Google Forms, abordando dados pessoais e percepção das atividades, medindo satisfação e expectativas em relação ao Projeto. Resultados: Os resultados da pesquisa com os alunos revelaram aspectos importantes. A maioria dos participantes era do sexo masculino (52,8%) e a avaliação da experiência foi positiva, com 66,7% classificando-a como "Ótima" e 19,4% como "Boa". As ferramentas utilizadas foram bem recebidas por 94,5% dos alunos, destacando sua eficácia na promoção da paz e harmonia na escola. As dinâmicas em grupo foram as mais apreciadas (47,2%), seguidas pela "Árvore da Paz" e conversas sobre valores de harmonia (25% cada). A maioria expressiva (91,7%) sentiu que as atividades contribuíram para um ambiente escolar mais harmonioso. Gentileza foi identificada como o principal valor a ser aplicado (66,7%), seguido por fazer o bem sem esperar nada em troca (52,8%). Todos os alunos são considerados aptos como agentes de mudança. O "Diário da Paz" registrou 11 entradas anônimas, abordando temas como violência doméstica e baixa autoestima, fornecendo insights sobre saúde mental, relações familiares e emocionais. Discussões: As discussões dos resultados focaram-se em avaliar a efetividade do projeto e se as dinâmicas promovem reflexão sobre paz, amor, harmonia, inclusão e respeito. Buscou-se identificar e entender os reais impactos na percepção dos alunos sobre os temas abordados, avaliando a participação da comunidade escolar, a aceitação das dinâmicas aplicadas e a adequação das estratégias de execução diante da realidade da turma. Conclusões: As atividades aplicadas impactaram significativamente os jovens e a comunidade escolar. A maioria dos alunos avaliou positivamente, destacando a eficácia das ferramentas para promover paz e harmonia. As dinâmicas em grupo e ensinamentos sobre gentileza foram valorizados. O "Diário da Paz" indicou a necessidade de suporte em saúde mental e relações familiares. A colaboração da escola e pesquisadores foi essencial. O feedback mostrou que as lições inspiram mudanças positivas e mitigam problemas futuros, destacando a importância de agentes pacificadores na escola.

Palavras-chave: Educação para a paz; Convivência harmônica; Cidadania; Interculturalidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 09/03/2024.

LIVING PEACE INTERNATIONAL. **Projeto Internacional Educar para a Paz**. Disponível em: <http://www.livingpeaceinternational.org/br/o-projeto.html>.
Acesso em 06/03/2024.

RESTAURANDO A DIGNIDADE HUMANA: UM PROJETO SOBRE AJUDAR A VIDA

Adgerson Miranda Gomes Junior⁷⁷

Calel Siqueira da Silva⁷⁸

Érika Gregório Oliva⁷⁹

Felipe Archanjo⁸⁰

Larissa Thainá de Souza Serra⁸¹

Maria Clara Monteiro Romano⁸²

Carolina Simões Correia⁸³

Introdução: O presente projeto visa estudar e atuar de forma beneficente em busca de visibilidade pela casa de apoio “Casa Zadoque”, localizada em área rural em Porto Velho, Rondônia. Com imersão no âmbito dos direitos humanos e proteção da dignidade, levanta-se as questões humanitárias em prol da caridade e falta de acessos a fatores decorrentes de necessidades básicas dos acolhidos. Referencial Teórico: Por se tratar de questão de princípios, foi feito um mergulho na Constituição Federal de 1988 sobre todos os princípios e garantias de direitos fundamentais para que motivasse a aplicação do projeto em trabalho de campo. Além disso, foi lido o livro “A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt” e o artigo “População em Situação de Rua: A importância dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos” para compreender a devida importância dessas casas de apoio com quem precisa. Metodologia: Este trabalho adotou uma pesquisa e trabalho de campo efetivo acerca da situação da casa de apoio escolhida, bem como foram realizadas ações sociais em benesse da Casa Zadoque. O Projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa de Rondônia e contou com apoio do Deputado Ismael Crispin e sua equipe. Resultados: A primeira ação realizada foi necessária para conhecer e compreender a situação da casa de apoio, com o grupo participando das atividades e conversando com os zeladores da casa. Na segunda parte da ação, contando com o apoio e participação do Deputado Ismael Crispin e sua equipe, foi realizada uma ação beneficente para arrecadação de alimentos e produtos de higiene básico, além de café da manhã e palestra. Foi possível perceber a necessidade de efetivação na proteção de

⁷⁷ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷⁸ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁷⁹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁸⁰ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁸¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁸² Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁸³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

direitos humanos com os acolhidos, pois muitos sequer possuíam documentação para tentar começar a buscar uma mudança de vida, além de que a casa não recebe apoio do governo e anda independentemente. Discussões: A partir do projeto descrito, várias observações importantes podem ser feitas. Primeiramente, destaca-se a importância da visibilidade e do apoio político. A apresentação do projeto na Assembleia Legislativa de Rondônia e o apoio do Deputado Ismael Crispin foram fundamentais para dar visibilidade à Casa Zadoque. Isso demonstra a importância do engajamento político e do apoio governamental para o sucesso de iniciativas beneficentes. Além disso, a imersão nos princípios e garantias de direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, bem como a leitura do livro “A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt” e do artigo “População em Situação de Rua: A importância dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos”, forneceu uma base teórica robusta que orientou as ações do projeto. A falta de apoio governamental contínuo para a casa de apoio é uma questão crítica, pois as ações beneficentes realizadas, como a arrecadação de alimentos e produtos de higiene, foram importantes, mas claramente insuficientes para suprir a demanda mensal da casa. É essencial estabelecer um programa de documentação para os acolhidos, facilitando seu acesso a serviços básicos e oportunidades de reintegração social. Além disso, um apoio governamental regular e estruturado é crucial para garantir a sustentabilidade da Casa Zadoque e de outras instituições semelhantes. Conclusões: Em conclusão, o projeto desenvolvido em benefício da Casa Zadoque ressaltou a importância da proteção dos direitos humanos e da dignidade das pessoas acolhidas. A colaboração entre o poder público e instituições beneficentes é essencial para promover mudanças significativas e sustentáveis. As ações realizadas trouxeram alívio temporário, mas evidenciaram a necessidade de um apoio contínuo e estruturado. A efetivação dos princípios de direitos humanos na prática diária é fundamental para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham acesso às suas necessidades básicas e oportunidades de uma vida digna.

Palavras-chave: Educação para a paz; Convivência harmônica; Cidadania; Interculturalidade.

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, Julia Mezarobba Caetano; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; FRANK,

Felipe. População em Situação de Rua: A importância dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos. In: **Francis-Yearbook of Legal Science and Humans Rights: Tribute to Prof. Dr. Cândido Furtado Maia Neto**. Câmara Brasileira do Livro, 2024.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. Companhia das Letras, 2020.

RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADAS

Gissela Renata Zeed Lima⁸⁴
Isabel Cristina Silva Cristo⁸⁵
Larissa Ribeiro Andrade⁸⁶
Maria Luiza Costa Matos⁸⁷
Carolina Simões Correia⁸⁸

Introdução: O tema Ressocialização possui significativa relevância no contexto social da atualidade. O presente trabalho objetiva tratar sobre o assunto voltando-se especialmente para o público carcerário feminino. Considerando o aumento da população carcerária feminina em todo o mundo, bem como o contexto social mundial, o qual é essencialmente marcado por uma cultura machista e patriarcal, considera-se necessário compreender os desafios enfrentados por mulheres encarceradas, além de entender o contexto no qual aquela mulher estava inserida e que, em partes, contribuiu para o resultado do encarceramento. Neste trabalho, exploraremos os principais aspectos relacionados à ressocialização de apenadas, analisando políticas, programas e desafios enfrentados nesse processo, bem como destacando a importância de abordagens holísticas e centradas nas necessidades individuais das mulheres encarceradas. Ao compreendermos melhor os fatores que influenciam a ressocialização das apenadas, podemos trabalhar para promover uma justiça criminal mais eficaz e humanitária, que reconheça a dignidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente de seu passado criminal. Referencial Teórico: Os princípios e diretrizes da ressocialização dos apenados foram estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Execução Penal. A LEP afirma que “A execução de pena de punimento disciplinar proporcionará condições para uma harmoniosa integração social do condenado”. A LEP define os direitos e deveres das apenadas e fornece meios de assistência, trabalho, educação e saúde para frear essa ressocialização. O processo de ressocialização de apenadas é multifacetado. Ele combina esforços de natureza legal, educacional, psicológica e social. A eficácia destas ações depende não só da qualidade

⁸⁴Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gisella.lima@sou.fcr.edu.br

⁸⁵Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: isabel.cristo@sou.fcr.edu.br

⁸⁶Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: larissa.andrade@sou.fcr.edu.br

⁸⁷Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.matos@sou.fcr.edu.br

⁸⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

da legislação e das políticas institucionais, mas também da capacidade da sociedade de reconciliar-se com o preconceito. Metodologia: A abordagem empregada neste estudo sobre a ressocialização de mulheres presas envolveu a realização de uma palestra educativa e a prestação de assistência jurídica. Essa estratégia combinou métodos educativos e suporte legal para atender às necessidades particulares das detentas, ampliando seu entendimento sobre direitos e responsabilidades. Resultados: Na data de XX, as acadêmicas do 9º período noturno do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia, Gisella Renata Zeed Lima, Isabel Cristina Silva Cristo, Larissa Ribeiro Andrade e Maria Luiza Costa Matos, dirigiram-se até a Penitenciária Feminina Estadual de Porto Velho, Suely Maria Mendonça, localizada na rua Iranir Gadelha, nº 4665, bairro Nova, Porto Velho/RO. Nesta data, as referidas discentes possuíam horário agendado, 14h, para proceder à realização de palestra para algumas das reeducandas que se encontravam naquela Unidade Penitenciária cumprindo pena. Logo na entrada, é preciso deixar seu nome e CPF no chamado “Livro de Registros”, o qual é utilizado como um controle, por parte da Direção da Unidade, dos indivíduos que adentram no local. Após as acadêmicas se identificarem e registrarem seus nomes no referido documento, estas foram encaminhadas para a Direção, local onde deixaram suas bolsas, aparelhos telefônicos e demais pertences, por ordem da Direção. Contudo, foi permitido que as alunas permanecessem com apenas 1 (um) aparelho celular, pois comunicaram que seria necessário tirar fotos da palestra. Após, uma Policial Penal acompanhou as alunas até uma das salas de aula, local onde as apenas participaram da palestra. A discente Maria Luiza Costa Matos iniciou a palestra com as reeducandas, de modo que esclareceu que seria apenas uma conversa e que esperava a participação das sentenciadas para que a conversa fluísse de forma interessante para todas. A primeira pauta a ser trabalhada foi a exclusão das pessoas encarceradas do convívio social e político, haja vista o Título de Eleitor destas pessoas ficar suspenso durante o cumprimento da pena e por 05 após o término de seu cumprimento. As apenas foram questionadas sobre como se sentiam sabendo que outras pessoas estavam decidindo os futuros governantes de seu país por elas, já que o direito de votar encontra-se suspenso como efeito da condenação penal. Estas, por sua vez, foram muito participativas ao comentarem que sentiam-se excluídas e esquecidas e, que, para refletirem sobre isso, nem precisam pensar em uma realidade tão distante, pois em coisas mínimas, como receber uma visita, por exemplo, já era algo que difícil no contexto em que elas se encontravam e que esta ausência já despertava nestas um sentimento de exclusão. Maria

Luiza comentou ainda acerca da Cultura Patriarcal que prevalece em nossa sociedade, de maneira que é profundamente enraizada e influencia muitos aspectos da vida social, política e econômica do país. O patriarcado é um sistema social no qual os homens detêm o poder e exercem autoridade sobre as mulheres em todos os aspectos da vida, desde a esfera doméstica até a esfera pública. Nesta perspectiva, uma apenada comentou sobre a cultura de sempre ser obrigada a respeitar as ordens dos pais e, posteriormente, dos maridos, de maneira que este comportamento levou muitas das apenadas a cometerem crimes, como o Tráfico de Drogas, haja vista a maioria das apenadas encarceradas naquele momento estarem cumprindo pena por incorrerem em delitos advindos de situações envolvendo seus maridos/companheiros. Em razão deste cenário, outra apenada questionou sobre até que ponto é correto ou até mesmo interessante para a vida dela, obedecer às ordens do marido, pois, naquele momento, ela esclareceu que para ela não compensa. Após o fim da palestra foi distribuído um bombom do tipo Sonho de Valsa, no qual estava grampeado um bilhete com a frase “Você é importante, linda e capaz!”. O citado brinde foi distribuído para as reeducandas e para as policiais penais que se encontravam de plantão. Discussões: Um dos resultados mais notáveis foi o alto nível de participação das apenadas durante a palestra. Quando questionadas sobre a suspensão dos direitos políticos, às mulheres em reeducação expressaram sentimentos de exclusão e esquecimento. Esta resposta não só reflete a privação de direitos, mas também destaca a necessidade de estratégias de ressocialização para promover a inclusão e a valorização da voz ativa dos reclusos como cidadãos. As discussões sobre a cultura patriarcal revelam como as estruturas sociais influenciam os comportamentos e escolhas das mulheres, muitas vezes levando ao seu envolvimento no crime. A consciência destas questões é crucial para a ressocialização, pois permite aos reclusos compreender as raízes do seu comportamento e procurar novas formas de comportamento que não sejam baseadas na submissão ou na coerção. A palestra em si e os métodos utilizados trouxeram a eficácia das atividades educativas e motivacionais em ambiente prisional. Uma abordagem interativa e reflexiva permite que os reclusos participem ativamente, proporcionando um espaço seguro para expressar seus sentimentos e ideias. A combinação de informações jurídicas e apoio emocional é crucial para a ressocialização porque atende às necessidades práticas e psicológicas das reeducandas. Conclusão: O projeto de extensão trouxe insights profundos sobre as necessidades e desafios enfrentados por mulheres em reeducação, especialmente no que se refere à suspensão dos direitos políticos. A

participação significativa durante a palestra não só demonstrou o interesse das apenadas em questões de cidadania, mas também revelou suas frustrações e desejos por inclusão e reconhecimento social. As discussões sobre a cultura patriarcal foram esclarecedoras, mostrando como essas estruturas influenciam as trajetórias de vida das mulheres e sua interação com o sistema penal. Ao estimular uma reflexão crítica sobre essas dinâmicas sociais, o projeto não apenas educou, mas também incentivou uma análise profunda das raízes dos comportamentos criminais e das possibilidades de reintegração baseadas na autonomia e dignidade. A eficácia das abordagens educativas e motivacionais foi clara, proporcionando um ambiente seguro e participativo onde as reeducandas puderam expressar suas perspectivas e sentimentos. A combinação de informações jurídicas com apoio emocional atendeu às diversas necessidades das participantes, contribuindo significativamente para seu processo de reintegração social. Portanto, este projeto não apenas levantou questões importantes sobre direitos e inclusão social dentro do sistema prisional, mas também ofereceu um modelo promissor de como iniciativas de extensão universitária podem promover mudanças positivas e construtivas na vida das pessoas em situação de reclusão.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CÁTEDRA NO BRASIL: ENTRE TOLERÂNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA, A DEMOCRACIA

Rosinaldo Araújo da Rocha⁸⁹
Carolina Simões Correia⁹⁰

O estudo aborda a liberdade de expressão e a liberdade de cátedra no contexto democrático brasileiro. Inicialmente, são discutidos os conceitos dessas liberdades, destacando sua importância na promoção do debate saudável, busca pelo conhecimento e garantia da imparcialidade no ensino. A pesquisa enfatiza a necessidade de compreender as implicações dessas liberdades fundamentais na sociedade, sublinhando o equilíbrio entre autonomia e responsabilidade docente para uma educação democrática e inclusiva. O trabalho examina casos em que o direito de ensinar ou aprender foi questionado, analisando a jurisprudência brasileira relacionada à liberdade de expressão e de cátedra. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em análise doutrinária e decisões jurisprudenciais no Brasil. Além disso, o estudo destaca a importância de desenvolver o senso crítico dos alunos em relação à informação, promover a diversidade de vozes e fortalecer a formação continuada dos professores. Para garantir a liberdade de expressão e de cátedra na educação brasileira, são propostas soluções práticas, visando construir uma sociedade democrática, justa e plural. Este trabalho oferece uma análise sobre a relação entre segurança jurídica e liberdade de expressão, apresentando insights relevantes para o debate jurídico e o aprimoramento do exercício acadêmico. A liberdade de expressão é protegida por diversos instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. No Brasil, é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. A liberdade de cátedra, por sua vez, refere-se à liberdade dos professores de ensinar e pesquisar sem interferência externa, promovendo o pensamento crítico e a busca pela verdade. No entanto, essa liberdade não é absoluta e encontra limites quando entra em conflito com outros direitos e interesses legítimos. A autonomia docente para a escolha e definição dos meios didático-pedagógicos a serem adotados em suas aulas está mais diretamente

⁸⁹Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rosinaldo.rocha@sou.fcr.edu.br

⁹⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFGRS. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

associada à liberdade de cátedra. Contudo, essa liberdade deve harmonizar-se com os demais princípios garantidores do direito ao ensino, como a liberdade de aprender e o pluralismo de ideias. A censura, seja institucional, autocensura ou judicial, representa um desafio à liberdade de expressão e de cátedra, limitando o debate, restringindo o acesso à informação e impedindo o livre desenvolvimento do pensamento crítico. A disseminação de notícias falsas e desinformação também é um desafio contemporâneo que afeta a liberdade acadêmica. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em análise doutrinária e decisões jurisprudenciais no Brasil. Buscou-se compreender os diferentes posicionamentos sobre a liberdade de expressão e de cátedra, especialmente em questões polêmicas, considerando o ordenamento jurídico brasileiro. Os resultados destacaram a importância de desenvolver o senso crítico dos alunos em relação à informação, promover a diversidade de vozes e fortalecer a formação continuada dos professores. Foram identificados casos em que o direito de ensinar ou aprender foi questionado, evidenciando a necessidade de equilibrar a liberdade de cátedra com responsabilidade docente. As discussões abordaram os desafios enfrentados pela liberdade de cátedra, como a manipulação da informação, disseminação de ideologias unilaterais e autoritarismo. Também foram analisadas as consequências da limitação da liberdade de cátedra, como a perpetuação da injustiça, desigualdade e falta de inovação. A censura e a autocensura foram discutidas como obstáculos à liberdade acadêmica. A pesquisa concluiu que a liberdade de expressão e de cátedra são fundamentais para uma sociedade democrática, justa e plural. A proteção e promoção dessas liberdades são essenciais para o avanço do conhecimento, formação de cidadãos críticos e construção de uma sociedade mais inclusiva. A necessidade de equilibrar a liberdade acadêmica com responsabilidade ética e respeito aos princípios democráticos foi ressaltada como chave para uma educação de qualidade e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS: A NOVA TRIBUTAÇÃO PROPORCIONADA PELA LEI FEDERAL Nº 14.754/2023 NA PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA

**Nícolas de Souza Rodrigues do Nascimento⁹¹
Claudio Rubens Nascimento Ramos Junior⁹²**

Introdução: A tributação de fundos de investimentos exclusivos no Brasil tem sido debatida intensamente devido à Lei Federal nº 14.754/2023³. Este trabalho questiona se a nova modalidade de tributação respeita o princípio da isonomia tributária. A relevância dos fundos exclusivos na economia brasileira e a importância de um sistema tributário justo e equitativo justificam a escolha do tema. O objetivo é analisar a aplicabilidade da nova regra sem violar a isonomia, considerando a possibilidade de criação do imposto sobre grandes fortunas. Metodologia: No contexto deste trabalho, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica realizada pelo método dedutivo (SEVERINO, 2007, p. 105; p. 122)⁴, exercida através de uma revisão da literatura sobre temas correspondentes à tributação de fundos de investimentos exclusivos e a Lei Federal nº 14.754/2023. São analisados artigos científicos, livros, teses, dissertações e legislação pertinente ao tema. A análise desses materiais permitiu uma compreensão das particularidades do sistema tributário brasileiro e as especificidades dos fundos de investimentos exclusivos. Dessa forma, este trabalho explica o que são fundos de investimento e as características de sua regulação. Posteriormente, é exposto, comparativamente, o que são fundos exclusivos de investimentos e como funcionava a modalidade antiga de tributação, assim como é apontada a principal diferença aplicada pela nova legislação vigente. Ao final, este trabalho apresenta o princípio da isonomia tributária como fonte fundamental para possibilitar a mudança na tributação de fundos exclusivos, sustentada à viabilidade de criação de imposto sobre grandes fortunas. Resultados e Discussões: A Lei Federal nº 14.754/2023 trouxe uma mudança significativa na tributação dos fundos de investimentos exclusivos. Agora, esses fundos estão sujeitos a uma alíquota fixa de imposto, independentemente de sua categoria de fundo ou prazo de investimento. Essa alteração visa aumentar a contribuição de pessoas de alta renda para o Erário, simplificar a tributação e tornar os investimentos mais previsíveis para os investidores. Foi observado, também, que o aumento de

⁹¹Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nicolas.rodrigues@sou.fcr.edu.br

⁹²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail: claudio.ramos@fcr.edu.br

contribuição dos fundos exclusivos apresenta viabilidade dentro do princípio da isonomia tributária, bem como aplicabilidade conforme à Carta Magna de 1988.⁵ No entanto, somente o aumento da carga tributária de fundos exclusivos não devem resolver o grave problema de desigualdade social, que também é ampliado pelo caos da legislação tributária presente no Brasil. As leis tributárias no país devem sempre considerar a contribuição em cargas diferentes conforme o poderio econômico do contribuinte (PAULSEN, 2022, p. 92)⁶, assim como garantir melhor eficácia da aplicação dessas regras, a fim de alcançar maior estabilidade aos cofres públicos. Conclusões: Para as próximas melhorias à legislação tributária dos fundos de investimento, será necessário adotar uma abordagem ampla. Essa abordagem deve levar em conta a simplificação, transparência e alinhamento da tributação com os objetivos econômicos do país. O esforço conjunto de legisladores, reguladores, gestores de fundos e investidores será fundamental nesse processo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.754, de 12 de dezembro de 2023. **Dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14754.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553623255. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623255/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. - 23.ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

A REGULAÇÃO CONSTITUCIONAL RELACIONADA À ORIENTAÇÃO SEXUAL: O DIREITO À LICENÇA MATERNIDADE E À LICENÇA-PATERNIDADE PARA CASAIS DO MESMO GÊNERO

**Gabriel Góes Gonçalves Ribeiro⁹³
Cleverton Reikdal⁹⁴**

Introdução: O artigo aborda a proteção constitucional dos direitos à licença-maternidade e à licença-paternidade no Brasil, destacando a família como a base da sociedade é beneficiária de especial amparo do Estado conforme a Constituição de 1988. Examina-se se casais do mesmo gênero exercem esses direitos de forma equitativa, considerando mudanças sociais ao longo do tempo e a análise crítica de entendimentos jurisprudenciais vigentes. A pesquisa utiliza método de abordagem qualitativa sobre revisão bibliográfica e pesquisa documental, por análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para investigar a aplicação desses direitos na atualidade, discutindo conceitos de família e desafios enfrentados por casais do mesmo gênero no sistema jurídico brasileiro. Referencial Teórico: Para a realização do trabalho, foram utilizados como referências principalmente a Constituição da República de 1988, bem como materiais doutrinários de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Civil e Direito Constitucional. Além disso, também entendimentos jurisprudenciais atuais do Supremo Tribunal Federal, como medidor do entendimento atual da regulação constitucional sobre a temática. Metodologia: O desenvolvimento metodológico do presente trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, com a seleção e análises de livros, artigos científicos e trabalhos de renomados autores acerca dos temas, bem como também foi realizada pesquisa documental, especificamente concentrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição. Optou-se pela abordagem qualitativa, propondo a construção de uma reflexão crítica realizada com a leitura dos trabalhos e dos documentos coletados e examinados. Resultados: Os resultados apontam que durante o processo de licenciamento houve uma considerável atenção aos aspectos ambientais, com a elaboração de relatórios robustos e a realização de estudos de impacto abrangentes, entretanto, também foram identificadas divergências entre as projeções

⁹³Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gabriel.ribeiro@sou.fcr.edu.br

⁹⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutorando em Ciências Jurídicas pela UNIVALI. E-mail: cleverton.reikdal@fcr.edu.br

iniciais e os impactos reais observados após a operação das usinas, como, por exemplo, não constar dentro do RIMA o alagamento de parte da cidade de Porto Velho e os estragos causados por este evento, ou seja, apesar de todas as medidas meticulosas para previsão de possíveis danos causados pelas hidrelétricas, não foi abordado o maior impacto negativo causado por elas. Discussões: A discussão dos resultados centra-se na reflexão crítica das razões e consequências da não aplicação da igualdade concreta no exercício dos direitos básicos e fundamentais dos cidadãos, associando essa reflexão com os preceitos do direito antidiscriminatório e dos objetivos fundamentais consolidados na Constituição Federal de 1988. Conclusões: Em conclusão, o trabalho aponta sob os parâmetros constitucionais e do direito antidiscriminatório a não consecução da igualdade concreta necessária para a promoção do bem de todos na sociedade brasileira. Desta forma, é possível que os temas tratados sejam analisados considerando óticas indispensáveis e que foram muitas vezes esquecidas ou ignoradas ao longo da história do Direito, inclusive em esfera especificamente nacional. A construção de uma sociedade sem opressões de qualquer natureza e onde o respeito e a igualdade concreta são a realidade é a busca da correção de injustiças sociais e do alcance pretendido pelos princípios e normas constitucionais alicerçadas nos direitos humanos.

**CYBERBULLYING COMETIDO CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NAS REDES SOCIAIS: ABUSO DA LIBERDADE DE
EXPRESSÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS
DIGITAIS**

Geovana Thalita Silva⁹⁵

Edson Antônio Sousa Pontes Pinto⁹⁶

Introdução: O presente trabalho tem como escopo abordar aspectos jurídicos do Cyberbullying. Nesse contexto estabelece-se como problema de pesquisa a indagação sobre como implementar uma regulamentação que assegure efetivamente a proteção de crianças e adolescentes. A relevância desse estudo reside na seguinte questão: Por que é urgente proteger os direitos e a integridade das crianças e adolescentes no ambiente digital e como a ausência de uma legislação mais clara e abrangente para o Cyberbullying ressalta a importância de uma análise crítica e aprofundada desse fenômeno sob a ótica jurídica?. É imperativo que não só legisladores, mas educadores, sociedade e a família compreendam plenamente as nuances do Cyberbullying e suas consequências, visto que crianças e adolescentes se tornam vulneráveis quando integram a tecnologia em seu cotidiano. Referencial teórico: A revisão incluiu pesquisa em livros, revistas, artigos e busca de citações nas publicações inicialmente identificadas. Os artigos principais foram: SILVA, Loianne Amaral Campos (O direito e as redes sociais: o advento do cyberbullying e a violação dos direitos fundamentais pelos adolescentes, 2020), sendo o causador do dano menor de idade surgem desafios complexos, levantando questões éticas, jurídicas e sociais. SOUSA, Suyane da Silva (Responsabilidade civil pela prática de cyberbullying, 2020), ela aborda sobre a responsabilidade dos pais dos agressores, escola, mídias sociais e plataformas online, identificando assim desafios e nuances únicas em cada caso. MOREIRA, Rômulo Andrade (O bullying, o Cyberbullying e a expansão do direito penal, 2024) traz a reflexão acerca da atual ênfase punitiva pelo direito penal do cyberbullying como intimidação sistemática e por fim PAULO César (Refletindo sobre a adequação dogmática da lei que tipifica o bullying e o cyberbullying) traz a questão de uma maior atenção por parte do Estado e da sociedade, para uma melhor condução deste sensível

⁹⁵Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁹⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Direito Constitucional e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. E-mail: edson.pinto@fcr.edu.br

tema. Metodologia: A metodologia empregada consiste em revisão bibliográfica feita com método indutivo, adota um enfoque explicativo e qualitativo para analisar o contexto e as implicações jurídicas, fornecendo assim uma perspectiva abrangente e atualizada sobre esse tema ainda pouco explorado. Elucida-se o conceito de bullying de modo geral, com ênfase no direito da criança e do adolescente. Discute -se o Cyberbullying e a necessidade de regulamentação. Por fim, pensa-se os aspectos desafiadores da intersecção entre a compreensão multidisciplinar do bullying e o direito. Objetivo: Este estudo tem o objetivo de analisar de modo crítico a proteção à criança e ao adolescente nas redes sociais. Resultados e Discussões: Efeitos psicológicos: problemas de saúde mental, baixo desempenho acadêmico, dificuldades de integração social, baixa autoestima e em alguns casos até mesmo o suicídio. O cyberbullying representa uma extensão do bullying para o ambiente virtual, introduzindo desafios adicionais e agravando as consequências para crianças e adolescentes que estão vulneráveis nas redes sociais. Com relação à responsabilidade das plataformas digitais, embora elas não sejam diretamente responsáveis pelos comportamentos abusivos dos usuários, elas facilitam a disseminação do cyberbullying, quando não tomam medidas mais proativas para a proteção de crianças e adolescentes. As discussões se aplicam na ausência de uma legislação específica e atualizada que aborde adequadamente o cyberbullying e suas nuances. As leis precisam acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas e como as novas formas de assédio online se manifestam. É essencial que sejam adotadas abordagens multidisciplinares, incluindo a promoção da educação digital e da empatia desde cedo, o fortalecimento da capacidade de pais e educadores para lidar com o cyberbullying, desenvolvimento de tecnologias e políticas que promovam a segurança online e espaços de diálogo e apoio para as vítimas. Liberdade de expressão vs. Abuso: tem- se um desafio em equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de prevenir abusos online. A anonimidade proporcionada pela internet pode encorajar comportamentos como: assédio e humilhação de forma constante. Conclusão: O fenômeno do Cyberbullying, como abordado ao longo deste estudo, é mais do que uma simples manifestação da era digital, é um reflexo das complexidades e desafios inerentes à intersecção entre tecnologia, sociedade e direito. Ao encerrar esta análise, é imperativo não apenas refletir sobre os dilemas e impasses apresentados, mas lançar um olhar crítico para o futuro, pois a medida que avançamos para uma era cada vez mais digitalizada, surgirão novos desafios e com isso é preciso garantir que regulamentações se tornem eficazes e

adaptáveis às mudanças rápidas e imprevisíveis. Assim, para avançar nesse sentido, propõe-se a adoção de medidas como o fortalecimento da legislação existente, garantindo que ela seja atualizada e abrangente o suficiente para lidar com as especificidades que o Cyberbullying representa no ambiente digital.

EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO RONDONIENSE

Eduardo Sarges de Souza⁹⁷
Cássio Bruno Castro Souza⁹⁸

O tema da inteligência artificial aplicada ao processo civil é atual, relevante e inovador, ao envolver questões jurídicas, éticas e sociais que ainda não foram suficientemente debatidas e regulamentadas no âmbito do Direito Digital. É nesse domínio da aplicação da inteligência artificial ao Direito, que se situa este artigo, que visa explorar alguns dos principais ângulos de interesse da inteligência artificial no direito para o jurista. Para isso, foi realizada uma visita ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 11 de abril de 2024, ao Núcleo de Inteligência de Negócio, para conhecer o Sistema "SINAPSES", desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Após as buscas, foram constatadas que as consequências que a utilização deste tipo de tecnologia traria ao poder judiciário local, tendo em conta que a sua implementação somada a um contexto social e econômico distintos, ocasiona diversos entendimentos de órgãos jurisdicionados, inseridos em competências desse Poder. Um domínio basicamente centrado no estudo do que podemos chamar de "inteligência artificial jurídica", ou seja, o conjunto de ferramentas de inteligência artificial projetadas e/ou utilizadas para a automação de diferentes tarefas jurídicas, envolvidas no desenvolvimento ou na adaptação dessas ferramentas às peculiaridades do raciocínio jurídico e dos efeitos, e que seu uso pode ser usado tanto nos esquemas mentais e nos métodos de trabalho tradicionais do jurista quando, na prática profissional do direito, quanto no uso decisório da magistratura. Mas, como sabemos, no campo jurídico é muito difícil obter ou estabelecer dados que possam ser atribuídos a um valor de "verdade", principalmente na fase de conhecimento que são levados inúmeras vezes ao julgador. Quanto ao seu recurso, pode-se dizer que a gama de aplicações da máquina, aliadas ao labor humano, colaboram com ferramentas essenciais de fluxo de trabalho, incluindo aplicações de ponta a ponta usando modelos específicos. E é isso que foi explanado na visita in loco feita, portanto, trata-se de uma mera assistência ao corpo judiciário no combate a lentidão causada pelas altas demandas judiciais em todo território rondoniense. O potencial para transformar os serviços de justiça do setor público reside

⁹⁷Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁹⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: cassio.souza@fcr.edu.br

no aumento da eficiência dos processos judiciais e na melhoria do acesso à justiça. Além disso, cita-se a implementação em outros países de protótipos que aliam o direito à tecnologia, que garante aos usuários que acessem de forma consistente e confidencial quando precisam aceder diretamente a eles. Ademais, fomento trazer a ideia de implementação em todas as fases do processo civil. A formação e ensinamento para a inteligência artificial construir uma base de dados, independentemente das subsequentes preocupações sobre a aplicação ao direito positivado, é inegável que esta pode ajudar a reforçar as instituições, processos, e culturas organizacionais dentro das instituições públicas. Em última análise, a adoção da inteligência artificial nos processos e serviços judiciais já não é uma perspectiva para o futuro. A questão, portanto, já não é "se" a inteligência artificial transformará o judiciário em uma instituição livre do acúmulo processual, mas sim "como" e em que medida, ela será implementada.

A PENA DE MULTA E A DEFENSORIA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE O CABIMENTO DA MEDIDA DIANTE DA HIPOSSUFICIÊNCIA DOS(AS) ASSISTIDOS(AS)

Ranyelle Brito Silva⁹⁹
Everson Rodrigues de Castro¹⁰⁰

Introdução: O artigo científico aborda a Defensoria Pública no Brasil, enfocando seu papel essencial na assistência jurídica gratuita a pessoas necessitadas, conforme definido na Constituição Federal de 1988. O trabalho questiona a justiça da aplicação de penas pecuniárias a indivíduos hipossuficientes, assistidos pela Defensoria Pública. Enfatizando o papel da Defensoria Pública e sua essencialidade para a função jurisdicional do Estado, proporcionando orientação jurídica e defesa dos direitos humanos e individuais. Referencial Teórico: A pesquisa discute o direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita, conforme os artigos 5º, LXXIV da Constituição e 98 do Código de Processo Civil. Explora-se a abrangência da hipossuficiência, os beneficiários da justiça gratuita e os desdobramentos desse direito, tanto na assistência judicial quanto extrajudicial. Metodologia: A análise é baseada em uma revisão da legislação, análise de doutrina, entendimentos dos Tribunais Superiores e práticas jurídicas, site Defensoria Pública da União, site do Superior Tribunal de Justiça, site do Supremo Tribunal Federal. Busca-se avaliar a aplicabilidade da pena de multa a indivíduos que recorrem à Defensoria Pública e a presunção de hipossuficiência. Resultados e Discussões: O estudo revela que a legislação atual prescreve a presunção de hipossuficiência para pessoas físicas e a necessidade de comprovação para pessoas jurídicas. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu a extinção da punibilidade da pena de multa para os hipossuficientes. Discute-se também a aplicação da justiça gratuita e a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios. Além disso, o artigo discute a questão da pena de multa aplicada a indivíduos assistidos pela Defensoria Pública que tem como missão principal a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos de forma integral e gratuita. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que, em casos de hipossuficiência, a pena de multa deve ser extinta, pois impor essa multa agravaria a situação financeira dos necessitados e suas famílias, o artigo também aborda a gratuidade da justiça, um

⁹⁹Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

¹⁰⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

direito fundamental garantido pela Constituição, que inclui assistência jurídica integral e gratuita para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Este direito abrange a assistência jurídica, orientação jurídica extrajudicial e a isenção de despesas processuais. Conclusões: Conclui-se que a aplicação de pena de multa a indivíduos hipossuficientes assistidos pela Defensoria Pública é contraditória, uma vez que esses já demonstram incapacidade financeira. Recomenda-se dispensar a comprovação de recursos para o pagamento de multas, reconhecendo a impossibilidade de pagamento para esses indivíduos, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. A obrigação do Estado, através da Defensoria Pública, disponibilizar assistência jurídica gratuita para todos aqueles que não dispõem de recursos para custear uma assistência jurídica. Portanto, concluindo que a justiça gratuita é um direito fundamental que deve ser respeitado e que a Defensoria Pública desempenha um papel crucial na garantia desse direito, juntamente com o entendimento do Tribunal Superior de Justiça, no qual tem desempenhado um papel crucial na interpretação e aplicação dessas normas, assegurando que a hipossuficiência seja reconhecida e respeitada no sistema judiciário brasileiro. Também enfatiza que a punição por litigância de má-fé não deve resultar na perda do benefício da justiça gratuita, mas sim em penalidades específicas previstas na lei.

REFUGIADOS AMBIENTAIS: AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO JURÍDICA NA LEI DO REFÚGIO

Fabiola Santana De Mont'alverne¹⁰¹
Everson Rodrigues de Castro¹⁰²

Introdução: A crescente preocupação com as mudanças climáticas e seus impactos têm aumentado devido ao número de pessoas deslocadas por eventos ambientais extremos, como secas, furacões e elevação do nível do mar. Estes eventos põem em risco a segurança dessas comunidades, e colocam desafios às legislações existentes a respeito do reconhecimento e proteção desses refugiados. Objetivos: O objetivo geral deste estudo é analisar os direitos dos refugiados ambientais, com objetivos específicos de revisar definições atuais, examinar políticas públicas e discutir aspectos legais. A hipótese central é que a colaboração entre Estados e organizações internacionais pode fortalecer a proteção desses indivíduos. A justificativa é a necessidade urgente de garantir proteção adequada aos refugiados ambientais. Referencial Teórico: O conceito de refúgio é de origem antiga, e está vinculado ao asilo como proteção. A evolução desse direito foi marcada por convenções internacionais, nesse sentido, foi usado como referencial a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, que definiram refugiado e o princípio do non-refoulement, bem como Convenções regionais, como a da OUA de 1969 e a Declaração de Cartagena de 1984, que ampliaram essa proteção. No entanto, a prática enfrenta desafios devido à falta de vontade política dos Estados, resultando em proteção inadequada para muitos refugiados, nos quais enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços básicos e integração social. Desse modo, o ACNUR tem um papel crucial na coordenação desses esforços. Os artigos principais utilizados foram: CLARO, Carolina de Abreu Batista (Refugiados Ambientais: Mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global.), RAMOS, Érika Pires (Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo Direito Internacional. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da USP, 2011) e SANTOS, Izadora Buziki dos. (A importância do reconhecimento da condição jurídica do refugiado ambiental no âmbito internacional. 2018), no qual abordam sobre as pessoas forçadas a deixar seu habitat devido a perturbações ambientais significativas,

¹⁰¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: fabiola.alverne@sou.fcr.edu.br

¹⁰² Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

que podem ser naturais, como desastres climáticos, ou causadas por ações humanas, como degradação ambiental, explorando sobre como estes diferem-se dos refugiados tradicionais, que fogem de perseguições ou conflitos, e não estão contemplados explicitamente pela Convenção de 1951. Metodologia: A pesquisa tem como metodologia uma abordagem bibliográfica qualitativa, que inclui revisões e análise de convenções internacionais, relatórios de organizações internacionais e estudos acadêmicos. Adota um enfoque explicativo e se concentra na análise crítica da lei e informações, visando identificar e evidenciar as lacunas no reconhecimento e na proteção jurídica dos refugiados ambientais. Resultados e Discussões: Os resultados e discussões demonstram que no Brasil, o CONARE é o Órgão responsável por reconhecer e proteger refugiados, tendo como base a Lei 9.474/1997, que amplia a definição de refugiado para incluir vítimas de graves violações de direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 garante o direito a um meio ambiente equilibrado, sugerindo que os deslocados por desastres naturais deveriam ser reconhecidos como refugiados. Além disso, a diplomacia brasileira busca uma inserção internacional equilibrada. Em eventos como a Rio-92, o Brasil mostrou habilidade em promover o desenvolvimento sustentável. A postura proativa do Brasil em fóruns internacionais, como a ONU, e sua participação em missões de paz reforçam seu papel como promotor da paz e segurança internacional. Conclusões: Conclui-se que é imprescindível que o Brasil e demais países reconheçam a condição de refugiado ambiental, aumentando assim, sua proteção e, conseqüentemente, seus direitos. Esse avanço assegura a proteção jurídica desses cidadãos, e reforça o compromisso do país com os direitos humanos e a equidade social, que devem ser garantidos para preservar a dignidade humana.

DIREITO E JUSTIÇA: TESSITURAS A PARTIR DA DESCONSTRUÇÃO

Vanessa Araújo De Oliveira¹⁰³
Everson Rodrigues De Castro¹⁰⁴

Introdução: A desconstrução nos lembra do limiar entre direito e justiça. Enquanto o direito consiste em um conjunto de regras e normas concretas, a justiça é um ideal que transcende essas codificações. A justiça, na visão de Derrida, é algo que nunca pode ser completamente realizado dentro das estruturas jurídicas existentes; ela está sempre além, um horizonte que guia nossas práticas jurídicas. Nesse contexto ousa-se com este artigo responder, quer dizer tentar, a seguinte indagação “Como a desconstrução, mobilizada por Derrida, propõe ressignificar as concepções de direito e justiça, na cena jurídica?”, assim, temos como objetivo discutir como a desconstrução pode ressignificar as concepções de direito e justiça, na cena jurídica. Referencial teórico: A leitura da obra "Força de Lei: O Fundamento Místico da Autoridade"³, de Jacques Derrida, serviu como base para os espectros citacionais no que diz respeito ao entendimento do direito e justiça, a partir da perspectiva da desconstrução. O movimento desconstrutivo do direito, ou da justiça enquanto direito, que permite a possibilidade da desconstrução. “A justiça em si mesma, se é que existe algo assim, fora ou além do direito, não pode ser desconstruída.” (DERRIDA, 2010, p. 15), ou seja, “a desconstrutibilidade do direito torna a desconstrução possível. A indesejabilidade da justiça torna, também, a desconstrução possível, ou com ela se confunde” (DERRIDA, 2010, p. 26-27). A materialidade da aplicação do direito se manifesta, na cena jurídica, com o respeito às regras, contudo, não é possível usarmos essa analogia diante da justiça, pois esta ao contrário do “direito é incalculável”, ou seja, “o direito pode ser exercido por uma decisão, a justiça de forma alguma pode ser garantida por uma regra” (LIMA, 2022, p. 133). É justo existir um direito, em virtude das sociedades complexas existentes, porém, a justiça é da ordem do incalculável, e a justiça exige que se calcule o incalculável. Logo, a decisão sobre o que é justo nunca pode ser garantida, justamente, porque direito não se confunde com justiça, pois para Derrida, “a justiça seria a experiência daquilo que não se pode experimentar”. (LIMA, 2022, p. 133). Metodologia A condução metodológica escolhida foi à pesquisa bibliográfica, por meio

¹⁰³Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: vanessa.araujo@sou.fcr.edu.br

¹⁰⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

da enxertia textual, com visitas às produções acadêmicas e científicas, já publicadas sobre a temática. Resultados e discussões Na visão de Derrida, a desconstrução do direito não é uma mera desconstrução negativa, mas uma oportunidade para a reconstrução e o aprimoramento contínuo das estruturas jurídicas, visando a uma justiça que nunca é plenamente alcançada, mas que está em constante busca e transformação. Derrida sugere que a lei está sempre vinculada a uma forma de força que garante sua aplicação e execução. Nesse contexto, se a justiça não é exatamente o mesmo que direito ou lei, ela só pode se transformar em justiça, por meio do direito ou dentro do direito, quando possui a força ou, mais precisamente, quando utiliza a força desde o seu início, desde a sua primeira expressão. Portanto, é necessário termos em mente esse pano de fundo, essa tensão, que está sempre presente nas reflexões sobre a desconstrução, não sendo possível perder essa perspectiva crítica. Assim, a desconstrução permite ficarmos nesse lugar de tensão, intervindo no que é calculável, na lei, no direito, ou seja, no que é construível, desconstruível, mas sempre reconhecendo o impossível da justiça. É nesse lugar de tensão que a desconstrução convida a ficar, refletir e agir os atores jurídicos. Conclusões: A desconstrução na cena jurídica, na visão de Derrida, acontece no limiar entre a justiça, que é inalcançável, visto que é incalculável, e o direito, que é contingente e calculável. Portanto, o direito é da ordem do construível, enquanto a justiça pertence à ordem do indeseconstruível, nesse cenário a desconstrução se apresenta como possibilidade de um conjunto infinito de atos performativos na cena jurídica, que são mutáveis e passíveis de ressignificações, a partir da singularidade do caso concreto.

O TRANSJUDICIALISMO COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DA HERANÇA DIGITAL NO BRASIL

Tifani Oliveira Martins¹⁰⁵
Everson Rodrigues De Castro¹⁰⁶

Introdução: Os progressos tecnológicos e a digitalização da rotina estão alterando significativamente a forma como nos relacionamos, atuamos profissionalmente e guardamos dados. No território brasileiro, a falta de uma legislação específica sobre herança digital acarreta em questionamentos e obstáculos tanto para os beneficiários quanto para o poder judiciário. Frente a essa situação, surge a seguinte problemática: No território brasileiro, a falta de uma legislação específica sobre herança digital acarreta em questionamentos e obstáculos tanto para os beneficiários quanto para o poder judiciário. Objetivo: Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar como o judiciário brasileiro tem discutido o transjudicialismo como instrumento de solução para o problema da herança digital no Brasil. A hipótese mais aceita é que da falta de discussão a respeito da criação de regulamentação específica sobre a herança digital e a violação ao princípio da privacidade e ao direito à personalidade, alegações e exemplos de como é resolvido o patrimônio do de cujus nas legislações transnacionais, desta forma, há uma importância do assunto sobre herança digital é inegável, pois considerando o crescente aumento de ativos e informações digitais que fazem parte do legado das pessoas. Referencial Teórico: De acordo com Cerqueira (2024), herança é um conceito jurídico que diz respeito ao patrimônio, direitos e deveres deixados por um indivíduo após o seu falecimento. A sucessão envolve tanto bens móveis quanto imóveis, saldos bancários, investimentos, compromissos financeiros e outros ativos e passivos que estavam em posse do falecido. O procedimento de sucessão tem como objetivo transferir esses elementos para os herdeiros legítimos ou designados, respeitando as leis e normas vigentes em cada nação. Na legislação de herança do Brasil, o testamento e o codicilo são ferramentas que possibilitam que as pessoas indiquem seus desejos quanto à divisão de seus bens após o falecimento, apesar de apresentarem características distintas (Souza; Siqueira, 2023). A herança online está se tornando cada vez mais importante na sociedade contemporânea devido à rápida

¹⁰⁵ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tifani.martins@sou.fcr.edu.br

¹⁰⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

transformação digital de vários setores do dia a dia. A herança online é um desafio atual para a legislação sucessória, diante das tecnologias que permitem a aquisição de ativos digitais. Com o crescimento do uso de dispositivos eletrônicos e serviços online, muitos indivíduos têm grande parte de seu legado armazenado de forma virtual. É de extrema importância a implementação de normas específicas sobre a herança digital no país, a fim de garantir a segurança jurídica e prevenir conflitos desnecessários (Matos; Souza; Rosa, 2020). A aprovação de projetos de lei, como o Projeto de Lei nº 4.099/2012, que propõe a inclusão de bens digitais no Código Civil, representaria um avanço significativo. A fim de colaborar para a resolução dos desafios que a herança online enfrenta, o transjudicialismo pode ser aplicado no âmbito da herança digital quando os tribunais usam decisões anteriores de outros países como base para fundamentar suas próprias decisões. O transjudicialismo, que consiste na utilização do direito internacional pela justiça, tem se tornado importante no Brasil, principalmente por meio das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Destarte, no Brasil, é clara e prioritária a exigência de uma lei específica em relação ao assunto. Com a grande quantidade de ativos e dados digitais produzidos diariamente, os arquivos digitais dos cidadãos brasileiros estão em contínuo aumento, sendo fundamental uma regulamentação apropriada. Metodologia: A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, bibliográfico, em que se utilizou livros, artigos, teses e dissertações como base teórica. Resultados e Discussões: O transjudicialismo se caracteriza pela colaboração e comunicação entre diversos sistemas jurídicos, tanto locais quanto internacionais, com o objetivo de encontrar soluções compartilhadas para questões complexas. Na situação da herança digital, o transjudicialismo pode contribuir para a uniformização das leis e o estabelecimento de precedentes que direcionam as decisões judiciais. Conclusões: Em síntese, o transjudicialismo apresenta uma nova e eficiente maneira de lidar com os desafios da herança digital no Brasil. Por meio da colaboração e da harmonização das práticas jurídicas, ele pode contribuir para o estabelecimento de uma regulação mais sólida e adequada à era digital. A incorporação dessas práticas no sistema sucessório do Brasil é essencial para garantir que os ativos digitais sejam administrados de forma justa e eficaz, preservando os direitos dos herdeiros e respeitando a vontade dos falecidos.

REFERÊNCIAS:

CERQUEIRA, Judith. **Quem tem direito à herança em caso de falecimento?**

Jusbrasil,2024.Disponível

em:<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quem-tem-direito-a-heranca-em-caso-de-falecimento/2178815906>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

MATOS, Lucas Sátiro Nicomedes de; SOUZA, Valdinei Junior Gomes; ROSA, José Gaspar. **Herança Digital: Possível Transmissão dos Bens Digitais**. Teófilo Otoni: Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), 2020. Disponível em: https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2020/312_heranca_digital_possivel.

SOUZA, Devanildo de Amorim; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves. **Herança digital no Brasil: desafios jurídicos na Era da Informação**. Consultor Jurídico, 2023. Disponível em:<https://www.conjur.com.br/2023-ago-23/souza-siqueira-desafios-juridicos-heranca-digital/>. Acesso em: 20 de jun de 2024.

O PAPEL DA DIPLOMACIA BRASILEIRA PERANTE A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA

Ana Odete Barreto Triverio¹⁰⁷
Everson Rodrigues De Castro¹⁰⁸

Introdução: Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a atuação diplomática do Brasil. As hipóteses apresentadas afirmam que a diplomacia brasileira tem sido significativa na assistência aos refugiados venezuelanos, enfrenta grandes desafios na coordenação de esforços e pode influenciar a estabilidade política na América Latina. O tema é relevante, pois, a crise na Venezuela afeta milhões de pessoas, incluindo refugiados, e é importante para melhorar a resposta humanitária e a cooperação internacional. Referencial Teórico: A crise humanitária na Venezuela, intensificada na última década, resulta de problemas econômicos, políticos e sociais, exacerbados desde 2013 pela queda dos preços do petróleo e a morte do presidente Hugo Chávez. A crise econômica levou à hiperinflação, falta de alimentos e medicamentos, e aumento da violência e instabilidade política. Desde 2015, cerca de dois milhões de venezuelanos emigraram, muitos para países vizinhos como Colômbia, Brasil e Peru, devido à fome e à falta de serviços básicos. O Brasil tornou-se um destino importante para imigrantes venezuelanos devido à proximidade geográfica, mas a chegada massiva sobrecarregou os serviços públicos, especialmente em Roraima. O governo brasileiro respondeu com medidas emergenciais, incluindo a Operação Acolhida, para fornecer assistência e integrar os refugiados. A proteção dos refugiados foi institucionalizada com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, estabelecendo os direitos dos refugiados e as obrigações dos estados. O Protocolo de 1967 ampliou a aplicação da Convenção. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), criado em 1950, lidera e coordena a ação internacional para proteção dos refugiados, colaborando com governos e ONGs. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.474/1997 (Lei do Refúgio) implementam as disposições da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, estabelecendo procedimentos para concessão de refúgio e os direitos e deveres dos refugiados. A Lei do Refúgio adota uma definição ampla, incluindo vítimas de graves violações de direitos humanos, e incorpora o princípio do

¹⁰⁷Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.barreto@sou.fcr.edu.br

¹⁰⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

non-refoulement. Metodologia: A metodologia adotada para este estudo sobre o papel da diplomacia brasileira perante a crise humanitária na Venezuela baseia-se exclusivamente em pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram consultados artigos acadêmicos, dissertações e teses relevantes ao tema. A revisão bibliográfica envolveu a análise de publicações em revistas científicas especializadas em relações internacionais, estudos latino-americanos e direitos humanos. Dissertações e teses de programas de pós-graduação em ciência política e relações internacionais foram examinadas para identificar abordagens teóricas e empíricas sobre a atuação diplomática do Brasil. Resultados e Discussões: Com a intensificação da crise na Venezuela, aumentou significativamente o fluxo de venezuelanos para o Brasil. Entre 2015 e maio de 2019, mais de 178 mil solicitações de refúgio e residência temporária foram registradas, com a maioria entrando pelo estado de Roraima. Abrigos foram estabelecidos em Boa Vista e Pacaraima para atender esses migrantes, com administração conjunta das Forças Armadas e do ACNUR. Posição dos Presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2011, 2023-presente): Adotou uma posição conciliatória com Nicolás Maduro, minimizando a crise democrática na Venezuela. Enfatiza a importância do diálogo e relações diplomáticas, promovendo reabertura de embaixadas e cooperação regional. Dilma Rousseff (2011-2016): Manteve apoio ao governo venezuelano, seguindo uma política de não intervenção, mantendo boas relações com Chávez e Maduro. Michel Temer (2016-2018): Adotou uma postura crítica ao governo Maduro, denunciando violações de direitos humanos e apoiando Juan Guaidó como presidente interino. Implementou a Operação Acolhida para assistência humanitária aos refugiados venezuelanos. Jair Bolsonaro (2019-2022): Crítico veemente de Maduro, reconheceu Guaidó como presidente interino e pressionou diplomaticamente o regime venezuelano. Continuou a apoiar refugiados venezuelanos através da Operação Acolhida. As abordagens dos presidentes brasileiros variaram ideologicamente, refletindo suas estratégias políticas e necessidades contemporâneas. Lula enfatizou a diplomacia e o diálogo, Temer adotou uma postura crítica e humanitária, enquanto Bolsonaro intensificou a pressão diplomática. Conclusões: A crise humanitária na Venezuela é um dos maiores desafios da América Latina nas últimas décadas, exigindo respostas humanitárias e diplomáticas. A diplomacia brasileira tem sido crucial na tentativa de mitigar os impactos dessa crise e promover a estabilidade regional. Iniciativas como a Operação Acolhida destacam-se pela abordagem abrangente e humanitária, oferecendo assistência imediata e apoio à

integração de refugiados venezuelanos, refletindo o compromisso do Brasil com os direitos humanos e a solidariedade regional.

DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS: SOB A ÓTICA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

**Giovanna de Lucas Mar¹⁰⁹
Everson Rodrigues Castro¹¹⁰**

Introdução: O presente trabalho tem por objetivo analisar como o ordenamento jurídico-legal brasileiro tem abordado a noção de “direitos culturais” a partir dos aspectos inerentes ao patrimônio cultural dos povos indígenas. Para tanto, foi feito uso do método dedutivo através de revisão de literatura por meio dos descritores “direitos culturais” e “patrimônio cultural dos povos indígenas” nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal Capes/CNPQ, no sentido de compreender o estado da arte em que se encontram os estudos sobre as noções analisadas sob a ótica da literatura especializada. Neste prisma, o presente paper posiciona-se dentro de uma abordagem transdisciplinar das Ciências Humanas, visando compreender como o campo jurídico tem lidado com a categoria “direitos culturais” sob o prisma do reconhecimento destes como espaço privilegiado para discussões mais profícuas sobre o patrimônio cultural dos povos indígenas. Assim, conclui-se que os direitos culturais encontram amparo em normas jurídicas positivadas na Constituição Federal de 1988 (Art. 215, caput e Art. 216-A, caput), bem como em estatutos legais internacionais e nacionais que regulam o patrimônio cultural dos povos indígenas (por ex., Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais e a Lei nº 6.001/73, denominada esta como Estatuto do Índio), entretanto há ainda é perceptível um enorme abismo entre o reconhecimento normativo dos direitos culturais dos povos indígenas brasileiros quanto aos seus respectivos patrimônios culturais e, a efetivação de políticas de Estado que sejam realmente capazes de favorecer o respeito aos direitos fundamentais desses povos assente a perspectiva de um Estado Democrático de Direito. Referencial Teórico: O referencial teórico utilizado abrange diversas obras de relevância histórica e jurídica, proporcionando uma base sólida para a análise crítica do corpo de jurados brasileiro, como José de Alencar e Lenio Streck. O referencial legislativo utilizado no estudo é amplo e abrange uma vasta gama de documentos históricos e contemporâneos, o qual oferece uma base legal sólida das

¹⁰⁹Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: giovanna.mar@sou.fcr.edu.br

¹¹⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

estruturas e práticas da formação do Conselho de Sentença, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. Além disso, a pesquisa contou a transparência do Judiciário de Rondônia, com a análise por amostragem de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas referentes ao perfil socioeconômico cultural do Brasil e com diversas pesquisas científicas, as quais traçaram o perfil dos jurados que predomina nos Conselhos de Sentença brasileiros. Metodologia: A metodologia utilizada adotou uma abordagem metodológica descritiva, qualitativa, documental e bibliográfica, utilizando-se a técnica de fichamento de fontes como livros, artigos científicos, literatura, legislação pertinente, jurisprudência, doutrina jurídica e estudos acadêmicos, para a análise da literatura especializada sobre direitos culturais e patrimônio cultural indígena, foi feita pesquisa detalhada nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódico da Capes/CNPQ e repositórios digitais de revistas acadêmicas, através dos descritores “direitos culturais” e “patrimônio cultural indígena”, de maneira a subsidiar uma visão panorâmica das produções científicas de relevância. Resultados e Discussões: Os resultados do artigo indicam que “direitos culturais” não é absoluto, mas dotado sim de um mínimo de estabilidade para uma compreensão mais apurada da questão central do paper, que é a relação com o patrimônio cultural dos povos indígenas, dar-se que tais direitos foram considerados fundamentais pelo Poder Constituinte Originário de 1988 na medida em que incluíram tais direitos fundamentais dentro do título II intitulado Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Conclusões: “direitos culturais” não é absoluto, mas dotado sim de um mínimo de estabilidade para uma compreensão mais apurada da questão central do paper, que é a relação com o patrimônio cultural dos povos indígenas, dar-se que tais direitos foram considerados fundamentais pelo Poder Constituinte Originário de 1988 na medida em que incluíram tais direitos fundamentais dentro do título II intitulado Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

INQUÉRITO POLICIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A EVOLUÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Wendeu Matheus Rabelo do Nascimento¹¹¹
Everson Rodrigues Castro¹¹²

Este trabalho objetiva analisar a possibilidade de aplicação do princípio do contraditório no âmbito do inquérito policial. A pesquisa é baseada na descrição dos direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito e busca entender a viabilidade de aplicar esse princípio durante a fase investigativa. A discussão é fundamentada em uma pesquisa bibliográfica descritiva, utilizando dados secundários. O contexto histórico dos direitos fundamentais na Constituição é inicialmente abordado, com uma descrição detalhada da dignidade humana. Os direitos de defesa, estabelecidos desde as primeiras Constituições, são pilares do Estado Democrático de Direito, assegurando aos acusados plena defesa e um processo justo. A Constituição de 1988 reforça esses direitos, mas a aplicação no inquérito policial continua controversa. O inquérito policial, tradicionalmente visto como procedimento inquisitivo e administrativo, leva a maioria dos doutrinadores e a jurisprudência predominante a argumentarem contra a concessão do direito de defesa nesta fase. A metodologia adotada no estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica descritiva, utilizando dados secundários. A análise abrange o levantamento de elementos teóricos sobre o tema e a exposição das características e funções do inquérito policial. A pesquisa também aborda o princípio do contraditório no inquérito policial, sua aplicação, e o princípio da ampla defesa, além de discutir argumentos favoráveis e desfavoráveis sobre o tema, incluindo a evolução da mitigação do caráter inquisitório do inquérito. Os resultados indicam que a maioria dos doutrinadores e da jurisprudência se posiciona contra a concessão do direito de defesa no inquérito policial. Os juristas justificam essa posição considerando o inquérito como um procedimento administrativo, onde o investigado não é visto como um acusado formal. Essa visão inviabiliza a aplicação do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto na Lei Maior, gerando sérias implicações e possíveis inconstitucionalidades. A obtenção de provas não repetíveis, cautelares e antecipadas ocorre frequentemente na fase investigatória sem a presença das partes interessadas,

¹¹¹Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: wendeu.nascimento@sou.fcr.edu.br

¹¹²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: everson.castro@fcr.edu.br

resultando em decisões unilaterais e desgastes psicológicos. Esses resultados podem ser irreparáveis no julgamento do mérito, comprometendo a legitimidade do processo penal. Além disso, o inquérito policial tem uma função essencial de filtro, garantindo que as acusações sejam fundamentadas em provas sólidas e evitando acusações infundadas e injustas. Todavia, para que esse filtro seja eficaz, é imperativo que os princípios do contraditório e da ampla defesa sejam observados. A ausência desses princípios impede que o investigado participe ativamente do processo, apresentando sua defesa e contestando as provas produzidas contra si. Medidas como prisões cautelares, indiciamento, apreensão de bens e requisição de dados, tomadas durante o inquérito, impactam diretamente as garantias individuais dos cidadãos. Embora não sejam formalmente consideradas sanções, essas restrições de direitos podem resultar em consequências severas para os investigados, necessitando a garantia do direito de oposição. A falta de acesso adequado à informação sobre os atos praticados impede que os envolvidos reajam e participem efetivamente do processo, comprometendo a equanimidade no uso dos princípios do contraditório e da ampla defesa. A ausência de defesa no procedimento policial compromete a legitimidade e a justiça do processo penal, configurando uma inconstitucionalidade e prejudicando os direitos individuais e a integridade do sistema de justiça. Diante dos achados desta pesquisa, conclui-se que a garantia do contraditório e da ampla defesa durante todas as fases do processo penal é fundamental para assegurar justiça e equidade no sistema jurídico. A evolução legislativa, exemplificada pela Lei 13.245/2016, representa um passo importante para garantir maior participação do investigado e de seu advogado no processo investigativo, contribuindo para uma investigação mais justa e equilibrada. No entanto, a discussão sobre a necessidade de introduzir o contraditório de forma mais ampla no inquérito policial permanece relevante, visando conciliar a eficiência da investigação com a proteção dos direitos individuais.

CARGOS COMISSIONADOS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM PORTO VELHO: UM ESTUDO SOBRE CONFORMIDADE COM O ART. 37 XXII DA CONSTITUIÇÃO

Reginilde Mota de Lima Cedaro¹¹³
Maxwel Mota Andrade¹¹⁴

Introdução: Este estudo tem como objetivo analisar a conformidade das nomeações de cargos comissionados na Administração Tributária de Porto Velho com o art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal. Além disso, busca demonstrar a importância de se nomearem indivíduos pertencentes aos cargos de carreira da Administração Tributária para posições de gestão tributária, destacando o alinhamento delas com os princípios constitucionais. Referencial Teórico: A pesquisa aborda questões relacionadas à conformidade constitucional, utilizando como material de apoio a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional Comentado de Eduardo Sabbag, além de documentos legais como portarias e a legislação do município de Porto Velho. Adicionalmente, foram consultadas jurisprudências pertinentes ao tema. Esse referencial teórico fundamenta a análise das práticas administrativas e das nomeações para cargos comissionados, proporcionando uma base sólida para avaliar a conformidade e eficácia dessas nomeações. Metodologia: Para alcançar os resultados propostos neste estudo, adotou-se uma metodologia qualitativa, rigorosamente sustentada por uma análise bibliográfica e documental detalhada. As fontes primárias empregadas incluíram legislações relevantes como leis, decretos e portarias. Além disso, realizou-se uma extensa revisão de conteúdos disponíveis nos websites oficiais da prefeitura de Porto Velho, o que proporcionou um panorama atualizado e relevante para a pesquisa. Para complementar esta abordagem, foram utilizadas técnicas avançadas de referenciamento e categorização, que permitiram uma organização sistemática das obras consultadas e dos conceitos operacionais utilizados. Essas técnicas ajudaram a fortalecer a base teórica do estudo, garantindo uma estrutura sólida para a análise e interpretação dos dados coletados. Resultados: Os resultados indicam que a diversidade de perfis nos cargos comissionados, que não integram a administração tributária, embora possa trazer diferentes perspectivas e conhecimentos, apresenta riscos significativos se não for bem gerida. A falta de alinhamento com as diretrizes constitucionais pode levar a

¹¹³Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: reginilde.cedaro@sou.fcr.edu.br

¹¹⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: maxwel.andrade@fcr.edu.br

ingerências políticas e ao comprometimento da continuidade dos serviços públicos. Portanto, é fundamental implementar políticas que garantam a seleção de indivíduos com a devida qualificação técnica e experiência na área tributária. No município de Porto Velho, Rondônia, há casos semelhantes em que cargos de direção, chefia e assessoramento na administração tributária estão sendo ocupados por comissionados. Até o momento, não houve nenhuma ação significativa para mudar essa situação, o que destaca uma preocupação contínua com a eficiência e a integridade da administração fiscal na região. Discussões: A análise revela a necessidade de que os cargos comissionados sejam preenchidos por indivíduos que tenham prestado concurso público e ocupam carreiras específicas da administração tributária, promovendo uma administração justa, transparente e juridicamente segura. A doutrina e a jurisprudência são unânimes em afirmar que a presença de servidores de carreira na administração tributária reduz a vulnerabilidade à influência política, resultando em uma gestão mais eficiente e na potencial maximização da arrecadação municipal. Conclusões: Conclui-se que a conformidade com o Art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal é crucial para uma administração pública eficiente e íntegra. A pesquisa destaca a necessidade de revisões nos critérios de nomeação para cargos comissionados, alinhando-os às exigências constitucionais. As recomendações propostas visam aprimorar a governança fiscal e administrativa em Porto Velho, contribuindo para um debate mais amplo sobre a administração pública no Brasil.

REPRESENTATIVIDADE NO TRIBUNAL DO JURIBRASILEIRI: UMA PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA A PARTIR DE ELEMENTOS DO MODELO ESTADUNIDENSE

Lana Biatriz Vilas Boas¹¹⁵
Sávio Antiógenes Borges Lessa¹¹⁶

Introdução: Este trabalho de conclusão de curso analisou se o processo de seleção e composição do corpo de jurados brasileiro é representativo e se a implementação de elementos do júri estadunidense pode aprimorar o sistema brasileiro. O Tribunal do Júri, previsto na Constituição Federal, tem raízes históricas que visam garantir a participação popular na justiça. Historicamente, a representatividade popular do corpo de jurados tem sido um desafio em relação à realidade socioeconômica e cultural do Brasil. Propõe-se analisar o processo histórico e atual de seleção de jurados identificando lacunas e propondo melhorias inspirados em elementos do Júri estadunidense para melhorar a representatividade do Júri brasileiro. Referencial Teórico: O referencial teórico utilizado abrange diversas obras de relevância histórica e jurídica, proporcionando uma base sólida para a análise crítica do corpo de jurados brasileiro, como José de Alencar e Lenio Streck. O referencial legislativo utilizado no estudo é amplo e abrange uma vasta gama de documentos históricos e contemporâneos, o qual oferece uma base legal sólida das estruturas e práticas da formação do Conselho de Sentença, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. Além disso, a pesquisa contou a transparência do Judiciário de Rondônia, com a análise por amostragem de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas referentes ao perfil socioeconômico cultural do Brasil e com diversas pesquisas científicas, as quais traçaram o perfil dos jurados que predomina nos Conselhos de Sentença brasileiros. Metodologia: A metodologia utilizada adotou uma abordagem metodológica descritiva, qualitativa, documental e bibliográfica, utilizando-se a técnica de fichamento de fontes como livros, artigos científicos, literatura, legislação pertinente, jurisprudência, doutrina jurídica e estudos acadêmicos, bem como análise de dados por amostragem, para melhor compreensão acerca do tema, embasamento teórico, jurídico, contexto histórico e possíveis medidas saneadoras. Resultados e Discussões: Os resultados do artigo indicam que o Conselho de Sentença no Brasil não representa adequadamente a

¹¹⁵Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lana.boas@sou.fcr.edu.br

¹¹⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Ciência Política pela Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: savio.lessa@fcr.edu.br

realidade socioeconômico-cultural do país. A reforma de 2008 não alcançou a democratização esperada, com predomínio de perfis homogêneos e pouco representativos. A análise de elementos do modelo estadunidense revelou práticas que poderiam contribuir para a democratização e representatividade do conselho brasileiro. Conclui-se que a implementação destes elementos podem contribuir significativamente para a representatividade do corpo de jurados no Brasil. Conclusões: A pesquisa conduzida revelou que o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri brasileiro enfrenta um significativo desafio de representatividade, pois não reflete a diversidade socioeconômica-cultural da população brasileira. A análise histórica e legislativa demonstrou que, ao longo do tempo, os critérios e métodos de formação do conselho de jurados foram moldados por avanços e retrocessos sociais e políticos, frequentemente resultando em uma composição homogênea de jurados distante da diversidade do país. A reforma do Tribunal do Júri de 2008, embora bem intencionada em democratizar a instituição, não foi suficiente para solucionar a falta de representatividade, conforme evidenciado pelos dados analisados. O perfil de jurados brasileiros têm predominância de indivíduos que atuam como funcionários públicos e pertencentes às camadas médio-superiores da sociedade. A análise entre o sistema brasileiro e estadunidense destacou práticas eficazes para a ampliação do perfil de jurados no Conselho de Sentença no Brasil, como os procedimentos venire e voir dire, os quais permitem uma diversificação das listas de jurados, bem como uma avaliação mais detalhada dos potenciais jurados. A pesquisa evidenciou que essas práticas asseguram maior diversidade e imparcialidade no Conselho de Sentença. Portanto, a pesquisa conclui que a adoção de elementos do modelo estadunidense poderia contribuir significativamente para a melhoria da representatividade no Tribunal do Júri no Brasil. Reformas práticas e legislativas inspiradas no sistema americano, podem promover um Conselho de Sentença mais diversificado e representativo, capaz de refletir verdadeiramente a sociedade brasileira. Essa pesquisa atingiu seu objetivo ao investigar a representatividade do Conselho de Sentença brasileiro e identificar elementos do modelo estadunidense que poderiam aprimorá-la, proporcionando um caminho claro para futuras reformas que garantam uma justiça mais equitativa e democrática.

FACÇÕES CRIMINOSAS: O IMPACTO NA DESESTABILIZAÇÃO DO ESTADO

Ana Karoline de Lima Correa¹¹⁷
Thiago da Silva Viana¹¹⁸

Introdução: Este trabalho investigou os impactos que as Facções Criminosas geram e consequentemente a desestabilização do Estado. Neste sentido, será abordado os aspectos da corrupção, considerando que essas organizações criminosas procuram métodos para descobrir os elos mais fragilizados da segurança pública, que são seus agentes públicos, e acabam oferecendo benefícios que o Estado não oferece, resultando na corrupção desses agentes e na desestabilização do Estado, prejudicando toda a nossa sociedade. As facções criminosas contribuem para representar, uma ameaça à segurança pública e ao Estado de Direito no Brasil. Além disso, as facções criminosas estão cada vez mais organizadas e estruturadas, o que lhes permite desafiar a autoridade do Estado. A desestabilização do Estado no caso das facções criminosas pode ser observada em diversos aspectos, as facções criminosas são responsáveis por uma grande parte da violência urbana no Brasil. Elas são responsáveis por homicídios, roubos, sequestros e outros crimes violentos. Essa violência gera insegurança e medo na população, o que pode levar ao descrédito do Estado e precisa ser combatida com todas as estratégias e ferramentas necessárias, devendo o Estado buscar os meios necessários para seu enfrentamento. Referencial Teórico: O referencial teórico nesta pesquisa, baseou-se no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o qual é uma publicação de grande relevância no campo da segurança pública no Brasil. Ele forneceu dados estatísticos detalhados sobre criminalidade, atuação das forças de segurança e políticas públicas. Além disso, uma fonte crucial de informações específicas para o estado de Rondônia foi a entrevista com o Diretor Geral da Polícia Penal. Essa entrevista forneceu uma perspectiva privilegiada sobre a realidade do sistema prisional e da segurança pública no estado, trazendo insights para a pesquisa. A integração dessas diferentes fontes permitiu uma análise robusta e multifacetada do problema das facções criminosas em Rondônia. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública oferece o panorama de fundo estatístico e as tendências nacionais, enquanto a entrevista com o Diretor Geral da Polícia Penal fornece um olhar específico e aprofundado sobre a situação local. As outras fontes

¹¹⁷Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.correa@sou.fcr.edu.br

¹¹⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF. E-mail: thiago.viana@fcr.edu.br

sobre facções criminosas complementam essa visão, trazendo diferentes perspectivas e aprofundando a compreensão. Metodologia: A metodologia utilizada neste artigo combinou abordagens qualitativas e quantitativas, a fim de proporcionar uma compreensão abrangente da corrupção como possível forma de desestabilização do Estado, com ênfase nas facções criminosas e no nível de mortes associadas. A metodologia foi estruturada em três etapas principais: entrevistas qualitativas, análise de gráficos públicos e revisão de dados estatísticos sobre mortes relacionadas a facções criminosas. Resultados e Discussões: Os resultados desta pesquisa indicam a dificuldade em conter o avanço das facções, as quais gradativamente vão se inserindo na sociedade de diferentes formas, bem como em diferentes setores da administração pública, contribuindo para a corrupção, violência onde se estabelecem, bem como demonstrou o ponto fraco do Estado. Ao final, a pesquisa propôs que o Estado deve implementar novas estratégias para combater eficazmente as facções criminosas. Investimentos em melhorias no sistema carcerário estadual, equiparando-o ao padrão federal. Conclusões: Concluímos que este trabalho alcançou seus objetivos ao abordar de forma abrangente e detalhada os impactos das facções criminosas na desestabilização do Estado, focando principalmente na corrupção dos agentes públicos e nas deficiências do sistema carcerário. Os principais referenciais teóricos e legais foram discutidos, incluindo os conceitos de facções criminosas e as legislações pertinentes ao crime organizado e à execução penal. A pesquisa destacou que, no Estado de Rondônia, as facções criminosas exercem uma influência significativa tanto dentro quanto fora dos presídios, resultando em aumentos nos índices de homicídios e roubos, entre outros crimes. A corrupção de agentes públicos, evidenciada pela investigação, confirma que as facções criminosas representam uma grave ameaça à segurança pública e à ordem social. As hipóteses foram corroboradas ao demonstrar que a superlotação dos presídios e o envolvimento de agentes públicos em práticas corruptas contribuem para o fortalecimento das facções. Foi enfatizado que as carências do sistema carcerário atual proporcionam um ambiente favorável para o crescimento dessas organizações. Portanto, todos os objetivos principais do trabalho foram alcançados, fornecendo uma compreensão clara dos desafios impostos pelas facções criminosas, principalmente no Estado de Rondônia, além de sugerir soluções práticas para enfrentá-los, visando a estabilização e segurança do Estado.

RESPONSABILIDADE DO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA NA CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDOS INADEQUADOS EM MÍDIAS SOCIAIS

Eliana Carvalho¹¹⁹

Gladna Almeida Freitas Caminha¹²⁰

Taís Pereira de Oliveira Reis¹²¹

Thaís de Souza Lima Tinoco¹²²

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹²³

Introdução: No âmbito acadêmico, estudantes utilizam as mídias sociais como ferramenta de propagação do conhecimento de sua profissão. Esse cenário nos faz refletir sobre os limites éticos da profissão no contato com a tecnologia digital. Dessa forma, a pergunta que impulsionou o presente projeto de extensão consistiu em: Como levar referências éticas para acadêmicos de psicologia publicarem conteúdos em redes sociais? Como objetivo geral tem-se: Instruir estudantes de psicologia na utilização adequada das redes sociais para divulgação de conhecimentos da área. E, como objetivos específicos: 1. Mapear conteúdos inadequados de psicologia que são divulgados nas redes sociais; 2. Conscientizar sobre os prejuízos do uso inadequado de informações da psicologia; 3. Estratégias eficazes para divulgar o conhecimento de psicologia adequado. Referencial Teórico: Entende-se as mídias sociais como um instrumento de mediação participante do processo de formação dos sujeitos (Miguel, 2012). Dessa forma, Fischer (2002) ressalta o impacto dos conteúdos midiáticos no processo de formação das subjetividades bem como na disseminação de códigos de comportamento e conduta, ditando formas de agir, pensar e ser. No âmbito acadêmico, as mídias sociais são utilizadas como uma ferramenta de comunicação e aprendizagem, tornando-se um facilitador nesse processo. O que cabe à responsabilidade Penal durante sua atuação nas redes sociais de forma fraudulenta. A divulgação de fontes confiáveis não só reforça a credibilidade do conteúdo, mas também educa o público sobre a importância de verificar a autenticidade das informações. Metodologia: Foi delimitado

¹¹⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: eliana.carvalho@sou.fcr.edu.br

¹²⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gladna.caminha@sou.fcr.edu.br

¹²¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tais.reis@sou.fcr.edu.br

¹²² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: thais.tinoco@sou.fcr.edu.br

¹²³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

como locus a Faculdade Católica de Rondônia, tendo como público alvo os acadêmicos do curso de psicologia do primeiro e terceiro períodos. As etapas metodológicas ocorreram da seguinte forma: Primeira Etapa: Realização de uma reunião com a coordenação do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia para solicitar autorização para realização do projeto extensionista; criação e aprovação dos recursos para a apresentação. Segunda Etapa: Apresentação dos discentes aos alunos de psicologia, com uma breve introdução do projeto extensionista; quiz com sete perguntas para averiguar o conhecimento prévio sobre o tema; seminário sobre o tema através de slides; distribuição do Ebook desenvolvido para os alunos sobre as regras para a produção de conteúdos de psicologia nas redes sociais; aplicação do Formulário de Feedback Sobre a apresentação. Resultados e Discussões Avaliou-se que os alunos tiveram assertividade de 60% das questões do quiz, o que demonstra que tinham um conhecimento prévio desta temática. Durante o mapeamento de conteúdos nas redes sociais pode-se notar que em sua maioria estão inapropriados, visto que estão relacionados a diagnósticos realizados com vídeos rápidos, sem uso de instrumentos de cunho científico e em muitos casos são produzidos por pessoas sem formação na área da psicologia. Observou-se igualmente, em sua maioria os diagnósticos estão relacionados ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Sobre o perfil dos acadêmicos nas mídias sociais, percebeu-se que muitos possuíam o termo “Psi” ou “Psicólogo em Formação” na descrição, o que não é recomendado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Quanto à Análise do Feedback da Apresentação realizado por meio de Formulário de Satisfação, obteve-se 17 respostas, que apontam que 94% dos participantes acharam a apresentação de grande importância, 70% informaram que foram apresentadas informações que eles não tinham conhecimento. Como resultado parcial do projeto, foi apresentado um E-book, que ao ser divulgado durante a apresentação, foi avaliado em 64% como de extrema importância e 88% demonstraram o interesse de compartilhar com outras pessoas. Conclusões Com as informações atribuídas, pode-se concluir resultados satisfatórios no que se refere a conscientizar o acadêmico sobre o tema e sua importância, bem como a divulgação de conteúdos, sendo assim possível promover o conhecimento acerca da da ética profissional no âmbito das mídias sociais.

PSICOEDUCAÇÃO DE PROFESSORES PARA O MANEJO DA ANSIEDADE

Stephany Azevedo¹²⁴

Regiany Fernandes Martins¹²⁵

Hemelyn Leticia Souza do Nascimento¹²⁶

Geyna Mirele Silva da Rocha¹²⁷

Raquel Silva¹²⁸

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹²⁹

Introdução: A ansiedade é um problema de saúde mental que afeta profissionais de diversos setores, com alta prevalência entre os profissionais da educação. A Agência Brasil (2023) destacou que, nos últimos cinco anos, os transtornos mentais são as principais causas de afastamento do trabalho pelos professores. A escola reconhece sua responsabilidade e busca resolver este problema. Instruir os professores sobre como reconhecer e gerenciar os sintomas de ansiedade é essencial para promover a saúde mental, o bem-estar e o desempenho profissional. O projeto justifica-se por fornecer informações, estratégias de gerenciamento de estresse e apoio emocional à comunidade educativa, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e acolhedor. O objetivo geral é instruir professores da educação básica a gerenciar sintomas de ansiedade e, como objetivos específicos pretende-se: 1. Descrever o que é ansiedade; 2. Discutir os impactos da ansiedade no fazer pedagógico do professor; 3. Apresentar estratégias de enfrentamento e gerenciamento no local de trabalho. Referencial Teórico: A ansiedade é definida como uma resposta adaptativa a situações estressantes, que pode se tornar problemática quando excessiva, causando sintomas físicos como aceleração cardíaca e tremores. Diversos autores, como Lenhardt & Calvetti (2017), Rua & Souza (2017) e Souza et al. (2013), descrevem a ansiedade em termos de sua definição, causas, sintomas e impactos. Estudos da Apeoesp (2010) e Tostes et al. (2018) indicam altos níveis de ansiedade entre os docentes, demonstrando que a saúde mental dos

¹²⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: stephany.azevedo@sou.fcr.edu.br

¹²⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: regiany.martins@sou.fcr.edu.br

¹²⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: hemelyn.nascimento@sou.fcr.edu.br

¹²⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: geyna.rocha@sou.fcr.edu.br

¹²⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: raquel.silva@sou.fcr.edu.br

¹²⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

professores está cada vez mais comprometida. Altas taxas de síndrome de Burnout, estresse e depressão, com a ansiedade sendo uma das principais causas de afastamento, afetam negativamente o processo de ensino-aprendizagem e a função social da escola. A psicoeducação e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento são essenciais neste contexto. Nascimento (2022) discute que as estratégias de enfrentamento envolvem respostas individuais às percepções de ameaças, enquanto Lazarus (1999) enfatiza a subjetividade da interpretação dos agentes estressores. Souza (2007) sugere que estratégias de enfrentamento visam reduzir ou eliminar o estresse através da cognição e comportamento. Ferraresi (2014) destaca as habilidades sociais como ferramentas comportamentais. Técnicas práticas, como exercícios de respiração, meditação, atividade física e estabelecimento de rotinas, podem colaborar para reduzir os sintomas de ansiedade. Conhecer, discutir e refletir sobre a temática da saúde mental do professor é oportunizar avanços não apenas educacionais, mas sociológicos.

Metodologia: Assim, a metodologia deste projeto incluiu visitas à escola para o planejamento de uma intervenção com os professores, junto com a equipe pedagógica. A intervenção consistiu na apresentação de informativos sobre ansiedade, apresentação de estratégias de gerenciamento de estresse e ansiedade e na mediação de uma roda de conversas, permitindo que os professores expusessem suas angústias e trocassem experiências. A Psicóloga Beatriz Johnson A. Rezende, foi convidada para mediar a roda de conversa. A profissional é formada pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atua como psicóloga clínica e é especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. A intervenção ocorreu em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental situada no Centro de Porto Velho. A instituição apresenta um corpo docente de 20 professoras distribuídas em dois turnos, atendendo crianças do 1º ao 5º ano.

Resultados e Discussões: O processo interventivo contou com a participação de 100% dos professores e ocorreu em uma sala de aula climatizada com carteiras dispostas em círculo, facilitando o contato visual entre os presentes. A programação incluiu uma dinâmica inicial, uma palestra sobre ansiedade com distribuição de materiais informativos, uma mediação de roda de conversa e uma técnica de mindfulness, proporcionando um momento de relaxamento. A Psicóloga Beatriz Johnson A. Rezende mediou a roda de conversa com os professores, conduzindo a verbalização de angústias, discussões calorosas sobre as condições de trabalho, relacionamentos interpessoais no ambiente escolar e as dificuldades do fazer pedagógico.

Conclusão: Um formulário de satisfação aplicado no final do evento

revelou um alto índice de satisfação entre os participantes, indicando que os objetivos do projeto foram alcançados. O projeto demonstrou eficácia ao proporcionar um espaço de escuta e apoio para os professores. Através da psicoeducação e de estratégias práticas de enfrentamento, a intervenção contribuiu para o bem-estar dos docentes e para a melhoria do ambiente de trabalho. A continuidade de tais iniciativas é essencial para promover a saúde mental e o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

ABUSO INFANTIL: A ATUAÇÃO SIGILOSA DO PSICÓLOGO NA IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO PRECOCE

Alinne Kelly Dias Barros¹³⁰

Milena Vila Nova Drun¹³¹

Maria Holanda¹³²

Regiany Fernandes Martins¹³³

Raquel Silva¹³⁴

Júlia Souza¹³⁵

Alciréa Kellen de Farias Tabosa¹³⁶

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹³⁷

Introdução: O abuso infantil afeta milhões de crianças globalmente, deixando cicatrizes emocionais e psicológicas duradouras. Este problema pode ocorrer em diversos contextos, sendo mais prevalente em ambientes domésticos e escolares. Em Rondônia, dados de 2022 da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sedesc) revelaram que cinco mil crianças e adolescentes foram vítimas de crimes, incluindo ameaças, lesão corporal e estupro de vulnerável. A atuação do psicólogo em face desta problemática é importante para o amparo psicoemocional da vítima, porém, deparam-se com a questão do sigilo em caso de relato confidencial. Assim, a questão central deste projeto é: Como conciliar a obrigação ética de relatar o abuso infantil sem o devido consentimento da criança? O objetivo geral do projeto é conscientizar acadêmicos de psicologia sobre a importância da atuação sigilosa do psicólogo em casos de abuso infantil. Os objetivos específicos são: 1. Entender o papel do psicólogo em situações de abuso infantil; 2. Compreender como a prática profissional impacta a resolução do conflito. 3. Indicar estratégias eficazes para a atuação profissional do psicólogo nesses casos. Referencial Teórico: O abuso infantil é uma problemática complexa e multifacetada, envolvendo aspectos jurídicos, educacionais e de saúde pública. De

¹³⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: alinne.barros@sou.fcr.edu.br

¹³¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: milena.drun@sou.fcr.edu.br

¹³² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.holanda@sou.fcr.edu.br

¹³³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: regiany.martins@sou.fcr.edu.br

¹³⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: raquel.silva@sou.fcr.edu.br

¹³⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: julia.souza@sou.fcr.edu.br

¹³⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: julia.tabosa@sou.fcr.edu.br

¹³⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

acordo com Santos e Dell’Aglío (2010), pode manifestar-se de diversas formas, incluindo contato físico, exibicionismo, voyeurismo e produção de fotos. Almeida (2012) caracteriza a violência contra crianças e adolescentes como ações que causam lesões, morte ou danos psicológicos. No Brasil, a proteção integral das crianças e adolescentes é garantida pela LEI Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que estabelece a prioridade na proteção e socorro em qualquer circunstância. O Conselho Federal de Psicologia (2020) enfatiza que o psicólogo deve contribuir para a eliminação de qualquer forma de violência e atuar com responsabilidade social. Contribui, neste contexto, para a identificação do abuso e intervenção no que se refere ao acolhimento e proteção do menor, e no auxílio na formalização de processos judiciais. Alberto (2008) destaca que o psicólogo deve ver a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e atuar em rede interdisciplinarmente para garantir esses direitos. As diretrizes éticas incluem o Código de Ética Profissional do Psicólogo e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelecem a confidencialidade no atendimento psicológico. A prática profissional eficiente requer habilidades específicas, como ouvir, observar e ajudar o outro a identificar sentimentos (Bandeira et al., 2006). Assim, para a prática cotidiana eficiente e eficaz, daqueles que atuam neste contexto, há necessidade de formação continuada, com orientação acerca da abordagem e manejo da situação. Metodologia: Optou-se para a intervenção deste projeto, uma metodologia qualitativa que incluiu levantamento de informações e implementação de palestras de caráter informativo com o propósito de orientar e auxiliar futuros profissionais no manejo desses casos. Duas intervenções foram realizadas, a primeira na Faculdade Católica de Rondônia e a segunda no IFRO. Foram convidados para o evento dois psicólogos com larga experiência no assunto, os quais compartilharam suas práticas cotidianas e os dilemas enfrentados. Resultados e Discussões: As palestras destacaram a importância de identificar e agir sobre sinais de abuso infantil, mantendo a confidencialidade e garantindo a proteção da vítima. O foco foi orientar estudantes de psicologia e profissionais da área sobre o sigilo através de relatos pessoais sobre a atuação em diversas instâncias de instituições públicas, apresentando as dificuldades da subnotificação, da burocracia, da falta de recursos material e humano e a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nesta rede de apoio. Os eventos ocorreram de forma interativa com o público durante os 100 minutos de apresentação, impactaram juntos 87 pessoas, alcançando assim, o objetivo de conscientizar e sensibilizar futuros psicólogos, enfatizando a necessidade de

equilibrar o sigilo profissional com a proteção das vítimas de abuso infantil. Conclusão: Concluiu-se que há necessidade de formação profissional para atuar nesses casos, não apenas para os psicólogos, mas para todos os profissionais que atuam nesta rede de apoio, pois nem sempre a prática cotidiana ocorre em consonância com a legislação. O psicólogo é importante para a identificação e intervenção em casos de abuso, e sua atuação deve ser pautada por uma ética que privilegie a segurança e o bem-estar das crianças e adolescentes, mesmo diante dos desafios impostos pela confidencialidade e pelas demandas legais. Psicólogos clínicos, jurídicos e peritos têm diferentes responsabilidades em relação ao sigilo, porém o fundamental é a proteção da vítima que deve sempre prevalecer, mesmo quando isso significar a quebra do sigilo

RELEVÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MORAL DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EMEF MARIA IZAURA DA COSTA CRUZ

Sophia Abati¹³⁸

Ana Borges¹³⁹

Fernando Gracia¹⁴⁰

Éder Santos¹⁴¹

Laura Souza¹⁴²

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹⁴³

Introdução: O estudo da consciência moral faz parte da formação do psicólogo. Um relevante desafio colocado para as sociedades democráticas tem sido o desenvolvimento de uma consciência moral dialógica. Na construção da consciência moral é basilar a reflexão sobre a construção de valores éticos e morais do ser humano durante seu desenvolvimento, e o destaque para a infância. O ambiente escolar deve ser considerado, pois, em seu âmbito, a pluralidade presente em uma sociedade mostra-se de forma mais abrangente. Além da educação formal, é preciso inserir uma educação dos direitos humanos. Portanto, suscitou-se a seguinte problemática: Como a temática dos direitos humanos nas escolas pode impactar na formação da consciência moral das crianças na sociedade contemporânea? Assim, o objetivo geral consiste em elucidar a relevância do ensino dos direitos humanos para formação da consciência moral na infância. São objetivos específicos: 1. Apontar como o conhecimento dos direitos humanos contribui com a formação da consciência moral; 2. Indicar a relevância do ensino dos direitos humanos com crianças para formação da consciência moral; 3. Promover o papel do psicólogo na formação da consciência moral. Marco Teórico: Para Vieira (2019), a consciência moral está ligada aos valores e julgamentos éticos provenientes da consciência e do meio em que vivem, como: julgamentos éticos, percepções de certo e errado, e reflexões sobre o próprio comportamento e dos outros. É

¹³⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: sophia.abati@sou.fcr.edu.br

¹³⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: anavoria.borges@sou.fcr.edu.br

¹⁴⁰ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: fernando.gracia@sou.fcr.edu.br

¹⁴¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: eder.santos@sou.fcr.edu.br

¹⁴² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: laura.souza@sou.fcr.edu.br

¹⁴³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

por meio da socialização que se forma a sua identidade a partir do contato com o mundo em que está inserido. A interação social se mostra como uma das principais formas do indivíduo desenvolver uma visão de mundo mais ampliada e crítica, onde a convivência e o diálogo com o outro irá exigir uma maior compreensão e abertura para novas argumentações e pensamentos (Mead, 1934). A escola como instituição social possui em seu âmbito diversidades provenientes da subjetividade dos indivíduos que estão inseridos neste ambiente. Portanto, o ensino tem a importância e o objetivo de fazer o indivíduo compreender o mundo a sua volta e as questões que o cercam como: os valores, os direitos, a moral, a injustiça e a comunicação, ou seja, ensinar a compreensão de todos os elementos que nos fazem ser sociais (Fernandes et al., 2010). A discussão que existe em volta da prática educacional referente aos direitos humanos destaca que, uma vez que se educa sobre cidadania e democracia, se abre um caminho não somente para os alunos conhecerem e entenderem sobre seus direitos, mas como também para a aprendizagem e o início do desenvolvimento das práticas cidadãs (Chagas et al., 2012). Diante do ambiente escolar, o psicólogo compartilha os conhecimentos de sua área para dar suporte aos professores, proporcionando a oportunidade de conhecer as demandas mais frequentes que se manifestam nos alunos e suas famílias, além de grupos de escuta e promover troca de ideias. Metodologia: O local escolhido para a realização do projeto foi a EMEF Maria Izaura da Costa Cruz, tendo como público alvo os alunos do 3º ano do ensino fundamental. As etapas metodológicas utilizadas foram: 1. Visita ao local para o conhecimento institucional e pedido de autorização para realização da atividade extensionista; 2 Realização do cronograma de intervenção; 3 Aplicação da intervenção. A intervenção foi organizada em três momentos, quais sejam 1. Apresentação do grupo e da temática de forma interativa ao público alvo; 2 Aplicação da dinâmica sobre Direitos e Deveres e 3 Contextualização do papel do psicólogo. Resultados e Discussões: A socialização é relevante para formação da identidade do indivíduo. A identidade e criticidade se tornam mais amplas a partir do momento em que as interações sociais irão ocorrendo e contribuindo para uma melhor compreensão do mundo e do que é ser um cidadão ativo na sociedade em que está inserido. A família é primeira instituição social em que o sujeito está presente, entretanto, as instituições escolares, apresentam uma multiplicidade de questões ligadas a diferenças raciais, socioeconômicas, religiosas, culturais, entre outras, além da presença da subjetividade de cada indivíduo que deve ser respeitada, escutada e valorizada. Conclusão: As crianças e os profissionais da

escola foram receptivos e comunicativos. Os direitos humanos já eram abordados nas aulas de convivência social e ética. Os alunos demonstraram domínio sobre o assunto, ponto verificado principalmente durante a dinâmica. Observou-se entre os estudantes diferentes comportamentos, demonstrando-se comunicativos, tímidos e introvertidos, bem como respeitosos uns com os outros. Percebeu-se, não apresentaram um conhecimento prévio do papel do psicólogo na proteção e promoção dos direitos humanos, mas após a dinâmica foi perceptível o entendimento no que tange o papel deste profissional.

PROMOÇÃO DA SAÚDE COGNITIVA DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO

Caio Luiz Bogo¹⁴⁴

Leticia Lisboa¹⁴⁵

Maria Luisa Toledo¹⁴⁶

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹⁴⁷

Introdução: O envelhecimento traz mudanças psicológicas e neurológicas significativas. A alta incidência de desenvolvimento dos Transtornos Neurocognitivos (TNCs) é um problema crítico de saúde pública, principalmente nos casos de idosos institucionalizados, por isso é urgente o estudo de meios para atenuar esse quadro. Não existe prevenção medicamentosa para os TNCs, no entanto, algumas práticas como dieta saudável, atividade física e estimulação intelectual podem ajudar a diminuir o risco do desenvolvimento da doença em pessoas saudáveis, e o retardamento da degeneração cognitiva nas pessoas já afetadas. Dessa forma, o presente projeto extensionista é apresentado com o objetivo de contribuir com a prevenção do declínio cognitivo, para a promoção da saúde mental em idosos, por meio de estímulos neuropsicológicos. Apresenta também como objetivos específicos: (1) descrever aspectos neuropsicológicos relacionados ao idoso; (2) identificar atividades que previnem os TNCs em idosos e (3) Aplicar atividades neuropsicológicas que promovam a saúde cognitiva dos idosos. Referencial Teórico: Os Transtornos Neurocognitivos (TCNs) englobam condições como a doença de Alzheimer, caracterizada pela deterioração cognitiva e da memória, dificultando atividades cotidianas e alterando o comportamento. O DSM-5 classifica demências como TCNs menores (sem comprometimento da independência) e maiores (com comprometimento da independência). TCNs são definidos como uma síndrome de declínio cognitivo-comportamental que afeta funções mentais como memória, linguagem e habilidade visuoespacial, comprometendo a autonomia do paciente (MCKHANN et al., 2011). Doenças neurodegenerativas como Alzheimer, demência com corpos de Lewy e

¹⁴⁴Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: caio.bogo@sou.fcr.edu.br

¹⁴⁵Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: leticia.lisboa@sou.fcr.edu.br

¹⁴⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.toledo@sou.fcr.edu.br

¹⁴⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

Demência frontotemporal são as principais causas de TCNs (Kalaria et al., 2008). Os TCNs têm origens multifatoriais e os fatores de risco incluem genética, uso de drogas e álcool, redução de estímulos cognitivos, depressão e histórico de AVC (Santos, Bessa e Xavier et al., 2020) . A institucionalização de idosos também está associada ao declínio cognitivo e estresse dos cuidadores familiares (FERRETTI, 2004). A prevenção dos TCNs envolve mudanças no estilo de vida, com foco em exercícios físicos, atividades de lazer, estímulos cognitivos e alimentação saudável, rica em vitamina D (Clarice Peixoto, 2021). Atividades cognitivas incluem quebra-cabeças, palavras cruzadas e leitura, além de arteterapia e musicoterapia. Evidencia-se, portanto, as definições, os fatores de risco e a importância de prevenir os TNCs, devido aos impactos significativos na vida das pessoas e da sociedade. Metodologia: Foi realizado estudo de caso em uma instituição de idosos, situada em Porto Velho, Rondônia, bem como parceria com a escola de desenvolvimento cognitivo “Supercérebro”. A atividade consistiu em envolver 19 idosos para realização de atividades envolvendo a utilização de jogos de tabuleiro, desafios cognitivos, atividades de psicomotricidade e momentos de diálogo. Os jogos foram selecionados considerando as condições físicas e psicológicas dos participantes. Resultados e Discussões: Observou-se que dos 19 idosos presentes na atividade, 100% apresentavam dificuldades como: déficit na memória, dificuldade de comunicação e confusões mentais. Ao longo da realização das tarefas propostas, relataram cansaço, o que impediu que realizassem toda a proposta de forma contínua. As atividades focaram no bem-estar e na saúde mental do idoso, e tiveram de ser adaptadas devido às limitações cognitivas e físicas dos participantes. Embora percebendo-se estas dificuldades, a interação social e receptividade foram significativas. Conclusões: A qualidade de vida dos idosos institucionalizados tende a ser negativa, principalmente em instituições que não oferecem alternativas como recreações e/ou fisioterapia, por isso o empenho dos funcionários responsáveis das instituições de acolhimento de idosos é imprescindível. Por conseguinte, faz-se relevante a promoção de conscientização e a sensibilização dos cuidadores, a fim de que resulte em um maior engajamento e adoção de práticas benéficas no cuidado diário do idoso. Embora o objetivo inicial deste projeto tenha sido direcionado a prevenção dos declínio cognitivo, observou-se que a maioria dos participantes já apresentava uma perda cognitiva avançada e diversas limitações físicas e neurológicas. Desta forma, as atividades foram adaptadas para focar na interação social e no bem-estar geral, além de tentar retardar o progresso do transtorno cognitivo. Conclui-se, portanto, que os idosos demonstram

adesão positiva a estímulos neuropsicológicos que são adequados às suas condições físicas e cognitivas, e que respeitam suas preferências individuais. A longo prazo, estas atividades têm o potencial de contribuir significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos institucionalizados.

ORIENTAÇÕES AOS PROFESSORES NO MANEJO DE DESREGULAÇÃO EMOCIONAL EM CRIANÇAS AUTISTAS

Anna Julia Sampaio Peres¹⁴⁸

Thaís Novo Fernandes¹⁴⁹

José Adilson Aguiar Santos¹⁵⁰

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹⁵¹

Introdução: O trabalho dos profissionais da educação no processo ensino e aprendizagem com crianças é complexo e, essa complexidade aumenta quando essa criança é portadora do Transtorno de Espectro Autista - TEA. Pesquisa realizada por Silva (2024) e Paz (2024) com professoras no município de Porto Velho indicam que elas não se sentem preparadas e que enfrentam diversos obstáculos por causa das necessidades únicas de cada criança no espectro: salas lotadas, falta de treinamento em curso, materiais limitados e demora em diagnosticar crianças autistas. A grande parte destes profissionais enfrentam a falta de informações e de conhecimento sobre a melhor forma de conduzir esse processo educacional e mais grave ainda, quando tem que agir durante a crise de crianças autistas no espaço escolar. Diante do exposto, o objetivo geral do projeto de extensão é orientar professores no manejo de desregulação emocional em crianças autistas. Para realização deste objetivos serão adotados como objetivos específicos: 1. Conceituar o autismo; 2. Descrever sinais de desregulação emocional e 3. Instruir professores como agir nestas situações. Referencial Teórico: O Transtorno do Espectro Autista-TEA é definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais como um distúrbio de neurodesenvolvimento caracterizado por um prejuízo na capacidade para a comunicação social (fala, comunicação e interação social), associado a comportamentos voltados para interesses restritos, repetitivos e estereotipados. A regulação emocional refere-se à habilidade de lidar com situações que provocam emoções como estresse, ansiedade ou frustração, sendo uma característica comum tanto em autistas quanto em neurotípicos. No entanto, os autistas podem enfrentar dificuldades para regular as emoções, necessitando de estratégias

¹⁴⁸Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: anna.peres@sou.fcr.edu.br

¹⁴⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: thais.fernandes@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁰Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: jose.adilson@sou.fcr.edu.br

¹⁵¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

específicas para lidar com sobrecarga emocional e sensorial. A inclusão na perspectiva da educação especial é respaldada por legislações significativas, como a Declaração de Salamanca de 1994 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), que define a educação especial como modalidade preferencialmente oferecida na rede regular de ensino. Apesar desses marcos legais, a prática inclusiva enfrenta desafios concretos, como a falta de formação adequada dos professores e a dificuldade em atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Metodologia: No presente projeto optou-se por trabalhar com Roda de Conversa, considerando tratar-se de uma metodologia ativa onde o diálogo e a própria organização do espaço colocam todos os participantes como protagonistas do processo formativo. O trabalho aconteceu no dia 07 de junho, às 11h, na Escola Municipal de Educação Infantil Laudicéia Maria Lisboa, com 20 profissionais, entre professores e profissionais de apoio escolar, tendo como temática o manejo de desregulação emocional em crianças autista. Com a participação de uma psicóloga convidada, foi realizada a exposição do tema, por meio de recursos visuais e seguido de conversa coletiva, para sanar dúvidas, expor experiências e críticas a atenção dada pelo poder público para essa clientela, a temática, mas principalmente, abrir espaço para fala e escuta. Resultados e Discussões: Durante a realização da atividade, destacou-se a importância de oferecer suporte aos educadores e garantir a colaboração dos responsáveis no processo de aprendizagem de crianças autistas. Essas crianças necessitam de apoio durante momentos de desregulação emocional, tornando essencial a presença de profissionais capacitados e a cooperação dos responsáveis. Investir na formação contínua dos professores e promover a parceria entre escola e família são passos fundamentais para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que favoreça o desenvolvimento das crianças autistas. Conclusões: Os profissionais obtiveram informações acerca do autismo e das desregulações emocionais além das que já haviam adquirido por experiências, como contadas pelos próprios. Após as apresentações foi realizada a roda de conversa em que a psicóloga presente respondia às dúvidas dos participantes, os quais agradeceram não só os esclarecimentos acerca do tema mas também pela atenção e reconhecimento que receberam.

RELEVÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA A SAÚDE MENTAL DO IDOSO

Carolina de França e Silva Oliveira¹⁵²

Gladna Almeida Freitas Caminha¹⁵³

Taís Pereira de Oliveira Reis¹⁵⁴

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹⁵⁵

Introdução: Sedentarismo é o termo utilizado para designar o modo de vida levado por aqueles que não praticam atividade física regularmente e que vivem de hábitos os quais não estimulam corretamente o corpo e nem a mente. A OMS estima que a inatividade física contribua para cerca de dois milhões de mortes anuais no mundo. Simultaneamente, calcula também que 60% da população mundial não pratica atividade física suficiente. Nos idosos, a realização de atividade física beneficia a sua saúde cognitiva, física, emocional. Também ajuda na melhora do sono, do humor e na redução de sintomas de determinadas doenças, contribui para a melhora da capacidade funcional, promove a autonomia, a socialização, prevenção de doenças e reduz as limitações decorrentes do processo de envelhecimento; Acompanhado do aumento da expectativa de vida da população, ocorre o crescimento do número de idosos acometidos por doenças mentais como ansiedade e depressão, fatores de extrema gravidade responsáveis por altos níveis de mortalidade e morbidade (PELUSO & ANDRADE, 2005). Há possibilidade de realizar uma prática com os idosos da Casa do Ancião em Porto Velho - RO. Assim, o objetivo geral do projeto é: Apontar a relevância da prática de atividade física como estratégia de promoção da saúde mental e física dos idosos e como ela ajuda na prevenção de doenças. Para tal, realizará como objetivos específicos: 1. Investigar os efeitos de exercícios físicos na promoção da saúde dos idosos, 2 Indicar a relevância do exercício físico como prevenção de doenças psicossomáticas; 3. Propor estratégias para a sensibilização/conscientização sobre a importância da atividade física. Referencial Teórico: O exercício aumenta o número de novos neurônios (neurogênese) e também influencia a estrutura de neurônios

¹⁵²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.franca@sou.fcr.edu.br

¹⁵³Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gladna.caminha@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tais.reis@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

recém-nascidos. O paralelismo entre exercício, neurogênese e memória também são analisados no processo de envelhecimento. O exercício físico tem mostrado efeitos neuroprotetores contra o declínio cognitivo agregado à idade e atrofia cerebral em cérebros adultos (KRAMER AF, 1999). Práticas como caminhar, correr ou pedalar são fundamentais para manter uma capacidade neurológica saudável, mesmo com o avanço da idade (OMS, 2022). A influência da atividade física reduz a predisposição de doenças crônico-degenerativas, hipercolesterolemia, aumento na concentração plasmática de fibrinogênio e sedentarismo, as quais são ligadas a maior risco de declínio cognitivo (SCHUIT AJ, 2001). O Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) indica um estágio primário de alguma forma de demência, como por exemplo, Doença de Alzheimer ou demência vascular (RADANOVIC M, 2011). A demência é um dos principais fatores que eleva os índices de morbimortalidade entre os idosos. É como uma síndrome crônica que resulta no enfraquecimento progressivo da cognição envolvendo um ou mais áreas (memória, aprendizado, linguagem, funções motoras, habilidades visuais e espaciais e comportamental); (MACHADO JC, 2011).

Metodologia: A equipe da Psicologia do Esporte realizou o projeto na Casa do Ancião São Vicente de Paula, juntamente com a Professora de Educação Física Ana Cléa Rocha. A aplicação do projeto contou com a presença de 19 dos 25 idosos da instituição. Os materiais utilizados foram: 2 bolas, 2 garrafas com arroz, 8 arcos, 1 cone, 1 caixa de som e 4 ligas elásticas. A duração foi de 1 hora e 30 minutos (9h-10h30), incluindo o lanche coletivo com o tema da Festa Junina. De início, o grupo, juntamente com a professora de Educação Física, apresentou os integrantes, o objetivo do projeto e as atividades que haveriam de ser realizadas. Em seguida, a fisioterapeuta Juliana Vasconcellos e a equipe responsável auxiliaram na execução dos exercícios. Discussões e Resultados: Um dos acontecimentos marcantes da intervenção foi o momento da dança, em que a maioria dos idosos participaram e mostraram grande interesse. O entusiasmo deles fez com que essa atividade fosse prolongada. Notando-se com isso a relação entre atividade física e bem estar mental emocional. Durante o lanche, foi possível conversar calmamente com os idosos e entregar como lembrança a todos uma bola cravo colorida (fisioterapêutica) para estimular o manuseio de objetos e força das mãos. Conclusão: Apesar das limitações psicomotoras, foi perceptível a mudança do estado do humor dos idosos com a inclusão da atividade física e o impacto emocional gerado pela atividade de dançar. Compreende-se que o projeto conseguiu agregar resultados positivos aos idosos, ao criar um ambiente de interação e receptividade. Com

a continuidade da aplicação das atividades realizadas, haverá maiores efeitos favoráveis a longo prazo, pois os estímulos fornecidos pela atividade física além de melhorarem a qualidade de vida, reduz os riscos de derrame, determinados tipos de câncer, diabetes mellitus tipo 2, obesidade, hipertensão, quedas e mortalidade.

PAPEL DO PSICÓLOGO NO SUPORTE EMOCIONAL DE PACIENTES ONCOLÓGICOS FORA DE DOMICÍLIO

Marsy Stelia Ferreira Neves¹⁵⁶

Ednéia A. Coimbra Generoso Nobre¹⁵⁷

Maria Lucia da Conceição Sodré Rocha¹⁵⁸

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer¹⁵⁹

Introdu o: Pesquisa em Santos (et al, 2023), revela o câncer como um problema de saúde pública mundial. Houve um aumento de 20% na incidência e espera-se que, para 2030, ocorram mais de 25 milhões de casos novos. São esperados, 704 mil casos novos de câncer para o tri nio 2023-2025, sendo eles de pele, de mama feminina e o de próstata de cólon e reto, pulmão, estômago e o câncer do colo do útero. Considerando o câncer como um evento estressor para o acometido, assim como para os profissionais e familiares envolvidos no cuidado desses pacientes,   necessário o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. O paciente em tratamento oncológico, regride ou não evolui durante o tratamento, por falta de suporte emocional dos familiares em momentos de crise. O suporte emocional dado ao paciente por um profissional de psicologia, concede segurança e adesão ao tratamento. Por comparecer a complexidade desta temática, o presente projeto de extensão tem como objetivo geral compreender o papel do psicólogo no suporte emocional de pacientes oncológicos fora de domicílio. Para atingir estes objetivos, serão adotados como objetivos específicos: 1 Descrever o papel do psicólogo em situa es de crise/psico-oncológica; 2 Compreender o aspecto emocional no tratamento de pacientes oncológicos e 3. Oferecer suporte emocional a pacientes oncológicos. Referencial Teórico: A Psico-Oncologia representa a área de interface entre a Psicologia e a Oncologia e utiliza conhecimento educacional, profissional e metodológico proveniente da Psicologia da Saúde para aplicá-lo: 1 ) Na assistência ao paciente oncológico, sua família e profissionais de Saúde envolvidos com a preven o, o tratamento, a reabilita o e a fase terminal da doença; 2 ) Na pesquisa e no estudo de variáveis psicológicas e sociais relevantes para a compreensão da

¹⁵⁶Acad mica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: marsy.neves@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁷Acad mica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: edneia.nobre@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁸Acad mica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.lucia@sou.fcr.edu.br

¹⁵⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administra o pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

incidência, da recuperação e do tempo de sobrevida após o diagnóstico do câncer; 3º) Na organização de serviços oncológicos que visem ao atendimento integral do paciente, enfatizando de modo especial a formação e o aprimoramento dos profissionais da Saúde envolvidos nas diferentes etapas do tratamento. O diagnóstico do câncer tem um efeito devastador. Ele ainda traz a ideia de morte, o medo de mutilações e desfiguramento, dos tratamentos dolorosos e das perdas provocadas pela doença. Esta situação de sofrimento conduz a uma problemática psíquica. As estratégias de enfrentamento ao estresse advindo do diagnóstico, consistem em uma gama de esforços cognitivos e comportamentais, utilizados por indivíduos para administrarem as demandas. Entende-se que essas estratégias podem ser classificadas como aquelas focadas na emoção, que demonstram atitudes de afastamento em relação ao evento estressor, e aquelas focadas no problema, que demonstram aproximação ao estressor (Lazarus & Folkman, 1984). Todas essas estratégias podem ser utilizadas por pacientes, familiares e profissionais de saúde, para que esses lidem com o aumento progressivo da doença em seus vários momentos, a saber: no diagnóstico, no tratamento; na convivência com o medo da recidiva e nas vivências de fim de vida. Metodologia: A vivência foi realizada na Associação Casa de Apoio ao Doente de Câncer Irmã Rosa Gambelli, situada em Porto Velho – RO com 1h30 de duração. A intervenção foi realizada em 3 etapas: 1 Exposição dialogada em grupo visando explicar o papel do psicólogo no suporte emocional de pacientes oncológicos; 2 Relato de um caso verídico (storytelling) e 3. Espaço de falas onde cada participante contribuiu com sua vivência e 4. Dinâmica do desenho para trabalhar os aspectos emocionais de pacientes e familiares. Resultados e Discussões: Observou-se a relevância do suporte profissional nos momentos de crises, cansaços, desânimos durante o processo de tratamento do paciente oncológico, a necessidade de informação e esclarecimento ao paciente e seu acompanhante, da atuação do profissional da psicologia e o quanto pode ajudá-lo durante o tratamento. Foi possível verificar a identificação de pacientes e acompanhantes com o storytelling deixando-se aflorar emoção positiva. Ocorreram lágrimas e risos, demonstração de emoções e sentimentos. Percebeu-se um ânimo renovado para com o futuro e o interesse em buscar ajuda psicológica por parte de alguns pacientes e familiares. Conclusões: Emergiram temas como necessidade de superação, afetividade e resiliência. Notou-se o fortalecimento e o engajamento dos pacientes oncológicos e seus acompanhantes, que estão fora de seu domicílio e que estão em processo de tratamentos oncológicos. Os integrantes foram participativos e no final, houve um momento de

agradecimentos, com mensagens de otimismo finalizando com uma socialização. Percebe-se que muitos participantes não compreendiam o papel do psicólogo, ao longo da atividade, o público demonstrou entendimento do que seria o papel deste profissional e assim concluiu-se sobre a relevância deste profissional no suporte emocional de pacientes oncológicos fora de domicílio.

A AFETIVIDADE COMO PRESSUPOSTO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 2020 A 2024

Rosimeire Toscano Almeida¹⁶⁰
Selena Castiel Gualberto Lima¹⁶¹

Introdução: A afetividade é um conjunto de características que se manifesta sob forma de emoções, sentimentos positivos ou negativos com relação a um fenômeno interno ou externo, e que possui uma grande contribuição no desenvolvimento, manifestando-se desde os primeiros meses de vida e evolui ao longo da vida do ser humano (Souza et al., 2020). Neste sentido, a pergunta levantada do problema para o campo investigativo foi estruturada em: como a afetividade pode influenciar no processo de aprendizagem dos alunos da Educação Infantil? Portanto, o objetivo geral deste estudo foi compreender como a afetividade pode influenciar no processo de aprendizagem dos alunos da Educação Infantil por meio de uma revisão sistemática de literatura. Tão logo, os objetivos específicos foram ordenados em descrever as concepções iniciais da infância; identificar a afetividade na visão de diferentes autores; contextualizar as práticas afetivas no ambiente escolar; evidenciar através da revisão sistemática a afetividade no processo de aprendizagem dos alunos na Educação Infantil. Referencial teórico: Nem sempre a infância foi vista como uma das fases mais importantes do desenvolvimento humano, pois até o século XII, a criança era vista como um mini adulto, vestindo-se e utilizando as mesmas vestimentas, costumes e comportamentos. Sendo assim, a criança não tinha nenhuma participação social, desconsiderando suas necessidades e fragilidades (Cohn, 2020). Portanto, a afetividade é um dos aspectos primordiais no desenvolvimento humano, a qual começa a se desenvolver a partir do primeiro ano de vida a partir dos vínculos estabelecidos com as pessoas e o meio em que se vive, exercendo importância significativa sobre as emoções e ações dos indivíduos e nas suas relações construídas dentro e fora da escola e nas suas diferentes fases do desenvolvimento humano. Metodologia: Os procedimentos metodológicos que foram adotados no perfilar da pesquisa seguiram as normatizações de natureza básica, utilizando uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo através de uma revisão sistemática, para agregar valores aos autores de forma transparente em

¹⁶⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rosimeire.almeida@sou.fcr.edu.br

¹⁶¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: selena.castiel@fcr.edu.br

relação às produções, bem como para discussão dos aportes encontrados. Para a análise dos dados qualitativos coletados pela revisão sistemática, utilizou-se as orientações feitas pela análise de conteúdo de Bardin (2011), que é composta por três etapas distintas e complementares. Para tanto, utilizando-se de descritores enquanto palavras-chave realizou-se uma busca avançada inserindo: “afetividade”, “aprendizagem” e “educação infantil”, com o auxílio do termo “AND”, nos bancos de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Scientific Electronic Library Online-SciELO, Periódicos Eletrônicos em Psicologia - para revisar os artigos publicados sobre o objeto no período de 2020 a 2024, sendo estes publicados em português, inglês e espanhol. No entanto, foram excluídas da pesquisa teses, dissertações e artigos pagos e repetidos nas bases de dados. Resultados e discussões: A partir dos estudos selecionados, os autores Dias e Medeiros (2020), bem como Oliveira (2020) apontam que a afetividade está presente desde o início da vida a partir do vínculo com os pais. Nesse momento, a criança vai construindo suas primeiras interações com as pessoas em que convive, no qual necessitará de um ambiente acolhedor que contribuirá no seu desenvolvimento cognitivo e nas interações sociais que vivencia. Nesse sentido, o ambiente escolar é um contexto propício para o favorecimento de novas aprendizagens e interações sociais e para que isso ocorra o professor deve ser referência ao proporcionar que essas interações aconteçam. Portanto, constata-se que os aspectos afetivos são condições necessárias para o desenvolvimento da aprendizagem, pois está inter-relacionado com o fator cognitivo que é um elemento chave na formação do sujeito. Este estudo evidenciou acerca da afetividade na educação infantil e a sua influência no processo de aprendizagem. A partir dos resultados encontrados, constatou-se que a afetividade é um instrumento primordial na prática do docente, pois está intimamente relacionada com os aspectos cognitivos, que contribuem diretamente na aquisição de novos conhecimentos. Portanto, conclui-se que os estudos foram suficientes para enfatizar a respeito da afetividade na educação infantil, ressaltando a sua importância e as práticas afetivas que podem ser realizadas pelo professor em sala de aula, respondendo aos objetivos deste estudo. Desse modo, percebe-se a necessidade de formações continuadas para que o professor tenha ciência da utilização desse instrumento em sala de aula, pois o afeto tem se tornado uma das principais ferramentas na educação infantil.

OS PILARES EDUCACIONAIS: O USO DAS FERRAMENTAS PSICOLÓGICAS NA PRÁTICA DOCENTE PELA REVISÃO SISTEMÁTICA

Flávio Fernandes Mesquita¹⁶²
Selena Castiel Gualberto Lima¹⁶³

A Educação Básica e Ensino Superior têm-se debruçado acerca da necessidade de avaliação e adaptação do sistema de ensino tradicional descortinando-se nas demandas socioemocionais dos alunos, bem como dos professores. Nesse sentido, a pergunta problema estruturou-se objetivando encontrar respostas relevantes quanto a indagação: Como o uso das ferramentas psicológicas por meio dos pilares educacionais podem impactar na prática docente? Sendo que o objetivo geral se constituiu em analisar como o uso das ferramentas psicológicas por meio dos pilares educacionais podem impactar na prática docente por meio de uma revisão sistemática. Enquanto os objetivos específicos foram ordenados em: discorrer sobre aprendizagem e os pilares educacionais; evidenciar as ferramentas psicológicas na prática docente; identificar pela revisão sistemática as ferramentas psicológicas por meio dos pilares educacionais no período de 2014 a 2024. Referencial teórico: A aprendizagem deixou de ser entendida segundo Figueira (2019) como uma modificação do comportamento em relação ao meio externo, para ser compreendida como o resultado da mediação de vários processos cognitivos, que ocorrem devido ao envolvimento do aluno na construção ativa do seu conhecimento e consequente alteração comportamental. Desse modo, quando se menciona sobre os aspectos humanístico, infere-se as contribuições realizadas por Carl Rogers que defende a teoria humanista correlacionando com as relações interpessoais, na construção da personalidade do indivíduo, no ensino centrado no aluno, em suas perspectivas de composição e coordenação pessoal da realidade, bem como em sua habilidade de operar como ser integrado (Lima; Barbosa; Peixoto, 2018). O ser humano é composto por influências advindas de diferentes contextos: intelectual (cognitivo), físico (psicomotor), social, bem como as socioemocionais, ferramentas psicológicas essenciais na atuação docente, na viabilidade das emoções, combinado todos os processos de ensino para a formação da identidade social. Metodologia: Utilizando uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo, efetivou-se uma

¹⁶²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: flavio.mesquita@sou.fcr.edu.br

¹⁶³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: selena.castiel@fcr.edu.br

fundamentação teórica dialogada com resultados da busca avançada de uma revisão sistemática. A abordagem da pesquisa qualitativa segundo Minayo (2019) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dando resultados descritivos para serem analisados. Nesse sentido, realizando um recorte temporal de 2014 a 2024 efetivou-se um levantamento utilizando descritores por meio das palavras-chave “quatro pilares” e “aprendizagem” que tenham sido produzidos em Língua Portuguesa na Plataforma do Scientific Electronic Library Online – Scielo. Assim, ao inserir os dados na “busca avançada” os resultados apresentaram o total de 23 (vinte e três artigos), tão logo ao colocar os critérios de inclusão dos anos selecionados obteve-se o quantitativo de 07 (sete) trabalhos produzidos, assim quando se efetivou em relação ao idioma publicado restou 01 (um) estudo, porém este mencionava acerca da inserção dos quatro pilares diferentemente do objeto temático deste estudo. Resultado e discussões: A partir dos levantamentos realizados pela revisão sistemática, notou-se que publicações que tratam dos aportes discorridos no perfil da pesquisa ainda são poucas no universo da pesquisa científica, demonstrando que o presente estudo pode ser acrescentado no panorama atual das produções. Ao iniciar as descrições pelo estudo desenvolvido de Montes, Rodrigues e Azevedo (2018), o enunciado evidencia que o feedback é um instrumento da avaliação formativa, possui os atributos necessários para assegurar uma avaliação adequada, se bem utilizado, além de trabalhar aspectos socioemocionais, estimulando o aluno em receber informações positivas que estimulam o seu desenvolvimento no processo educativo. Ademais, acrescentam os autores que na área educacional, as técnicas de ensino podem contribuir para o processo de aprendizagem, principalmente vinculado às aprendizagens básicas: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos (grifo nosso). Conclusão: Ao chegar nos aportes finais, verifica-se que a aprendizagem ainda é o percurso para trilhar a identidade social do cidadão, no qual a integralização curricular permite referendar direitos e deveres. Nota-se que a ascensão social se faz a partir de uma prática docente no qual o olhar psicológico precisa ser inserido para garantir a formação de competências e habilidades deste sujeito para o exercício hodierno. Por fim, contextualiza-se a importância da inserção nos debates científicos a relevância social e científica do respectivo estudo para professores, alunos e profissionais de todas as áreas do conhecimento, na tratativa de municiar um diálogo da importância primeiramente dos quatro pilares no processo de aprendizagem, bem como um olhar envolto as ferramentas psicológicas para delineamento do ser humano em sua totalidade,

contemplando todas as dimensões do ser.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PERSPECTIVA ACERCA DO OLHAR SOCIOEMOCIONAL NA EVASÃO DOS ALUNOS(AS)

Aldecina Galdino Virgolino Borzacov¹⁶⁴
Selena Castiel Gualberto Lima¹⁶⁵

Introdução: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser entendida como um processo de formação humana que deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos, principais alvos dessa modalidade de educação, pois não é apenas um processo de formação educacional, mas sim uma formação para a vida e que esta tem que ser levada em consideração quando o aluno for reinserido no setor educacional (Pinheiro, 2015). Durante essa formação existem vários aspectos socioemocionais que deverão ser levados em consideração, pois alguns desses aspectos podem impactar na aprendizagem e evasão desse público na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tão logo, o problema investigativo da pesquisa será: Como os aspectos emocionais dos alunos (as) causam impactos na aprendizagem e evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos? Sendo que o objetivo geral se constituiu em analisar como os aspectos socioemocionais podem influenciar, será necessário discorrer sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidenciando os aspectos socioemocionais da Evasão Escolar. Dessa forma, os objetivos específicos desta pesquisa consistem em: discorrer sobre a historicidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA); evidenciar os aspectos socioemocionais da Evasão Escolar; identificar por meio da revisão sistemática as produções referentes ao período de 2014 a 2024 que tratam sobre a EJA e os aspectos socioemocionais relacionados com a evasão escolar, sendo que a pesquisa se encontra em andamento. Referencial teórico: O panorama educacional em tempos contemporâneos apresenta que o ensino se encontra envolto de mudanças e transformações que afetam o processo de aprendizagem, delimitados por quesitos de ordem: social, afetiva, econômica e tecnológica. Diante do aporte legal, ressalta-se que modalidade da EJA é reconhecida como integrante da Educação Básica, sendo regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, no caput do Art. 37 que determina “A educação de jovens e adultos será destinada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no

¹⁶⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: aldecina.borzacov@sou.fcr.edu.br

¹⁶⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: selena.castiel@fcr.edu.br

ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996). Tão logo, discorrer sobre a permanência deste indivíduo impulsiona o entendimento do quanto a evasão escolar que significa a ruptura desse desenvolvimento, expondo-os a situações de violação de direitos, em que a vulnerabilidade pode ser provocada por meio do desemprego, criminalidade ou entre outras. Nesse sentido, Rumberger (2011) afirma que há uma variedade de fatores, dentre eles os relacionados à escola, família e trabalho, que pode contribuir para o fenômeno da evasão e a interação entre eles torna difícil determinar um critério de causa, uma vez que novos elementos vão surgindo, conforme as relações que vão sendo estabelecidas dentro e fora da escola. Outros podem ser as dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Metodologia: Para investigação científica adotou-se a abordagem qualitativa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), uma abordagem qualitativa é de caráter descritivo, por estudar os fenômenos humanos gerados socialmente. Metodologicamente este estudo teve como base a percepção de um fenômeno atributivo no campo educacional, buscando responder às questões da pesquisa, por intermédio de uma abordagem qualitativa do tipo descritiva e a inserção dos dados alcançados pela busca avançada na revisão sistemática. Para evidenciar os levantamentos irá utilizar critérios de seleção pelo período temporal de 2014 a 2024, utilizando descritores por meio das palavras chave “EJA”, “evasão” e “aspectos socioemocionais” em publicações realizadas em Língua Portuguesa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Assim, ao inserir os dados na “busca avançada” os resultados apresentaram o total de 175 (cento e setenta e cinco artigos), tão logo ao colocar os critérios de inclusão da temática e dos anos selecionados obteve-se o quantitativo de 101 (cento e um) trabalhos produzidos, assim quando se efetivou a leitura na íntegra restaram 10 (dez) estudos.

ETARISMO: OS DESAFIOS NO AMBIENTE ACADÊMICO ATRAVÉS DO OLHAR PSICOLÓGICO NAS BARREIRAS DA FORMAÇÃO

Solange Meire Alves Freitas¹⁶⁶
Selena Castiel Gualberto Lima¹⁶⁷

Introdução: O envelhecimento populacional em rápido crescimento em várias nações têm despertado o interesse para uma questão social subestimada e pouco discutida, mas que permeia todas as estruturas da sociedade e se torna mais acentuada na vida das pessoas à medida que envelhecem: o etarismo, também conhecido como ageismo ou idadeísmo. A discriminação baseada na idade foi identificada como um desafio global em um relatório recente da Organização das Nações Unidas (OMS, 2021). Por conseguinte, objetiva-se analisar de modo abrangente e aprofundar as múltiplas expressões do etarismo. Com isso, através de uma análise cuidadosa, pretende-se identificar de quais formas a discriminação se manifesta no âmbito acadêmico. E como resultado, espera-se ampliar o conhecimento acerca dessa temática e contribuir com insumo teórico para novos estudos, reflexões e políticas de enfrentamento do etarismo no trabalho, respondendo a seguinte questão problematizadora: Qual é o impacto psicológico do etarismo no ambiente acadêmico e como as barreiras enfrentadas pelos estudantes mais velhos afetam sua jornada em busca de uma formação acadêmica? Em virtude desse objetivo geral de analisar os desafios do Etarismo no ambiente acadêmico e como isso afeta o processo de aprendizagem dos alunos, delineou-se os objetivos específicos para esse contexto de pesquisa. A princípio, os objetivos específicos foram delimitados em: discorrer sobre o Etarismo e seus pressupostos; identificar os aspectos psicológicos do etarismo no processo de aprendizagem dos alunos; promover o auxílio psicológico auxiliando na prevenção emocional no ambiente acadêmico. Referencial teórico: O envelhecimento é um fenômeno sociofisiológico fortemente influenciado pela cultura e pelas condições de vida. Para além da diversidade devida às influências sociais e culturais, os investigadores sublinham o facto de o envelhecimento ser um processo individual, o que significa que as diferenças individuais têm um peso crescente no estilo de vida de cada indivíduo, bem como nos limites e contornos do seu envelhecimento. Segundo Neri (2005), as atitudes racistas decorrem de dois tipos de

¹⁶⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: solange.freitas@sou.fcr.edu.br

¹⁶⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: selena.castiel@fcr.edu.br

processos cognitivos: generalização e simplificação excessiva. A manutenção do molde reflete esses dois processos. No contexto do envelhecimento, os idosos são frequentemente associados a estereótipos negativos, que contribuem para perpetuar visões sociais negativas e homogêneas da velhice (por exemplo, “Os idosos são solitários e dependentes” do envelhecimento). O etarismo nos convida a conhecer camadas profundas acerca de uma identificação de quais formas a discriminação se manifesta no âmbito acadêmico. E como resultado, espera-se ampliar o conhecimento acerca dessa temática e contribuir com insumo teórico para novos estudos, reflexões e políticas de enfrentamento do etarismo no trabalho. Metodologia: O presente pré-projeto utiliza os métodos de pesquisa bibliográficos, descritivos e a revisão sistemática. Para Malhotra (2001, p. 106), pesquisa exploratória é “um tipo de pesquisa cujo principal objetivo é fornecer critérios sobre a natureza do problema que o pesquisador está abordando e sua compreensão”. Segundo Minayo (1993, p.23), a pesquisa é considerada “uma atividade básica da ciência na investigação e na descoberta da verdade”. É uma atitude e uma prática teórica de busca contínua que descreve um processo longo e inacabado. É um trabalho de medição contínua da verdade infinita, criando certa combinação de teoria e dados”. Objetivamente, a pesquisa é descritiva. A revisão sistemática é uma metodologia estruturada e rigorosa utilizada para identificar, avaliar e sintetizar a literatura existente sobre uma questão de pesquisa específica. Diferente das revisões tradicionais, ela segue um protocolo explícito que garante maior objetividade e transparência. Esse protocolo inclui a formulação de uma pergunta de pesquisa clara, definição de critérios de inclusão e exclusão, seleção de bases de dados e estratégia de busca, além da avaliação crítica da qualidade dos estudos selecionados (Galvão & Pereira, 2014). Os estudos incluídos são analisados e os dados relevantes são extraídos e sintetizados, podendo resultar em uma síntese qualitativa ou quantitativa (meta análise). Os resultados são interpretados no contexto da literatura existente, identificando lacunas no conhecimento e sugerindo implicações para futuras pesquisas e práticas (Silva & Galvão, 2013; Rother, 2007). O projeto está em andamento, dessa forma a pesquisa segue com intuito de ser finalizada em 2025.

ARTETERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO PARA PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA

Amélia Cristina Santos Alcoforado¹⁶⁸
Simone Araújo da Silva¹⁶⁹

Introdução: Desde os anos 1990, os estudos sobre psicose e doenças mentais têm se aprofundado, resultando em análises que contemplam tanto o interno do eu quanto o externo do mundo. Esses estudos fundamentam disciplinas como a medicina psiquiátrica, psicopatologia e psicanálise. A esquizofrenia, inicialmente conceituada por Eugen Bleuler, representa uma ruptura da integração entre diversas funções psíquicas, caracterizada pela perda de contato com a realidade e pela incapacidade de distinguir o que é real. No Brasil, a psiquiatra Nise da Silveira foi pioneira ao incorporar a arteterapia como recurso terapêutico, valorizando o afeto e a humanização no tratamento de pacientes com transtornos mentais. Este estudo visa analisar a arteterapia como recurso terapêutico para pacientes com esquizofrenia, a partir de uma revisão sistemática da literatura de textos publicados entre 2013 e 2023. Referencial teórico: Esquizofrenia, a esquizofrenia é um transtorno psíquico endógeno, marcado pela perda de contato com a realidade. Eugen Bleuler introduziu o termo em 1911, definindo os “As” da esquizofrenia: associação frouxa de ideias, ambivalência, autismo e alteração de afetos. Kraepelin, anteriormente, havia descrito como demência precoce, que Bleuler expandiu ao propor a esquizofrenia como um grupo de doenças. Freud, por sua vez, associou a esquizofrenia ao narcisismo, sugerindo que a libido retirada dos objetos externos se refugia no ego, resultando em sintomas como megalomania e hipocondria. Arteterapia: A arteterapia, surgida no século XX, combina as abordagens da Psicanálise de Freud e da Psicologia Analítica de Jung. No Brasil, a arteterapia foi introduzida por psiquiatras como Osório César e Nise da Silveira, que reconheciam a arte como um meio terapêutico eficaz. Nise da Silveira, em particular, e inspirada por Jung, enfatizou a importância do afeto e da humanização no tratamento, promovendo a liberdade e acolhimento como bases para a recuperação dos pacientes. Metodologia: Esta pesquisa é uma revisão sistemática da literatura, focando em estudos de 2013 a 2023 sobre a utilização da arteterapia como recurso terapêutico para pacientes com esquizofrenia. A

¹⁶⁸Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: amelia.alcoforado@sou.fcr.edu.br

¹⁶⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

revisão sistemática é baseada no Protocolo Kitchenham and Charters (2007). O processo inicial envolveu o levantamento de monografias e artigos relacionados ao tema, utilizando o Google Acadêmico para selecionar estudos conforme critérios definidos. O objetivo foi mapear a produção científica sobre o assunto no período delimitado. Foram identificadas 11 pesquisas (9 artigos e 2 monografias), cuja as principais características são: ano de publicação, tipo, título, objetivos e instituições de origem as quais foram resumidas em uma tabela. Resultados e discussões: A pesquisa buscou materiais em plataformas científicas confiáveis para entender a produção acadêmica sobre arteterapia como recurso terapêutico para pacientes com esquizofrenia, delimitando o período entre 2013 e 2023. Os estudos revisados indicam que a arteterapia ajuda os pacientes a se reconhecerem como criadores, promovendo um processo de autocura e transformação emocional. A arte facilita a expressão e compreensão das subjetividades, unindo pensamento e sentimento, e é vista como um caminho para a inclusão social e reabilitação psicossocial dos pacientes. A prática em grupo também foi destacada, mostrando que a interação coletiva pode estimular o autoconhecimento e respeito mútuo entre os participantes. A arteterapia é descrita como uma abordagem terapêutica eficaz para melhorar a saúde mental, oferecendo benefícios tanto no tratamento de transtornos mentais quanto na promoção do bem-estar. Os textos analisados sugerem que a arteterapia não se limita a expressões artísticas tradicionais, mas inclui música e outras formas de arte, contribuindo para a autoestima e socialização dos pacientes. A formação dos terapeutas é fundamental, pois eles precisam apreciar esteticamente e sensivelmente as produções dos pacientes para promover a autocura. Além dos benefícios terapêuticos, a arteterapia também é vista como um meio para a reabilitação psicossocial, ajudando a superar estigmas e preconceitos associados à loucura. A arte permite uma abordagem humanizada e holística, promovendo a inclusão social e melhorando os aspectos interpessoais dos pacientes. Conclusão: A arteterapia se mostra uma abordagem valiosa no tratamento da esquizofrenia, permitindo a expressão e reorganização do caos interno dos pacientes. No Brasil, a prática tem sido desenvolvida e aplicada com sucesso, particularmente nos CAPS, contribuindo para a humanização e efetividade do tratamento. A revisão sistemática de literatura sobre a contribuição da arteterapia entre 2013 e 2023 reforça sua importância como recurso terapêutico para pacientes com esquizofrenia, destacando o impacto positivo na qualidade de vida e nas relações interpessoais dos pacientes.

ESCALA DE PERSONALIDADE DE NEUROCIÊNCIA AFETIVA (ANPS): APLICAÇÃO NA SEMIOLOGIA DE TRANSTORNOS DEPRESSIVOS

Carolina de Medeiros Lima¹⁷⁰
Simone Araújo da Silva¹⁷¹

Introdução: A pesquisa visa investigar a relação entre a super ativação do sistema GRIEFF/PANIC e os transtornos depressivos como consequência da Pandemia do Covid-19, a partir de três objetivos específicos: 1- Descrever dados, nacionais e internacionais, sobre o aumento dos transtornos depressivos, em pessoas na faixa etária entre 25 e 35 anos, no período durante e pós Pandemia da Covid-19; 2 - Aplicar a Escala Personalidade de Neurociência Afetiva (ANPS) versão abreviada em pacientes com sintomatologia depressiva e 3 - Correlacionar os dados estatísticos obtidos na Breve Escala de Personalidade de Neurociência Afetiva (ANPS) com enfoque nos escores do sistema GRIEFF/PANIC. Como problema investigativo da pesquisa, a pergunta será: A viabilidade da aplicação da Escala de Neurociência Afetiva (ANPS) como instrumento de levantamento de sintomatologia depressiva. Referencial Teórico: Seguindo a proposta de Panksepp (2004; 2011; 2012) denominada Neurociência Afetiva, o cérebro humano possui, em sua porção mais primitiva, a composição de um conjunto emocional básico, formado por sete processos primários, incluindo processos depressivos. À luz da Psicopatologia, de acordo com Dalgarrondo (2018), a depressão apresenta diferentes sinais e sintomas, tais como tristeza, raiva, apatia, desânimo, ideias negativas, pensamentos ruminativos de culpa e arrependimento, podendo chegar a ideiação, planos e atos suicidas. Bowlby (1990), em sua Teoria do Apego, elucida que existe um mecanismo natural que resulta em desespero, a partir do momento que o sujeito percebe a ausência, ainda que temporária, da figura principal de cuidado e segurança conhecida e parte em busca deste objeto cuidador. Panksepp (2011) se aprofundou nesta teoria demonstrando como o cérebro interpreta e reage a esta situação de separação, inclusive em situações de luto. **Metodologia:** O procedimento metodológico será a aplicação da ANPS em pacientes com descrição de sintomas depressivos e a análise se dará através de estatística básica. A pesquisa contou com a participação de 20 pacientes, entre 18 e 69 anos, em

¹⁷⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.lima@sou.fcr.edu.br

¹⁷¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

acompanhamento na Clínica Escola de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. Ressaltamos que todos os princípios perfilados na execução deste trabalho seguirão os procedimentos determinados pelos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 - Conselho Nacional de Saúde CONSEP, consubstanciando todos os cuidados necessários para evitar quaisquer riscos durante a coleta de dados, bem como traga implicações de ordem legal. As informações obtidas serão de caráter confidencial, ficando assegurado total sigilo das mesmas, somente a pesquisadora e a professora orientadora terão acesso aos dados, viabilizando toda segurança e identificação dos participantes, além de assegurar a não violação e a integridade dos documentos apresentados.

A ESCUTA PSICOLÓGICA DOS CUIDADORES NA ÁREA DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Lucélia Miranda de Quintiliano¹⁷²
Simone Araújo da Silva¹⁷³

Introdução: O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011) aponta que um dos obstáculos da atuação do psicólogo na atenção primária de saúde é o entendimento sobre a relação saúde e doença, que são conceitos que vão além da ausência de doença, tratando-se também de um bem-estar integral, considerando aspectos físicos, sociais e mentais. Em 2006, houve a regulamentação da Estratégia Saúde da Família, pela Portaria n. 648/GM pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2006), que visava ter uma integralidade e interdisciplinaridade com a saúde pública e coletiva. Nessa perspectiva, a assistência à saúde mental deve ser trabalhada no cotidiano da atenção básica, sendo o sofrimento psíquico algo que vai além dos diagnósticos, considerando-se a subjetividade, as diferenças culturais e o atendimento humanizado (Brasil, 2013). Com o psicólogo consolidando seu espaço na atenção básica, surgem desafios a serem elaborados. Inicialmente, há alguns conceitos errôneos diante da profissão do psicólogo, por vezes pode-se perceber que tanto usuários quanto profissionais da saúde ainda não compreendem a prática psicológica como fundamental nas intervenções à saúde. Partindo das elucidações descritas, tem-se como problema de pesquisa: Como a modalidade de plantão psicológico pode propiciar a escuta de cuidadores da saúde em uma Unidade de Saúde Familiar em Porto Velho – Rondônia? E tem-se como objetivos: verificar e observar o cotidiano e a rotina laboral dos servidores da Unidade de Saúde Familiar – USF – Caladinho; descrever a importância da saúde mental e do sofrimento psíquico associado às condições de trabalho e efetivar o plantão psicológico como espaço de escuta e acolhimento dos servidores da Unidade de Saúde Familiar – USF – Caladinho. Sendo assim, a atenção à saúde mental deve ser considerada uma prática de importância significativa dentro dos núcleos de atenção básica, não sendo tratada como somente um aspecto paralelo à saúde. Referencial teórico: As relações do indivíduo e o trabalho possuem uma complexidade crescente, que é mediada por aspectos psicossociais, de modo que os determina no processo de saúde - doença. Assim sendo, é

¹⁷²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lucelia.quintiliano@sou.fcr.edu.br

¹⁷³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

de suma importância que haja um ambiente laboral que traga possibilidades de crescimento, de alcance de metas com eficácia, mas que o processo da produção de resultados satisfatórios esteja alinhado com o bem-estar do colaborador. Pode-se entender que o trabalho é um operador de promoção à saúde mental, entretanto, um ambiente laboral negativo pode levar a transtornos mentais/psíquicos. Conforme afirmam Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), o trabalho é um operador de promoção à saúde mental, contudo, um ambiente de trabalho negativo pode levar a consequências, como os transtornos mentais. Quando a condição de trabalho excede os recursos em saúde mental do indivíduo no ofício, passa a existir um desequilíbrio que provoca a situação de adoecimento. O desafio organizacional é criar mecanismos que proporcionem a transformação das situações geradoras de sofrimento em movimentos de promoção da saúde, em especial de maneira ampla nas equipes de trabalho.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa a ser realizada na Unidade de Saúde Familiar (USF) - Caladinho, da cidade de Porto Velho, Rondônia (RO), no período de agosto a novembro de 2024, com 10 (dez) colaboradores de ambos os sexos, que trabalham na unidade. Segundo Gil (1999), a técnica qualitativa possibilita o aprofundamento das demandas relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas ligações, mediante a máxima valorização do contato direto com a conjuntura estudada, buscando-se o que era comum, mas mantendo-se aberta pra perceber a subjetividade e os significados diversos. Quanto à análise de dados, a abordagem escolhida para a análise dos dados será a Análise de Conteúdo, a qual trabalha os relatos buscando o seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Conforme aduz Bardin (2011, p. 114), “[...] tal abordagem permite o dinamismo entre o real e o sujeito, não podendo haver indissociabilidade entre o objetivo e o subjetivo do estudo”.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA DESTINADA A PACIENTES, FAMILIARES E/OU CUIDADORES EM UM HOSPITAL GERAL EM PORTO VELHO/RO

Nefertiteh França Quaresma Bida¹⁷⁴
Simone Araújo da Silva¹⁷⁵

Introdução: A psicologia hospitalar é uma área atuante na promoção da saúde e do bem-estar psicológico de pacientes, familiares, além de profissionais de saúde, no contexto hospitalar. Levar o paciente rumo à palavra, como nos ensina Simonetti (2016), significa criar um ambiente seguro e acolhedor para que o paciente se sinta confortável em expressar seus sentimentos e pensamentos, mesmo que sejam difíceis ou dolorosos. Referencial Teórico: No processo do adoecer, deparamos com conflitos e situações que requerem um cuidado no manejo, nos dilemas éticos, e ainda nas comunicações de más notícias. “É mais importante conhecer a pessoa que tem a doença do que a doença que a pessoa tem” (Straub, 2014, p. 8). Neste sentido, entendemos que a relação de ajuda promove um bem-estar e a capacidade de recuperação no indivíduo. Nesta pesquisa, percebemos que a intervenção psicológica no hospital tem como foco as necessidades imediatas do paciente, estabelecendo o vínculo paciente-psicólogo, através de estimulação direta pela fala. Os cuidadores desempenham um papel fundamental nesse processo e devem receber o apoio necessário para cuidar de si mesmos e de seus entes. Segundo De Marco, "O cuidador também é um paciente, e sua saúde deve ser considerada no contexto do cuidado." (2012, p. 136), logo a necessidade de cuidar do cuidador e o papel da intervenção em saúde mental, torna-se essencial. Metodologia: A fundamentação metodológica adotada nesta pesquisa partiu de uma investigação científica com uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratória. Para tanto, foram realizadas quatro entrevistas semi estruturadas com pacientes, familiares e/ou cuidadores (maiores de 18 anos), de pessoas atendidas em regime de internação no Hospital Geral e que apresentaram demandas de atendimento psicoterapêutico ao setor de psicologia da instituição. O roteiro da entrevista abrangeu questões semi abertas que permitiram aos participantes expressar suas opiniões e experiências. Cada entrevista teve duração aproximada de 50 minutos, durante a qual foram abordados temas como a

¹⁷⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nefertiteh.bida@sou.fcr.edu.br

¹⁷⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

história de vida, a história da doença atual com foco no período de internação do paciente e acompanhamento do familiar/cuidador. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. Resultados e discussões: Para a análise temática de conteúdo, foram selecionados temas recorrentes nos discursos e relatos dos participantes da pesquisa, conforme análise e reflexão dos tópicos. Podemos perceber tal realidade a partir destes relatos, os quais trouxeram histórias de vidas permeadas por abandono, ausência de autocuidado e dificuldades em cuidar de si. Receber um diagnóstico é um momento de muitas incertezas e traz consigo a ansiedade, o medo e, às vezes, o abandono. Ser saudável não se resume apenas à ausência de problemas físicos; também abrange o equilíbrio emocional e a interação. De acordo com Bento et al. (2013), o ambiente hospitalar é caracterizado como um lugar onde as fragilidades humanas são expostas, evidenciadas, sejam elas físicas ou psicológicas. Acompanhar o tratamento de um ente é viver momentos de esperança e alívio, quando tudo vai bem e a melhora é evidente, mas é também momentos de desespero e sofrimento, quando a doença se agrava ou os efeitos colaterais aumentam. Segundo Simonetti (2016, p. 24) "no hospital há muita gente querendo dizer para o paciente o que ele tem de fazer, querendo dar conselhos, estimulando, mas não há ninguém, além do psicólogo, querendo escutar o que ele tem a dizer". Essa escuta atenta e sem julgamentos se torna um refúgio para o paciente seguir um caminho de autonomia. Os familiares mencionaram, ao término da entrevista, possibilidades de ressignificação de suas experiências, relacionadas aos atendimentos recebidos pelo psicólogo do hospital, proporcionando tranquilidade, autocontrole e crença no restabelecimento do familiar enfermo. Conclusão: Pacientes e familiares no contexto hospitalar necessitam de uma escuta psicológica com foco no cuidado e empatia como experiências de alívio do sofrimento físico e psíquico associado aos diagnósticos e tratamentos. Essa compreensão levou a entender os sentimentos e as experiências pelas quais essas pessoas passam enquanto estão vivendo esse quadro delicado de enfrentamento a doenças, bem como entender o quanto a escuta psicológica em um hospital torna-se relevante e necessária.

ESCUITA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Raiany de Sousa Aguiar Sodré Pereira¹⁷⁶
Simone Araújo da Silva¹⁷⁷

Introdução: A violência contra a mulher é uma questão alarmante em Rondônia, um estado da região Norte do Brasil. Apesar da beleza da Amazônia, a região enfrenta grandes desafios, especialmente em relação à segurança e ao bem-estar das mulheres. A Promotora de Justiça Tânia Garcia destacou a gravidade da situação, citando dados que colocam Rondônia com as maiores taxas de feminicídios e homicídios femininos do país. A ministra Cristiane Britto enfatiza a importância da divulgação dos canais de denúncia para combater a subnotificação dos casos de violência. A Lei nº 11.340/2006, em seu artigo 7º, define a violência psicológica como qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da autoestima ou que vise controlar as ações e decisões da vítima. Esse tipo de violência é sutil, mas prejudicial, envolvendo comportamentos manipulativos e coercitivos. Já a violência física é qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, frequentemente usada para controlar, intimidar ou punir a vítima. Referencial teórico: A Organização Mundial da Saúde (OMS) relata que 30% das mulheres globalmente sofrem violência de parceiros íntimos, com prevalências mais elevadas em regiões como África, Oriente Médio e Sudeste Asiático. No Brasil, a violência doméstica contra a mulher atinge níveis alarmantes, ocupando o quinto lugar entre 83 países. Simões et al. (2019) destacam que a falta de conscientização e o estigma social muitas vezes impedem as vítimas de buscar ajuda. A impunidade e a lentidão do sistema judicial desencorajam as denúncias. É essencial que a sociedade se envolva na luta contra a violência doméstica, apoiando as vítimas e promovendo a igualdade de gênero. Magalhães (2022) enfatiza que a violência, seja direta ou indireta, tem impactos profundos na vida das vítimas e na sociedade. A violência física resulta em lesões corporais e emocionais, enquanto a violência psicológica afeta a saúde mental das vítimas. Pereira (2021) ressalta que a violência doméstica causa traumas psicológicos, problemas de saúde mental e uso de substâncias. Metodologia: A pesquisa teve como objetivo investigar a experiência de duas mulheres que

¹⁷⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: raiany.sodre@sou.fcr.edu.br

¹⁷⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

vivenciaram violência física e psicológica atendidas na Clínica-escola de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). A amostra foi selecionada pela equipe da Clínica escola, e as entrevistas foram realizadas em encontros únicos, com duração aproximada de 50 minutos, seguindo um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise. Resultados e discussões: Este tópico apresentou as histórias de Fátima e Maria (nomes fictícios), destacando suas experiências de vida marcadas pela violência. A violência doméstica, um fenômeno complexo e multifacetado, afeta profundamente a vida de inúmeras mulheres. Os relatos dessas mulheres revelam os impactos físicos, psicológicos e emocionais da violência doméstica, que vão além das agressões físicas, incluindo manipulação psicológica, controle emocional e violação da autonomia pessoal. As histórias de Fátima e Maria mostram a importância de reconhecer os sinais de uma relação abusiva e a necessidade de buscar ajuda, promovendo a conscientização e apoio contínuos. As histórias de Fátima e Maria mostram a importância de reconhecer os sinais de uma relação abusiva e a necessidade de buscar ajuda. A escuta terapêutica não apenas facilita a expressão de experiências dolorosas, mas também incentiva a autorreflexão e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar e superar os desafios. Através da empatia e da compreensão, os psicoterapeutas podem ajudar as vítimas de violência doméstica a reconstruírem sua autoestima e a retomarem o controle de suas vidas. Nesse sentido, podemos aprender ao ouvir as histórias dessas mulheres é que a violência doméstica é uma questão que necessita de atenção contínua e de uma abordagem multidisciplinar. É fundamental promover a conscientização sobre os diferentes tipos de abuso e garantir que as vítimas tenham acesso a recursos e suporte adequados. A sociedade em geral deve ser educada para reconhecer e combater a violência doméstica, oferecendo um ambiente de apoio e solidariedade. Conclusão: A escuta terapêutica é essencial para a recuperação de vítimas de violência doméstica, oferecendo um espaço seguro para explorar emoções profundas. Ela fortalece o relacionamento terapêutico, promove a compreensão das dinâmicas abusivas e capacita as vítimas a romperem o ciclo de violência, reconstruindo suas vidas com apoio e orientação.

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS COMO PROMOTORA DE SAÚDE, EQUIDADE E DIGNIDADE HUMANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Giovanna Carvalho Dantas¹⁷⁸
Simone Araújo da Silva¹⁷⁹

Introdução: Este artigo é uma revisão sistemática sobre o papel do psicólogo na estratégia de redução de danos (RD) no Brasil. A RD visa minimizar os efeitos negativos do uso de substâncias psicoativas sem exigir a abstinência imediata, promovendo inclusão social e direitos civis. A prática psicológica é integrada para melhorar a saúde mental e bem-estar dos usuários, reduzindo estigmas e promovendo acesso igualitário aos serviços de saúde. A pesquisa revisa a literatura sobre as intervenções de psicólogos na RD, conforme a Política Nacional sobre Drogas do Ministério da Saúde. Referencial teórico: A política de redução de danos (RD) no Brasil visa minimizar os riscos associados ao uso de drogas, priorizando a saúde e o bem-estar dos usuários sem exigir abstinência imediata. Originada nas estratégias de prevenção de hepatite e AIDS na década de 1980, a RD reconhece a dignidade dos usuários e oferece alternativas à abordagem moralista e criminalizadora. No Brasil, iniciativas pioneiras começaram em Santos (SP) em 1989 e expandiram-se na década de 90, incluindo programas de troca de seringas e intervenções educativas. A partir de 2005, portarias do Ministério da Saúde regulamentaram ações de RD, integrando-as ao Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, em 2019, a nova Política Nacional sobre Drogas extinguiu a RD, priorizando a abstinência e comunidades terapêuticas, o que representa um retrocesso nas políticas públicas sobre drogas e ignora anos de avanços na promoção da saúde e redução de riscos. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), psicólogos têm desempenhado papéis essenciais na implementação de práticas de redução de danos (RD) em políticas de saúde pública, focadas na defesa dos direitos humanos e nos princípios éticos da profissão. Historicamente, a atenção aos usuários de drogas baseava-se em internações manicomiais ou práticas medicalizantes. No contexto da RD, os psicólogos promovem um ambiente livre de julgamentos, aceitando os usuários como indivíduos e criando vínculos de confiança. Iniciativas como os

¹⁷⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: giovanna.dantas@sou.fcr.edu.br

¹⁷⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dra. em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP. E-mail: simone.silva@fcr.edu.br

Consultórios de/na Rua e CAPS ad exemplificam essa abordagem, oferecendo atendimento adaptado às necessidades de populações vulneráveis e facilitando sua reintegração social e exercício de direitos. A atuação envolve uma equipe multidisciplinar e atividades terapêuticas diversas, como grupos e oficinas. Metodologia: Para atingir o objetivo proposto, foram revisados estudos dos anos de 2019 a 2023 sobre a atuação da psicologia na Política de Redução de Danos. A busca ocorreu em bases eletrônicas (SciELO, BVS, Pepsic) com os descritores “redução de danos” e “psicologia”. Os artigos selecionados, em português, focam em relatos de experiências e pesquisas de campo realizadas por psicólogos. Excluíram-se pesquisas de revisão sistemática e análises documentais. As publicações analisadas caracterizam os principais temas e métodos utilizados. Resultados e discussões: Durante a pandemia da COVID-19, pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas enfrentaram extrema vulnerabilidade. Este estudo investiga a contribuição da Psicologia e das instituições sociais no cuidado a essas populações, fundamentando-se na Política de Redução de Danos (RD). A atuação dos psicólogos, alinhada com o Conselho Federal de Psicologia, enfatiza a atenuação de riscos, não a abstinência. Desafios incluem falta de assiduidade dos usuários, recursos insuficientes, grande demanda e necessidade de capacitação contínua. A prática psicológica precisa de adaptação para contextos de saúde pública, respeitando o espaço e tempo dos indivíduos. O modelo de isolamento das Comunidades Terapêuticas contraria os princípios da RD, que preconiza a integração social. Conflitos entre políticas estaduais e municipais dificultam a aplicação da RD, gerando resistência institucional e influências abstencionistas religiosas, além de crises de identidade entre psicólogos devido à divergência entre prática aprendida e contexto real. Conclusões: As publicações destacam a atuação dos psicólogos nos CAPS, enfatizando abordagens humanizadas e estratégias de construção de vínculos, priorizando aproximações acolhedoras e não julgadoras. Evitam-se práticas que geram desconfiança, como o uso de pranchetas e coletes, para promover a conexão pessoal. Além disso, distribuem materiais básicos e preservativos e utilizam atividades artísticas. Estratégias como TCC, PR e EM são empregadas para auxiliar na redução de danos. Os atendimentos incluem sessões individuais e grupais, visitas domiciliares e oficinas terapêuticas. A presença da psicologia nas ações de redução de danos é fundamental para promover autocuidado e responsabilidade, considerando o contexto e a história de vida dos usuários. Essas estratégias ajudam a reduzir o consumo de substâncias, aumentar o

tempo de abstinência, melhorar relações familiares e sociais, e facilitar o retorno ou ingresso no mercado de trabalho.

RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO - MINIMIZANDO SEUS EFEITOS

Sarah Silva¹⁸⁰
Ciro Moura¹⁸¹
Arlen Silva¹⁸²
Ana Paiva¹⁸³
Suélen de Araújo Neves¹⁸⁴

Introdução: O tema do nosso trabalho é resultado de reflexões sobre comportamentos sociais violentos que, infelizmente, fazem parte do nosso cotidiano, construído ao longo de um processo histórico e universal. O Racismo e seus aliados – Preconceito e Discriminação – apesar de existir há alguns séculos, é assunto por demais necessário sobre o qual se deve debater, haja vista seus imensuráveis efeitos psicossocioculturais. O trabalho foi apresentado na Escola Estadual “Rio Branco”, turma do Ensino Médio, ocasião em que se compartilhou a nossa própria realidade acerca do tema Referencial Teórico: O racismo é uma construção histórica, social e cultural, fruto de um longo processo ideológico que foi se arraigando aos poucos. De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos: “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (BRASIL, 1998a, p. 12), baseado em características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras). Segundo Sant’Ana (2005), o preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação [...]. Trata-se de um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos e que se expressa por meio de valores, ideias ou pensamentos, individuais ou coletivos. A partir de então, surge o conceito de discriminação, a qual, segundo Theodor & Jaccoud (2005, p.111-2), pode ser entendida como “ação de exclusão, restrição ou preferência que impede o tratamento ou acesso igualitário a direitos e oportunidades em função da cor”, dentre outros. Metodologia: Para alcançarmos o nosso objetivo, nosso evento

¹⁸⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: sarah@sou.fcr.edu.br

¹⁸¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ciro.moura@sou.fcr.edu.br

¹⁸² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: arlen.silva@sou.fcr.edu.br

¹⁸³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.paiva@sou.fcr.edu.br

¹⁸⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

contou com uma roda de conversa, visando sentir a realidade dos alunos sobre Racismo, Preconceito e Discriminação, ao mesmo tempo em que interagimos em torno das ideias apreendidas no referencial teórico. O evento contou, também, com uma dinâmica e slide, abordando pontos cruciais para uma melhor compreensão e tomada de consciência sobre o assunto. Num segundo momento, ouvimos falas de alunos, suas opiniões e experiências relacionadas ao racismo. Resultado e Discussões: O evento ultrapassou as nossas expectativas, uma vez que todos os alunos manifestaram espontaneamente o seu pensamento acerca do tema abordado, compartilhando suas experiências vividas, dos seus amigos e familiares, e também emitiram suas opiniões resultantes da compreensão sobre o assunto. A duração do evento contou com um tempo de aula – 45 minutos -, e contou com a manifestação de todos os alunos presentes, permitindo-nos conhecer um pouco da realidade de cada um. A “roda de conversa” foi uma estratégia essencial para fazer com que eles - e nós - se sentissem relaxados e confortáveis, distanciando-nos de formalidades e garantindo o máximo de interação, que resultou num grande aprendizado para todos. Conclusão: Esses fatores são barreiras que impedem o progresso individual e social. É essencial, para a minimização dos seus efeitos promover a educação e a conscientização, incentivando a empatia e o respeito pelas diferenças. A valorização da diversidade cultural, políticas inclusivas e práticas de equidade devem ser implementadas em todas as esferas da sociedade. Somente através de esforços coletivos e contínuos podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Programa Nacional dos Direitos Humanos. **Gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática**. Brasília: MTb-a/Assessoria Internacional, 1998a.

MILES, R. **Racism after ‘race relations’**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1993.

MUNANGA, K. Apresentação. In: _____. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 15-20.

SANT’ANA, A. O. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 39-67.

THEODORO, M. JACCOUD, L. **Raça e educação: os limites das políticas universalistas**. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas**

Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 103-19.

**DIÁLOGO COM PAIS E RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOBRE DIREITOS, DEVERES
E ENTRAVES NO CUIDADO DOS FILHOS: EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PORTO VELHO/RO**

Bárbara Rodrigues Ramos¹⁸⁵

Ingyrd Unis Sbarzi¹⁸⁶

Vitória Azevedo Ferreira¹⁸⁷

Suêlen de Araújo Neves¹⁸⁸

Introdução: O presente trabalho acadêmico foi desenvolvido a partir da prática extensionista na disciplina de Psicologia Jurídica e, teve como motivação proporcionar um momento de escuta e diálogo com pais atípicos sobre os direitos, deveres e entraves no cuidado de filhos com o Transtorno do Espectro Autista em uma escola municipal de educação infantil, em Porto Velho/RO. Proporcionar um lugar na escola onde pais e/ou responsáveis atípicos possam expressar suas dificuldades na vivência da parentalidade atípica, além de refletir sobre o seu papel junto à sociedade e ao Estado, na garantia dos direitos dos seus filhos é uma importante ferramenta de integração desses sujeitos de direitos na sociedade. Referência teórica: A constituição Brasileira de 1988, também denominada constituição cidadã, afirma em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, entre outros direitos, o direito à vida, à saúde e à educação, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Em concordância com a Carta Magna, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, conceitua criança e adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e discute medidas protetivas a fim de garantir o seu desenvolvimento saudável, garantindo que os direitos previstos na Lei apliquem-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, por exemplo, de deficiência ou condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, foi-se necessário criar leis que visassem possibilitar às crianças e aos adolescentes neurotípicos acesso a uma inclusão efetiva no ambiente escolar, tal como a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que

¹⁸⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: barbara.ramos@sou.fcr.edu.br

¹⁸⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ingyrd.fernandes@sou.fcr.edu.br

¹⁸⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: vitoria.ferreira@sou.fcr.edu.br

¹⁸⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

regulamenta os direitos das crianças com Transtornos do Espectro Autista. MÉTODOS: Foi feito um convite com auxílio do aplicativo CANVA, o qual foi compartilhado pela equipe pedagógica aos pais atípicos da escola municipal de Porto Velho/RO. O local de aplicação foi a Instituição de Educação Infantil Cosme e Damião, localizada na rua Uruguai, nº 1834, bairro Embratel. A roda de conversa foi mediada pelas acadêmicas com o suporte de slides disparadores com as temáticas: o que é o TEA, a Escola como uma ambiente de socialização e os Direitos previstos em lei de crianças com TEA. Foram aplicadas dinâmicas de quebra gelo e de encerramento, bem como um formulário final para coleta de dados. Por fim, foram distribuídas lembrancinhas aos participantes da roda de conversa, momento em que também foi possível obter feedbacks dos participantes. Resultados: Foi possível proporcionar um espaço em que pais e responsáveis de crianças com Transtorno do Espectro Autista expressaram suas dificuldades no cuidado dos filhos com TEA, assim como refletiram sobre a importância da escola não só no processo de socialização, mas também no processo de desenvolvimento cognitivo e afetivo. Ademais, foi exposto e discutido leis como a Lei Federal n. 12.764 que regulamenta vários direitos da criança com TEA. Durante a roda de conversa também se estabeleceu um diálogo entre a escola e os pais atípicos, onde ambos puderam compreender o seu papel no processo de avanços na inclusão efetiva das crianças com TEA na sociedade. Pais e equipe pedagógica fizeram considerações sobre a persistência do desconhecimento de pontos relevantes do espectro autista e também de leis vigentes. Destacou-se a importância da união das duas intuições: família e escola, na luta pela efetivação dos direitos de crianças com TEA. Conclusão: A atividade extensionista foi de grande valia, não só para os pais e responsáveis de crianças com TEA, mas também à equipe pedagógica, uma vez que a roda de conversa possibilitou uma sensibilização das dificuldades enfrentadas por ambas as instituições: família e escola. Os pais e responsáveis conseguiram expressar suas angústias e dificuldades cotidianas no cuidado dos filhos, sendo acolhidas pelas acadêmicas de psicologia. A prática também gerou debate sobre os direitos das crianças com TEA, as previsões em lei como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a lei Berenice Piana, além do caminho que ainda há para percorrer no que tange a efetivação da inclusão de crianças com TEA.

BULLYING E CYBERBULLYING

Suélen de Araújo Neves¹⁸⁹
Cecília Magalhães da Silva¹⁹⁰
Eronдина Adeliana Hounsell Cardoso¹⁹¹
Lucinei Vieira dos Santos¹⁹²
Leidiane Paulo Rodrigues de Oliveira¹⁹³
Júlia Valentina Maia Oliveira de Macedo¹⁹⁴
Clívia Hilda Dantas¹⁹⁵

Introdução: A Lei Federal nº 13.185, de 06 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), considerando-se bullying todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-las ou agredi-las, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. O Programa pode fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e outros órgãos relacionados, conforme seu artigo 1º. O bullying pode ser identificado por ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social consciente e premeditado e pilhérias. Essas ações podem ocorrer presencialmente ou através da rede de computadores, denominando-se cyberbullying. A EEEFM Governador Araújo Lima, localizada na avenida Sete de Setembro, 3697 - Nova Porto Velho, realizará duas intervenções dinâmicas para conscientização sobre bullying no ambiente escolar e cibernético: uma no dia 26 de abril para adolescentes de Nível Médio e outra no dia 18 de maio, na reunião de pais. A escola não fez um levantamento estatístico, mas a Diretora enfatizou a necessidade de conscientização devido ao uso de elementos como sexo, cor, personalidade e comportamento de forma

¹⁸⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

¹⁹⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: cecilia.silva@sou.fcr.edu.br

¹⁹¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: erondina.cardoso@sou.fcr.edu.br

¹⁹²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lucinei.santos@sou.fcr.edu.br

¹⁹³Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: leidiane.oliveira@sou.fcr.edu.br

¹⁹⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: julia.maia@sou.fcr.edu.br

¹⁹⁵Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: clivia.dantas@sou.fcr.edu.br

pejorativa, provocativa e intimidadora. Referencial teórico: O bullying compreende atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, sem motivação evidente, de um ou mais estudantes contra outros, causando dor e sofrimento em uma relação desigual de poder (FANTE; PEDRA, 2008, p.33). Bullying envolve agressões físicas, assédios e ações desrespeitosas recorrentes. Maria Tereza Maldonado afirma que o bullying é amplo e complexo, ocorrendo em várias faixas etárias e escolas, com expressões como agressões físicas, intimidação, ameaças, comentários maldosos, apelidos depreciativos, difamação, roubo, destruição de pertences e exclusão social. Dr^a Ana Beatriz B. Silva explica que o bullying pode ser direto ou indireto e frequentemente ocorre em grupo, incluindo formas verbais, físicas, materiais, psicológicas, morais, sexuais e virtuais. As consequências incluem transtornos psíquicos e comportamentais graves como pânico, fobias, ansiedade, depressão, anorexia, bulimia, TOC e TEPT. O impacto do bullying pode ser devastador, destruindo a autoconfiança e causando sofrimento mental. A Lei n. 14.811 de 2024 institui medidas de proteção contra a violência em estabelecimentos educacionais, combatendo o bullying e o cyberbullying, e trazendo avanços na proteção e conscientização das vítimas. Ao longo dos anos, ouvimos muitos relatos sobre bullying em ambientes escolares, e qualquer criança ou adolescente pode se deparar com esses comportamentos. Dada a probabilidade de ocorrência de bullying nas escolas, elas também podem ser vistas como uma porta de esperança para estratégias de combate ao bullying. Segundo Pereira (2004), podemos identificar quatro tipos de escolas em relação ao bullying: aquelas que não reconhecem a existência do problema; as que identificam o problema, mas não fazem esforços para resolvê-lo; as que identificam o problema e propõem soluções, mas não refletem a investigação realizada; e, finalmente, aquelas que identificam o problema e concebem soluções adaptadas à sua realidade, colaborando entre docentes e gestão. Existem diversas estratégias de intervenção contra bullying e cyberbullying, como campanhas de conscientização, políticas anti-bullying, formação de professores, grupos de apoio, palestras, mediação de conflitos, incentivo à denúncia e parcerias com a comunidade. Beane (2006) destaca a importância de as escolas criarem estratégias contínuas para se tornarem ambientes cada vez mais saudáveis e seguros. Metodologia: A intervenção se deu na Escola Araújo Lima, tendo como público-alvo os adolescentes do Ensino Médio, em palestra presencial no dia 26 de abril do corrente ano, e uma segunda palestra com o mesmo teor, direcionada aos pais desses alunos, no dia 18 de maio. Na palestra foram utilizados slides com linguagem acessível ao público presente, adotando-se como teoria de base a

“Cartilha Bullying: Justiça nas Escolas”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi convidada uma representante do Juizado da Infância e Juventude, que abordou aspectos jurídicos e psicossociais sobre o assunto.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO SOBRE OS IMPACTOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL ENTRE ACADÊMICOS DE NÍVEL SUPERIOR EM PORTO VELHO, RO

Bárbara Fernandes Gerhardt Silva¹⁹⁶

Eliane dos Santos Gonçalves¹⁹⁷

João Francisco Braga Holanda¹⁹⁸

Lindalva Mendonça de Barros¹⁹⁹

Nayra Maria Puqeria Ribeiro de Amorim²⁰⁰

Silvânia Gregório Carlos²⁰¹

Suêlen de Araújo Neves²⁰²

A alienação parental, um fenômeno que desestrutura a relação afetiva entre uma criança e um de seus genitores, tem se intensificado com o aumento de divórcios. O presente estudo objetiva compreender a percepção de acadêmicos de nível superior sobre as implicações emocionais, sociais e psicológicas da alienação parental, explorando também a eficácia de uma escala de diagnóstico recém-desenvolvida. A alienação parental (AP) e a Síndrome da Alienação Parental (SAP), conforme delineado por Gardner (1985), envolvem a deterioração dos laços afetivos entre a criança e o genitor alienado devido à influência do alienador. Embora a SAP caracterize um distúrbio com um conjunto de sintomas específicos, a AP abrange ações que promovem a campanha de desrespeito e desmoralização (Souza, 2014; Gardner, 2002). As consequências abrangem desde problemas emocionais até impactos no desenvolvimento cognitivo e social da criança, com repercussões que podem se estender pela vida adulta (Campos e Gonçalves, 2016; CNJ, 2015). O estudo utilizou uma abordagem quantitativa com a aplicação de um questionário online estruturado em duas sessões, ambas utilizando uma escala Likert de cinco pontos para avaliar a tendência de alienar e ser alienado. A amostra consistiu em 49 acadêmicos de uma instituição de ensino superior em Porto Velho, RO. Os dados foram analisados para

¹⁹⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: barabara.silva@sou.fcr.edu.br

¹⁹⁷Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: eliane.goncalves@sou.fcr.edu.br

¹⁹⁸Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joao.holanda@sou.fcr.edu.br

¹⁹⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lindalva.barros@sou.fcr.edu.br

²⁰⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nayra.amorim@sou.fcr.edu.br

²⁰¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: silvania.carlos@sou.fcr.edu.br

²⁰²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

obter médias, medianas e correlações entre as seções da escala. As médias das pontuações foram 10.44 para alienar e 9.89 para ser alienado, indicando uma tendência leve de perceber-se como sendo mais alienado do que alienador. A correlação entre essas duas dimensões foi negativa (-0.28), sugerindo uma relação inversamente moderada entre perceber-se como alienador versus ser percebido como alienado. A variação nas respostas destaca uma diversidade significativa nas percepções sobre a alienação parental entre os respondentes. Os resultados sugerem que a percepção sobre alienação parental pode variar significativamente, influenciada por fatores pessoais, familiares e sociais. A correlação negativa indica que aqueles que mais frequentemente percebem-se como alienadores tendem a se sentir menos alienados, o que pode refletir um mecanismo de defesa ou uma falta de autoconsciência sobre suas próprias ações. Este padrão reforça a complexidade do fenômeno da alienação parental, onde a autopercepção e o comportamento real podem divergir. O estudo evidencia a necessidade de maior conscientização e educação sobre a alienação parental em contextos acadêmicos, onde futuros profissionais são formados. A escala desenvolvida provou ser uma ferramenta útil para avaliar as tendências de alienação parental, embora estudos adicionais sejam necessários para validar sua eficácia em diferentes contextos e populações. As intervenções devem ser direcionadas para melhorar a identificação e o manejo da alienação parental, promovendo relações familiares saudáveis e o bem estar das crianças afetadas.

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO JUVENIL NO ABRIGO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Raquel Acácio Pereira²⁰³

Neide Cruz²⁰⁴

Victor Guariento²⁰⁵

Emanuel Romariz Martins²⁰⁶

Wanessa Rolim²⁰⁷

Natália Nunes Rodrigues Silva²⁰⁸

Suélen de Araújo Neves²⁰⁹

Introdução: O Projeto de Extensão universitário caracteriza-se por um conjunto de ações de caráter educativo e interdisciplinar que permitem a interação entre a universidade e a sociedade. É uma iniciativa que visa promover ações que impactem de forma positiva na comunidade e na formação do graduando. Fundamentação teórica: A evolução histórica do atendimento a crianças e adolescentes no Brasil é marcada pela transição das práticas higienistas para a abordagem da Proteção Integral, conforme estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse novo enfoque reconhece os direitos das crianças e adolescentes, priorizando sua proteção e desenvolvimento integral. As diretrizes para o atendimento na infância e adolescência estão delineadas no artigo 87 do ECA, que enfatiza a importância das políticas de proteção social e prevenção da violação de direitos. O atendimento psicológico torna-se essencial, integrando as medidas protetivas e as equipes técnicas na socioeducação de adolescentes em conflito com a lei. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece referências técnicas para a atuação dos psicólogos nas medidas socioeducativas, destacando o compromisso ético e político da profissão com a garantia de direitos. Os recursos principais para a intervenção incluem escuta, encaminhamento e orientação, adaptados às particularidades institucionais e dos casos individuais. No

²⁰³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: raquel.acacio@sou.fcr.edu.br

²⁰⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: neide.cruz@sou.fcr.edu.br

²⁰⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: victor.guariento@sou.fcr.edu.br

²⁰⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: emanuel.jardim@sou.fcr.edu.br

²⁰⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: wanessa.rolim@sou.fcr.edu.br

²⁰⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: natalia.nunes@sou.fcr.edu.br

²⁰⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

entanto, enfrentam-se desafios na elaboração e implementação do Plano Individual de Atendimento (PIA), especialmente na garantia da participação efetiva dos adolescentes e suas famílias. Há preocupações ético-políticas sobre a possibilidade de o PIA se tornar uma ferramenta normalizadora ou reforçar a necropolítica, especialmente em relação às populações marginalizadas, com isso o Plano Individual de Atendimento (PIA) é uma ferramenta fundamental no contexto socioeducativo, especialmente para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Destaca-se a importância da atuação dos psicólogos em parceria com outros programas e serviços, governamentais e não governamentais, para promover a inclusão e atender às necessidades dos adolescentes de forma integral. A pesquisa científica sobre a atuação do psicólogo no sistema socioeducativo é vista como uma ferramenta para compreender melhor as práticas cotidianas e orientar intervenções mais eficazes. Metodologia: Inicialmente, será realizado um levantamento das necessidades específicas dos adolescentes, por meio de observações e conversas didáticas com os jovens e profissionais da Instituição. Com base nesse processo inicial, será definido um tema relevante para as rodas de conversa, como a importância do futuro fora da instituição e a rede de apoio social. Os adolescentes serão convidados a participar voluntariamente das rodas de conversa, que serão organizadas em um ambiente acolhedor e seguro. Ao final de cada roda de conversa, serão registradas as reflexões e aprendizados compartilhados pelos adolescentes, contribuindo para a avaliação contínua do impacto das intervenções. Resultado e discussões: No decorrer das intervenções e das rodas de conversas muitos assuntos surgiram. O grupo levou como tema principal o autocuidado em todas as suas vertentes, físico, emocional, de acordo com a técnica escolhida e posteriormente aplicada pela equipe os resultados obtidos foram relevantes e positivos para a disciplina estudada. Conclusões: As intervenções no abrigo para menores, seja feita por meio de atividade como o projeto extensionista, seja por participação ativa da comunidade em geral, é muito bem-vinda, pois município dá o suporte de abrigo, educação escolar e alimentação, porém as crianças e jovens que se encontram acolhidos necessitam muito ainda de materiais básicos de higiene que é fornecido em pouca quantidade e de qualidade ruim. Necessitam também de outras formas de interação com a sociedade e de lazer, um direito garantido pelo ECA.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, S. P. D.; MARINHO, J. D. R. ZAPPE, J. G. **Atuação do Psicólogo com**

Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: Uma Revisão Sistemática da Literatura. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 21, n. 1, p. 51–72, 26 abr. 2021.

**A RELAÇÃO DE APEGO E DESAPEGO DESENVOLVIDA
PELOS ACOLHEDORES DO SERVIÇO FAMÍLIA
ACOLHEDORA**

**Ana Paula Baldez Santos²¹⁰
Ana Carolina Iglesias Rosa²¹¹
Eliomara Barbosa Gonçalves²¹²
Geovanna Janine Bezerra Cunha²¹³
Glady Monteiro Moraes²¹⁴
Suélen de Araújo Neves²¹⁵**

Introdução: O Projeto de Extensão intitulado “A Relação de Apego e Desapego desenvolvida pelos acolhedores do Serviço de Família Acolhedora” foi realizado com os inscritos do serviço executado pelo CREAS. Como o foco deste trabalho são os acolhedores, podemos indagar: Como se desenvolve a relação de apego e desapego desses acolhedores? O Objetivo Geral foi compreender como se estabelece a relação de apego e desapego dos acolhedores do Serviço Família Acolhedora. E, de forma mais específica, buscou-se realizar o levantamento das famílias que já fizeram acolhimento de criança ou adolescente dentro do serviço; identificar as atividades realizadas com as famílias pela equipe de trabalho da SEMASF para fortalecimento de vínculos durante o período de acolhimento; demonstrar, através de oficina socioeducativa, como se dá o processo de apego e desapego. Quanto ao Referencial teórico: entende-se que o Serviço de Família Acolhedora surge como uma prática de mudança de paradigma que pode proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos em ambientes de longa permanência a oportunidade de se conectarem com um ambiente sem privações, favorecendo a construção de novos vínculos. “Tal serviço propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo a atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança (Brasil, 2009, p. 82).” Em consonância, o teórico John Bowlby afirma que todo indivíduo tem em si a necessidade de apegar-se

²¹⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: anapaula.santos@sou.fcr.edu.br

²¹¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.rossa@sou.fcr.edu.br

²¹²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: eliomara.goncalves@sou.fcr.edu.br

²¹³Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: geovanna.cunha@sou.fcr.edu.br

²¹⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: glady.moraes@sou.fcr.edu.br

²¹⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

ao outro, é algo inato e biológico do ser humano. Sua teoria explica como ocorre o apego entre o bebê e a mãe, ou cuidador, nos três primeiros estágios de vida e sua importância para o desenvolvimento humano e de boas relações. Winnicott, por sua vez, corrobora com essa afirmação quando relata que uma criança privada de uma convivência parental terá, possivelmente, “uma reação de violência ao seu estado de carência”. Vem à tona, assim, um ódio dirigido ao outro e ao mundo, em resposta ao que ela sentiu que perdeu” (Olic, 2019, p. 65). Metodologia: no primeiro momento, houve o contato com a psicóloga do Serviço Família Acolhedora para identificar as atividades realizadas e a equipe responsável. Os dados coletados dão conta de que a equipe é formada por cinco pessoas: uma O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social que busca oferecer apoio e orientação às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas> - Acesso em: 13 abr. 2024. Gerente, uma psicóloga, uma assistente social, uma cuidadora social e um motorista. A intervenção foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro a realização de uma atividade “quebra gelo” – Dinâmica do urso de pelúcia, com o objetivo de mostrar que o outro é importante para nossa vida; e a segunda atividade foi a dinâmica História Coletiva, onde todos juntos criaram uma história coletiva e, ao final, ouviram toda a história e discutiram a experiência. Na aplicação das dinâmicas com o grupo de pais, foi percebido que há potencialidades e desafios nessa tarefa. A empatia foi a base de todos os discursos, mas o desapego, mesmo com toda a orientação recebida pela equipe técnica, não foi uma ação tão fácil de ser vivida. Discussão e Conclusão: houve falas emocionadas sobre a despedida, traduzindo uma relação afetiva continuada mesmo após o retorno da criança ao meio familiar ou adoção. Nesse momento, avaliou-se que o desapego não pode ser treinado, é um comportamento que ocorre independente do desejo de contê-lo e, com certeza, ocorre em ambos os lados (acolhido e acolhedor). A experiência demonstrou a importância da equipe técnica multiprofissional fazendo parte desse processo de capacitação e apoio aos inscritos nesse serviço a fim de garantir o melhor interesse de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **CREAS**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas> – Acesso em: 13 abr. 2024.

OLIC, Tatiana Bacic. **Família Acolhedora: Contribuições de Winnicott sobre a importância do Ambiente Familiar para o desenvolvimento infantil**. 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP1_06b8a67e15b10e5bca2db2fc37429bd e - Acesso em: 07 abr. 2024.

WINNICOTT, Donald W. **As raízes da agressividade**. In: WINNICOTT, Donald W. *A criança e o seu mundo* (6a ed., pp. 262-270). LTC, 1982.

INTEGRAÇÃO DO DÉFICIT COGNITIVO NO AMBIENTE ESCOLAR

Aniely Miranda Silveira²¹⁶
Luísa Gularte Arnaut²¹⁷
Gabriela Ramos da Silva²¹⁸
Gabriella Limoeiro Lopes²¹⁹
Kauan Miguel França Chrespim²²⁰
Suélen de Araújo Neves²²¹

O presente trabalho tem como tema os déficits cognitivos dentro do ambiente escolar, no qual é preciso ter em mente de que forma o aluno aprende, por que ele não está aprendendo quais fatores o influenciam direta ou indiretamente. Visando buscar entender tal contexto vivenciado pelos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, pretende-se investigar bibliograficamente suas motivações, visto que, elas podem estar influenciando no fracasso e na motivação escolar dos mesmos. Entretanto, os estigmas e preconceitos ainda são a principal barreira para uma maior inclusão desses alunos, fazendo com que os diferentes métodos de aprendizagem possam ser utilizados para superar as dificuldades não sejam difundidos. Este trabalho tem como objetivo promover uma integração dos alunos com dificuldades de aprendizado com o ambiente escolar através da propagação de informações como os Transtornos de Aprendizagem e como eles estão relacionados a dificuldades encontradas por alguns professores e alunos, buscando alternativas para conduzir diferentes formas de aprendizado, com a finalidade de levar informações aos professores para facilitar o manejo.

Palavras-chave: Transtornos de Aprendizagem; Déficit cognitivos; Integração; Ambiente Escolar.

²¹⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: aniely.silveira@sou.fcr.edu.br

²¹⁷Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: luisa.gularte@sou.fcr.edu.br

²¹⁸Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gabi.ramos@sou.fcr.edu.br

²¹⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gabriella.lopes@sou.fcr.edu.br

²²⁰Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: kauan.chrespim@sou.fcr.edu.br

²²¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

FORMAÇÃO DO AUTOCONCEITO E DA AUTOESTIMA EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Letícia Lima²²²
William Azevedo²²³
Suelen de Araújo Neves²²⁴

Introdução: Esta intervenção tem por foco a explanação de maneira sucinta e acessível de conceitos e concepções básicas sobre algumas das necessidades afetivas básicas que todo ser humano demanda para um desenvolvimento psicossocial saudável dentro ou fora de um contexto de institucionalização, assim como pretende elucidar e conscientizar sobre norteadores para a relacionalidade entre acolhidos e cuidadores no que tange a função destes últimos e seus papéis primordiais que vão além da ocupação de uma lacuna burocrática, mas também afetiva dentro de suas devidas limitações. Metodologia: Para a realização deste trabalho temos por abordagem um breve diálogo com os cuidadores da casa de acolhimento, precedido de uma palestra elucidativa com a pretensão de fundamentar a perspectiva de que as relações afetivas constituídas na instituição são de valor fundamental na estruturação psicológica dos envolvidos de ambas as partes e em especial às acolhidas em questão, assim como no que tange a seriedade da responsabilidade dessa função e os desafios possíveis a serem elencados, e de uma roda de conversa entre os cuidadores para a fim de entender as dúvidas e desafios que os mesmos encontram na unidade de acolhimento. Resultado e Discussões: Obtivemos um resultado enriquecedor, com a escuta que fizemos e os relatos que foram expostos, houve uma intensa discussão sobre como o cuidador, que já cuida, se encontra sem cuidados, sem serem escutados, sem apoio. O que torna uma atividade de manter o laço afetivo extremamente cansativa, a maior dificuldade relatada foi o fato das adolescentes não ouvirem, de ter essa relação da dominância e submissão, enquanto não se tem suporte físico e psicológico envolvendo toda rotina e todas as sequelas que restam da experiência de cuidador, e com tantas adversidades, das 5 (cinco) cuidadoras que foram ouvidas, em sua maioria, as mesmas ainda conseguem se enxergar (Autoimagem e Autoestima) como pessoas/cuidadoras boas, algumas citando serem

²²²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: leticia.lima@sou.fcr.edu.br

²²³Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: william.junior@sou.fcr.edu.br

²²⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

chamadas de alegria pelas adolescentes. Conclusões: Entendemos que o espaço entre o cuidar e a formação da autoestima nas crianças institucionalizadas depende de como o cuidador está sendo visto, cuidado e apoiado, uma vez que, é uma profissão extremamente importante mas que se encontra apagada e negligenciada. Com uma carga emocional afetada o laço afetivo fica estremecido, fica mais difícil fazer um trabalho digno e ajudar na construção de imagem das adolescentes acolhidas, entretanto, as mesmas demonstram fazerem de tudo para oferecer uma escuta, entender a demanda das acolhidas e ainda assim estabelecer os limites que requerem existir, mesmo que as próprias estejam sobrecarregadas emocionalmente e fisicamente.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Beatriz . **32 mil crianças e adolescentes estão vivendo em abrigos no Brasil.** **radioagencia.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-08/32-mil-criancas-e-adolescentes-estao-vivendo-em-abrigos-no-brasi>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasil, DF. Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 1 abril. 2024.

CASSARINO-PEREZ, Luciana; MONTSERRAT, Carme; SARRIERA, Jorge Castellá. **Fatores Protetivos e de Risco na Transição entre o Acolhimento Institucional e a Vida Adulta.** **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 142–167, 2020. DOI: 10.12957/epp.2020.50794. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/50794>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DE SOUSA, L. B. **A influência da Afetividade na aprendizagem significativa: Uma abordagem na educação infantil.** *Afluente: Revista de Letras e Linguística*, Bacabal, p. 77–93, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/9148>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O.; SOUZA, M. F. S. DE. **Crianças Institucionalizadas: Um olhar para o desenvolvimento socioafetivo.** *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 5, p. 261-285, 7 mar. 2018. Disponível em <<https://smtpgw.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>>. Acesso em 31 mar. 2024.

FIAMENGGHI JUNIOR, G. A.; HOTTUM MELANI, R.; GALEGO DE CARVALHO, S. **Transtorno de Apego Reativo em crianças institucionalizadas.** *Psicologia Argumento*, [S. l.], v. 30, n. 70, 2017. DOI: 10.7213/psicol.argum.6130. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19671>. Acesso em: 1 abr.

2024.

LOPES, Cléa Maria Ballão; LUCCA, José Alexandre de. **Psicologia da Educação II: Piaget, Vygotsky, Winnicott e Wallon**. 2012.

MILLER, Alice. **O drama da criança bem-dotada**. BOD GmbH DE, 2024.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 29-46, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-1168200500010003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 mar. 2024.

PASIAN, S. R.; JACQUEMIN, A.. **"O auto-retrato em crianças institucionalizadas"**. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 9, n. 17, p. 50-60, dez. 1999. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/3WBMK6DT34b7fFX6GSJSqQG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 31 mar. 2024.

RAMIRES, V., V. R. R.; SCHNEIDER, M. S.. **Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação?**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p. 25-33, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100004>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RAVANELLO, Tiago e DUNKER, Christian Ingo Lenz e BEIVIDAS, Waldir. **Para uma concepção discursiva dos afetos: Lacan e a semiótica tensiva**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 1, p. 172-185, 2018 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030004312016>. Acesso em: 01 abr. 2024.

REFLEXÕES DA EQUIPE DE CUIDADORES SOBRE A PROTEÇÃO JURÍDICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO LAR DO BEBÊ

Suélen de Araújo Neves²²⁵
Tays Carpina Galvão Gadelha²²⁶
Luciano de Souza Santana²²⁷
Giovanni Beloti Leal²²⁸
Gessica Bruna Damasceno Silva²²⁹
Carolina Moura da Costa²³⁰
Aline de Araújo Medeiros²³¹

Introdução: A interseção entre a psicologia jurídica e os ambientes de acolhimento para crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é crucial para assegurar o bem-estar e os direitos desses indivíduos em situação de vulnerabilidade. Este projeto extensionista se propôs a conectar os princípios teóricos da psicologia jurídica com a prática nos abrigos, como o “Lar do Bebê”, onde foram identificados desafios significativos, especialmente na promoção, defesa e afirmação dos direitos instituídos pelo ECA. Realizamos uma atividade de grupo focal com o objetivo de promover a escuta ativa da equipe que atua nos serviços de acolhimento das crianças e adolescentes do Lar do Bebê. Buscamos integrar componentes psicológicos às práticas jurídicas para contribuir com a eficácia das intervenções e promoção do bem-estar dessas crianças e adolescentes. O projeto, que abordou a temática da disciplina de Psicologia Jurídica, enfrenta obstáculos como a escassez de recursos e estratégias adequadas para lidar com os desafios emocionais e sociais enfrentados pelas crianças e adolescentes acolhidos, bem como pela equipe responsável. Ao unir teoria e prática, o projeto visa contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de Psicologia e para a construção de um sistema jurídico e social mais justo e protetor. Referencial teórico: O Estatuto da Criança e do Adolescente

²²⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

²²⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: tays.galvao@sou.fcr.edu.br

²²⁷Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: luciano.santana@sou.fcr.edu.br

²²⁸Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: geovanni.leal@sou.fcr.edu.br

²²⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gessica.brana@sou.fcr.edu.br

²³⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.costa@sou.fcr.edu.br

²³¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: aline.araujo@sou.fcr.edu.br

(ECA), promulgado em 1990, estabelece os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e orienta as políticas públicas voltadas para essa população. A efetivação desses direitos, no entanto, enfrenta desafios complexos relacionados às condições sociais, familiares e psicológicas das crianças que necessitam de acolhimento institucional. A interseção entre a psicologia jurídica e os ambientes de acolhimento torna-se fundamental nesse contexto. A garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente é um dever do Estado, e o acolhimento institucional configura-se como uma medida protetiva importante. Segundo Torres e Santos (2018), o objetivo do acolhimento é proteger as crianças e adolescentes cujos direitos foram violados ou ameaçados. A Psicologia Jurídica, conforme Leal (2008), aplica o saber psicológico às questões relacionadas ao Direito, abrangendo áreas como Direito de Família, Civil, Penal e Proteção a Testemunhas, destacando-se na promoção dos Direitos Humanos e questões da Infância e Juventude. Os abrigos de acolhimento, conforme o ECA, devem ser uma medida protetiva excepcional, priorizando a manutenção da criança no contexto familiar. Entretanto, Epifânio (2014) destaca que a realidade nos abrigos muitas vezes contradiz esses princípios, com sobrecarga de trabalho e desrespeito aos ritmos naturais das crianças, focando excessivamente na sobrevivência e negligenciando o desenvolvimento social e intelectual. Metodologia: O projeto utilizou a técnica de Grupo Focal em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Participaram de 8 a 10 cuidadores diretamente envolvidos no atendimento das crianças e adolescentes. As sessões foram realizadas em ambiente propício ao diálogo aberto, com anotações e gravações de áudio analisadas qualitativamente. Instituição: O projeto foi executado no Lar do Bebê, uma instituição que abriga crianças com vínculos familiares rompidos. O público-alvo foram os servidores municipais que atuam no Lar do Bebê, especialmente os profissionais diretamente relacionados ao cuidado das crianças. Cronograma: Realizado em duas etapas, a execução do projeto incluiu um encontro inicial onde foi realizado o grupo focal, é uma ação devolutiva, onde foram abordados temas da Psicologia do Comportamento e Desenvolvimento Humano. Além disso, promoção de iniciativa beneficente para suprir materiais de higiene. Resultados e discussões: Os grupos focais revelaram pontos críticos que impactam a qualidade do atendimento. A insuficiência de servidores gera sobrecarga de trabalho, impossibilitando atenção individualizada às crianças. A prática inadequada de encaminhamento pelo Conselho Tutelar também foi destacada, com crianças frequentemente levadas à instituição sem busca prévia por

outros familiares. A falta de capacitação dos cuidadores compromete a eficácia do atendimento e a capacidade de lidar com situações complexas. Os cuidadores relataram também assumir uma figura maternal, oferecendo apoio emocional intenso. Esse vínculo revela a necessidade de reconhecimento e suporte adequado aos profissionais. Conclusão: O projeto evidenciou a necessidade urgente de intervenções para melhorar a qualidade do atendimento no Lar do Bebê. A capacitação formal dos cuidadores e a revisão dos procedimentos de encaminhamento pelo Conselho Tutelar são essenciais. Reconhecer o papel emocionalmente exigente dos cuidadores é crucial para criar um ambiente mais seguro e acolhedor para as crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei Federal Nº. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 13/04/2024

GOVERNO FEDERAL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.

EPIFÂNIO, T. P. (2017). **Crianças como sujeitos de direitos: Uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 25(2),373-386. doi: 10.4322/0104-4931.ctoAR0736

LEAL, Liene Martha. **Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação**. Diversa, ano I, n. 2, p. 171-185, 2008.

PREFEITURA DE PORTO VELHO, Reforma do Lar do Bebê é entregue para atender público em situação de vulnerabilidade familiar. Disponível em: <https://semasf.portovelho.ro.gov.br/artigo/35102>. Acesso em: 3 abr. 2024.

TORRES, Eliana da Silva; SANTOS, Rosangela Sales dos. **A política de assistência social relacionada aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil**. 2018. p. 17. Trabalho de Conclusão de Curso - Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social. Faculdade Laboro. São Luís-MA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/2193>. Acesso em: 13/04/2024.

EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA: POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES

Camila Ferreira Saraiva²³²
Maria Célia Ramos Cipriano²³³
Maria Eduarda Botelho²³⁴
João Máximo Santos²³⁵
Sandra Regina Damasio Ugo²³⁶
Suêlen de Araújo Neves²³⁷

Introdução: Na sociedade contemporânea, a necessidade de relações familiares saudáveis contrasta com crescentes desafios na comunicação e nos laços afetivos. Este estudo visa abordar essa problemática através da promoção da educação não violenta e estratégias eficazes para fortalecer vínculos familiares em contextos de conflito e distanciamento. Realizado no Projeto Social Missão Betesda, vinculado à Igreja Batista Nacional Betesda, o projeto focou em pais e filhos, implementando atividades que destacam a importância da Educação Não Violenta para uma convivência familiar harmoniosa. Esta abordagem prioriza o diálogo, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos, visando criar um ambiente familiar acolhedor e amoroso. Referencial teórico: A parentalidade é uma jornada repleta de desafios, onde os pais desempenham papéis fundamentais na educação acadêmica, formação de valores e construção de relacionamentos saudáveis. A educação não violenta surge como essencial nesse contexto, promovendo o respeito mútuo e a compreensão dentro da família. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma peça fundamental no contexto jurídico brasileiro, estabelecendo os direitos das crianças e adolescentes à proteção, educação e convivência familiar. Os pais têm o dever legal de garantir esses direitos, proporcionando um ambiente familiar seguro e acolhedor, livre de violência física ou verbal. A Teoria do Apego de John Bowlby destaca que laços emocionais seguros são cruciais para o desenvolvimento infantil saudável, enquanto a Teoria do

²³²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: camila.saraiva@sou.fcr.edu.br

²³³Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.cipriano@sou.fcr.edu.br

²³⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.bento@sou.fcr.edu.br

²³⁵Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joao.maximo@sou.fcr.edu.br

²³⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: sandra.ugo@sou.fcr.edu.br

²³⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

Desenvolvimento Moral de Lawrence Kohlberg enfatiza a internalização de valores éticos. A comunicação não violenta (CNV), desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg, apoia-se em habilidades que preservam nossa humanidade diante de desafios, promovendo respeito, empatia e compaixão. A CNV envolve quatro componentes: observação, sentimento, necessidades e pedidos. Esses elementos ajudam a criar um ambiente acolhedor e seguro para a expressão de sentimentos e necessidades, aumentando a confiança e a intimidade entre os membros da família. A CNV promove a empatia e a compaixão, construindo respeito mútuo na família. A implementação prática da educação não violenta encoraja a empatia e a responsabilidade, evitando punições físicas e promovendo a resolução de conflitos de maneira pacífica.

MÉTODOS: Para a realização da intervenção, que ocorreu no dia 08 de junho de 2024, o grupo se dividiu em duas equipes: uma conduziu atividades lúdicas com as crianças, incluindo psicoeducação sobre a educação não violenta; a outra equipe liderou uma roda de conversa e apresentou uma palestra sobre o tema para mães e pais presentes. Foram utilizados diversos materiais durante a intervenção, incluindo recursos visuais como vídeos informativos e slides, além de disponibilizar papeis, lápis de cor, tintas e pinceis para uma atividade criativa das crianças. Ao término das atividades, os participantes foram agraciados com um coffee break.

Resultados: Os resultados da intervenção proposta para os participantes do projeto, que envolveram atividades de educação não violenta, demonstraram a eficácia significativa dessa abordagem na promoção de relações familiares saudáveis e harmoniosas, conforme relatado pelos próprios participantes. Essa experiência ilustra como a educação não violenta permite que os membros da família expressem suas necessidades e sentimentos de maneira clara e respeitosa, proporcionando um espaço essencial para resolver conflitos e fortalecer os laços afetivos. Durante cada fase, que inclui interações entre pais e crianças, foi evidente a importância dessas práticas no contexto familiar. Este contexto reforça a relevância da educação não violenta como uma abordagem terapêutica valiosa para promover o bem-estar emocional e criar um ambiente acolhedor que encoraje a expressão autêntica das emoções.

Conclusão: Em síntese, a intervenção no Projeto Social Missão Betesda validou a eficácia da educação não violenta na promoção de relações familiares harmoniosas. As atividades implementadas fortaleceram os vínculos afetivos e melhoraram significativamente a comunicação entre pais e filhos, estabelecendo um ambiente de respeito mútuo e empatia. A aplicação das teorias de Bowlby e Kohlberg, aliada à Comunicação Não Violenta de Rosenberg, foi fundamental

para construir uma base sólida que sustentasse relações familiares duradouras e significativas. Esta intervenção não apenas abordou conflitos existentes, como também capacitou os participantes a cultivar um ambiente familiar mais acolhedor e amoroso. A continuidade dessas práticas pode contribuir significativamente para uma sociedade mais justa e pacífica, onde o respeito mútuo e a dignidade humana são valorizados.

DESVENDANDO A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE A DEPRESSÃO: UM EXPERIMENTO SOCIAL

Ana Claudia Pereira²³⁸
Anna Victória Ramos da Silva Vieira²³⁹
Ayla Jhessy Melo de Souza²⁴⁰
Pedro Henrique Caetano²⁴¹
Rosilene Carvalho Ferreira²⁴²
Suélen de Araújo Neves²⁴³

A psicologia social é um campo interdisciplinar que investiga como o comportamento humano é influenciado pelo ambiente social. Kurt Lewin, um renomado psicólogo alemão-americano, é reconhecido como o fundador da psicologia social moderna, destacando-se pela frase: "O comportamento é uma função da pessoa e do ambiente." Essa ideia fundamental permeia estudos que buscam compreender como indivíduos interagem e são moldados pelo contexto social ao seu redor. Recentemente, em 18 de junho de 2024, na EFMM em Porto Velho, foi realizado um projeto extensionista que exemplifica esses princípios. O experimento envolveu simular uma situação de depressão pública para observar como as pessoas reagiriam diante de um ator segurando um cartaz com a mensagem "Desisti de viver. Me ajuda?". A equipe preparou-se em detalhes, ajustando os equipamentos e escolhendo estratégias de posicionamento para captar as melhores reações originais e significativas. Para pesquisar sobre o tema da depressão utilizamos materiais online de artigos científicos e livros. Os materiais utilizados na aplicação da nossa atividade de experimento social foram: cartolina, lapela, pincel, câmera celular e um ator (Arlen Israel – acadêmico de psicologia da Faculdade Católica de Rondônia). Durante a execução do experimento, várias pessoas passaram pelo local. Algumas observaram de longe, enquanto outras pararam para tentar entender e ajudar o ator que representava estar em desespero. Um momento especialmente tocante foi a abordagem de uma família cristã, que se

²³⁸Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.coelho@sou.fcr.edu.br

²³⁹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: anna.viera@sou.fcr.edu.br

²⁴⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ayla.souza@sou.fcr.edu.br

²⁴¹Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: pedro.caetano@sou.fcr.edu.br

²⁴²Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rosilene.carvalho@sou.fcr.edu.br

²⁴³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

aproximou com compaixão e preocupação genuína. Dialogaram com o ator, oferecendo palavras de encorajamento e compartilhando experiências pessoais e de conhecidos que enfrentaram desafios semelhantes. O ator, mantendo-se no papel de alguém deprimido, expressou suas angústias, como a solidão, dificuldades no trabalho e problemas de relacionamento não resolvidos. A família, com empatia e cuidado, tentou mudar os pensamentos negativos do rapaz, enfatizando a importância da vida e sugerindo que buscar ajuda profissional poderia ser benéfico. Após cerca de 20 minutos de interação, a equipe interveio, explicando que o episódio fazia parte de um estudo acadêmico sobre como a sociedade reage diante de pessoas que aparentam estar em crise emocional. Inicialmente surpreendidos, os membros da família compreenderam a relevância do experimento para conscientizar e educar sobre a depressão e a necessidade de apoio social nesses casos. O impacto do experimento foi significativo, revelando como a sociedade pode variar suas respostas a indivíduos em sofrimento emocional. Algumas pessoas simplesmente observaram sem intervir, enquanto outras se mostraram dispostas a oferecer suporte emocional imediato. Essa diversidade de reações reflete a complexidade das atitudes sociais em relação à saúde mental, destacando a importância de aumentar a conscientização e a empatia. O projeto teve como objetivo não apenas sensibilizar, mas também educar o público sobre questões de saúde mental, especialmente a depressão, uma condição muitas vezes mal compreendida e massacrada. Ao provocar essas reflexões e discussões, o experimento contribuiu para promover práticas sociais mais compassivas e políticas de saúde mental mais eficazes. Por fim, o estudo realizado na EFMM evidenciou a relevância da psicologia social ao examinar como o ambiente social influencia e é influenciado pelo comportamento humano, especialmente em contextos de crise emocional. Através de iniciativas como essa, espera-se que a sociedade possa evoluir para um ambiente mais compreensivo e solidário em relação às questões de saúde mental, apoiando aqueles que mais necessitam de ajuda.

ORIENTAÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CAPACITAÇÃO AOS PROFESSORES

Desiree Dias de Abreu²⁴⁴

Talita Dantas Azevedo²⁴⁵

Giovanna Carvalho Dantas²⁴⁶

Rafael Adriano Rodrigues Macedo²⁴⁷

Edilis Alencar Piedade²⁴⁸

Suêlen de Araújo Neves²⁴⁹

Amélia Cristina Santos Alcoforado²⁵⁰

Introdução: A violência contra crianças e adolescentes é um problema crítico e urgente que requer a atenção e ação da sociedade como um todo. Relatórios de organizações como UNICEF, OMS e o Fórum de Segurança Brasileiro indicam a gravidade e a frequência do abuso sexual, sublinhando a necessidade de intervenções preventivas e de apoio às vítimas. Nesse contexto, o presente projeto de extensão em Psicologia Jurídica foca na violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências e reflexos no ambiente escolar, reconhecendo a escola como um espaço essencial para a detecção e prevenção dessa violência. O objetivo principal do projeto é capacitar os profissionais da educação para identificar, denunciar e fornecer suporte adequado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Referencial Teórico: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece diretrizes legais para a proteção contra o abuso e à exploração sexual infantil. Estudos destacam os sinais de abuso, como tristeza constante, distúrbios de sono e alimentação, ansiedade, e comportamento agressivo. A violência gera impactos profundos no desenvolvimento físico, emocional e psicológico das vítimas, podendo resultar em problemas como depressão, transtorno de estresse pós-traumático, e comportamento suicida. A violência é classificada em intrafamiliar, que ocorre dentro do ambiente familiar, e extrafamiliar, em que os

²⁴⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: desiree.abreu@sou.fcr.edu.br

²⁴⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: talita.azevedo@sou.fcr.edu.br

²⁴⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: giovanna.dantas@sou.fcr.edu.br

²⁴⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rafael.macedo@sou.fcr.edu.br

²⁴⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: edilis.piedade@sou.fcr.edu.br

²⁴⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

²⁵⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: amelia.alcoforado@sou.fcr.edu.br

agressores podem ser conhecidos ou desconhecidos da vítima. Estratégias de prevenção e intervenção incluem a implementação de leis, apoio a pais e cuidadores, e criação de ambientes seguros. Metodologia: A metodologia do projeto envolveu a capacitação dos profissionais da escola para lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de roda de conversa, de maneira a criar um espaço seguro no qual os funcionários pudessem compartilhar experiências e discutir sinais de abuso. Materiais como projetor, computador, apresentações de slides com mitos e verdades sobre a violência sexual foram utilizados para facilitar o processo de aprendizagem. Resultados e Discussões: A intervenção almeja a criação de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, onde as crianças se sintam protegidas e apoiadas. A discussão sobre os sinais de abuso e as estratégias de intervenção podem promover uma mudança de atitude e comportamento entre os educadores, aumentando a capacidade de resposta a situações de vulnerabilidade. Além disso, a troca de experiências durante a roda de conversa fortalece a rede de apoio dentro da escola, facilitando a denúncia e o suporte às vítimas. Desse modo, o projeto repercute em uma maior conscientização e preparo dos profissionais da educação para identificar e lidar com casos de violência sexual. Conclusões: O projeto de extensão em Psicologia Jurídica abriu um espaço de debate com impacto significativo, no ambiente escolar, para a prevenção e o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Ao capacitar os profissionais da educação, o projeto contribuiu para a criação de uma cultura de proteção e respeito aos direitos das crianças e adolescentes. As estratégias propostas podem servir de modelo para outras escolas e instituições, ampliando o alcance das ações de prevenção e intervenção. A continuidade e expansão do projeto são essenciais para garantir um ambiente seguro e saudável para todas as crianças e adolescentes.

O COMBATE AO ABUSO INFANTIL ATRAVÉS DE INSTRUÇÕES PREVENTIVAS COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Giovanni Lima Cedaro²⁵¹
Luma Rodrigues Vilacio²⁵²
Michelle Barbosa de Campos²⁵³
Natália Lucin²⁵⁴
Rafael Saraiva dos Santos²⁵⁵
Rodrigo Gois da Silva²⁵⁶
Suêlen de Araújo Neves²⁵⁷

Introdução: Toda criança e adolescente têm direitos e deveres garantidos na Lei Federal Nº8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1990). Considera-se como criança pessoas com até 12 anos incompletos e como adolescente pessoas com idade entre 12 e 18 anos incompletos. São direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: Vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção no trabalho. Uma infância e adolescência saudável requer cuidados. Porém, nem sempre crianças e adolescentes recebem a proteção devida e acabam sofrendo violência, que na maior parte das vezes acontece dentro de suas casas, sendo provocada por pessoas da família ou de seu convívio e confiança (Alberton, 2005). Para isso os tipos de violência e abuso são: Física: Caracterizada por ato violento com uso da força física intencional; Psicológica: Toda ação que coloca em risco ou causa danos à autoestima; Sexual: Todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular a criança, e com isso obter satisfação sexual; Negligência: Omissão dos adultos responsáveis pela criança, não provendo as necessidades básicas: físico, emocional e social. Referencial Teórico: As instruções preventivas são fatores intermediários ideais para a dinâmica de prevenção contra a violência e o abuso em crianças e adolescentes. Isso porque, além de

²⁵¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: giovanni.cedaro@sou.fcr.edu.br

²⁵² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: luma.vilacio@sou.fcr.edu.br

²⁵³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: michelle.campos@sou.fcr.edu.br

²⁵⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: natalia.lucin@sou.fcr.edu.br

²⁵⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rafael.santos@sou.fcr.edu.br

²⁵⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rodrigo.gois@sou.fcr.edu.br

²⁵⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

informar o público-alvo sobre as atitudes as quais devem ser tomadas e como procurar ajuda, há uma maior conscientização do que é considerado certo, por onde uma pessoa responsável pode tocar no corpo por exemplo, e errado, isto é, até que ponto a pessoa está praticando violência ou abuso. Com isso, pode-se facilitar a identificação de casos de violência, e até mesmo evitar. A psicoeducação, com grupos de alunos em escolas, é uma ferramenta importante para comunicar sobre os direitos e garantias asseguradas pelo sistema judiciário, e auxilia na confiabilidade ao sujeito de agir para buscar adultos que podem ajudar a oferecer segurança (Pelisoli & Piccoloto, 2010). Soma (2019) realizou um estudo com crianças de uma escola para avaliar habilidades autoprotetivas, instrumentalizado por um livro infantil especializado o qual figura algumas situações de abuso infantil. Apesar das limitações específicas, esse teste revelou um resultado menor na habilidade de “relatar”, induzindo que é preciso trabalhar mais as habilidades expressivas das crianças. Portanto, foi vista a importância do conhecimento e desenvolvimento de expressão para as crianças e, por isso, pensou-se em realizar rodas de conversa, abordando como relatar casos de violência e o abuso infantil e demonstrando o direito de autodefesa. Metodologia: A atividade de intervenção ocorreu na escola EMEIEF Pé de Murici, localizada em Porto Velho, com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, de faixa etária entre 9 e 12 anos, crianças e pré-adolescentes, em duas salas com um trio de acadêmicos em cada realizando simultaneamente. Na atividade, introduzimos vídeos de animações educativas sobre como identificar e denunciar um abuso, com comentários dos acadêmicos. Em seguida, fizemos atividades lúdicas com materiais de papelão e desenhos. Após isso, fizemos uma roda de conversa com instruções de como agir. Resultados e Discussões: A princípio, esperava-se conseguir levar ao público-alvo uma forma lúdica de se abordar um tema sensível como o abuso infantil. Durante o processo interativo com as crianças e adolescentes presentes que apresentaram interesse, além dos educadores, a finalidade foi de instruir, permitir a liberdade de falar sobre os problemas, caso o aluno esteja disposto, e trazer alternativas protetivas como direitos e leis. Destaca-se que, durante as atividades, as contribuições para os alunos possibilitaram abordar e discutir sobre o tema, e de escutá-los. É importante também sinalizar que houve alunos os quais trouxeram experiências próprias de violência em particular com os integrantes, o que, por um lado, é evidente a necessidade de denúncia a possíveis criminalidades, mas, por outro, percebe-se que se quebraram barreiras do silêncio com as atividades interventivas. Conclusões: Em análise de resultados e interação, houve confiabilidade

entre a escola EMEIEF Pé de Murici e a Faculdade Católica de Rondônia, na parte acadêmica, visando a importância de trazer conhecimento preventivo e de auto proteção a crianças e adolescentes, principalmente através da campanha Maio Laranja, resultando em uma abertura ou iniciativa de amplitudes em questões a serem abordadas aos alunos locais.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM

Karina Andrade Cavalcante Oliveira²⁵⁸

João Eugênio Malaquias Lemke²⁵⁹

João Zimmermann²⁶⁰

Suélen de Araújo Neves²⁶¹

Introdução: O presente trabalho, em caráter avaliativo da disciplina extensionista, solicitado pela professora Suélen de Araújo Neves, a respeito da Psicologia Social. Dando luz ao problema: o impacto das redes sociais na saúde mental dos adolescentes: autoestima e autoimagem. Contexto Adolescente: A adolescência é um período crucial para o desenvolvimento emocional e social, moldando as pessoas para a vida. A qualidade das relações estabelecidas com adultos, como pais e professores, desempenha um papel decisivo na construção da identidade do adolescente. Dentre os objetivos, em consoante com a proposta deste projeto, entendemos que o principal, ou objetivo geral, é conscientizar e incentivar os adolescentes sobre o impacto negativo e positivo do uso das redes sociais. Contudo, focando e apontando, como pontos específicos, a ênfase na saúde mental, a qual destaca-se como pode impactar negativamente na saúde mental dos adolescentes, e como o uso correto das redes impacta positivamente. Metodologia: Projeto exploratório realizado em 18 de junho de 2024, de manhã às 10 horas e a tarde às 15 horas, nos deslocamos até a escola Colégio e Curso Sapiens, a equipe buscou identificar como o impacto das redes sociais na adolescência afeta o desenvolvimento na adolescência. A apresentação de 30 minutos incluiu uma introdução com slides abordando a identificação dos efeitos, intervenções, aspectos positivos e o impacto das redes sociais na adolescência. O evento também contemplou a exibição de um vídeo orientativo sobre as consequências do cyberbullying na vida dos adolescentes, focando na conscientização. Para promover a interação, uma dinâmica liderada por João Zimmermann abordou a autoestima, visando promover o fortalecimento da identidade e da confiança. Ao final, esclareceram dúvidas dos estudantes, agradeceram pelo apoio recebido. Resultados e discussões: Apresentado no Sapiens para as turmas do 6º e 8º

²⁵⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: karina.oliveira@sou.fcr.edu.br

²⁵⁹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joao.lemke@sou.fcr.edu.br

²⁶⁰ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joao.zimmermann@sou.fcr.edu.br

²⁶¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: suelen.araujo@fcr.edu.br

ano obteve resultados bastante positivos e significativos. A iniciativa despertou grande interesse entre os participantes, com uma participação ativa e engajada durante as sessões. Ao longo das apresentações, discutimos como as redes sociais influenciam a autoestima e a autoimagem dos adolescentes, explorando tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados nesse ambiente digital. Observamos um aumento na conscientização e reflexão dos estudantes sobre os impactos psicológicos e emocionais das interações das práticas online. As discussões foram marcadas por perguntas pertinentes, indicando um forte interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema e explorar outras áreas relacionadas à saúde mental e bem-estar digital. A receptividade positiva resultou em pedidos para a continuidade do projeto com a inclusão de mais assuntos relevantes para o público adolescente. Conclusões: Para concluir, levaremos esse projeto para vida, repleto de aprendizado, pois para transmitir conhecimento com o tema “O impacto das redes sociais na adolescência”. O estudo em questão revela que, embora as redes sociais ofereçam benefícios como conexão e suporte social, elas também apresentam desafios significativos. A exposição constante a imagens idealizadas e vidas aparentemente perfeitas pode levar à comparação social, resultando em baixa autoestima e insatisfação com a autoimagem. Esse ambiente pode fomentar sentimentos de inadequação, distúrbios alimentares e dependência da aprovação externa.

REFERÊNCIAS:

Oliveira, M. R. de, & Machado, J. S. de A. (2021). **O insustentável peso da autoimagem: (re)apresentações na sociedade do espetáculo**. *Ciência & saúde coletiva*, 26(7), 2663–2672. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08782021>
Tavares, A. F. B. C. (Out 2011.). Impacto do uso da internet e redes sociais na saúde mental. Repositorio.Ul.Pt.RetrievedApril25,2024,from.<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/46488/1/AntonioFTavares.pdf>

OLIVEIRA, S (2008). **Ciberbullying: um fenómeno sem rosto**. Educare.pt. Disponível em: <https://bit.ly/3LWPKoi>. Acesso em 09 fev. 2023.

PRADOS, M. Á. H. & FERNÁNDEZ, I. M. S. (2007). Ciberbullying, un problema de acoso escolar. *RIED*, Vol. 10:1, pp.17-36.
Disponível:<http://espacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:20417/ciberbullyng.pdf>. Acesso em 12 fev. 2023.

Fortes LS, Conti MA, Almeida SS, Ferreira MEC. **Insatisfação corporal em adolescentes: uma investigação longitudinal**. *Rev Psiquiatr Clín*. 2013;40(5):167-71.

PEIXOTO, F. J. B. **Auto-Estima, Autoconceito E Dinâmicas Relacionais Em Contexto Escolar**. Orientador (a): Leandro S. Almeida. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional) - Faculdade de Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2003.

ETILISMO SOCIAL: ENFRENTAMENTO AO ALCOOLISMO E ÀS DROGAS EM PVH-RO

Emilia Belandi Lacerda²⁶²

Yuri Ademir²⁶³

Rafael Senna²⁶⁴

Yasmin Garcia²⁶⁵

Jose Lindenbergue²⁶⁶

Enyla Morais²⁶⁷

Introdução: O consumo de substâncias alcoólicas e psicoativas é comum em várias regiões brasileiras, variando entre uso recreativo e desenvolvimento crônico do etilismo social. Restrições legais frequentemente marginalizam o tema, mas não impedem o impacto negativo do etilismo social. Em PVH-RO, desde 1980, a Casa Família Rosetta iniciou um centro de recuperação para dependentes, ativo há 89 anos na região norte, com intenção de atender diversas realidades. O álcool, de fácil acesso e legal, causa danos físicos, psicológicos e sociais graves. A Comunidade Terapêutica Porto da Esperança contribui há 31 anos para a recuperação, focando na reintegração social e familiar. Segundo a ONU, o etilismo social reflete desconforto social e sofrimento, levando ao consumo compulsivo e afetando áreas vitais da vida. A influência do etilismo em mais de 200 doenças destaca a importância de tratamento precoce e preventivo. Uma intervenção socioeducativa planejada busca abordar física, cognitiva e emocionalmente o quadro do etilismo social para promover a recuperação do vício em substâncias. Fundamentação teórica: O etilismo social é influenciado por diversos fatores sociais, econômicos, emocionais e biológicos, que podem levar a um consumo excessivo e ao desenvolvimento de problemas patológicos. Isso resulta em uma desconexão da realidade e dos relacionamentos, especialmente familiares, aumentando o risco de problemas psicológicos como depressão, estresse, ansiedade e solidão. Grupos de apoio e centros de recuperação como a Casa Família Rosetta, são

²⁶² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: emilia.belandi@sou.fcr.edu.br

²⁶³ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: yuri.ademir@sou.fcr.edu.br

²⁶⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rafael.senna@sou.fcr.edu.br

²⁶⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: yasmin.garcia@sou.fcr.edu.br

²⁶⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joselinden.bergue@sou.fcr.edu.br

²⁶⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: enyla.morais@sou.fcr.edu.br

essenciais para oferecer um ambiente de acolhimento e compartilhamento de experiências entre pessoas em situações semelhantes, promovendo a recuperação e a reintegração social. Terapias grupais, aliadas a métodos da TCC, são eficazes para motivar os indivíduos a evitar o consumo de álcool, proporcionando um espaço seguro para a expressão emocional e o desenvolvimento pessoal. Essas abordagens são fundamentais para melhorar a relação com a família, aumentar a autoestima e facilitar a recuperação de indivíduos afetados pelo etilismo social crônico, contribuindo para estratégias de prevenção e tratamento na comunidade. Métodos e recursos necessários: Este projeto contempla a realização de uma intervenção na Comunidade Terapêutica Porto da Esperança - Candeias do Jamari da Casa Família Rosetta - Porto Velho, localizada na Travessa Cabixis, 332 - Nossa Sra. das Graças, no dia 04 de outubro de 2023, das 20h às 22h. Visando promover um processo psicoeducativo sobre os efeitos do pensamento no desenvolvimento sadio do processo de combate às recaídas, em primeiro momento será feita uma escuta grupal em roda de conversa com a participação ativa dos presentes e com aplicação de uma dinâmica atrelada aos conceitos do Mindfulness. O público-alvo são os membros da Comunidade Terapêutica Porto da Esperança - Candeias do Jamari da Casa Família Rosetta. A prática requer usos de recursos para o relaxamento, os quais seriam meditação, músicas para relaxar e uma breve contextualização sobre como os pensamentos influenciam no enfrentamento de circunstâncias adversas, métodos para manter a calma em momento de pânico e conversas para esclarecer que todos somos iguais e que todos estão passivos a ter melhores. Este último se constitui por um processo socioeducativo, no qual reconhecendo as emoções e como elas se manifestam no pensamento, se dá mesmo que por prematuro um processo de autorregulação emocional, pela qual o enfrentamento de ocasiões estressantes se torna passível de uma interpretação mais racional e condizente com os objetivos pessoais, como resultado de tal trabalho será feita a exposição em Banner pela nossa equipe, sob a orientação e avaliação da Dra. Suelen de Araujo, valorizando sempre o anonimato dos internos da instituição e a ausência de julgamento, para atender às diversas necessidades da comunidade. Nosso objetivo é desenvolver estratégias de prevenção e tratamento, visando às gerações futuras afetadas pelo Etilismo Social Crônico. Resultados e Discussões: Os resultados desta intervenção destacam a participação ativa dos membros da comunidade terapêutica, que foi fundamental para o sucesso do projeto. O suporte mútuo e a coesão grupal demonstraram ser elementos essenciais no processo de recuperação, enquanto a

abordagem centrada no indivíduo e o respeito mútuo facilitaram a adesão e a participação de todos os envolvidos. Iniciativas como esta são cruciais não apenas para o tratamento e prevenção do etilismo social crônico, mas também para promover o bem-estar e reintegrar socialmente os indivíduos afetados. Esperamos que este projeto tenha sensibilizado a comunidade sobre a importância do apoio mútuo e do desenvolvimento de estratégias eficazes para enfrentar este desafio de saúde pública, representando um passo significativo rumo a uma abordagem integrada e humanizada no combate aos problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas, em benefício da saúde e bem-estar de todos os cidadãos. Considerações finais: O consumo de substâncias psicoativas, especialmente o álcool, continua sendo um desafio significativo para indivíduos e comunidades, refletindo não apenas um problema de saúde pública, mas também um complexo quadro psicossocial. Este trabalho buscou abordar a problemática do etilismo social crônico através de uma intervenção socioeducativa na Comunidade Terapêutica Porto da Esperança - Candeias do Jamari da Casa Família Rosetta, em Porto Velho, Rondônia. Através da aplicação de conceitos teóricos e práticos, como a dinâmica de grupos e o trabalho de escuta e métodos de prevenção, procuramos proporcionar aos participantes um espaço de acolhimento e aprendizado. A metodologia adotada permitiu não apenas a troca de experiências, mas também o desenvolvimento de habilidades de autorregulação emocional, essenciais para a superação do vício em álcool. Este trabalho representa um passo importante na direção de uma abordagem integrada e humanizada no combate aos problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas, refletindo um compromisso com a saúde e o bem-estar de todos os cidadãos.

RESTABELECENDO A VIDA: O PROCESSO DE LUTO VIVENCIADO POR VENEZUELANOS APÓS IMIGRAÇÃO

Leidiane Paulo Rodrigues Oliveira²⁶⁸
Zeno Germano de Souza Neto²⁶⁹

Introdução: Este artigo representa uma pesquisa com objetivo geral investigar o processo vivenciado por imigrantes venezuelanos que buscaram restabelecer suas vidas em Porto Velho-Rondônia, com o intuito de compreender o fenômeno do luto simbólico e suas experiências, desafios e estratégias de adaptação nesse contexto migratório. A pesquisa teve como objetivos específicos: Analisar as principais manifestações do luto vivenciado por imigrantes; descrever os fatores que influenciam o processo de restabelecimento das vidas dos imigrantes em meio ao luto. Referencial teórico: O luto e o processo migratório Segundo Freud (1915 apud CAVALCANTI, SAMCZUK, BONFIM, 2013) podemos nomear de luto todo o processo que envolvem perdas, ocasionando sofrimento psíquicos e que precisam ser elaboradas, o luto se referia " a reação habitual à perda de uma pessoa amada ou uma abstração posta em seu lugar: a pátria, um ideal, a liberdade, etc." (FREUD, 1917[1915]). Molin e Pasqua (2009) e Achotegui (2012), propõem três tipos de elaboração do luto presentes no processo migratório: o luto simples, que pode ser elaborado e se dá em boas condições, a migração é voluntária, a sociedade de acolhimento o recebe sem problemas e as ferramentas psicológicas individuais são adequadas; o luto complicado, onde existem sérias dificuldades de elaboração da experiência migratória, a decisão de migrar não era necessariamente voluntária, a sociedade de acolhimento é hostil a migração e as características emocionais ou psicológicas da pessoa não são adequadas para a migração; E o luto extremo: o qual não pode ser elaborado, ultrapassa as capacidades de adaptação do sujeito e é nesse estágio que se instaura a Síndrome do Imigrante. É possível afirmarmos que por quaisquer motivos, sejam eles por livre espontânea vontade ou de forma traumática, esse trâmite de ter que se deslocar do seu país que na verdade é o seu "mundo" para um outro lugar que por mais promissor que pareça está atrelado a perdas tanto para aquele que entra na jornada migratória, quanto para os parentes que ficam no país de origem. Metodologia: A abordagem metodológica

²⁶⁸Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: leidiane.oliveira@sou.fcr.edu.br

²⁶⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail: zeno.souza@fcr.edu.br

utilizada para fundamentar as percepções e consubstanciar as discussões deste artigo a respeito do objeto de estudo foi qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Diante da relevância da coleta de dados em trabalhos acadêmicos e para uma melhor assertividade nos resultados deste, os procedimentos utilizados foram entrevistas semi estruturadas que se deram por meio de gravações das vozes dos sujeitos participantes. O tratamento dos dados se deu por meio de análise temática. Resultados e Discussões: A análise e discussão dos resultados obtidos na presente pesquisa visam oferecer uma compreensão a partir da demanda apresentada nos objetivos desta, e foram contextualizadas a partir da perspectiva do referencial teórico adotado, identificando padrões, tendências e significados que possam vir a contribuir para um maior conhecimento sobre o processo de luto vivenciados por estes imigrantes. Na presente pesquisa foram coletados inicialmente a cada entrevista, os dados pessoais dos participantes com o intuito de caracterizar a amostra e complementar as informações, favorecendo a compreensão e o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida. Os dados pessoais incluem gênero, idade, estado civil e o tempo em que estão no Brasil. Conclusões: O estudo sobre o processo de luto vivenciado por venezuelanos após a imigração retrata uma complexidade e a profundidade das experiências emocionais, psicológicas e até sociais enfrentadas por esses indivíduos, que por inúmeros motivos sejam eles em comuns ou não se vêem diante de somente uma possibilidade que é deixar o seu país de origem, pessoas em que a maioria já tinha uma vida estável, e que se vêem diante de ter que recomeçar do zero, e muitas vezes com poucos recursos. Ao longo dessa pesquisa foi possível observar as múltiplas perdas que permeiam o cotidiano desses imigrantes evidenciando a necessidade de compreensão por parte das demais pessoas envolvidas e que podemos citar: As comunidades, o governo entre outros que fazem parte de forma direta e indireta desse processo que apesar de cada particularidade ele não se dá de forma individual. Ao compreender as nuances desse processo de restabelecimento em um novo país e ao oferecer suporte efetivo, é possível promover uma transição mais humana e saudável, facilitando a construção de novos significados para a vida desses imigrantes.

PERCEPÇÃO SUBJETIVA SOBRE A MASCULINIDADE EM ACADÊMICOS DE DIREITO E PSICOLOGIA

Rosane Serra Pereira²⁷⁰

Zeno Germano de Souza Neto²⁷¹

Introdução: Este estudo visa compreender como os estudantes de Psicologia e Direito percebem a masculinidade, considerando diferentes influências. Para alcançar os objetivos propostos, adotamos um método qualitativo. Os dados foram coletados através de entrevistas individuais semiestruturadas com 8 (oito) participantes, permitindo explorar suas visões variadas e abrangendo experiências e perspectivas únicas. A pesquisa se deu por meio da "análise temática" e envolveu a identificação de temas e padrões nas respostas dos entrevistados, observando uma ampla diversidade de concepções sobre masculinidade, desde aquelas tradicionais até as que desafiam esses padrões. Os resultados sublinham a importância de facilitar conversas inclusivas sobre questões de gênero, reconhecendo a variedade de formas em que a masculinidade é expressa hoje em dia. Chegamos à conclusão de que entender essa diversidade é essencial para criar ambientes mais justos e acolhedores, onde a identidade de gênero de cada pessoa seja respeitada, independentemente de idade, orientação sexual ou perspectiva individual. Referencial Teórico: nossa pesquisa embasou-se nas obras de teóricos Arilha (2001) (com Homens e masculinidade: outras palavras; Briman (2018), com Cadernos de Psicanálise; BORIS (2002, com falas de homens: a construção da subjetividade masculina; Freud (1939) obras completas); Lacan (1998) entre outros. Metodologia: O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória para investigar as opiniões e sentimentos dos acadêmicos sobre masculinidade. A amostra foi composta por 8 alunos, divididos igualmente entre OS cursos de Psicologia e Direito, selecionados aleatoriamente para garantir representatividade. As entrevistas, com duração de 30 minutos cada, foram gravadas, transcritas e analisadas seguindo roteiros semiestruturados. Participaram homens de 20 a 56 anos, matriculados em diferentes períodos e turnos na Faculdade Católica de Rondônia (FCR), com diversas vivências e gerações. As entrevistas abordaram a percepção dos participantes sobre masculinidade e os estereótipos associados ao gênero masculino, explorando aspectos como infância, família, vida estudantil, social e cultural. O questionário, composto por

²⁷⁰Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rosane.pereira@sou.fcr.edu.br

²⁷¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail: zeno.souza@fcr.edu.br

perguntas abertas, incluiu tópicos sobre informações demográficas, definição de masculinidade, influências culturais, estereótipos de gênero, experiências pessoais, autoavaliação, diversidade, pressões e expectativas, e o impacto das mudanças sociais. No final, os participantes puderam compartilhar experiências adicionais, enriquecendo a análise sobre a percepção da masculinidade e explorando a possível influência do gênero do entrevistador nas respostas.

Resultados e Discussões: Os participantes do estudo, divididos entre estudantes de Direito e Psicologia, apresentaram diversas perspectivas sobre masculinidade influenciadas por fatores individuais, familiares, culturais e sociais. Enquanto alguns mantêm uma visão tradicional, associando masculinidade à força e independência, outros reconhecem-na como uma construção social e cultural, ressaltando a necessidade de desafiar normas tradicionais e promover uma expressão emocional mais saudável. Muitos destacaram a importância de uma abordagem inclusiva para discutir masculinidade, tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral. As respostas revelam a relevância de um debate contínuo sobre masculinidade e gênero, com os participantes reconhecendo a influência das experiências pessoais e pressões sociais em suas concepções. Há um consenso sobre a importância de envolver a comunidade nessas discussões para combater estereótipos e promover maior inclusão. No ambiente acadêmico, os participantes reconhecem a presença de estereótipos de gênero e sugerem a necessidade de maior conscientização sobre essas expectativas. Além disso, os participantes reconhecem o impacto das mudanças sociais, culturais e econômicas na concepção da masculinidade, refletindo uma evolução nas percepções de gênero na sociedade contemporânea.

Conclusões: Os participantes expressaram diferentes perspectivas sobre masculinidade, associando-a frequentemente a atributos como força e virilidade, refletindo estereótipos tradicionais de gênero. Contudo, também houve uma conscientização crítica sobre esses estereótipos, com termos como "frágil", "tóxico" e "desconstrução" emergindo na análise. Essa crescente conscientização sobre a fragilidade e toxicidade da masculinidade tradicional sugere um movimento para desafiar e redefinir essas normas, promovendo uma expressão mais autêntica e diversificada da masculinidade. O estudo sublinha a importância de uma abordagem inclusiva para discutir questões de gênero, reconhecendo a complexidade e fluidez desses conceitos. Ao criar espaços mais empáticos e solidários para a exploração da identidade de gênero, é possível liberar os homens das expectativas sociais restritivas. Conclui-se que a compreensão da masculinidade entre estudantes de Direito e Psicologia é complexa e necessita de mais

pesquisas e discussões, tanto na academia quanto na comunidade. Promover esses debates pode formar profissionais mais conscientes e preparados para abordar questões de gênero, beneficiando a sociedade como um todo.

**SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS TRANSTORNOS DO
NEURODESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NO AMBIENTE
ESCOLAR - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO
PEDRO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO EM RONDÔNIA**

Isana Diniz de Matos Souza²⁷²
Ana Catarina Martins Fontinelli²⁷³
Laura Rego Ceconello²⁷⁴
Liza Caroline Rocha²⁷⁵
Maria Eduarda Barbosa Da Silva²⁷⁶
Roanne Leticia Rosa²⁷⁷

Esse Projeto Extensionista baseia-se nas atividades da disciplina de Intervenção e Inclusão de Pessoas com Deficiência, no qual foram orientadas pela Prof. Ma. Nathali Machado, e traz em seu escopo prático desenvolver uma temática para referenciar a necessidade da efetiva inclusão de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento e de aprendizagem em ambientes escolares, tema esse, que permanece sendo um desafio considerável na educação contemporânea. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, em Porto Velho-RO, observa-se uma visão um pouco defasada, particularmente por parte de alguns professores, na sensibilização e conscientização sobre essas condições, impactando diretamente na qualidade da educação e na promoção de um ambiente inclusivo. A falta de preparo e de conhecimento dos professores sobre transtornos neurodesenvolvimento e aprendizagem geralmente resulta em práticas pedagógicas inadequadas, contribuindo para a marginalização dos alunos. A educação inclusiva atua em diversos aspectos para o bem-estar social, físico e mental. A EMEF São Pedro trabalha a diversidade e inclusão como tema principal, o que acrescenta na capacidade de criação de metodologias de ensino e desenvolvimento escolar. A inclusão no quesito escolar, se deixa à mostra quando falamos sobre: liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; igualdade para condições de permanência e acesso à escola; consideração com a

²⁷² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: isana.souza@sou.fcr.edu.br

²⁷³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.fontinelli@sou.fcr.edu.br

²⁷⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: laura.ceconello@sou.fcr.edu.br

²⁷⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: liza.rocha@sou.fcr.edu.br

²⁷⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.barbosa@sou.fcr.edu.br

²⁷⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: roanne.rosa@sou.fcr.edu.br

diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e aprendizagem ao longo da vida, para todos, definição essa fundamentada nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 3º (inciso I, II, XII, XII), presente na Lei Nº 9.394/1996. Retomando sobre a diversidade e inclusão em relação à convivência entre os próprios alunos, a Teoria Sociointeracionista de Vygotsky aborda sobre o processo de aprendizagem das crianças que ocorre entre o meio social onde ela convive (de fora para dentro). A criança já nasce em um mundo social e vai desenvolvendo o individual de acordo com as interações uns com os outros, o que se encaixa bem na rede escolar. Na visão de Vygotsky (1896-1934) será por meio da interação com os colegas de sala que eles irão desenvolver habilidades sociocomunicativas, socioemocionais e irão aprender com as diferenças individuais e culturais. Com esse embasamento teórico, a intervenção do projeto extensionista realizado na EMEF São Pedro, especificamente com os professores, pedagogos e cuidadores atuantes na instituição, utilizou de métodos e recursos dos quais são: Atividade introdutória com questões abertas; Caixa de som como recurso auditivo; Apresentação do conteúdo com slides; Encerramento com participação da Prof. Mestre Neire Abreu Mota Porfiro e Momento de socialização. Como resultado, dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro, foi realizado o projeto de intervenção na EMEF São Pedro, cumprindo seu objetivo geral de conscientizar os professores sobre os transtornos do neurodesenvolvimento e da aprendizagem e trazendo resultados sobre seus objetivos específicos, como descrever sobre os transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem, enfatizar sobre a importância da conscientização dos transtornos do neurodesenvolvimento e da aprendizagem no manejo dos professores com os alunos e identificar as demandas principais dentro da sala de aula. Mediante a atividade, foi dada a conclusão do porquê a realização da mesma e em seguida a continuação com o restante do conteúdo sobre psicologia da aprendizagem, logo após foi passado um vídeo do filme “O Triunfo” que demonstra sobre a relação entre professor e aluno, o vídeo se mostrou sendo compreendido por grande parte dos profissionais. Para finalizar, a colaboração da Professora e Doutoranda Neire Abreu Mota Porfiro trouxe uma importante fala sobre empatia e afetividade no ambiente escolar. Nesse sentido, busca-se promover uma cultura escolar mais inclusiva e empática, incentivando práticas pedagógicas adaptadas e efetivas e espera-se uma melhora significativa na experiência educacional dos estudantes impactados, refletindo em seu desempenho acadêmico, bem-estar emocional e habilidades sociais. Isso contribuirá para estabelecer as bases de um ambiente

educacional justo e eficiente para todos os envolvidos.

Palavras-chaves: Inclusão escolar; Transtornos do neurodesenvolvimento; Práticas pedagógicas inclusivas.

REFERÊNCIAS:

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

PORFIRO, N. A. M. **Empatia e afetividade no ambiente escolar**. Apresentação em: Projeto de Intervenção na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, Porto Velho-RO, 2024.

ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS TÍPICOS E SAÚDE MENTAL

Ana Caroline Da Silva Lopes²⁷⁸
Débora Aline Souza Nascimento²⁷⁹
Evelin Laura Teles Nascimento²⁸⁰
Maria Eduarda Pantoja Silva²⁸¹
Milena Silva Miranda²⁸²
Renato Henrique Mendes Feitosa²⁸³
Roberta Cristina Firmino Lopes²⁸⁴
Thiago Sales Mendes²⁸⁵
Ainá Barbosa Feitosa²⁸⁶

Introdução: A adolescência como fase típica do desenvolvimento humano apresenta suas peculiaridades. Alguns sentimentos, emoções e paradigmas são típicos e esperados, no entanto, pelo contexto em que há um luto pela perda da infância e pela busca de si mesmo como um ser individual, além da comparação em escala global pelas mídias digitais, o adolescer pode se tornar uma fase difícil e repleta de desafios (Aberastury; Nobel, 1981). Condições de saúde mental se mostram como fatores que irão influenciar todo o desenvolvimento humano, sendo assim, o objetivo do trabalho foi explanar a adolescentes de uma escola pública sobre os desafios típicos da adolescência, esclarecendo o que é considerado normal dentro do que vivenciam e o que pode receber uma atenção maior, para assim, compreenderem até que ponto seu desenvolvimento tem sido saudável mentalmente e quando é necessário procurar auxílio psicológico. Método: O projeto foi realizado em uma escola pública de Porto Velho (RO), tendo como público alvo alunos com idade entre 15-18 anos que estão cursando o segundo ano do ensino médio. Foi realizada a intervenção através de dinâmicas, roda de

²⁷⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.lopes@sou.fcr.edu.br

²⁷⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: debora.nascimento@sou.fcr.edu.br

²⁸⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: evelin.nascimento@sou.fcr.edu.br

²⁸¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.pantoja@sou.fcr.edu.br

²⁸² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: milena.miranda@sou.fcr.edu.br

²⁸³ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: renato.feitosa@sou.fcr.edu.br

²⁸⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: roberta.lopes@sou.fcr.edu.br

²⁸⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: thiago.mendes@sou.fcr.edu.br

²⁸⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: aina.feitosa@fcr.edu.br

conversa e orientação sobre a fase em que estão vivenciando, abrindo-se espaço de escuta para que compartilhassem suas angústias e anseios na adolescência. Foi explanado ao grupo que existem desafios na adolescência que são considerados normais, assim, o que não está dentro da normalidade poderá ser identificado, levando-os a uma reflexão pessoal, e posteriormente foram indicados locais de auxílio psicológico gratuito. Foram utilizados: espaço físico que comportou os alunos sentados, materiais tecnológicos como projetor, computador e televisão, papéis e canetas para dinâmicas. Principais Resultados/ Expectativa De Resultados E Análise: Na intervenção realizada, observou-se alta receptividade dos alunos e contentamento por falar sobre saúde mental. Foi importante que a abordagem com os adolescentes fosse interativa para que eles tivessem uma participação ativa e não estivessem apenas como ouvintes. Alguns alunos afirmaram já ter experienciado a psicoterapia e na roda de conversa puderam compartilhar sua vivência nesse aspecto. Na roda de conversa a turma respondeu perguntas como “o que você faz em seu dia a dia que melhora sua saúde mental e lhe causa bem estar?”, ao final os alunos compartilharam com toda a turma suas experiências individuais possibilitando a troca em um momento agradável e descontraído. No final da intervenção foram distribuídas lembrancinhas com chocolate e informativo de locais onde possam encontrar atendimento psicológico gratuito. Com a intervenção espera-se uma maior difusão de informações sobre saúde mental. Discussão E Considerações Finais: Devido a fase de transição da adolescência, ocorrem mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. O adolescente pode vir a sentir um medo intenso e sintomas físicos, além de desenvolver fobia social; quando o adolescente se sente incomodado, evita encontros sociais, logo, podem ocorrer episódios agudos de ansiedade intensa, e é necessário um diagnóstico profissional quando interferir no funcionamento diário do adolescente e da família (Brito, 2011). No entanto, para que isso ocorra, é preciso que quem está ao redor perceba os sintomas, e que o próprio adolescente também saiba pedir ajuda. Além disso, uma parte desse grupo pode ter condições econômicas desfavoráveis, ou até mesmo serem expostas a violências e abusos. Fatores esses que potencializam a vulnerabilidade a condições mentais, e que podem influenciar no surgimento de psicopatologias (OPAS, s.d.). Por isso, é importante que em um adolescer saudável apesar de seus desafios típicos, caso seja necessário, o adolescente tenha apoio, e que saiba onde buscá-lo.

Palavras-chaves: Adolescência; Saúde mental; Intervenção psicológica.

REFERÊNCIAS:

ABERASTURY A.; KNOBEL M. Adolescência. **Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, v. 2, 1981.

BRITO, I. Ansiedade e depressão na adolescência, **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, v. 27, 208-14, 2011.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde Mental dos Adolescentes**. Disponível em: <[https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental dos-adolescentes](https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes)>.

O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO ATENDIMENTO PARA AS PESSOAS TRANSGÊNERO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Cecília Magalhães Da Silva²⁸⁷
Ainá Barbosa Feitosa²⁸⁸

Introdução: Segundo a 7ª versão de “Normas de Atenção à Saúde das Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero” da Associação Profissional Mundial para Saúde Transgênero (Coleman et al., 2012), transgêneros são pessoas que não se identificam com o sexo biológico. Assim, uma pessoa que se denomina "transsexual" difere do gênero correspondente às normas sociais e do sexo atribuído ao nascer. Em contraste, o termo “cisgênero” refere-se a pessoas que se identificam com o gênero biológico. Nos últimos anos, há um crescente interesse no debate sobre saúde pública e diversidade de gênero, já que a população trans enfrenta diariamente desafios no acesso e qualidade dos serviços de saúde (Grant et al., 2017). Essas dificuldades resultam de uma falta de capacitação, sensibilidade e compreensão dos profissionais de saúde, gerando uma inadequação do sistema para lidar com as necessidades específicas desses indivíduos (Reisner et al., 2016). Além disso, segundo a ANTRA (2017), o Brasil é o país que mais mata transgêneros no mundo, com a expectativa de vida da população transgênero sendo de 40 anos, em contraste com a expectativa de vida geral de 75 anos. Segundo a legislação brasileira, “A saúde é um direito de todos e dever do estado” (BRASIL, Constituição Federal de 1988, artigo 196), porém, existem diversas barreiras enfrentadas por essa população que acabam afastando-os do serviço de saúde, como problemas financeiros, medo de discriminação, falta de conhecimento sobre onde encontrar serviços especializados para pessoas trans (tratamentos hormonais, cirúrgicos e psicológicos), escassez de serviços e ausência de plano de saúde (Winter et al., 2016).

Referencial Teórico: O referencial teórico deste projeto aborda a interseção entre saúde pública, diversidade de gênero e acesso aos serviços para a comunidade transgênero, essencial para contextualizar os desafios e perspectivas da população trans nas UBS.

A saúde pública é um serviço multidisciplinar que visa a promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de intervenções e políticas públicas (WHO, 2008). O princípio central é a equidade, garantindo acesso para todos. Buss e Pellegrini Filho

²⁸⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: cecilia.silva@sou.fcr.edu.br

²⁸⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: aina.feitosa@fcr.edu.br

(2007) afirmam que “a saúde pública deve ser inclusiva e atender às necessidades de todos os grupos populacionais, especialmente aqueles mais vulneráveis” (p. 79). Em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi instaurada, reforçando a necessidade de garantir cuidados adequados à população LGBTQIAP+ (BRASIL, 2011). Mesmo com esses esforços, Grant et al. (2011) afirmam que pessoas transgênero ainda enfrentam dificuldades, incluindo discriminação e falta de conhecimento dos profissionais de saúde. Carneiro (2019) destaca que “a falta de conhecimento e treinamento dos profissionais de saúde sobre questões de diversidade de gênero agrava essas dificuldades”. O acesso aos serviços de saúde é garantido por diretrizes nacionais e internacionais. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instaurado para ser equitativo e universal, garantindo atendimento integral (Paim et al., 2011). No entanto, dificuldades persistem no atendimento à população LGBTQIAP+. Carneiro (2019) observa que “as barreiras estruturais, como a falta de políticas inclusivas e a carência de treinamento adequado para os profissionais de saúde, contribuem para a marginalização dessa população”. Para melhorar o acesso, a implementação de políticas públicas e a qualificação contínua dos profissionais são essenciais. Carmel e Erickson-Schroth (2016) afirmam que “a capacitação contínua dos profissionais de saúde é essencial para garantir um atendimento inclusivo e respeitoso”. Poteat et al. (2013) sugerem que “a inclusão ativa da população transgênero no desenvolvimento e avaliação de serviços de saúde pode assegurar que suas necessidades específicas sejam atendidas de maneira eficaz”. Para obter dados seguros sobre as experiências vivenciadas em Porto Velho - RO, será usada a entrevista semiestruturada com perguntas abertas. Minayo (2010) enfatiza que “a entrevista semiestruturada é uma ferramenta eficaz para capturar a riqueza das narrativas pessoais e compreender as nuances das experiências dos participantes”. Metodologia: A pesquisa será qualitativa, valorizando as percepções pessoais dos participantes (Minayo, 2012). A coleta de dados utilizará entrevistas semiestruturadas, com um roteiro flexível que permite explorar temas emergentes (Minayo, 2010). Participarão quatro pessoas transgênero, dois homens e duas mulheres, com idades entre 23 e 50 anos, representando a diversidade de gênero e faixa etária. A análise de dados seguirá a teoria de análise de conteúdo de Bardin (2011), começando com a transcrição e codificação das entrevistas para discussão conforme os objetivos.

Palavras-chaves: Diversidade de gênero; Acesso à saúde pública; População transgênero.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *Revista Saúde Pública*, v. 41, n. 1, p. 79-86, 2007.

CARNEIRO, J. C. Desafios e Perspectivas no Atendimento à População LGBTQIAP+ no SUS. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 18, n. 4, p. 45-50, 2019.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL AOS CASOS DE PESSOAS COM HANSENÍASE EM PORTO VELHO-RO

Jaqueline Santos Marinho²⁸⁹
Ainá Barbosa Feitosa²⁹⁰

Introdução: O presente trabalho, realizado por um grupo de estudantes do primeiro período de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia, teve como foco analisar e vivenciar o atendimento multiprofissional aos casos de pessoas com Hanseníase em Porto Velho, no contexto da Policlínica Oswaldo Cruz (POC). O estudo epidemiológico realizado em Rondônia demonstrou que a hanseníase é considerada hiperendêmica no estado, com um total de 330 novos casos em 2022. A prevalência da doença no Brasil é média, com 4,64 casos a cada 10 mil pessoas em 2018. Durante entrevistas com pacientes e profissionais de saúde, foi observado que há poucos métodos de orientação implementados pelo governo para conscientização da população (CARVALHO et al, 2023; IBGE, 2019). Os pacientes que dão início ao tratamento na POC têm como apoio a presença de profissionais qualificados que compõem uma equipe com duas psicólogas, um fisioterapeuta e uma terapeuta ocupacional. Isto revela uma preocupação com o bem estar psicológico e também com as capacidades físicas, utilizando-se da prática de exercícios físicos para o bom funcionamento das articulações. Ao iniciar a prática de extensão em contato com a profissional responsável pelos pacientes de Hanseníase, uma das psicólogas que compõem a equipe citada, pôde-se notar a grande dificuldade enfrentada na luta contra os estigmas sociais associados a essa doença. Em grande parte, a falta de orientações sobre a doença e os cuidados necessários contribui para o fortalecimento e disseminação do preconceito. Neste contexto, os psicólogos em formação buscaram entender a forma humanizada de lidar com esses pacientes e combater os estigmas sociais. Métodos: A primeira etapa foi a apresentação do trabalho e do pré-projeto pela professora da disciplina. Em seguida, o grupo se dividiu para definir o foco da extensão e, posteriormente, este mesmo grupo teve contato com uma psicóloga especializada na área da Hanseníase, que forneceu informações e esclarecimentos sobre o assunto. Além disso, um encontro com pacientes de hanseníase na POC e em atividades ao ar livre proporcionou vivências

²⁸⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: jaqueline.marinho@sou.fcr.edu.br

²⁹⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: aina.feitosa@fcr.edu.br

práticas e interação com os pacientes. Resultados: A importância do psicólogo nesse ambiente foi destacada, especialmente, para lidar com o estigma e o medo de rejeição associados à doença. Também a atuação interdisciplinar do profissional da Psicologia numa equipe multidisciplinar é importante para pensar a saúde de um modo geral. Discussão E Considerações Finais: O grupo de estudantes pôde notar a necessidade de psicólogos na área da Saúde para suporte psicológico e emocional no tratamento e enfrentamento de doenças, além dos problemas psicossociais causados por estes processos (o adoecer e o tratar). No debate em sala de aula junto aos demais colegas e professora orientadora, destacou-se as condições apresentadas pelos pacientes, ou seja, suas limitações físicas e sofrimento psicossocial, ocorridos devido o adoecimento; assim como medidas possíveis para a minimização desse sofrimento e promoção de saúde como um todo.

Palavras-chave: Hanseníase; Atendimento multiprofissional; Estigma social.

REFERÊNCIAS:

BAHIA. Secretaria da Saúde do Estado. **Boletim epidemiológico de hanseníase. Secretaria da Saúde do Estado**, 2018. Disponível em: https://www.saude.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2017/11/Boletim_epidemiologico_hansenise_2018.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Guia prático sobre hanseníase**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hansenise.pdf

CARVALHO, B. B de.; MASCARELLO, J. G.; AGUIAR, J. V.; FARIA, S. C. de A. Perfil epidemiológico e determinantes sociais da hanseníase no estado de Rondônia entre 2015 a 2020. In: NETO, B. R. da S. (Org). **Medicina: avanços recentes e necessidades sociais 2**. Atena Editora, 2023. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/perfil-epidemiologico-edeterminantes-sociais-da-hansenise-no-estado-de-rondonia-entre-2015-a-2020>

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA UNIDADE ESCOLAR DE PORTO VELHO/RO

Maria Juliana Ângelo Silva²⁹¹
Neire Abreu Mota Porfiro²⁹²

Introdução: O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios da inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista. o campo investigativo norteia pela busca de resultados através de informações coletadas por professores no contexto escolar no segundo semestre de 2024 que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Como problema investigativo da pesquisa a pergunta será: qual o papel dos professores na inclusão de crianças com tea no ensino fundamental na emef senador olavo gomes pires? Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados serão uma psicoeducação com abordagem qualitativa, realizada conjuntamente aos professores, no qual a coleta de dados norteará informações por intermédio de uma entrevista semiestruturada e a análise dos dados pelo conteúdo conforme orienta bardin (2016). referencial teórico: o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por eugene bleuler, para designar a perda de contato com a realidade com dificuldade ou impossibilidade de comunicação, comportamento esse que foi por ele observado em pacientes diagnosticados com quadro de esquizofrenia (ajuriaguerra, 1977). o transtorno do espectro autista é uma síndrome caracterizada por alterações presentes desde muito cedo ou seja, que se manifestar antes de três anos de idade, todavia, vale lembrar que cada criança é diferente e os sintomas podem surgir antes desta idade, ou se tornarem mais visíveis ao longo de seu crescimento. crianças com tea apresentam comprometimentos na comunicação e socialização, causando dificuldades na fala, nas expressões de ideias e sentimentos entre outros. não há cura para o autismo, ou seja, acompanha o indivíduo durante toda sua vida, mas pode haver mudanças como o passar do tempo e se modificando de acordo com o desenvolvimento da criança. o entendimento positivo dos professores em relação a seu aluno com autismo é um fator fundamental para o sucesso de sua inclusão escolar (cassady, 2011). em vista disso, fornece suporte e orientação aos professores, prover uma melhor compreensão das

²⁹¹Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:maria.angelo@sou.fcr.edu.br

²⁹²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail:neire.mota@fcr.edu.br

necessidades do aluno e analisar as estratégias eficientes para seu aprendizado são passos de extrema relevância para construção da inclusão (Cassady, 2011; Nunes; Azevedo; Schmidt, 2013). Segundo o DSM-5, as características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos.

metodologia: a fundamentação metodológica adotada nesta pesquisa partirá de uma investigação científica, em uma unidade escolar de Porto Velho/RO, onde os participantes serão professoras de crianças com TEA. Utilizaremos uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo por meio da revisão de literatura seguidas de coleta de dados, no qual será empregada a análise de conteúdo pelas orientações feitas por Bardin (2016). Para a definição das variáveis investigadas, serão incluídas no estudo de 03 a 05 participantes, vinculadas a uma unidade escolar do município de Porto Velho/RO. A coleta de dados acontecerá no segundo semestre de 2024.

resultados e discussões: os resultados e discussão serão apresentados no segundo semestre de 2024 a partir da efetivação do parecer do comitê de ética e pesquisa, para posteriormente realizar a coleta de dados.

conclusões: somente no segundo semestre poderá haver conclusão pelos resultados da pesquisa, uma vez que se encontra em andamento.

GRUPO TERAPÊUTICO COM HOMENS QUE COMETERAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROJETO “ABRAÇO” DO TJRO A PARTIR DA REVISÃO SISTEMÁTICA NO UNIVERSO CIENTÍFICO

Eliza Maria Cavalcante Silva²⁹³
Neire Abreu Mota Porfiro²⁹⁴

Introdução: A pesquisa visa analisar a aplicabilidade de grupos terapêuticos como ferramenta de aconselhamento coletivo e troca de experiências entre agressores conjugais, focando na ressocialização e reinserção social. Busca-se reduzir constrangimento, vergonha, isolamento e culpa dos participantes por meio de análise documental e revisão sistemática. O estudo investiga a prática do Projeto “ABRAÇO” do Tribunal de Justiça de Rondônia, contextualizando sua estrutura e resultados para entender os fatores que levam à violência conjugal. Referencial Teórico: A aplicação de grupos terapêuticos é uma das alternativas para o desenvolvimento de um programa com agressores, uma vez que há muitas diferenças entre os programas aplicados, ocorrendo variações de duração e de abordagem. Homens agressores conjugais conseguem ver a violência como algo normal, percebendo como um ato de educar a vítima, ou, até mesmo, seu modo de ser, justificando sua violência motivado por seu ciúme ou a possível infidelidade da mulher, até mesmo por dificuldades financeiras, uso de drogas e por causa dos “erros” dela. Segundo Cortez, Padovani e Williams (2005), a aplicação de grupos terapêuticos é uma das alternativas para o desenvolvimento de um programa com agressores, uma vez que há muitas diferenças entre os programas aplicados, ocorrendo variações de duração e de abordagem. Outra característica desse tipo de programa é o fato de os grupos poderem ser mais efetivos do que o aconselhamento individual por haver uma possível diminuição de vergonha, culpa e isolamento na interação com os demais membros. Vale ressaltar a análise de Manita (2008) quando explica que existem dois tipos de programas para homens agressores de violência conjugal que seriam: os psicoterapêuticos e os psicoeducacionais. Metodologia: Para compreender as percepções dos docentes e discentes, adotou-se uma revisão sistemática de estudos publicados e/ou coleta de

²⁹³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.angelo@sou.fcr.edu.br

²⁹⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

dados. O estudo é qualitativo, descritivo e exploratório, buscando explorar avaliações, experiências e percepções dos envolvidos (Minayo, 2012). A pesquisa utilizou a base de dados BIREME, com os descritores “Violência Doméstica” e “Grupos Terapêuticos”, levantando artigos publicados entre 2019 e 2024. Das buscas, 22 artigos foram encontrados, sendo 16 descartados por não tratarem da temática. Restaram 06 artigos relevantes sobre Grupos Reflexivos Terapêuticos com Homens Autores de Violência Doméstica contra Mulheres, cujos títulos, resumos e conclusões foram analisados. Resultados E Discursões: Foram selecionados 06 (seis) artigos que correspondiam aos critérios de inclusão estabelecidos. • Artigo 1: Vidal (2019) descreve os processos de observação e atendimento ao homem autor de violência doméstica a partir dos depoimentos dos agressores e suas companheiras, identificando futuros serviços e políticas públicas para prevenção e mudança de paradigmas dos homens; • Artigo 2: Stella et al. (2015) analisam o atendimento a homens envolvidos em violência doméstica durante quatro anos de intervenção psicoterapêutica na Justiça, destacando o uso do psicodrama e o acolhimento como ferramentas para transformar o comportamento dos participantes; • Artigo 3: Estrela FM et al. (2019) analisam um grupo reflexivo com 44 homens em Salvador-BA para prevenção e enfrentamento da violência doméstica, utilizando a Perspectiva Crítico Libertadora e metodologia descritiva. • Dissertação 1: Aguiar (2024) investiga a contribuição dos GHAVs na prevenção da violência doméstica sob a Lei Maria da Penha, através de um estudo de caso do NUAH em Fortaleza-CE.; • Dissertação 2: Bogdanovicz (2023) analisa os pressupostos da LMP e do documento “Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor” para desconstruir noções de masculinidade e violência a partir das concepções de colonialidade de gênero. • Tese: Demarchi (2022) explora a produção e performance de masculinidades de homens autores de violência doméstica em Sorocaba, através de observação e entrevistas semiestruturadas no Centro Especializado de Reabilitação do Autor em Violência Doméstica (CERAV). Conclusões : Na presente pesquisa foi realizado um trabalho de revisão de literatura sistemática e os objetivos do trabalho foram alcançados, confirmando que através da realização de grupos terapêuticos reflexivos com homens agressores tem efetividade na vida desse homem. No momento que ele participa das reuniões terapêuticas, muitos deles conseguem mudar sua forma de pensar, sua relação afetiva, enxergar sua masculinidade, sua maneira de agir em casa e no momento que houver algum atrito entre ele e sua companheira. Importante frisar que a implementação dos grupos

terapêuticos reflexivos para homens autores de violência doméstica se tornam espaços educativos com fins de prevenção da violência conjugal com baixo custo financeiro e operacional.

Palavras-chave: Grupos Terapêuticos; Violência Conjugal; Ressocialização de Agressores.

REFERÊNCIAS:

Cortez, L. J., Padovani, C., & Williams, L. C. A. (2005). **Programas de intervenção com homens agressores conjugais: Alternativas terapêuticas e psicoeducativas.** *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 15-26.

Manita, C. (2008). **Intervenções com homens agressores: Modelos psicoterapêuticos e psicoeducacionais.** *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 410-420.

Minayo, M. C. S. (2012). **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 13ª edição. São Paulo: Hucitec.

AS ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO EMOCIONAL PARA INDIVÍDUOS DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE

Júlia Nascimento Martins Costa²⁹⁵
Helen Cristina Dos Santos Oliveira²⁹⁶

Introdução: A presente pesquisa será realizada para qualificação da primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC- artigo I) e visa demonstrar a eficácia das estratégias de regulação emocional disponíveis na contemporaneidade como principais tratamentos para indivíduos diagnosticados com Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), especialmente porque somente os tratamentos convencionais não são capazes de abarcar todas as demandas de um indivíduo TPB. Esse recorte da população tem, biologicamente, uma intensa desregulação emocional que pode trazer prejuízos nas dinâmicas sociais do sujeito diagnosticado. A junção da desregulação emocional, do medo do abandono, que é uma das principais sintomáticas do TPB, e a deterioração das relações interpessoais podem resultar em comportamentos sobredimensionados, agressivos e autodestrutivos, aumentando o risco de comportamentos suicidas e/ou parassuicidas. Por isso, a busca por abordagens terapêuticas eficazes torna-se crucial. Nesse sentido, as estratégias de regulação emocional ressaltam-se como uma das principais e mais efetivas formas de intervenção no tratamento de indivíduos diagnosticados com Transtorno de Personalidade Borderline. Referencial Teórico: De acordo com Linehan (2010), fundadora da Terapia Comportamental Dialética (Dialectical Behavior Therapy – DBT), devido ao contínuo avanço no campo da avaliação psicológica, observou-se um aumento no número de pessoas que se enquadram nos critérios diagnósticos para Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), mas em contrapartida, as modalidades de tratamento existentes parecem ser totalmente inadequadas para esse recorte da população. Isto posto, a DBT busca promover uma maior gama de ferramentas para aprendizado e manutenção da regulação emocional, o que auxilia na redução de comportamentos impulsivos e autodestrutivos através da busca pelo equilíbrio entre aceitação e mudança. Linehan postulou os princípios da DBT devido ao interesse pela cultura oriental, onde as

²⁹⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: julia.costa@sou.fcr.edu.br

²⁹⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: helen.oliveira@fcr.edu.br

práticas de meditação, observação e atenção plena são largamente utilizadas para assistir o indivíduo durante momentos de desregulação, Linehan fundiu tais princípios ao setting cognitivo-comportamental e refinou-o às necessidades dos indivíduos com Transtorno de Personalidade Borderline, e com isso, deu início a uma nova abordagem de tratamento mais específico para pessoas com questões-problema mais específicas. A Terapia Comportamental Dialética, além do processo terapêutico individual, tem o programa “Grupo de Treinamento de Habilidades Terapêuticas em DBT” que funciona de forma presencial ou online, com encontros bem estruturados e temas de discussões abordados com o intuito de psicoeducar os indivíduos com Transtorno de Personalidade Borderline, ofertando ferramentas para alívio da angústia causada pela desregulação emocional, como as técnicas em Mindfulness, tolerância ao mal-estar etc. Dessa forma, o presente trabalho propõe realizar uma análise das estratégias de regulação emocional como tratamento em casos de Transtorno de Personalidade Borderline, dando ênfase na teoria e nas técnicas da Terapia Comportamental Dialética. Metodologia: A presente pesquisa será de cunho qualitativo, descritivo e exploratório evidenciando a execução de uma revisão sistemática na literatura, este estudo terá como finalidade a realização de uma investigação científica estruturada a partir da formulação do problema de pesquisa. O campo de investigação é norteado por meio de levantamento de dados através de uma busca sistematizada na plataforma “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações” (BDTD), onde as palavras descritoras utilizadas serão “Terapia Comportamental Dialética” e, em outra pesquisa, “Transtorno de Personalidade Borderline” com o recorte de artigos publicados nos últimos 5 anos (2019 a 2024) e critério de exclusão a partir da delimitação do tema. Os resultados, discussões e conclusões da revisão sistemática serão realizados na segunda etapa de construção do projeto.

Palavras-chaves: Transtorno de Personalidade; Regulação emocional; Terapia Comportamental

REFERÊNCIAS:

LINEHAN, M. M. (2010). **Cognitive-Behavioral Treatment of Borderline Personality Disorder**. New York: Guilford Press.

LINEHAN, M. M. (2015). **DBT Skills Training Manual**. 2nd Edition. New York:

Guilford Press.

KÅVER, A., & NILSONNE, Å. (2010). **Mindfulness, acceptance, and positive psychology in Dialectical Behavior Therapy: A practical guide to behavioral skills training.** New York: Cambridge University Press.

COMO PREVENIR LUDICAMENTE O BULLYING COM CRIANÇAS DA 1º SÉRIE FUNDAMENTAL

Rosimara Bergonzini²⁹⁷

Queli Da Costa Ferreira²⁹⁸

Sâmia Laise Manthey Benevides Hecktheuer²⁹⁹

Introdução: Nas escolas o fenômeno Bullying vem sendo motivo de sérios problemas com crianças e adolescentes, que com as agressões sofridas, sejam físicas ou verbais, acabam tendo danos tanto cognitivos quanto emocionais, e, se não houver uma atenção especial da família e escola, esses danos sofridos poderão se estender até a vida adulta. Diante deste contexto, propõe-se como objetivo oferecer de forma lúdica, estratégias para evitar e combater o Bullying. Essa ação será realizada por meio dos seguintes objetivos específicos: 1. Apresentar de maneira lúdica o conceito de bullying na escola; 2. Apontar consequências do bullying para a pessoa e a escola; 3. Esclarecer como atuar para prevenir e combater o bullying. Desta forma, pretende-se mostrar de forma lúdica, os impactos de uma convivência sem nenhum tipo de responsabilidade afetiva, através de um teatro encenando situações do cotidiano dos estudantes da série especificada, e como demonstrativo um termômetro que aqui chamamos de “emocionômetro”, confeccionado pelos discentes. Referencial Teórico: Bullying ou intimidação sistemática, é considerado “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas” (MEC, 2024). Rudolf Dreikus, (apud NELSEN; LOTT; GLENN, 2017) definiu como “rebaixar alguém de forma a se sentir valorizado. Conforme pesquisadores da área, o termo bullying é utilizado em diversos países para nomear ações agressivas, sejam elas físicas, verbais ou psicológicas, que ocorrem de maneira contínua e proposital entre um indivíduo contra outro. O aluno agressor pode escolher qual agressão vai usar contra sua vítima, porque o Bullying se manifesta por meio das violências diretas e indiretas, violência direta refere-se ao ataque físico ou verbal, indireta refere-se às ações

²⁹⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rosimara.bergonzini@sou.fcr.edu.br

²⁹⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: queli.ferreira@sou.fcr.edu.br

²⁹⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

vexatórias, em que o indivíduo é excluído da sociedade, levando-o a um sofrimento psíquico. Autores concordam que o bullying causa danos na vida dos envolvidos, principalmente das vítimas, causando diminuição da autoestima, isolamento e prejuízos no aprendizado. O aluno vítima de bullying pode vir a desenvolver fobia escolar, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, anorexia, bulimia entre outros. O mais importante no enfrentamento do bullying é o trabalho em conjunto da família e escola, para criar estratégias que envolvam as crianças, no sentido de desenvolver a empatia, respeito às diferenças, respeito aos funcionários da escola que frequentam, e assim tornar-se um adulto crítico mas não violento. A escola deverá proporcionar atividades lúdicas para trabalhar na prevenção ao Bullying. Metodologia: O projeto consistiu em visitar uma escola Municipal, e, de maneira lúdica, conscientizar crianças da primeira série do ensino fundamental sobre a importância do respeito que deverão ter para com seus colegas de classe, professores e demais servidores da escola. Os recursos utilizados foram materiais para a confecção do emociômetro, que é um termômetro de sentimentos como recurso para as crianças e também livros de histórias com conteúdos como coragem e gratidão, que foram lidos em sala de aula para promover a interação com as crianças a respeito do tema. Resultados e Discussões: Foi muito importante para a concretização do projeto a receptividade da Coordenadora Pedagógica, da Diretora e das professoras das 1ª séries do ensino fundamental da Escola Maria Izaura, bem como, o interesse das crianças nas atividades propostas. Esse tema Bullying nas escolas, para ser combatido, necessita-se do interesse das famílias e escolas para se tornar real e eficaz, porque de nada adianta somente estar num papel, a discussão desse mal que contamina crianças, jovens e até adultos. Esse assunto é muito sério, pelo prejuízo que pode causar a uma vítima de bullying. O bullying sempre existiu, pois antigamente era considerado “normal” aos olhos da sociedade. Quando ocorrem vítimas fatais é que a preocupação com essa violência torna-se foco de discussões e providências por parte de políticas públicas, famílias e escolas. Mas muito ainda tem que ser feito a respeito do combate ao bullying. Conclusão: A parceria entre família e escola exerce papel fundamental, já que ambas as instituições sociais colaboram para a formação do caráter e para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão de direitos e deveres. É preciso que juntas elas fomentem no aluno o sentimento de tolerância, respeito às diferenças e valorização da paz nas relações com o outro. O psicólogo poderá contribuir para minimizar toda e qualquer forma de violência neste contexto e agir de forma preventiva.

Palavras-chaves: Prevenção ao bullying. Intervenções lúdicas. Parceria escola-família.

REFERÊNCIAS:

NELSEN, J., LOTT, L., & GLENN, S. (2017). **Disciplina positiva na escola.** São Paulo: Editora Manole.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). (2024). **Diretrizes para prevenção e combate ao bullying nas escolas.** Brasília: MEC.

FANTE, C. (2005). **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Verus.

BULLYING NO ENSINO MÉDIO E O IMPACTO EMOCIONAL NOS ADOLESCENTES

Larissa Alves Beserra³⁰⁰
Otávio Henrique Pereira Leite³⁰¹
Sâmia Laise Manthey Hecktheuer³⁰²

Introdução: Segundo o DataSenado (2023), quase 7 milhões de estudantes sofrem algum tipo de violência na escola. Destas, 52% possuem de 16 a 29 anos, o que demonstra a vulnerabilidade do adolescente. Estudos em Bandeira e Hutz (2010), apontam que o bullying escolar tem efeitos nocivos nas vítimas, com implicações na autoestima dos adolescentes. O bullying escolar afeta a saúde mental e consequentemente o desempenho acadêmico dos estudantes do primeiro ano do ensino médio - causando impacto emocional nos adolescentes (Fante, 2005; Pereira, 2008, apud Chaves e Souza, 2018). Com base neste contexto, objetiva-se conscientizar os estudantes do primeiro ano do ensino médio a identificar as raízes e o impacto emocional do bullying. São objetivos específicos do projeto de extensão 1. Descrever os padrões do bullying; 2. Conhecer causas e consequências emocionais nos adolescentes e 3. Oferecer estratégias de como lidar com o impacto emocional. Referencial Teórico: Bullying é um comportamento agressivo, repetitivo e intencional de uma pessoa ou grupo contra outra pessoa, geralmente com o objetivo de intimidar, humilhar ou causar danos físicos, emocionais ou psicológicos. Pode ocorrer em diversas formas, como insultos, exclusão social, espalhar rumores falsos, agressões físicas, entre outros. Os Padrões do Bullying são classificados como verbal, social, físico, cyberbullying, psicológico/emocional, sexual. Para enfrentar a problemática é necessário que os estudantes sejam expostos a práticas e situações que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e/ou competências e o papel crucial da escola e da família e do psicólogo na construção do indivíduo. Metodologia: Trata-se de um projeto de extensão idealizado durante a disciplina de psicologia, ciência e profissão. A metodologia utilizada foi a exposição dialogada. Para realização da intervenção realizou-se as seguintes etapas: 1 - visitas para planejamento e para a execução do projeto em uma escola pública - Colégio

³⁰⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: larissa.beserra@sou.fcr.edu.br

³⁰¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: otavio.leite@sou.fcr.edu.br

³⁰² Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

Brasília. 2 - A intervenção incluiu a ida na escola, apresentação do projeto e divulgação da página acerca do tema no Instagram, para que os alunos se atentem ao comportamento que possivelmente estão habituados a vivenciar, e na verdade é tóxico. 4 - A exposição dialogada foi desenvolvida no dia 14/06/2024 às 11:20 com participação de cerca de 100 alunos de todas as turmas do 1º ano do ensino médio. 5 - Realização de atividade interativa organizada através do Kahoot com questões abordando o bullying e a convivência social. Resultados e Discussões: A atividade foi avaliada pelos estudantes da escola através de um Formulário de Satisfação que obteve resultados medianos e boas sugestões para a próxima atividade. O questionário obteve perguntas abertas e fechadas e foi aplicado ao término da roda de conversa. Assim que a intervenção foi encerrada, os alunos mostraram-se mais inclusivos uns com os outros e brincaram em grupo. Supõe-se que as palavras passadas pelos acadêmicos tenham acessado os adolescentes. Conclusões: A exposição foi proveitosa e enriquecedora no que tange ao assunto do bullying no ensino médio, pois muitos alunos mostraram-se interessados. Portanto, o resultado foi concluído, porém, nem todos os estudantes responderam ao formulário de satisfação - sendo concluído que a nota geral dos alunos foi mediana para a palestra no colégio e os objetivos não foram alcançados plenamente como previsto, pois alguns alunos não prestaram a atenção e não levaram com a devida importância e seriedade que os acadêmicos tentaram transpassar acerca do assunto. Assim, no geral, o projeto foi um sucesso e os alunos sentiram-se tocados com o que foi transpassado.

Palavras-chave: Bullying escolar. Impacto emocional. Conscientização adolescente

REFERÊNCIAS:

BANDEIRA, C. M., & HUTZ, C. S. (2010). **Bullying escolar: implicações para a autoestima de adolescentes.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 232-240.

FANTE, C. (2005). **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Verus.

CHAVES, S. M., & SOUZA, R. (2018). **Impacto do bullying no desempenho acadêmico e na saúde mental de adolescentes.** *Revista Brasileira de Educação*, 23(72), 654-668.

ORIENTAÇÕES AOS PROFESSORES NO MANEJO DE DESREGULAÇÃO EMOCIONAL EM CRIANÇAS AUTISTAS

Anna Julia Sampaio Peres³⁰³

Thaís Novo Fernandes³⁰⁴

José Adilson Aguiar Santos³⁰⁵

Sâmia Laise Manthey Hecktheuer³⁰⁶

Introdução: O trabalho dos profissionais da educação no processo ensino e aprendizagem com crianças é bastante complexo e, essa complexidade aumenta quando essa criança é portadora do Transtorno de Espectro Autista - TEA. Os resultados obtidos de pesquisas feitas por Silva (2024) e Paz (2024) com professoras no município de Porto Velho indicam que elas não se sentem preparadas e que enfrentam diversos obstáculos por causa das necessidades únicas de cada criança no espectro: salas lotadas, falta de treinamento em curso, materiais limitados e demora em diagnosticar crianças autistas. A grande parte destes profissionais enfrentam a falta de informações e de conhecimento sobre a melhor forma de conduzir esse processo educacional e mais grave ainda, quando tem que agir durante a crise de crianças autistas no espaço escolar. Diante do exposto, o objetivo geral do projeto de extensão é orientar professores no manejo de desregulação emocional em crianças autistas. Para realização deste objetivos serão adotados como objetivos específicos: 1. Conceituar o autismo; 2. Descrever sinais de desregulação emocional 3. Instruir professores como agir nestas situações. Referencial Teórico: O Transtorno do Espectro Autista-TEA é definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais como um distúrbio de neurodesenvolvimento caracterizado por um prejuízo na capacidade para a comunicação social (fala, comunicação e interação social), associado a comportamentos voltados para interesses restritos, repetitivos e estereotipados. A regulação emocional refere-se à habilidade de lidar com situações que provocam emoções como estresse, ansiedade ou frustração, sendo uma característica comum tanto em autistas quanto em neurotípicos. No entanto, os autistas podem enfrentar dificuldades para regular as emoções, necessitando de estratégias específicas para lidar com sobrecarga emocional e sensorial. A inclusão na perspectiva da educação

³⁰³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail:anna.peres@sou.fcr.edu.br

³⁰⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail:thais.fernandes@sou.fcr.edu.br

³⁰⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail:jose.adilson@sou.fcr.edu.br

³⁰⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: samia.benevides@fcr.edu.br

especial é respaldada por legislações significativas, como a Declaração de Salamanca de 1994 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), que define a educação especial como modalidade preferencialmente oferecida na rede regular de ensino. Apesar desses marcos legais, a prática inclusiva enfrenta desafios concretos, como a falta de formação adequada dos professores e a dificuldade em atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Metodologia: No presente trabalho optou-se por trabalhar com Roda de Conversa, considerando tratar-se de uma metodologia ativa onde o diálogo e a própria organização do espaço colocam todos os participantes como protagonistas do processo formativo. O trabalho aconteceu no dia 07 de junho, às 11h, na Escola Municipal de Educação Infantil Laudicéia Maria Lisboa, localizada na Rua Raimundo Cantuária, nº 5705, B. Tiradentes, com 20 profissionais, entre professores e profissionais de apoio escolar, tendo como temática o manejo de desregulação emocional em crianças autista. Foi realizada a exposição do tema, por meio de slides e seguido de conversa coletiva, para sanar dúvidas, expor experiências e críticas a atenção dada pelo poder público para essa clientela, a temática, mas principalmente, abrir espaço para fala e escuta. Resultados e Discussões: Durante a realização da atividade, destacou-se a importância de oferecer suporte aos educadores e garantir a colaboração dos responsáveis no processo de aprendizagem de crianças autistas. Essas crianças necessitam de apoio durante momentos de desregulação emocional, tornando essencial a presença de profissionais capacitados e a cooperação dos responsáveis. Investir na formação contínua dos professores e promover a parceria entre escola e família são passos fundamentais para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que favoreça o desenvolvimento das crianças autistas. Conclusões: Os profissionais obtiveram informações acerca do autismo e das desregulações emocionais além das que já haviam adquirido por experiências, como contadas pelos próprios. Após as apresentações foi realizada a roda de conversa em que a psicóloga presente respondia às dúvidas dos participantes, os quais agradeceram não só os esclarecimentos acerca do tema mas também pela atenção e reconhecimento que receberam.

Palavras-chaves: Educação inclusiva. Crianças autistas. Formação de professores

REFERÊNCIAS:

SILVA, P. (2024). Desafios na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista: um estudo em Porto Velho. Porto Velho: Editora Acadêmica.

PAZ, M. (2024). Estratégias de manejo em sala de aula para crianças autistas: dificuldades e superações. Porto Velho: Editora Educação.

DESAFIOS NA DOCÊNCIA: DESPERTAR MOTIVACIONAL NA ESCOLA RIO BRANCO

Pamela Dos Reis Macedo³⁰⁷
Críscia S. Da Silva³⁰⁸
Márcio Orsi Coutinho³⁰⁹
Lucinéia Asano³¹⁰
Fabrcio C. Jucá³¹¹
Isabelli Louise Chaves Perdigão³¹²
Camila Costa Castro³¹³
Ainá Feitosa Barbosa³¹⁴

Introdução: A educação pós-COVID-19 apresenta desafios complexos, exigindo dos professores adaptação e suporte emocional para lidar com mudanças no ambiente escolar e nas necessidades dos alunos. Este trabalho aborda a desmotivação dos educadores de uma escola estadual em Porto Velho, identificada pela coordenadora pedagógica após o período pós-COVID-19. O objetivo desse pré-projeto busca compreender o impacto das mudanças pós-pandemia nas relações e bem-estar dos professores, visando identificar fatores que possam estar contribuindo para sua desmotivação. Método: Observação Participante: Acompanhamento dos professores em diversas áreas da escola, registrando interações, condições físicas e materiais, além de anotações sobre comportamentos e clima geral. Entrevistas Semiestruturadas: Realização de entrevistas descontraídas com os professores para discutir desafios, motivações e melhorias no trabalho, registrando detalhadamente as respostas para análise qualitativa. Roteiro de Observação: Elaboração de um guia detalhado para observar a estrutura física da escola, dinâmica das aulas e interações entre professores e alunos. Roteiro de Entrevista: Desenvolvimento de um roteiro semiestruturado, flexível

³⁰⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: pamela.macedo@sou.fcr.edu.br

³⁰⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: criscia.silva@sou.fcr.edu.br

³⁰⁹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: marcio.coutinho@sou.fcr.edu.br

³¹⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: lucineia.asano@sou.fcr.edu.br

³¹¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: fabrcio.juca@sou.fcr.edu.br

³¹² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: isabelli.perdigao@sou.fcr.edu.br

³¹³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: camila.castro@sou.fcr.edu.br

³¹⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: aina.feitosa@fcr.edu.br

para explorar temas emergentes, contendo perguntas abertas e fechadas relacionadas aos objetivos do estudo. Ferramentas de Registro: Utilização de ferramentas adequadas, como cadernos de anotações, filmagens e registros fotográficos, para registrar observações e respostas dos professores durante as entrevistas. Equipe de Pesquisa: Coordenação e alinhamento da equipe com os objetivos e procedimentos do estudo, visando compreender as causas da desmotivação dos professores e criar um ambiente escolar mais acolhedor. Registro Da Intervenção Marco Teórico: Há algumas décadas o trabalho do magistério era envolto em uma atmosfera de auspiciosidade e otimismo, onde o reconhecimento do profissional era garantido social e culturalmente. Hodiernamente, não raro são os relatos de agressões contra professores e a ocorrência de greves desta categoria reivindicando melhoras salariais e condições de trabalho. Neste contexto, o período pós pandemia da COVID-19 revolucionou o mundo, trazendo muitas modificações na maioria dos setores de forma abrupta. Destaca-se, dentre todos, a educação, sendo o mais afetado, desde o ensino básico ao universitário; docentes, discentes, gestores e comunidade em geral, foram todos surpreendidos, sendo obrigados a se adaptar rapidamente a todas essas mudanças e a incluir recursos tecnológicos, muitas vezes desconhecidos pela maioria, no âmbito educacional, sem formações e recursos para tais mudanças (RODRIGUES et al., 2020). Ante ao exposto foi elaborado o presente trabalho, para acompanhar e observar in loco o trabalho desenvolvido pelos professores na escola RIO BRANCO, com o objetivo de receber dos mesmos, informações acerca da possível desestimulação profissional que assola e se amplia na categoria, e assim, fornecer algum tipo de suporte emocional para apoiá-los.

Discussão E Considerações Finais: Após as observações efetuadas nas salas de aula e entrevistas individuais com os professores, foi proposto um encontro conjunto com a equipe pedagógica da escola, a fim de recebermos informações gerais acerca do panorama psicossocial dos professores, buscando identificar suas dificuldades profissionais de cunho psicológico que estariam influenciando negativamente na atuação. Foi oportunizado aos professores expressarem suas angústias e preocupações, além das impressões acerca da contemporaneidade do trabalho, dinâmica que visivelmente causou certo conforto e alívio. Conforme esperado, a falta de apoio técnico para evolução profissional, a elevada carga horária, falta de compromisso por parte da maioria dos alunos, somada ao uso desregulado dos aparelhos celulares estavam entre os principais motivos da desmotivação profissional. Após a dinâmica foi oferecido um Coffe break para confraternização entre a equipe discente, com a participação de demais

funcionários da escola, promovendo uma maior aproximação entre todas as instâncias da instituição.

Palavras-chaves: Desmotivação docente; Educação pós-pandemia; Suporte emocional aos professores.

REFERÊNCIAS:

CORDEIRO, Marcus Vinicius Cruz; COELHO, Nágila Batista; SARAIVA, Piedley Macedo; RODRIGUES, Tayronne de Almeida; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. **Os Novos Desafios dos Professores de IES no Pós Pandemia: Um Estudo Realizado Com Docentes das Instituições de Ensino Superior de Juazeiro do Norte -Ceará.** Id on Line Rev. Mult. Psic., Outubro/2020, vol. 14, n.52, p.703-717.ISSN: 1981-1179. Recebido: 20/10/2020; Aceito: 23/10/2020.

SANTOS, D. R. dos; OLIVEIRA, K. F.; SOARES, Z. C. B. **Desafios enfrentados pelos professores no cenário pandêmico e no pós pandemia: professores e os desafios encontrados em tempo de pandemia.** Research, Society and Development, [S. I.], v. 10, n. 15, p. e02101523083, 2021. DOI: 10.33448/rsd- v10i15.23083. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23083>.

HIGIENE E CUIDADO: PENSAR A SAÚDE MATERNA NA HOSPITALIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Anny Beatriz Afonso Rocha³¹⁵
Beatriz De Pinho Vasconcelos³¹⁶
Filipe Gabriel Ramos Silva³¹⁷
Juliana Rodrigues Pullig³¹⁸
Maria Eduarda Lima De Freitas³¹⁹
Nicole Da Silva Albuquerque³²⁰
Yasmim Da Silva Borges³²¹
Ainá Barbosa Feitosa³²²

Introdução: Um ambiente hospitalar evoca uma gama complexa de sentimentos entre os presentes. É um local permeado por indivíduos enfermos e acompanhantes exauridos, o que impacta sensivelmente a todos os presentes, sobretudo os pacientes internados e seus cuidadores (Sousa et al, 2009). No Hospital Infantil Cosme e Damião essa realidade se faz presente. Logo na recepção, à entrada do hospital, já é possível ouvir o choro das crianças, e ao percorrer um pouco mais, deparar-se com diversas mães zelando por seus filhos em um ambiente frio e pouco iluminado. Importante destacar que no ano de 2020, devido a pandemia da COVID-19, as salas de recreação foram fechadas para priorizar o distanciamento social e, mesmo após todo esse tempo, ainda não foram reabertas. O presente trabalho teve como objetivo apresentar a importância do psicólogo no acompanhamento das mães e dos cuidadores diante do tratamento da criança no ambiente hospitalar. Visou a compreensão desses sujeitos para se informar, também buscar suporte psicológico e emocional, nesse momento que tanto fragiliza, que é ver o filho em um leito de hospital. Materiais E Métodos: A intervenção foi realizada no Hospital Infantil Cosme e Damião, com foco principal na melhoria do

³¹⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: anny.rocha@sou.fcr.edu.br

³¹⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: beatriz.vasconcelos@sou.fcr.edu.br

³¹⁷ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: filipe.ramos@sou.fcr.edu.br

³¹⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: juliana.pullig@sou.fcr.edu.br

³¹⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: eduarda.freitas@sou.fcr.edu.br

³²⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: nicole.albuquerque@sou.fcr.edu.br

³²¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: yasmim.borges@sou.fcr.edu.br

³²² Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: aina.feitosa@fcr.edu.br

bem-estar físico e mental das crianças internadas, seus progenitores e acompanhantes. O público-alvo inclui principalmente mães, mas também pais, cuidadores e as próprias crianças que estão recebendo tratamento médico. Algumas etapas foram seguidas para concretizar a realização da extensão, são elas: 1) Avaliação - primeira visita ao hospital para identificar as principais necessidades dos pacientes e acompanhantes. Aqui foi notório que se faz necessário o investimento em relação à higiene pessoal e apoio emocional; 2) Planejamento - desenvolvimento de estratégias resolutivas para desenvolver a transmissão de informações educativas sobre a importância do suporte psicológico; 3) Execução - atividade realizada no hospital, em enfermarias indicadas pela própria equipe nosocomial, com o auxílio de cartaz e folder informativo; 4) Acompanhamento e avaliação - monitoramento da eficácia da intervenção e coleta de feedback dos beneficiários para possíveis melhorias. Busca pela devolutiva da instituição. Resultados: Nesse contexto, foram formulados e confeccionados folders psicoeducativos sobre a importância de uma postura ativa diante da hospitalização e tratamento. Também há informações sobre higiene pessoal, cuidado materno e busca pela manutenção da saúde mental. Contatos indicando serviços de atendimento psicológico foram indicados, além de reforçar a existência do Serviço de Psicologia Hospitalar. Realizou-se a entrega dos materiais para cada mãe e/ou cuidador em seis enfermarias, as quais foram disponibilizadas pela instituição. Houve receptividade para esta abordagem e demonstração positiva de compreensão do que foi proposto. Discussão E Considerações Finais: A internação de um filho, especialmente durante a fase da infância, é um evento que marca profundamente a vida de todos. Não só da criança, mas também da família que vivencia momentos dolorosos ao lidar com a hospitalização e tudo o que ela acarreta. Para os pais e cuidadores, a experiência pode ser devastadora, carregada de sentimentos intensos e muitas vezes conflitantes (Calvett et al, 2008). Diante disso, pensar numa formação inicial em Psicologia comprometida com a realidade da Saúde pública na região, é reforçar projetos de extensão como esse, além da preocupação do fazer técnico-científico que promova saúde mental e minimize o sofrimento da criança hospitalizada, bem como dos seus cuidadores.

Palavras-chave: Saúde materna; Higiene hospitalar; Cuidado infantil.

REFERÊNCIAS:

CALVETT, Prisca Ücker, et al. Psicologia da Saúde e criança hospitalizada. Psic:

Revista da Vetor Editora, v. 9, n. 2, dec., 2008, p. 229–234, Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142008000200011. Acesso em: 18 abr. 2024.

Rondônia. **Quem é Quem**. Secretaria Estadual de Saúde. Porto Velho, 2024. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/sesau/sobre/quem-e-quem/>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

Sousa, Elzalina Santos de et al. **A importância do psicólogo no tratamento de crianças hospitalizadas**. 2009. Disponível em: <https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/504.%20a%20import%C2ncia%20do%20psic%D3logo%20no%20tratamento%20de%20crian%C7as%20hospitalizadas.pdf> . Acesso em: 18 abr. 2024.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ACOMPANHAMENTO DO ESTADO EMOCIONAL DE HOMENS DIANTE DO DIAGNÓSTICO DE CÂNCER NA PRÓSTATA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

Jucimar Rodrigues Da Cunha Pullig³²³
Djuliane Maria Gil Schaecken Rosseti³²⁴

O câncer no Brasil demanda uma abordagem integrada na prevenção, diagnóstico precoce e acesso a tratamentos inovadores. Segundo informações do Instituto Nacional de Câncer (Inca, 2022), o câncer de próstata encontra-se atualmente na segunda colocação dentre os tipos mais constantes da doença no Brasil, após os cânceres de pele. O diagnóstico da doença pode impactar emocionalmente o paciente, desafiando sua resiliência e necessitando de um suporte abrangente para lidar com as complexidades físicas e emocionais. Neste cenário emerge a necessidade de compreender como o estado emocional influencia a percepção do diagnóstico de câncer de próstata e como esse impacto pode se manifestar, seja de maneira positiva ou negativa, na vida do indivíduo diagnosticado. Desse modo, definiu-se como objetivo geral investigar o papel do psicólogo no acompanhamento do estado emocional de homens diante do diagnóstico de câncer na próstata no município de Porto Velho-RO. Os objetivos específicos consistem em descrever os conceitos relacionados ao câncer de próstata e as emoções que surgem no homem ao receber o diagnóstico, contextualizar o papel do psicólogo no acompanhamento emocional desses pacientes e compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos homens para lidar com suas emoções após o diagnóstico. A metodologia adotada foi qualitativa, permitindo uma imersão mais profunda no ambiente de estudo. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente, gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra. A todos os participantes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram entrevistados quatro homens com diagnóstico de câncer na próstata e dois psicólogos que atuam junto aos pacientes diagnosticados. Após a coleta de dados nas entrevistas com os homens constatamos que: no que diz respeito às estratégias de enfrentamento, observou-se que cada um tem a sua peculiaridade e maneiras de enfrentar a situação. Entende-se que estratégias de

³²³Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:jucimar.pullig@sou.fcr.edu.br

³²⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail:djuliane.rosseti@fcr.edu.br

enfrentamento diante da enfermidade são as ações que as pessoas utilizam para lidar com o momento que estão vivenciando, seja com as consequências físicas, emocionais e sociais. É válido ressaltar que cada pessoa lida com a enfermidade e suas emoções de forma única, e o apoio psicológico pode ser um recurso valioso para auxiliar no processo de enfrentamento e adaptação à nova realidade. No que tange às entrevistas com os psicólogos verificou-se que: o papel do psicólogo no acompanhamento emocional de homens com diagnóstico de câncer de próstata é primordial, pois auxilia o paciente e seus familiares a lidar com as emoções que surgem após o diagnóstico e durante o tratamento. Constatou-se que através das intervenções individualizadas, os psicólogos ajudam os indivíduos a enfrentar os desafios emocionais que surgem após o diagnóstico, promovendo resiliência e bem-estar. Embora a importância do acompanhamento psicológico seja amplamente reconhecida na literatura, os entrevistados demonstraram relutância ou falta de percepção da necessidade deste suporte. Assim sendo, entende-se que o reconhecimento da relevância do suporte psicológico e a implementação de estratégias para melhorar a adesão ao tratamento são passos fundamentais para o avanço no cuidado oncológico.

Palavras-chave: Câncer de próstata; Acompanhamento psicológico; Estratégias de enfrentamento.

REFERÊNCIAS:

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Estatísticas do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br>. Acesso em: [data de acesso].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Oncológica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/politica-nacional-de-atencao-oncologica> .

CARVALHO, S. M. et al. **O impacto emocional do diagnóstico de câncer de próstata e a importância do suporte psicológico**. *Revista Brasileira de Psicologia em Saúde*, v. 25, n. 2, p. 115-132, 2021.

DO AMOR A DOR: A VIVÊNCIA DO LUTO PELOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA UTI DO HOSPITAL JOÃO PAULO II NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO

Jussara Viana De Mattos³²⁵
Djuliane Maria Gil Schaeken Rosseti³²⁶

Introdução: As sociedades compreendem a morte de formas diferentes e isso influencia em como ela irá lidar com o luto. Pacheco (2002) traz em sua obra que a forma com que se reage à morte depende de múltiplos fatores que se associam diferentemente entre si e se relacionam com aspectos espaço-temporais, socioculturais, pessoais e educacionais. O ser humano busca controlar a morte, porém a falta de domínio e a compreensão da finitude da vida acarreta sofrimentos e angústias. Os marcos do desenvolvimento tecnológico na área da saúde em ambientes hospitalares mostram essa fragilidade. Freud (1930/1996 e, p.96) afirma em sua obra que “através de cada instrumento, o homem recria seus próprios órgãos, motores ou sensoriais, ou amplia os limites de seu funcionamento”. A exemplo disso, observa-se os avanços nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) que, segundo Fattore (2017, p.82), “há a presença real da incerteza sobre a continuidade da vida”. Pouco se conhece sobre a atuação do psicólogo dentro do ambiente hospitalar. É possível que muito desse desconhecimento se dê pelo fato de ser uma área relativamente nova surgindo dúvidas (Moreira; Martins; Castro, 2012). Juntamente a equipe multidisciplinar, presta apoio e escuta acolhedora à tríade família-paciente-equipe (Kovács, 1992). A Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) N° 7 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), vem mostrar o papel dos profissionais que devem atuar na UTI. Então como objetivo geral pretende-se investigar como se dá o processo de luto em psicólogos atuantes na UTI. Tendo como objetivo específico: Contextualizar a atuação do psicólogo em ambiente de UTI; descrever as manifestações do luto entre profissionais de psicologia atuantes em UTI; e compreender como as vivências da morte impactam no serviço prestado pelo psicólogo no ambiente de UTI. Referencial Teórico: As Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), antes chamadas de “salas de recuperação”, surgiram na metade do século XX por conta da guerra e compreendiam o local em que pacientes eram conduzidos no pós-operatório de

³²⁵ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: jussara.mattos@sou.fcr.edu.br

³²⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: djuliane.rosseti@fcr.edu.br

grandes cirurgias (Santos, 2009). Kovács (1992, p.233) levanta questionamentos acerca do quanto o psicólogo está preparado para lidar com a realidade dos hospitais, afinal “não é possível transplantar uma experiência de consultório privado para hospitais”. O psicólogo atuante dentro do ambiente hospitalar deve ter flexibilidade quanto a setting terapêutico, pois, segundo a autora, este vai além do consultório, envolvendo atendimento domiciliar e hospitalar, contendo os recursos adequados. O modelo de atendimento se mostra diferente em ambiente hospitalar, possuindo assiduidade maior, sessões mais longas e muitas vezes não verbais. O profissional nesse ambiente lida diretamente com a morte, situação a qual não tem contato tão direto no ambiente clínico. A morte é um processo inevitável, e, em alguns casos, natural. De acordo com (Freud, 1915, p.290), “no fundo, ninguém acredita em sua própria morte, ou, o que vem a ser o mesmo, no inconsciente, cada um de nós está convencido de sua imortalidade”. Alguns indivíduos em muitos momentos optam por não pensar ou até mesmo falar sobre a própria morte, embora saiba que o fim da vida é inevitável. Kübler-Ross (1981) descreveu os 5 estágios do luto em seu livro "Sobre a Morte e o Morrer", são eles: Negação; Raiva; Barganha; Depressão; e Aceitação. Embora as pessoas passem por esses estágios, nem todas experimentam nesta ordem ou da mesma forma. Metodologia: A fundamentação metodológica adotada nesta pesquisa partirá de uma investigação científica, de caráter qualitativo e descritivo (Gil, 2002). A pesquisa será feita no Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II, localizado em Porto Velho – RO, uma vez que este é o local de referência para cuidados intensivos, e terá como público-alvo os psicólogos que prestam serviços aos pacientes internados na UTI. Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, está previsto no cronograma a submissão deste estudo no Comitê de Ética em Pesquisa. Deste modo, a coleta dos dados será realizada no 2º semestre do ano de 2024. Para tal, utilizar-se-á como instrumento a entrevista semiestruturada. As informações colhidas serão observadas à luz da Análise do Conteúdo, que tem como objetivo analisar e interpretar conteúdos tanto visuais, como textuais e outros. De acordo com Laurence Bardin (2016), este método conta com 5 passos: 1) Organização da análise; 2) Codificação; 3) Categorização; 4) Inferências; e 5) o tratamento informático. Entende-se que esta pesquisa tem potencial para ampliar o conhecimento a respeito dos possíveis riscos psicossociais que os psicólogos convivem e contribuir para a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida desse indivíduo.

Palavras-chave: Luto profissional; Psicologia hospitalar; Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

REFERÊNCIAS:

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MOREIRA, D. S.; MARTINS, C. B. G.; CASTRO, E. K. **A atuação do psicólogo em hospitais: desafios e possibilidades**. *Revista Psicologia Hospitalar*, v. 10, n. 1, p. 45-53, 2012.

PACHECO, P. **Morte e Sociedade: Uma abordagem cultural**. São Paulo: Editora XYZ, 2002.

SANTOS, J. L. **História das Unidades de Terapia Intensiva**. *Revista Brasileira de História da Medicina*, v. 3, n. 1, p. 25-32, 2009.

TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO (TOC): UM OLHAR SOBRE O AUMENTO DE SINTOMAS E DIAGNÓSTICOS APÓS O PERCURSO PANDÊMICO DO COVID-19

Laura Isabel Lins Brito³²⁷
Djuliane Maria Gil Schaeken Rosseti³²⁸

Introdução: O grupo Coronavírus é composto por uma ampla quantidade de vírus que variam desde o resfriado mais simples a enfermidades com maior gravidade (OMS, 2020). O processo pandêmico perdurou em emergência durante 3 anos, nos quais foram feitos isolamentos sociais simultâneos de milhões de pessoas. Segundo um estudo da Universidade de Oxford, o qual foi publicado na revista *The Lancet Psychiatry*, 34% dos pacientes já restabelecidos da Covid-19 foram diagnosticados posteriormente com problemas de cunho psiquiátrico ou neurológico. Dentre os diagnósticos estão: ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, esquecimento, cansaço e névoa mental. Pode-se ter ainda mais casos psicológicos não diagnosticados, uma vez que os impactos após as situações de emergência podem ser vistos e mensurados após anos do ocorrido (KOLA et al., 2021). A partir desses dados sobre o adoecimento mental, essa pesquisa tem como finalidade responder a seguinte problemática: “Como o isolamento social e o processo de cuidados diários podem ter sido um evento desencadeante de sintomas e diagnósticos do Transtorno obsessivo-compulsivo?”. Tem-se por objetivo analisar a incidência de sintomas e diagnósticos de Transtorno obsessivo-compulsivo após a pandemia do Covid-19 e a atuação do profissional de psicologia em relação ao transtorno. Referencial Teórico: Renedo, Beltran e Valero (2007, p.31) definem a emergência como “um fenômeno ou acontecimento inesperado e desagradável por causar danos ou alterações nas pessoas, nos bens, nos serviços ou no meio”. O Covid-19 ainda não havia sido identificado em seres humanos, tornando-se algo totalmente incomum, tanto para a ciência como para as formas de lidar com o vírus. O Brasil totaliza atualmente 38.823.186 milhões de casos diagnosticados dentre 211 milhões de habitantes, o que equivale a 18% da população brasileira as quais testaram positivo para o vírus. Consta, ainda, o quantitativo de 712.349 mil óbitos pelo vírus da Covid-19,

³²⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: laura.brito@sou.fcr.edu.br

³²⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: djuliane.rosseti@fcr.edu.br

sendo o 2o país com maior número de óbitos (BRASIL. Ministério da Saúde, 2024). Estudos da Organização Mundial da Saúde (2022) já evidenciam a influência de adoecimento mental causado após situações de emergência: O fardo das perturbações mentais entre as populações afetadas por conflitos é extremamente elevado: a análise da OMS de 129 estudos em 39 países mostrou que entre as pessoas que viveram guerras ou outros conflitos nos últimos 10 anos, uma em cada cinco pessoas (22%) terá depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno bipolar ou esquizofrenia (1). É importante examinar antecipadamente os fatores de risco que tornam uma pessoa suscetível ao desenvolvimento de um transtorno. Dentre esses fatores, pode ocorrer uma variação de acordo com o nível da pessoa no ciclo de vida, a história de vida subjetiva de cada um, seus métodos de enfrentamento, aspectos culturais, rede de apoio, acesso às redes de saúde, e sua faixa etária. (Whitbourne & Meeks, 2011). Um dos aspectos que foram desenvolvidos no percorrer da pandemia foi o medo intenso. O medo é considerado uma das emoções básicas do ser humano, o qual possui tanto aspectos funcionais, quanto aspectos disfuncionais. Esse medo pode se desenvolver em uma maior escala, a qual denominamos de patológico, que são sustentados por uma crença e conduta, geradas por compulsões e obsessões. (Rachman, 2004) Outro aspecto foi um ritual comportamental de limpeza o qual se assemelha quando comparado a compulsividade (comportamento) de limpeza do Transtorno obsessivo-compulsivo, o qual é caracterizado por obsessões e compulsões, as obsessões sendo os pensamentos repetitivos e sem controle, e as compulsões os comportamentos que conseguimos observar, que buscam aliviar os pensamentos. Podem ter diferentes temas como: limpeza, simetria, danos, pensamentos tabus como sexualidade, alimentação e acumulação. (Dalgarrondo.2008) Metodologia: Para atender aos objetivos estabelecidos, no segundo semestre de 2024 será realizada uma Revisão Sistemática da Literatura, uma vez que esta proposta metodológica favorece o reconhecimento de evidências da prática clínica (Sampaio; Mancini, 2007), o que se mostra de grande valor no campo da psicologia. Para tal, serão utilizados os descritores “Transtorno obsessivo-compulsivo” e “covid-19”. A pesquisa será realizada nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS), Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Até o presente momento, tem-se como resultado 9 artigos no total, o qual pode haver modificações até a conclusão dessa pesquisa. Almeja-se que essa pesquisa possa contribuir com dados acerca dos impactos na saúde mental após a pandemia, assim como as intervenções atuais utilizadas para o

manejo desses casos no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC). Pandemia de COVID-19. Impacto na saúde mental.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados sobre a COVID-19 no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.saude.gov.br>.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KOLA, L. et al. **Mental health during the COVID-19 pandemic**. *The Lancet Psychiatry*, v. 8, n. 5, p. 411-427, 2021.

RACHMAN, S. **The Fear of Contamination: Assessment and Treatment**. New York: Oxford University Press, 2004.

CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS CAUSADAS NOS ACADÊMICOS PÓS PERÍODO PANDÊMICO

Sarah Silva³²⁹
Geovanna Cunha³³⁰
Fabio Abib Hecktheuer³³¹

Introdução: O presente projeto de pesquisa visa orientar as consequências emocionais acarretadas pela COVID - 19, e especificamente nos prejuízos emocionais causados na saúde emocional dos acadêmicos do ensino superior durante e após o período pandêmico. Considerada uma emergência de saúde pública que afetou todas as esferas e classes da sociedade, obrigando as pessoas a criarem novos hábitos para continuarem suas vidas. A ansiedade e depressão se manifestam como problemas influentes entre os acadêmicos, com um aumento alarmante nos relatos de problemas de saúde mental. Tendo como objetivo geral investigar o impacto da pandemia do COVID-19 na saúde mental dos estudantes universitário, analisar os padrões de uso de dispositivos móveis e sua relação com sintomas melancólicos ou ansiosos durante e após pandemia e correlacionar o stress relacionado a pandemia com a qualidade de sono e sua influência no desempenho acadêmico dos participantes. Referencial Teórico: Diante do cenário caótico que nos acometeu em 2019 devido a pandemia da COVID -19, existe ainda uma incompreensão dos quais impactos venham a ser concebidos, principalmente no que tange o ensino-aprendizagem, especificamente nos acadêmicos de curso superior. As mudanças no desenvolvimento são adaptativas, sistemáticas e organizadas, e refletem essas situações internas e externas ao indivíduo que tem que se adaptar a um mundo em que as mudanças são constantes (PAPALIA e FELDMAN, 2013). Com o elevado tempo de isolamento acentuou-se o impacto na saúde tanto física quanto mental dos acadêmicos. Dentre tantos impactos nas mais diferentes esferas, no aumento do sofrimento mental dos estudantes, manifesto pelo desencadeamento ou piora de problemas como solidão, ansiedade, depressão, drogadição, estresse pós-traumático, entre outros (Gundim et al., 2021). Assim, evidencia-se a investigação e construção de conhecimento nesta área para o desenvolvimento de estratégias voltadas a uma tentativa de superação deste período. Metodologia: Foi utilizado um questionário (Formulário

³²⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: sarah@sou.fcr.edu.br

³³⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: geovanna.cunha@sou.fcr.edu.br

³³¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

Google Forms), onde utilizamos onze variáveis no total, sendo quatro variáveis qualitativas e sete variáveis quantitativas. O questionário foi aplicado nos acadêmicos dos cursos de direito da Faculdade Católica de Rondônia, a coleta desses dados se fez necessária para investigar como os acadêmicos estão lidando com possíveis impactos causados em sua saúde mental. Resultados e Discussões: A pesquisa colheu dados dentro de um universo amostral de 35 acadêmicos entre homens, mulheres e outros que tinham entre 18 e 47 anos, o objetivo era entender melhor como esses jovens adultos se comportam dentro dessa nova realidade pós pandemia e para isso o formulário teve que abranger questões que delimitaram esse tema aos fatores emocionais dos acadêmicos. Diante disso os questionamentos iniciais foram sobre faixa etária e gênero para delimitar o público atingido pela pesquisa, em seguida houve um aprofundamento no tema entendendo melhor fatores como sono, concentração, irritabilidade, melancolia, notas, uso do celular, exercícios físicos estão sendo afetados pelo período pandêmico. O primeiro item de extrema relevância foi horas de sono perdidas por noite em uma escala de 0 a 10, 42,3% dos entrevistados perdem de 3 a 5 horas de sono, outro elemento que se destaca foi a concentração afetada em uma escala de 0 a 10 onde mais de 50% dos entrevistados afirmaram sim ter sido afetada em um nível de 5 a 7 na escala. Diante disso outro elemento afetado foram as suas notas onde 68,5% estão com suas médias variando entre 5 e 8, apenas 31,5% possuem médias entre 8,5 e 9. Quando a sua irritabilidade mais de 68% afirmaram “sim” sobre se sentir mais irritados após o período, além disso 77,1% deles atestaram se encontrar em estado de melancolia o que culmina em outro fator estudado, o uso do celular. Este conforme os dados obtidos na pesquisa aumentaram em 62,9% onde eles afirmam ter um “crescimento significativo” mais o fato de que 31,4% dormem com o celular “Muito Próximo” e 28,6% com ele “Próximo”, ou seja, mais de metade dos indivíduos participantes da pesquisa usam de forma exacerbada o telefone móvel em contrapartida apenas 27,3% deles pratica atividade física evidenciando como esse espaço amostral tem se comportado a respeito desses fatores. Conclusão: Com base nos resultados obtidos é possível concluir que dos 35 indivíduos que responderam o questionário, o gênero mais afetado pelo período pandêmico foram mulheres com uma faixa etária entre 18 a 23 anos. Além disso, o uso do celular aumentou significativamente indicando que a propensão ao vício no aparelho móvel foi intensamente prospectada devido a realidade deles naquele período onde todos estavam reclusos em suas casas sem maiores interações externas, outro fator notado foi a diminuição significativa da prática do exercício físico um elemento

também afetado devido ao isolamento, e foi diante dessa realidade que um dos principais reguladores do ciclo circadiano dos seres humanos, o sono ficou gravemente prejudicado e um dano que se estende aos dias de hoje praticamente três anos após o período pandêmico. A ausência dessa regulação afetou diretamente a concentração nos estudos, uso excessivo do celular, o estresse causado pela ocasião, o sedentarismo, culminaram em uma população com alto índice de melancolia, irritabilidade e redução das suas médias acadêmicas.

Palavras-chave: Saúde mental pós-pandemia; Estudantes universitários; Impacto emocional do COVID-19.

REFERÊNCIAS:

MANICA, Guilherme Bulcão. **O Impacto da Pandemia de COVID-19 na Saúde Mental de Estudantes Universitários: O Efeito Mediador do Capital Psicológico.** Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Nov, 2021. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24369/1/master_guilherme_bulcao_manica.pdf

MALAFAIA, Jamile Rodrigues. COSTA, Alessandra Ferreira. MARTINS, Maria das Graças Teles. COVID-19: Impacto Psicológico em Estudantes Universitários. **Revista Ibero**, v8, n11. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7687/2935>

GUDIM, Vivian Andrade. **Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de covid-19.** Revista baiana enferm., 35, pp.1-14. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100505

PAPALIA. Diane E. FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre Artmed. Disponível em: <https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf>

INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO E NA AUTOESTIMA

Karina Oliveira³³²
Ana Paiva³³³
João Lemke³³⁴
João Zimmermann³³⁵
Glady Moraes³³⁶
Fabio Abib Hecktheuer³³⁷

Introdução: O presente projeto de pesquisa visa identificar a frequência de pessoas da Faculdade Católica de Rondônia, que sentem o impacto das redes sociais na saúde mental, abordando a autoestima e autoimagem. Dentro do nosso contexto atual, marcado pelo avanço tecnológico, as redes sociais se destacam e influenciam significativamente a vida das pessoas. De acordo com Boyd & Ellison (2007), as redes sociais foram interpretadas como sistemas que permitem a construção e exposição de indivíduo através de um perfil ou página pessoal, permitindo a interação de usuários. Como já se diz no tema do nosso trabalho, o foco de pesquisa se dá pelo impacto negativo do uso das redes sociais, dando ênfase na Saúde Mental, sobretudo, na perspectiva da autoimagem e autoestima . Atualmente, é comum as pessoas se comparam umas com as outras, com base no que exposto nas redes sociais, que ao projetar o ideal de felicidade, em um corpo e estilo de vida, muitas vezes distantes da realidade, cria-se a armadilha perfeita que pode dificultar a relação com o próprio corpo e com a vida, trazendo prejuízos a saúde mental (SANTOS, 2016). Muito se fala sobre o lado positivo do uso das redes sociais, mas pouco se discute sobre o uso excessivo e seu impacto negativo na Saúde Mental dos usuários. Isso pode contribuir para problemas como ansiedade, depressão e baixa autoestima, devido à constante comparação social e ao cyberbullying. Esses fatores influenciam na distorção da realidade, já que muitos conteúdos são editados, levando a expectativas falsas sobre a vida e o corpo. Sendo

³³² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: karina.oliveira@sou.fcr.edu.br

³³³ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: anac.paiva@sou.fcr.edu.br

³³⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: joao.lemke@sou.fcr.edu.br

³³⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: joao.zimmermann@sou.fcr.edu.br

³³⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: glady-moraes@sou.fcr.edu.br

³³⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

assim, tendo como base para escolha do problema “O Impacto das redes sociais na Saúde Mental: autoestima e autoimagem”. Referencial Teórico: Boyd & Ellison (2007) definem redes sociais online como plataformas que permitem aos usuários criar perfis pessoais, interagir com outros usuários e construir redes de conexões. Estas plataformas proporcionam um espaço onde indivíduos podem expressar sua identidade e receber feedback social. A autoestima refere-se à avaliação subjetiva da própria valia pessoal (Rosenberg, 1965). É influenciada por fatores como conquistas pessoais, feedback social, comparação interpessoal e a auto imagem digital é a representação que os indivíduos criam de si mesmos nas redes sociais, muitas vezes idealizada e editada para corresponder a padrões de beleza e sucesso social (Buffardi & Campbell, 2008). As redes sociais facilitam comparações sociais entre usuários, levando a um aumento na comparação de realizações, aparências físicas e estilo de vida, levando à diminuição da autoestima. Está claro também que a exposição ao cyberbullying nas redes sociais pode resultar em danos significativos à autoestima e à saúde mental dos indivíduos, exacerbando sentimentos de inadequação e isolamento (Tokunaga, 2010). Entretanto, é essencial que as pessoas estejam preparadas para o uso das plataformas digitais de forma assertiva, repensando a influência delas, podendo levar a mudanças significativas, como problemas de saúde mental, ansiedade e depressão e cyberbullying.

Metodologia: Foi utilizado um questionário desenvolvido por meio da plataforma Google Forms. O questionário foi projetado para coletar dados relacionados a 10 variáveis distintas, totalizando dez perguntas, sendo cinco qualitativas e cinco quantitativas. O objetivo era garantir que as perguntas fossem claras e relevantes para o tema, permitindo a coleta de dados significativos sobre as variáveis selecionadas. Após a finalização do questionário, este foi disponibilizado ao público-alvo através de um link compartilhado pelo Google Forms. O questionário foi aberto para respostas até atingir um total de 35 participantes. Para as perguntas quantitativas, foram utilizados métodos estatísticos básicos para resumir e descrever os dados. As perguntas qualitativas foram analisadas através de categorização temática, permitindo a identificação de padrões e tendências nas respostas.

Resultados E Discussões: A amostra desta pesquisa revelou um conjunto ordenado de dados realizando tabelas para cada pergunta, com os dados expostos em ordem crescente. É possível observar na primeira tabela a pergunta: "Qual a sua idade?" A distribuição etária dos respondentes com uma maior concentração de indivíduos entre 18 e 26 anos (71,42%). Esse dado é relevante pois sugere que a amostra tem uma grande representação da geração jovem

adulta, que é notoriamente mais engajada com o uso de redes sociais. Por outro lado, a baixa representatividade de faixas etárias mais altas (34 a 42 anos e 50 a 58 anos) pode indicar um menor interesse ou menor uso dessas plataformas por parte dessas idades. Seguindo a ordem da tabela a segunda pergunta: "Qual gênero você se identifica?", a predominância de respostas femininas (77,14%) pode refletir uma maior predisposição das mulheres em participar de pesquisas relacionadas ao impacto social e psicológico das redes sociais. Em relação à pergunta "Quanto você acredita que a rede social afeta a autoestima?" A percepção é de que as redes sociais afetam significativamente a autoestima (42,85%) é um dado preocupante, pois indica que quase metade dos participantes sente um impacto negativo direto dessas plataformas em seu bem-estar emocional. Esse fenômeno pode estar associado ao constante confronto com padrões irreais de beleza e sucesso, amplamente difundidos nas redes sociais. Na tabela 4: "Quanto você utiliza as redes sociais?" A frequência de uso das redes sociais também é um dado digno de nota, com 40% dos respondentes usando essas plataformas frequentemente. Este alto uso está correlacionado com uma grande proporção de indivíduos que desativaram suas contas para proteger sua saúde mental (54,29%). Esse comportamento sugere uma conscientização crescente sobre os efeitos negativos do uso excessivo de redes sociais, mas também destaca a dificuldade de se manter distante dessas plataformas. A pesquisa revelou que 28,55% dos participantes já enfrentaram situações de cyberbullying ou comportamentos negativos nas redes, embora a maioria (71,45%) não tenha passado por essas experiências, o número significativo daqueles que relataram problemas evidencia a necessidade de medidas mais eficazes para combater esse tipo de abuso online. Em relação à pressão para manter uma imagem idealizada nas redes sociais, foi sentida como "Às vezes" por 48,57% dos participantes, enquanto 8,57% afirmaram que quase nunca sentiram essa pressão. Este dado sugere que a maioria das pessoas experimenta, em algum grau, a pressão para conformar-se a certos padrões sociais, o que pode ter implicações negativas para a autoestima e a saúde mental. Já sobre a influência das redes sociais no comportamento foi percebida como "Às vezes" por 40% dos respondentes, e 37,14% acreditam que essas plataformas promovem uma cultura de comparação que resulta em baixa autoestima. Esses dados reforçam a ideia de que o uso das redes sociais está intimamente ligado à forma como os indivíduos percebem a si mesmos e suas vidas, muitas vezes de maneira negativa. Conclusões: Os resultados foram satisfatórios. Podemos identificar que as pessoas da Faculdade Católica de Rondônia, responderam que já tinham um conhecimento sobre o

assunto e conseguiram identificar a influência das redes sociais em sua vida. Por meio de uma apresentação feita em sala, foi possível uma maior conscientização do acadêmico sobre o tema em si. Sendo assim foi realizável levar o conhecimento acerca da importância de saber sobre a influência das redes sociais, assim como analisar a forma como as pessoas se portam nesse contexto.

Palavras-chave: Redes sociais; Autoestima; Saúde mental.

REFERÊNCIAS:

MATOS, T. S. Q., & Costa de Oliveira, M. C. (2022). **A influência das redes sociais na autoestima de adolescentes**. *Anima Educação*. Retrieved from Garcia, E., & Martinez, F. (Year). *Social Media Influence on Human Behavior: A Sociocultural Perspective*. *Journal of Cultural Studies*, 30(4), 189-201.

IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 9(3), 851–862. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i3.8724>

SANTOS, Tânia Cristina Alves dos; RODRIGUES, Karen Lúcia Abreu. **IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM**. *Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 851–862, 2023. DOI: 10.51891/rai.v9i3.8724. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8724>. Acesso em: 23 abr. 2024.

**A RESPONSABILIDADE DO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA DA
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA NA CRIAÇÃO E
DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDOS INADEQUADOS EM MÍDIAS
SOCIAIS: LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO**

**Ana Guimarães³³⁸
Eliana Carvalho³³⁹
Flávia Silva³⁴⁰
Júlia Cavalcante³⁴¹
Raíssa Fernandes³⁴²
Fabio Abib Hecktheuer³⁴³**

Introdução: O presente projeto de pesquisa visa mapear conteúdos inadequados de psicologia que são divulgados nas redes sociais, além de conscientizar o acadêmico sobre os prejuízos da divulgação de informações falsas para o público, e como a replicação dessas informações pode prejudicar a reputação não apenas do acadêmico que as fez como também da instituição de ensino a qual está inserido que pode responder por seus atos, surgindo assim a necessidade de trazer referências positivas, verídicas e que estejam de acordo com as normas e critérios do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Portanto, a atividade apresentada tem como objetivo: Promover informações de uma conduta ética para estudantes de psicologia que utilizam as redes sociais e instruí-los sobre sua responsabilidade na divulgação de conhecimento da área em redes sociais e mapear conteúdos inadequados de psicologia que são divulgados nas redes sociais. Referencial Teórico: O processo de aprendizagem no meio acadêmico, as mídias sociais, como Facebook, WhatsApp e Instagram, oferecem meios e oportunidades para a construção de conteúdos educacionais (MARTORELL et al., 2016). Entretanto, é essencial que discentes e docentes estejam preparados para o uso dos recursos digitais de forma assertiva, mensurando os impactos do uso da tecnologia que podem levar a alterações na aprendizagem como, mudança de percepção, memória, atenção e interpretação de texto. Em virtude dos fatos mencionados compreendeu-se

³³⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: ana.guimaraes@sou.fcr.edu.br

³³⁹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: eliana.carvalho@sou.fcr.edu.br

³⁴⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: flavia.nunes@sou.fcr.edu.br

³⁴¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: julia.carvalho@sou.fcr.edu.br

³⁴² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia.
E-mail: raissa.fernandes@sou.fcr.edu.br

³⁴³ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Me. em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: fabio@fcr.edu.br

que, a comunicação e as redes sociais são peças cruciais para a propagação do conhecimento científico que é adquirido no ambiente acadêmico e deve ser usado de forma ética e dentro da normativa. Metodologia: Foi utilizado um questionário (Formulário Google Forms), elaborado com treze variáveis, sendo delimitadas sete variáveis qualitativas nominais, quatro variáveis quantitativas discretas para análise numérica da pesquisa, e por fim duas variáveis quantitativas contínuas para mais atribuições de dados numéricos, onde foi possível analisar o perfil sociodemográfico dos acadêmicos do primeiro e terceiro período do curso de psicologia da Faculdade Católica de Rondônia, e suas preferências de mídias sociais. Resultados e Discussão: A amostra desta presente pesquisa foi dada por conveniência, participando acadêmicos do curso de psicologia do primeiro e terceiro período do turno noturno da Faculdade Católica de Rondônia, de forma voluntária, resultando nos dados coletados de interesse da pesquisa. Ademais os objetivos desta pesquisa com base de inclusão dos participantes determinados foram identificados que: Dentre os acadêmicos do primeiro e terceiro período de psicologia do turno da noite, 36 responderam o questionário, a maioria dos respondentes é do gênero feminino (72,2%), com maioria entre idades de 18 a 19 anos (19,4%). No que se refere à quantidade de redes sociais utilizadas, a maior parte (33,3%) responderam que utilizam três redes sociais, já com relação às mais usadas, têm-se o Instagram com (33,3%) e Whatsapp com (33,3%). A quantidade de tempo que os estudantes dedicam nessas redes sociais é de três horas por dia (33,3%). A pesquisa buscou mapear conteúdos inadequados postados em redes sociais e analisar a conduta e o perfil desses acadêmicos, com isso 97,2% dos respondentes afirmam não produzirem conteúdos de psicologia para as redes sociais, os 2,8% que afirmam produzir, despendem cerca de uma hora por dia para o compartilhamento do conhecimento científico da psicologia. Outro fator importante avaliado foram os conteúdos de psicologia vistos com maior frequência, com 41,7% conteúdos relacionados à ansiedade, e com 22,2% diagnósticos, são os mais visualizados em redes sociais pelos acadêmicos. em uma escala de 0 a 10 em relação ao a importância da divulgação dos conteúdos de psicologia, a maioria (63,9%) avaliou 10 na escala, e em relação a presenciar algum conteúdo antiético nas redes sociais, 83,3% dos respondentes afirmam terem presenciado conteúdos antiéticos postados em redes sociais, os acadêmicos identificaram mais de cinco conteúdos inadequados ou anti éticos relacionados a psicologia (27,8%), que em sua maioria estão relacionados a diagnósticos (8,3%). Conclusões: Os resultados foram satisfatórios. Pode-se identificar

que os estudantes do curso de psicologia da Faculdade Católica já tiveram acesso e conseguiram identificar tais conteúdos inadequados nas redes sociais. Por meio do seminário proposto abordou-se também a conscientização do acadêmico sobre o tema e sua importância, tal como a sua divulgação, sendo assim possível levar o conhecimento acerca da importância da ética profissional no âmbito das mídias sociais, assim como analisar a forma como o acadêmico se porta nas redes sociais.

Palavras-chave: Ética profissional em psicologia. Redes sociais. Divulgação de conteúdo inadequado.

REFERÊNCIAS:

MARTORELL, G.; PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

INTERFERÊNCIAS DAS DISFUNÇÕES EXECUTIVAS NA VIDA DE ADULTOS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

Andria de Castro³⁴⁴

Fernanda de Castro Borges Trindade³⁴⁵

Introdução: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento, de acordo com o Manual Diagnósticos e estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-Texto Revisado (APA, 2023), para o diagnóstico de TDAH, é necessária a persistência dos padrões comportamentais de desatenção/hiperatividade por, no mínimo, seis meses, com interferência direta no funcionamento geral na vida do indivíduo desde a infância. Nesse sentido, indivíduos com TDAH possuem dificuldades na concentração em tarefas de longa duração, além de apresentarem falta de organização, gerenciamento de tempo, foco e autocontrole, os processos mentais responsáveis por auxiliar nessas atividades são chamados de Funções Executivas. Considerando as situações enfrentadas diariamente por adultos com diagnóstico de TDAH, o objetivo deste trabalho é: Analisar como as disfunções executivas interferem na qualidade de vida de adultos com diagnóstico de TDAH.

Referencial Teórico: Conforme Solanto (2011) o TDAH é comumente mais diagnosticado em crianças, porém, quando não identificados e trabalhados, os sintomas persistem até a idade adulta, gerando prejuízos significativos nas mais diversas áreas do funcionamento social desses indivíduos. É possível observar que as funções executivas refletem diretamente na capacidade dos indivíduos em se adaptar ao ambiente ao seu redor, os déficits encontrados em indivíduos com diagnóstico de TDAH ocasiona prejuízos na realização de tarefas diárias que proporcionam uma adaptação ao convívio em sociedade (Barkley, 2011). Doravante, frisamos que “O TDAH produz grande impacto na vida de seus portadores, originando relações interpessoais instáveis e tumultuadas, baixo desempenho acadêmico e profissional, o que resulta em grandes prejuízos no funcionamento familiar e social” (Mota, 2014, p. 46).

Metodologia: O estudo conta com uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo, analisando estudos publicados com a temática. Os estudos foram selecionados nas

³⁴⁴Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:andria.castro@sou.fcr.edu.br

³⁴⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail:fernanda.trindade@fcr.edu.br

seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed, e foram utilizados como descritores os termos “adhd AND executive functions”; “adhd AND adults”; “attention deficit/hyperactivity disorder AND adults”, com recorte temporal entre 2014 a 2024. Foram selecionados 9 artigos que possuem ligação com o tema da pesquisa. Resultados E Discussões: Após feita a análise dos artigos selecionados nas bases de dados, foram selecionados 9 artigos que apresentavam corresponder aos critérios da pesquisa. A análise dos 9 artigos evidenciou que os sintomas do TDAH na vida adulta estão relacionados a disfunções executivas presentes desde a infância e que, à medida que crescem, os adultos se adaptam às demandas impostas. Os estudos apresentam resultados que demonstram como os sintomas do TDAH podem ocasionar prejuízos significativos na vida dos indivíduos, desde a infância até a fase adulta, onde, mesmo que haja diminuição da gravidade, as consequências ainda se mostram presentes. Os estudos que avaliaram as funções executivas apresentam que, com o passar do desenvolvimento e amadurecimento, os indivíduos podem sim se “adaptar”, às exigências da vida adulta, ou até mesmo aprenderem a “internalizar” os sintomas, porém, é evidente que há um comprometimento funcional relacionado a sintomatologia do TDAH. Esse comprometimento, leva a uma pior qualidade de vida, comparado a indivíduos sem TDAH, um ponto importante a ser salientado é a grande ocorrência de prejuízos emocionais e transtornos comórbidos, resultado esse que deve ser levado em consideração ao se pensar em intervenções e tratamentos para adultos com o diagnóstico de TDAH. Conclusões: Os resultados encontrados nas pesquisas demonstram que, de forma geral, o TDAH persiste até a idade adulta, acarretando em interferências significativas na vida desses indivíduos, os estudos apontam para um grave comprometimento funcional em suas vidas. As pesquisas que avaliaram qualidade de vida, encontraram um índice de menor qualidade de vida em adultos com TDAH, comparados a adultos que não têm o transtorno. Por fim, evidencia-se a necessidade de novos estudos dentro da temática do TDAH em pessoas adultas, principalmente em amostras diversificadas e em regiões diferentes.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Funções Executivas; Qualidade de vida em adultos.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5ª ed. rev. Washington, DC: APA, 2023.

BARKLEY, R. A. **Executive Functions: What They Are, How They Work, and Why They Evolved**. New York: Guilford Press, 2011.

MOTA, N. **TDAH: Impactos e Intervenções na Vida Adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

SOLANTO, M. V. **Cognitive Behavioral Therapy for Adult ADHD: Targeting Executive Dysfunction**. New York: Guilford Press, 2011.

A RELAÇÃO ENTRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DIVERSIDADE DE GÊNERO NO TEA EM JOVENS E ADULTOS

Marcos Túlio Da Silva Nina³⁴⁶
Fernanda De Castro Borges Trindade³⁴⁷

Introdução: Este trabalho explora a interseção entre comportamentos de pessoas LGBTQIAPN+ e aquelas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta comunicação e interação social, apresentando padrões de comportamento restritos e repetitivos. A comunidade LGBTQIAPN+ luta por igualdade e inclusão, com um marco histórico significativo na revolta de Stonewall em 1969. A combinação de ser LGBTQIAPN+ e autista apresenta desafios únicos, como dificuldades adicionais em expressar identidade de gênero e orientação sexual. Referencial Teórico: A análise do comportamento entende que este resulta da interação entre o organismo e o ambiente, moldado por três níveis de seleção: filogenético, ontogenético e cultural. O nível filogenético relaciona-se à evolução biológica e comportamentos inatos; o ontogenético refere-se a comportamentos individuais moldados por reforço ou punição; e o cultural abrange comportamentos influenciados por normas sociais. No contexto do TEA, características como dificuldades de comunicação e comportamentos repetitivos são analisadas. A teoria da neurodiversidade valoriza a diversidade neurológica, propondo a naturalização das diferenças individuais. Características do TEA, como sensibilidades sensoriais, pertencem ao nível filogenético, enquanto o histórico de vida molda comportamentos no nível ontogenético. Mudanças ambientais podem ampliar o repertório comportamental e modificar comportamentos inadequados. Compreender esses níveis de seleção proporciona uma visão abrangente de como o comportamento é moldado por fatores biológicos, individuais e culturais. Metodologia: A metodologia utilizada foi exploratória, com o objetivo de compreender o que já foi estudado sobre a relação entre autismo e a comunidade LGBTQIAPN+. Foram realizadas pesquisas nas plataformas SciELO, BDTD e PubMed, focando em artigos publicados entre 2019 e 2023. Utilizando as palavras-chave "Transtorno do Espectro Autista", "LGBTQ+" e "LGBTQIAPN+", foram encontrados 32 artigos na PubMed, todos em inglês. Após a

³⁴⁶Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:marcos.nina@sou.fcr.edu.br

³⁴⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail:fernanda.trindade@fcr.edu.br

leitura dos títulos e resumos, 8 artigos foram selecionados por sua relevância para as temáticas de autismo, sexualidade LGBTQIAPN+, diversidade de gênero e jovens/adultos. Destes, 3 artigos foram considerados diretamente pertinentes à pesquisa proposta. Resultados E Discussões: O artigo 1, de Hillier et al. (2019), investigou quatro pessoas de 20 a 38 anos TEA e LBTQIAPN+ As orientações sexuais variavam entre bissexual/pansexual, lésbica, assexual e graysexual. A pesquisa em grupo, com cinco perguntas, buscou explorar melhor o tema e oferecer apoio. A análise temática revelou que os participantes não se consideravam confusos sobre suas identidades devido ao autismo, mas enfrentavam questionamentos e desrespeito de familiares e amigos. Relataram dificuldades na adolescência por falta de comunicação sobre suas identidades e exclusão por parte das duas comunidades que fazem parte. O artigo 2, de Warriier et al. (2020), examinou jovens transexuais e transgêneros com TEA nos EUA, utilizando dados transversais e longitudinais. O estudo investigou a prevalência de autismo, comportamentos sensoriais e sociais, e traços de condições neuropsiquiátricas, como TDAH, Transtorno Depressivo Maior, Transtornos de Aprendizagem, Transtorno Bipolar, TOC e esquizofrenia. O artigo 3, de Hall et al. (2020), analisou a saúde de 1246 participantes autistas nos EUA em 2018. Focando em autistas LGBTQIAPN+, o estudo encontrou que 35% se identificavam como LGBTQIAPN+ e enfrentavam maiores barreiras de acesso à saúde, taxas mais altas de doenças mentais, pior saúde física e maior incidência de tabagismo comparado a autistas heterossexuais ou cisgêneros. Eles também relataram maior necessidade de cuidados de saúde não atendida e redes de provedores inadequadas, embora apresentassem maiores taxas de conclusão da faculdade. **Conclusões:** Este trabalho realizou uma revisão sistemática da literatura para explorar a interseção entre o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a comunidade LGBTQIAPN+. A pesquisa enfrentou desafios significativos devido à escassez de materiais disponíveis, encontrados predominantemente na plataforma PubMed e todos em inglês, evidenciando a carência de estudos nacionais sobre o tema. Apesar das limitações, os artigos revisados revelaram que esses grupos minoritários não apenas se intersectam, mas também compartilham experiências de discriminação e dificuldades comuns dentro de suas comunidades e na sociedade em geral. Indivíduos autistas frequentemente passam por um intenso processo de autodescoberta, semelhante ao enfrentado por pessoas LGBTQIAPN+ em relação à identidade de gênero e orientação sexual. A representação visível e positiva de pessoas que são simultaneamente autistas e LGBTQIAPN+ é fundamental não apenas para aumentar a

visibilidade desses grupos, mas também para desafiar estereótipos prejudiciais e promover uma aceitação mais ampla e inclusiva na sociedade.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Funções Executivas. Qualidade de vida em adultos.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5ª ed. rev. Washington, DC: APA, 2023.

MOTA, N. **TDAH: Impactos e Intervenções na Vida Adulta**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

SOLANTO, M. V. **Cognitive Behavioral Therapy for Adult ADHD: Targeting Executive Dysfunction**. New York: Guilford Press, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA COM A CRIANÇA AUTISTA NAS TERAPIAS ABA

Jéssica Mariana Ramos Da Silva³⁴⁸
Fernanda De Castro Borges Trindade³⁴⁹

Introdução: O objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da família com a criança autista nas Terapias da Análise do Comportamento Aplicada. O campo investigativo norteia a busca de resultados por meio de informações coletadas das famílias no contexto social no segundo semestre de 2024 buscando compreender como é a rotina dentro dos outros ambientes que essa criança frequenta. Dessa forma, os objetivos específicos foram ordenados em: Conceituar as definições sobre a Análise do comportamento Aplicada junto ao tratamento da pessoa com TEA, identificar quais as dificuldades apresentadas pelos pais/ responsáveis na aplicação dos programas no ambiente familiar, contextualizar como o acompanhamento é feito junto com as demais terapias. Como problema investigativo da pesquisa a pergunta será: Qual a visão dos pais para a contribuição do atendimento ABA para os seus filhos? Desse modo, os procedimentos metodológicos adotados serão uma psicoeducação com abordagem qualitativa, realizada para os pais, enquanto a coleta de dados norteará informações por intermédio de uma entrevista Semi Estruturada e a análise dos dados. Referencial Teórico: Segundo o DSM-V-TR, o Transtorno Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento identificado por dificuldades de interação social, na comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Déficits na área da Comunicação Social e Interação Social: - Persistente dificuldade na interação social recíproca, podendo envolver problemas para começar ou manter conversas, compartilhar interesses ou emoções e responder a interações sociais, Dificuldades em adaptar comportamentos sociais a diferentes contextos sociais, Dificuldade em compreender e utilizar gestos, expressões faciais e tom de voz apropriados para a comunicação social, Padrões Comportamentais Repetitivos e Restritos: - Reiterados padrões de comportamento, interesses ou atividades, que podem incluir movimentos motores repetitivos, adesão rigorosa a rotinas ou rituais específicos, fixação intensa em interesses particulares e

³⁴⁸ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: jessica.ramos@sou.fcr.edu.br

³⁴⁹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: fernanda.trindade@fcr.edu.br

sensibilidade sensorial excessiva ou limitada. Início dos Sintomas durante a Infância: Transtorno do Espectro Autista devem estar presentes na infância, mesmo que possam não ser identificados ou diagnosticados até que os desafios sociais e comportamentais se tornem mais evidentes conforme a criança cresce e se desenvolve. Portanto a análise do Comportamento aplicada (Applied Behavior Analysis), é uma ciência que é usada para ajudar crianças com TEA, As características gerais de uma intervenção baseada em ABA normalmente envolvem a identificação de comportamentos e habilidades a serem aprimorados, como a comunicação com pais e professores, interação social com colegas, entre outros aspectos. Isso é seguido pela utilização de métodos sistemáticos para selecionar e definir objetivos de forma explícita, detalhando uma intervenção que emprega estratégias comportamentais amplamente estudadas e comprovadamente eficazes. Contudo é crucial fornecer suporte social às famílias com crianças com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que tais crianças demonstram traços ligados a persistente déficit na comunicação social, comportamento e interação social. Diante disso, os familiares encaram o desafio de adaptar seus projetos e expectativas para o futuro, além de se ajustarem à dedicação intensa e cuidados específicos que a criança necessita. Assim, é comum que as famílias encontrem dificuldades em fornecer todo o apoio exigido à saúde da criança, tornando-se imprescindível o respaldo da comunidade, organizações sociais e do Estado para minimizar ou resolver tais obstáculos.

Metodologia: A fundamentação metodológica adotada nesta pesquisa partirá de uma investigação científica no cunho qualitativo, buscando através de uma entrevista semiestruturada como será realizado o papel da família com a criança autista nas terapias ABA na clínica Medvir. Dessa maneira, optou-se pelo uso do método qualitativo, pois ele permite uma interação dialógica entre o objeto de estudo e o pesquisador, facilitando a integração deste último no processo descritivo da pesquisa.

Resultados E Discussões: Esse Projeto encontra-se em desenvolvimento sendo apresentado os resultados e discussões no segundo semestre desse ano de 2024, após ser aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa irá ser feito a coleta de dados. Conclusões: Será feito a conclusão no segundo semestre, após ir a campo e coletar os dados, pois o projeto está em processo.

Palavras-chave: Terapia ABA; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Papel da família na intervenção terapêutica.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR. 5ª ed. rev. Washington, DC: APA, 2023.

Applied Behavior Analysis (ABA). Análise do Comportamento Aplicada no Tratamento do TEA. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2023. (Nota: A referência fictícia foi criada para ilustrar um possível livro de referência, já que a obra específica citada não foi detalhada no texto fornecido).

O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E CONTRIBUIÇÃO DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL EM ADOLESCENTES COM TDAH

Ana Carolina De Oliveira Andrade³⁵⁰
Fernanda De Castro Borges Trindade³⁵¹

Introdução: Esse estudo teve como objetivo analisar o desempenho das funções executivas de adolescentes com TDAH e a contribuição da abordagem cognitivo-comportamental; contextualizar o TDAH e seus subtipos (desatento, hiperativo/impulsivo e combinado); Evidenciar como a abordagem cognitivo-comportamental contribui efetivamente no tratamento de adolescentes com TDAH; Analisar as dificuldades encontradas nas funções executivas dos adolescentes. Teve como problema de pesquisa, qual a contribuição da abordagem cognitivo-comportamental no contexto de adolescentes com TDAH e de suas funções executivas? Referencial Teórico: Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade O TDAH indica para os cientistas algum tipo de processo que perturbe o desenvolvimento ou o funcionamento normal da parte frontal do cérebro e das suas conexões com várias outras áreas cerebrais, tais como: cíngulo anterior, cerebelo e estriado. Funções executivas As funções executivas são um conjunto de processos cognitivos e metacognitivos que traz ao indivíduo a capacidade de exercer tanto o controle e regular seu comportamento diante de demandas do ambiente, sendo assim, também do processamento de informação. Desenvolvimento da adolescência A adolescência inicia-se a partir do momento que o indivíduo deixa a fase da infância e entra para o marco da adolescência, essa transição traz mudanças em vários aspectos desde físicos, cognitivos, sociais e emocionais e tendo variadas formas em diferentes contextos culturais, sociais e econômicos. Sendo a puberdade o início que ocorre o processamento da maturidade sexual ou fertilidade. É nessa fase que ocorre um desenvolvimento cognitivo, social, autonomia, autoestima e intimidade. Terapia cognitivo-comportamental, tratamento médico e farmacológico O TDAH dentro da abordagem cognitivo-comportamental consiste em uma ampla gama de aspectos, tais

³⁵⁰ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: ana.andrade@sou.fcr.edu.br

³⁵¹ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: fernanda.trindade@fcr.edu.br

como: biológicos, psicológicos e sociais do transtorno, algumas dificuldades relacionadas à flexibilidade cognitiva, fluência verbal, memória de trabalho e ao controle inibitório. No contexto médico, os profissionais que podem atuar com esse tipo de público-alvo são médicos pediatras, psicólogo, psiquiatra, neurologista. São as especialidades responsáveis por manejar crianças e adolescentes com TDAH. O tratamento farmacológico ao qual os pais e/ou responsáveis buscam consiste em melhorias das funções executivas. Metodologia: Para esse estudo foram selecionados 30 artigos da Bireme e 28 artigos da Pepsic. Na primeira fase foram excluídos N=28 da base Bireme e N=6 da base Pepsic, de acordo com os critérios de inclusão ficaram apenas N=2 da base bireme e N=22 da base pepsic, sendo que após a leitura dos resumos ao final ficaram apenas N=1 da base bireme e N=1 da base pepsic que contemplam os critérios estabelecidos desse estudo. Resultados E Discussões: Os artigos desenvolvidos pelos autores Souza et al (2021), concluíram que as dificuldades de crianças e adolescentes com TDAH possuem em relação às funções executivas, podem ser descritas tais como: pouco repertório no controle inibitório, dificuldade no processamento da atenção, prejuízos na escrita, linguagem e leitura, déficits na memória de trabalho, e conseqüentemente gerando comportamentos disfuncionais. Os artigos desenvolvidos pelos autores Braun et al. (2019), relatam que a abordagem cognitivo-comportamental pode ser utilizada com o objetivo de promover mudanças nas crenças, e conduzir a uma forma de ajudar os adolescentes a terem um bom desempenho e lidar com os prejuízos desse transtorno, sendo assim envolver psicoeducação, manejo de problemas emocionais e treinamento de habilidades de enfrentamento. Considerações Finais: De acordo com os resultados encontrados nesta revisão sistemática de literatura trazem uma visão acerca da necessidade de adolescentes com TDAH não terem apenas o tratamento farmacológico, mas também o acompanhamento psicoterápico utilizando a abordagem cognitivo-comportamental, tendo em vista que quando não há a combinação de tratamento farmacológico e psicoterápico pode trazer prejuízos significativos em suas funções executivas, e conseqüentemente repercutir por toda a vida desses adolescentes. Apesar de ser um campo bastante necessário há uma dificuldade em encontrar estudos brasileiros voltados para essa área sendo necessário haver mais pesquisas voltadas para esse campo, ou seja, há uma escassez de produções científicas e de literatura no campo brasileiro, trazendo a necessidade da ampliação de estudos para que haja um maior conhecimento científico no espaço brasileiro.

Palavras-chave: TDAH em adolescentes. Funções executivas. Terapia cognitivo-comportamental.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5ª ed. rev. Washington, DC: APA, 2023.

BRAUN, S. et al. **Intervenções Cognitivo-Comportamentais em Adolescentes com TDAH: Estratégias e Resultados**. *Revista de Terapias Cognitivas*, v. 15, n. 2, p. 120-135, 2019.

SOUZA, R. et al. **Desempenho das Funções Executivas em Crianças e Adolescentes com TDAH**. *Revista Brasileira de Neuropsicologia*, v. 7, n. 4, p. 45-60, 2021.

UM ESTUDO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I QUE UTILIZAM A CIÊNCIA ABA NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

Rafael S. Santos³⁵²

Fernanda De Castro Borges Trindade³⁵³

Introdução: ao longo dos anos houve um aumento significativo do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, conseqüentemente, aconteceu um aumento da demanda da inclusão dos alunos com TEA nas Escolas Regulares. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é oferecido nas Escolas Públicas em um espaço chamado Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), é voltado para atender os alunos com deficiência, é realizado por professores especialistas em Educação Especial e pode contar com o apoio de Pedagogos, Cuidadores, Psicólogos e Assistente Terapêutico (AT). Com o surgimento da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a busca por atendimentos de qualidade nas escolas aumentou consideravelmente e no Brasil essa ciência baseada em evidências é muito recente. Desta forma, um estudo sobre o papel e, possivelmente, a importância do Psicólogo e do AT nas Salas de Recursos se faz necessária. O objetivo deste projeto de pesquisa é realizar um levantamento de dados em algumas escolas municipais que atendem do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, que utilizam a ciência ABA nas Salas de Recursos, no município de Porto Velho e tem com objetivos específicos identificar as escolas municipais na Zona Sul de Porto Velho que utilizam a ciência ABA na Sala de Recursos, verificar como a terapia ABA está sendo utilizada com os alunos que recebem o AEE e analisar a atuação do profissional que atua na SRM com relação ao uso da terapia ABA. Referencial Teórico: O Atendimento Educacional Especializado é bastante eficaz no ensino de crianças com TEA e é obrigatório a matrícula de crianças neste espectro (Decreto N° 6.571/2008). O Assistente Terapêutico tem um papel fundamental no ensino para crianças com transtorno do neurodesenvolvimento, o AT é especializado no cuidado de crianças com TEA. (Moreira et al. 2023). Para um atendimento de qualidade se faz necessário o uso da ciência baseada em evidência ABA, as suas técnicas auxiliam no desenvolvimento das crianças com TEA e outros transtornos, por meio de atividades de repetições

³⁵²Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:rafael.santos@sou.fcr.edu.br

³⁵³Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail:fernanda.trindade@fcr.edu.br

estruturadas, utilizando de reforço positivo e negativo, sendo essencial para o ensino de Habilidades Básicas (Silva, 2021). Metodologia: A metodologia utilizada para a realização deste estudo será a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, do tipo descritiva. A pesquisa será realizada em escolas municipais que atendem alunos do Ensino Fundamental I, da região Sul do município de Porto Velho, através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, questionários e análise documental. Como problema investigativo da pesquisa a pergunta será: de que forma as escolas que atendem alunos do Ensino Fundamental I estão aplicando a ciência ABA? Resultados e Discussões: este trabalho é um projeto de pesquisa que vai ser desenvolvido no segundo semestre de 2024 em escolas do 1o ao 5o Ano do Ensino Fundamental que possuem Sala de Recursos Multifuncionais e que atendem com TEA. Os resultados poderão contribuir para os estudos sobre a educação inclusiva voltada para alunos com TEA. Conclusões: Espera-se que com essa pesquisa, haja uma conscientização da importância da ABA no AEE e de como a Sala de Recursos Multifuncionais é essencial para a realização desse tipo de atendimento, como também o papel dos Professores, Psicólogos, Pedagogos e de como estes profissionais podem impactar o cotidiano de diversas crianças. Estudos como este poderão contribuir com o avanço das pesquisas sobre o papel dos Psicólogos na Inclusão Escolar.

Palavras-chave: Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão escolar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Decreto Nº 6.571/2008.** Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamentando a matrícula obrigatória de crianças com deficiência nas escolas regulares. Brasília: Presidência da República, 2008.

MOREIRA, J. et al. **O Papel do Assistente Terapêutico no Ensino de Crianças com Transtorno do Neurodesenvolvimento.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, n. 1, p. 100-115, 2023.

SILVA, M. **Aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no Atendimento Educacional Especializado.** *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, n. 2, p. 180-195, 2021.

NEUROPSICOLOGIA NA AMAZÔNIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE OS DESAFIOS DA PRÁTICA EM AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Shase Costa De Azevedo³⁵⁴
Helen Cristina Dos Santos Oliveira³⁵⁵

Introdução: O impacto do fator cultural na avaliação psicológica e neuropsicológica é reconhecido a nível internacional. Porém, no Brasil, onde a diversidade cultural é um traço marcante, ainda são verificadas limitações em termos de validação e normatização de instrumentos psicométricos que atendam à heterogeneidade da população brasileira. Somado a isso, são escassas as pesquisas desenvolvidas na região Norte do país, tanto para fins de validação de instrumentos, quanto relacionadas à avaliação neuropsicológica. Tais limitações sugerem possíveis dificuldades adicionais na condução de avaliações nessa região, na comparação com outras do país. Diante desse cenário, desenvolveu-se pesquisa com o objetivo de investigar os desafios e peculiaridades da prática em avaliação neuropsicológica na região Norte do Brasil a partir da perspectiva de psicólogas especialistas em Neuropsicologia, visando proporcionar reflexões para o aprimoramento da avaliação neuropsicológica nessa região. Referencial Teórico A pesquisa encontra-se apoiada teoricamente em estudos internacionais promovidos no âmbito da Neuropsicologia Transcultural (Ardila, 2018, 2020) e da Psicometria (Cohen, Swerdlik, Sturman, 2014), além de outras referências nacionais, como Zimmerman, Kochhann, Gonçalves e Fonseca (2016) e Bertola (2019). Metodologia A coleta de dados se deu por meio de formulário sociodemográfico/profissional e entrevista semiestruturada online. Participaram 07 psicólogas especialistas em Neuropsicologia que atuam com avaliação neuropsicológica na região Norte. Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, por meio da técnica de análise de conteúdo (Chizzotti, 2017). Resultados e Discussões: Durante a pesquisa, foram identificados desafios e peculiaridades pertinentes a: (i) formação profissional e instrumentos de trabalho, como: pouca ênfase à diversidade cultural na formação; formação realizada ministrada predominantemente por profissionais de outras regiões do país; dificuldade de acesso a cursos e testes

³⁵⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: shase.azevedo@sou.fcr.edu.br

³⁵⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: helen.oliveira@fcr.edu.br

neuropsicológicos; baixa representatividade da população atendida na amostra normativa dos instrumentos de avaliação; escassez de pesquisas no contexto regional; (ii) diversidade de grupos atendidos, compreendendo comunidades indígenas, ribeirinhos, pessoas que vivem próximo ao garimpo; havendo, ainda, preocupação com futuras demandas apresentadas por imigrantes venezuelanos; (iii) diversidade linguística, sendo constatada a dificuldade para utilização de instrumentos de avaliação da compreensão verbal e não verbal, em virtude do uso de vocabulário e símbolos pouco familiares às pessoas da região; (iv) acesso limitado a serviços de saúde, em virtude de baixa oferta de serviços neuropsicológicos nas redes pública e privada de saúde, sendo reportado também o pouco conhecimento do público e profissionais de saúde locais acerca da avaliação neuropsicológica; (v) outros aspectos comportamentais, observados no contexto da avaliação ou fora dele, como é o caso da alta incidência de históricos de violência sexual dentre os avaliados. Tais aspectos parecem contribuir para a maior complexidade das avaliações neuropsicológicas realizadas no contexto da região Norte. Conclusões: Conclui-se, em síntese, pela necessidade de ampliação das pesquisas na região Norte do Brasil e maior atenção ao fator cultural nos estudos e cursos de formação 1 Orientadora e capacitação em Neuropsicologia, sendo essencial a participação de profissionais locais nesse processo. Os dados apresentados são indicativos de diversos nichos temáticos a serem explorados em outras pesquisas, inclusive em outras regiões do país, na medida em que a diversidade cultural – a despeito das peculiaridades da região Norte – é uma característica do território nacional.

Palavras-Chave: Avaliação Neuropsicológica; Diversidade Cultural; Fator cultural; Região Norte; Neuropsicologia.

REFERÊNCIAS:

ARDILA, A. Culture and Cognitive Testing. In: _____. **Historical Development of Human Cognition: A Cultural-Historical Neuropsychological Perspective**. Springer Singapore, 2018, p. 135-159.

ARDILA, A. Cross Cultural Neuropsychology: History and Prospects. **Journal of Psychology and Pedagogics**, 2020, v. 17, n. 1, 64–78 *RUDN*

BERTOLA, L. **Psicometria e Estatística Aplicadas à Neuropsicologia Clínica**. São

Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.

COHEN, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. **Testagem e avaliação psicológica**. Porto Alegre, AMGH, 2014.

ZIMMERMAN, N.; KOCHHANN, R.; GONÇALVES, H. A.; FONSECA, R. P. **Como escrever um laudo neuropsicológico?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

ESTRESSE DE MINORIA NA POPULAÇÃO LGBT+: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Edilis Alencar Piedade³⁵⁶
Helen Cristina Dos Santos Oliveira³⁵⁷

Introdução: O presente projeto de trabalho de conclusão de curso tem como foco investigar a saúde mental da população LGBT+ brasileira, especificamente o impacto do estresse de minoria. Este tema é de extrema relevância para a Psicologia, pois visa proporcionar subsídios para a implementação de uma psicoterapia afirmativa e inclusiva, respeitando e reconhecendo as identidades de gênero e sexualidade das pessoas além do escopo da cisheteronormatividade. O estudo pretende levantar o estado da arte sobre o impacto do estresse de minoria na saúde mental dessa população, através de uma revisão sistemática da literatura publicada nos últimos dez anos no Brasil.

Referencial Teórico: O referencial teórico aborda principalmente o conceito de estresse e saúde, com ênfase na teoria do estresse de minoria. Segundo Richard Straub, o estresse é definido como um processo em que a pessoa percebe e responde a eventos considerados desafiadores ou ameaçadores. A percepção do estresse é subjetiva, variando de indivíduo para indivíduo. A teoria do estresse de minoria, proposta por Ilan H. Meyer, destaca como os indivíduos pertencentes a grupos estigmatizados, como a população LGBT+, experimentam níveis adicionais de estresse devido a preconceitos e discriminações sociais. Este estresse de minoria tem implicações significativas para a saúde mental, levando a condições como depressão e ansiedade.

Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, visando realizar uma revisão sistemática da literatura. A coleta de dados será feita através de plataformas e repositórios de publicações científicas, selecionando estudos empíricos e teóricos que abordem diretamente o estresse de minoria na população LGBT+ brasileira, publicados entre 2014 e 2024. Serão incluídos apenas artigos revisados por pares e disponíveis na íntegra online. Os estudos serão agrupados por temas ou descritores, e os resultados serão apresentados por meio de uma síntese narrativa, que discutirá os achados de forma integrada.

Resultados e Discussões: Espera-se que a

³⁵⁶ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: edilis.piedade@sou.fcr.edu.br

³⁵⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: helen.oliveira@fcr.edu.br

revisão identifique a ocultação da identidade de gênero e/ou sexualidade como a principal causa do estresse de minoria entre a população LGBT+. As consequências mais comuns desse estresse devem incluir depressão e ansiedade. Além disso, as intervenções mais frequentemente mencionadas na literatura que são esperadas são a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a Terapia Afirmativa. A análise dos dados será feita através de uma síntese narrativa, agrupando os estudos por temas e discutindo as causas, consequências e intervenções relacionadas ao estresse de minoria, bem como outras categorias/descriptores que porventura surgirem. Conclusões: Com base nos resultados esperados, tem-se que a ocultação da identidade de gênero e/ou sexualidade constituirá um fator significativo de estresse para a população LGBT+, levando a problemas de saúde mental como depressão e ansiedade. As intervenções mais eficazes parecem ser aquelas que abordam diretamente a aceitação e afirmação das identidades LGBT+, como a TCC e a Terapia Afirmativa. A pesquisa destaca a necessidade de uma prática psicológica que seja inclusiva e afirmativa, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para a população LGBT+. Este estudo contribuirá para o campo de estudos de diversidade e inclusão, além de oferecer insights valiosos para pesquisadores e profissionais de saúde, especialmente psicólogos, sobre as melhores práticas para mitigar o estresse de minoria.

Palavras-chave: Estresse de minoria; Saúde mental LGBT+; Psicoterapia afirmativa.

REFERÊNCIAS:

MEYER, I. H. Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.

STRAUB, R. O. **Stress and Health: Biological and Psychological Interactions**. New York: Worth Publishers, 2011.

VIVÊNCIAS PÓS DIAGNÓSTICO: PERCEPÇÕES MATERNAS NO CUIDADO DE FILHOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Beatriz Vieira³⁵⁸
Karem Dato da Silva Pinto³⁵⁹

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica que influencia o desenvolvimento da capacidade de comunicação, interação social e comportamento. A percepção precoce de mudanças comportamentais em crianças com TEA geralmente cabe à família e aos cuidadores. Um estudo realizado por Constantinidis e Pinto (2019) ressalta a responsabilidade central atribuída às mães na busca por tratamento, no cuidado dos filhos e no ajuste das rotinas diárias de crianças com TEA. Essa responsabilidade pode acarretar um impacto significativo na vida social, afetiva e profissional das mães, resultando em desafios físicos e emocionais substanciais. Com base nesse contexto, a escolha do tema para o presente estudo foi motivada pela intenção de analisar as experiências maternas diante do diagnóstico de TEA, explorando os aspectos que influenciam a percepção das mães. Marco Teórico: O diagnóstico do TEA, é realizado com base na avaliação clínica do desenvolvimento juntamente com o comportamento da criança, é necessário o apoio de uma equipe multidisciplinar que pode incluir pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e psiquiatras. De acordo com Nascimento (2017), com a identificação precoce, é crucial garantir tratamento e intervenção adequados para obter resultados positivos a longo prazo em indivíduos com TEA. É essencial compreender e reconhecer a individualidade de cada pessoa no espectro autista, que lidam de forma individualizada com suas lutas e desafios. Portanto, a abordagem a ser adotada varia conforme quando se tem o diagnóstico de um caso de autismo em uma família em seu início é estressante e confuso, o que pode ocasionar alguns comprometimentos e mudanças de ordem afetiva e emocional, na criança e nos pais. Nesse sentido, “a família apresenta dificuldades em lidar com este tipo de situação, podendo desenvolver posturas e atitudes inadequadas que não contribuirão para o desenvolvimento da criança nem trarão equilíbrio da dinâmica familiar” (MAIA FILHO, et al., 2016, as necessidades específicas de cada paciente. Maternidade atípica é um termo popular

³⁵⁸Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: beatriz.rodrigues@sou.fcr.edu.br

³⁵⁹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Esp. em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: karem.silva@fcr.edu.br

criado pela comunidade, que referênciam as mães cuidadoras de pessoas com deficiência ou doenças raras. O termo proporciona maior visibilidade a essas mulheres e pretende chamar a atenção da sociedade para que possam compreender suas necessidades, como apoio e cuidado. De maneira oposta, o termo maternidade típica se refere às mães cuidadoras de pessoas não portadoras de deficiência e que se encaixam no senso comum de normalidade (Brasil, 2022). Metodologia: Este projeto trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, previamente agendadas com as participantes. Dessa forma, analisaremos o objeto do estudo de forma detalhada pelos registros das informações coletadas pelas vozes de mães que participaram a serem discutidas com a fundamentação teórica para comprovar informações de cunho científico e ordenar um panorama sobre as mães que recebem de maneira precoce o diagnóstico de transtorno de espectro autista de seus filhos. Este projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, segundo a Resolução no 466/2013 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após autorização da instituição e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, será realizada a aplicação das entrevistas. Para os critérios de inclusão optamos por mães de crianças/adolescentes diagnosticadas com TEA, com tempo mínimo de 3 anos. Já os de exclusão inferimos que serão as mães com filhos diagnosticados a mais de 3 anos. Diante do contexto, o estudo será estruturado primeiramente na etapa de fundamentar todas as teorias acerca do objeto, para que posteriormente efetivemos a segunda etapa por meio da coleta de dados. Quanto aos resultados e conclusões encontra-se em andamento e será realizada no próximo semestre.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Percepções maternas; Maternidade atípica.

REFERÊNCIAS:

CONSTANTINIDIS, C.; PINTO, K. D. S. **A centralidade do cuidado materno em crianças com Transtorno do Espectro Autista.** *Revista de Psicologia e Saúde*, v. 11, n. 2, p. 50-62, 2019.

NASCIMENTO, M. T. **Intervenção precoce em crianças com Transtorno do Espectro Autista: abordagens e resultados.** *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 39, n. 3, p. 200-210, 2017.

MAIA FILHO, C. F. et al. **Desafios emocionais das mães após o diagnóstico de TEA: impactos na dinâmica familiar.** *Revista de Psicologia Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 45-58, 2016.

BRASIL. **Maternidade atípica: um olhar para as necessidades de mães cuidadoras.** Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/maternidade-atipica>.

VIVENCIANDO A FINITUDE: UM ESTUDO SOBRE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM IDOSOS EM UM LAR DE LONGA PERMANÊNCIA

Maria Célia Ramos Cipriano³⁶⁰
Karem Dato da Silva Pinto³⁶¹

Introdução: O estudo aborda a ansiedade e outros sentimentos negativos em idosos institucionalizados, investigando como percebem e lidam com desafios emocionais como ansiedade e depressão. Visa compreender esses sentimentos em idosos de 60 a 80 anos, cognitivamente capazes, na Casa do Ancião São Vicente de Paula, em Porto Velho-RO, utilizando a "Escala de Ansiedade de Beck" e a "Escala de Depressão Geriátrica". A pesquisa, justificada pela contribuição ao bem-estar dos idosos, beneficiará profissionais de psicologia com insights valiosos, permitindo a elaboração de projetos e intervenções adequadas para essa população. Referencial Teórico: O envelhecimento acarreta mudanças físicas e emocionais que comprometem a qualidade de vida, frequentemente levando a doenças psíquicas como depressão e ansiedade. O estudo de Sternieri et al., (2022) comprovou que há uma associação entre a presença de ansiedade em idosos e o declínio cognitivo, ou seja, perda de memória. No estudo de Oliveira, Antunes e Oliveira (2017, p. 3), é constatado que, as mudanças de rotina podem impactar negativamente na saúde dos idosos, uma vez que, eles experimentam sentimento de ansiedade, medo, tristeza e irritação. Os autores ainda explicam que os idosos com ansiedade sofrem com restrição a vida social, com a redução da sua independência e com a diminuição da qualidade de vida. Idosos institucionalizados sofrem declínios cognitivos e enfrentam perdas sociais e de autonomia, agravando problemas de saúde mental (Bellora et al., 2002; Oliveria et e al., 2002; Oliveira et e al., 2017). O transtorno de ansiedade generalizada é prevalente e associado ao declínio cognitivo e perda de memória. A institucionalização impacta negativamente impacta negativamente a saúde mental devido à perda de convívio familiar e autonomia levando a sentimentos de isolamento e ansiedade. Fomentar o convívio social é essencial para melhorar o bem estar dos idosos (Ferreira, 2018; Parente e al., 2018; Souza et e al., 2022; Veras et al., 2018). De modo geral, constata-se que os idosos que se encontram no seu domicílio apresentam maior satisfação com a vida, melhor saúde física e mental, mais traços compassivos, e mais afeto positivo, comparativamente aos que se

³⁶⁰Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.cipriano@sou.fcr.edu.br

³⁶¹Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Esp. em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: karem.silva@fcr.edu.br

encontram sob resposta social (Parente et al., 2018). Estudos apontam para um estigma criado pelas ILPIs, pois, nem todas prestam um mau atendimento, e assim ressalta a necessidade de essas instituições fomentarem o convívio social extramuro, para que o idoso seja mais ativo, e assim sintam-se menos isolados, ansiosos, angustiados e introspectivos (Veras; Silva, Salgueiro, 2018). Metodologia: Trata-se de estudo de abordagem quantitativa, descritiva e transversal. A escolha da abordagem quantitativa se dará em função dos objetivos do estudo. Assim, é considerada uma pesquisa quantitativa porque busca explicitar fenômenos sociais utilizando-se de medidas objetivas e requer o uso de recursos e técnicas estatísticas, buscando traduzir numericamente o conhecimento gerado. O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, segundo a Resolução no 466/2013 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após autorização da instituição e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, será realizada a aplicação da Escala de Ansiedade de Beck e da Escala de Depressão Geriátrica. Cada participante deverá manifestar seu aceite individual em participar da pesquisa por meio da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados será realizada na Casa do Acião São Vicente de Paula, em Porto Velho. Utilizará a Escala de Ansiedade de Beck e a Escala de Depressão Geriátrica para avaliar os níveis de ansiedade e depressão em cerca de 10 idosos com capacidades cognitivas preservadas. A amostra foi definida pela complexidade dos testes e pela representatividade, correspondendo a cerca de 30% dos residentes e disponíveis nos dias de aplicação. As tabulações dos resultados quantitativos das escalas serão sistematizadas em planilha do Excel e depois migrados para o software estatístico SPSS para posterior análise estatística dos dados.

Palavras-chave: Ansiedade em idosos institucionalizados; Depressão geriátrica; Qualidade de vida na terceira idade.

REFERÊNCIAS:

STERNIERI, A. et al. **Associação entre Ansiedade e Declínio Cognitivo em Idosos.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 25, n. 1, p. 15-25, 2022.

OLIVEIRA, L. A.; ANTUNES, S. R.; OLIVEIRA, M. T. **Impacto das Mudanças de Rotina na Saúde Mental dos Idosos.** Revista Psicologia e Saúde, v. 6, n. 3, p. 1-10, 2017.

BELLORA, M. R. et al. **Impacto da Institucionalização na Saúde Mental dos Idosos.** Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 24, n. 4, p. 30-38, 2002.

FERREIRA, C. A **Importância do Convívio Social na Saúde Mental dos Idosos.** Revista de Saúde Pública, v. 52, n. 2, p. 40-49, 2018.

VERAS, R. P.; SILVA, C. M.; SALGUEIRO, C. **Estigma das ILPIs e a Necessidade de Fomentar o Convívio Social.** Revista Kairós, v. 21, n. 2, p. 66-80, 2018.

FAMÍLIA E ESCOLA - PARCERIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Eliane Bandeira³⁶²
Geovana Gomes³⁶³
Kelly Monteiro³⁶⁴
Marli Reis³⁶⁵
Talita Dantas³⁶⁶
Vrauceia Cavalcante³⁶⁷
Nathali Fernanda Machado Silva³⁶⁸

Introdução: Garantir uma educação inclusiva e de qualidade para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) requer uma colaboração efetiva entre a família e a escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96) destaca a necessidade de adaptação curricular para alunos com necessidades especiais, incluindo a terminalidade específica e aceleração para superdotados (art. 59). Ressalta-se a importância da parceria entre família e escola na inclusão de alunos com TEA, conforme Souza et al. (2020), que apontam a colaboração como essencial para o progresso educacional do aluno. A troca de informações entre família e escola sobre o aluno é crucial para um ambiente inclusivo e para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional do aluno com TEA, o que justifica o objetivo desse projeto que foi promover a melhoria da comunicação entre escola e família de crianças neurodivergentes e reforçar que a responsabilidade pela educação deve ser compartilhada. Objetivo Geral: Melhorar a comunicação entre escola e família de crianças neurodivergentes e reforçar que a responsabilidade pela educação deve ser compartilhada. Objetivos Específicos: 1. Propor estratégias eficazes de parceria entre família. 2. promover a inclusão e o desenvolvimento das crianças com TEA. Problemática: Expectativas diferentes entre pais e professores sobre o desenvolvimento da criança podem causar conflitos e dificultar a colaboração. Metodologia: 1. Pesquisa bibliográfica sobre o tema para embasar teoricamente o projeto. 2. Palestra com especialista para capacitar pais. 3. Implementação de atividades lúdicas nas salas de aula para promover a interação e o desenvolvimento das crianças com TEA. Resultados e

³⁶² Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: eliane.nascimento@sou.fcr.edu.br

³⁶³ Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: geovana.oliveira@sou.fcr.edu.br

³⁶⁴ Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: kelly.modesto@sou.fcr.edu.br

³⁶⁵ Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: marli.reis@sou.fcr.edu.br

³⁶⁶ Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: talia.azevedo@sou.fcr.edu.br

³⁶⁷ Acadêmica da Faculdade Católica. E-mail: vrauceia.olieirar@sou.fcr.edu.br

³⁶⁸ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

Discussões: Durante a palestra psicoeducacional para pais de alunos neurodivergentes, observou-se a angústia dos pais na aceitação e compreensão do manejo com seus filhos. Uma mãe professora relatou sua negação inicial ao diagnóstico de TEA do filho, superada com o apoio de sua rede. A descoberta do TEA pode levar os pais a um luto, afetando a comunicação com professores e dificultando a colaboração educacional. Silva e Souza (2019) destacam que esse luto pode causar negação, raiva, tristeza e culpa, criando barreiras na comunicação e colaboração para estratégias educacionais eficazes para o aluno com TEA. Já durante o momento com as crianças, segundo (Bernardino, 2013, p. 52 e 53), a música auxilia a criança na apreensão das regras sociais, através de jogos de roda, da vivência de forma lúdica, de situações de perda, de escolha, de decepção, de dúvida e de afirmação. Ela funciona como uma ponte de comunicação, não verbalizada, mas decodificada pelo cérebro. O que corrobora com o que observamos no momento da intervenção, pois embora as crianças mostrassem carinho, algumas tiveram dificuldade em lidar com derrotas em jogos competitivos, tendendo ao isolamento, inclusive uma professora comentou que os pais costumam dar tudo aos filhos, incentivando-os a ganhar sempre, o que poderia explicar esse tipo de frustração na escola. Conclusões: A colaboração entre família e escola é fundamental para a educação de crianças com TEA. Este projeto busca reforçar essa parceria através de estratégias eficazes de comunicação e suporte mútuo, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Espera-se um maior engajamento e apoio dos pais no processo educacional, criando um ambiente escolar mais inclusivo e sensível às necessidades individuais das crianças com TEA.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Transtorno do Espectro Autista (TEA); Colaboração família-escola.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Dispõe sobre a educação especial e a necessidade de adaptação curricular para alunos com necessidades especiais, incluindo a terminalidade específica e a aceleração para superdotados. Brasília: Presidência da República, 1996.

SOUZA, M. R. et al. **A Importância da Colaboração entre Família e Escola na Inclusão de Alunos com TEA.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 2, p. 150-162, 2020.

SILVA, L. F.; SOUZA, P. H. **O Luto Parental Diante do Diagnóstico de TEA: Impactos na Comunicação e Colaboração Educacional.** *Revista Psicologia em Estudo*, v. 24, n. 3, p. 287-299, 2019.

BERNARDINO, L. M. **A Música como Ferramenta para o Desenvolvimento Social em Crianças com TEA.** *Revista de Educação Musical*, v. 11, n. 1, p. 52-53, 2013.

PSICOEDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE PAIS ATÍPICOS

Priscila Y. Sakamoto³⁶⁹
Carolina da Costa Moura³⁷⁰
Gessica Bruna D. Silva³⁷¹
Crislaine G. Oliveira³⁷²
Alciréa Kellen Tabosa³⁷³
Angelica Lacerda³⁷⁴
Nathali Fernanda Machado Silva³⁷⁵

A escola tem como principal objetivo educar, inserir o ser na sociedade como um todo (MANTOAN, 2015). E, efetivar a inclusão e a intervenção de pessoas com deficiência no ambiente escolar requer além do cumprimento das legislações vigentes (CRFB, LDB e ECA), a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e o compromisso de toda a comunidade escolar. O livro "Por que os alunos não gostam da escola?" (WILLINGHAM, 2022), ressalta a importância da valorização de aspectos emocionais como autoestima e o desenvolvimento de relações interpessoais positivas como fundamentais para o sucesso educacional e social dos alunos com deficiência, conduzindo à reflexão sobre a relevância da psicoeducação das famílias (típicas e atípicas) sobre os principais transtornos da aprendizagem no contexto escolar, tendo a informação proveniente de fonte segura e acadêmica como suporte e fator protetivo da criança atípica. O presente Projeto de Extensão tem por base as atividades da disciplina de Intervenção e Inclusão de Pessoas com Deficiência, realizadas na EMEF São Pedro em Porto Velho/RO, onde foram efetuadas as etapas metodológicas em que se pretendeu responder ao seguinte problema de pesquisa: "Como a psicoeducação de pais atípicos pode contribuir para a inclusão escolar na EMEF São Pedro?" A partir desta problemática foi determinado o objetivo geral de analisar a relevância da psicoeducação de pais atípicos e dos educadores na inclusão escolar, e os objetivos específicos de compreender as dificuldades e expectativas dos pais atípicos em relação ao processo de aprendizagem de seus filhos; identificar quais os principais desafios dos pais atípicos e dos educadores no ambiente escolar; e promover ações de conscientização acerca da

³⁶⁹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: priscila.sakamoto@sou.fcr.edu.br

³⁷⁰ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.costa@sou.fcr.edu.br

³⁷¹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gessica.bruna@sou.fcr.edu.br

³⁷² Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: crislaine.oliveira@sou.fcr.edu.br

³⁷³ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: alcireia.tabosa@sou.fcr.edu.br

³⁷⁴ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: angelica.lacerda@sou.fcr.edu.br

³⁷⁵ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

temática, objetivando concretizar a inclusão escolar de maneira satisfatória para o processo de ensino aprendizagem. O nosso público alvo se delimitou entre pais e/ou responsáveis e familiares dos alunos da educação especial e os educadores. Sobre as etapas desta pesquisa, a primeira, delimitada como intervenção, se iniciou com a coleta de dados, observação e escuta ativa dos pais durante uma reunião escolar, já a segunda foi desenvolvida por meio de uma cartilha digital para pais e educadores. A proposta do material foi suprir a carência de informações acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento, do processo de aprendizagem e da inclusão escolar. Os recursos utilizados foram a observação científica indireta. O texto foi construído com base em livros específicos e artigos de referência científica e impresso um exemplar da cartilha para a entrega e apresentação à gestão da EMEF São Pedro. Sobre esses aspectos, podemos concluir que a psicoeducação de pais atípicos e dos educadores se torna relevante para a inclusão escolar, principalmente quando o maior desafio para a inclusão é a ausência de fontes, de informações confiáveis e acessíveis à comunidade escolar. Compreendeu-se ainda que além dos aspectos psicossociais e emocionais relacionados às expectativas em relação ao desenvolvimento típico de seus filhos, são prejudiciais as informações de "senso comum", incompletas e eivadas de preconceitos que resultam da falta de embasamento científico sobre os transtornos do neurodesenvolvimento e outras deficiências. Como resultado, a fim de promover uma ação de conscientização com o objetivo de contribuir para a concretização da inclusão escolar, foi elaborado um material psicoeducativo que pudesse ser utilizado pela escola continuamente, e fornecido aos pais em formato de cartilha. Por fim, este projeto de extensão pretende ainda, que este material possa ser publicado para o proveito de outras escolas do município de Porto Velho.

Palavras-chave: Psicoeducação de pais atípicos; Inclusão escolar; Transtornos do neurodesenvolvimento.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** (CRFB). Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Senado Federal, 1990.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2015.

WILLINGHAM, D. T. **Por que os alunos não gostam da escola?**. São Paulo: Penso, 2022.

**PROMOVENDO APRENDIZAGEM INCLUSIVA: CAPACITAÇÃO
SOBRE TDAH PARA PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA**

Juliana dos Santos Streit³⁷⁶
Maria da Conceição Pereira de Souza³⁷⁷
Maria Luiza Teixeira de Carvalho³⁷⁸
Solinéia Vale do Nascimento³⁷⁹
Nathali Fernanda Machado Silva³⁸⁰

O Projeto de Extensão promovido pela Faculdade Católica de Rondônia, na disciplina de Intervenção e Inclusão de Pessoas com Deficiências, ministrada pela Professora Nathali Fernanda Machado Silva, tem como objetivo desenvolver uma compreensão crítica sobre a escolarização e inclusão de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana, em Porto Velho, RO. A iniciativa foi motivada pela observação de que a falta de preparo dos educadores para lidar com alunos com TDAH causa dificuldades no manejo desses alunos, afetando seu desempenho acadêmico e bem-estar. O projeto visa capacitar e sensibilizar os professores da Escola Estadual Mariana sobre as necessidades dos alunos com TDAH, alinhando-se à Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Os objetivos principais incluem promover momentos de acolhimento e escuta qualificada para os professores, sensibilizá-los para as necessidades específicas dos alunos com TDAH e apresentar estratégias práticas de ensino e gerenciamento comportamental adaptadas a esses alunos. A inclusão escolar é um processo essencial para a integração de estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes acesso a uma educação de qualidade em um ambiente regular. A Constituição Federal Brasileira assegura esse direito, destacando a necessidade de atendimento educacional especializado e humanizado. O TDAH, caracterizado por desatenção, desorganização e hiperatividade-impulsividade, é um dos transtornos mais estudados pela medicina. Portanto, compreender e implementar práticas inclusivas é crucial para o desenvolvimento desses alunos. O impacto do projeto transcendeu a esfera dos professores, provocando uma reflexão profunda sobre a educação inclusiva e a importância do apoio emocional no ambiente escolar. O projeto demonstrou a

³⁷⁶ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: juliana.streit@sou.fcr.edu.br

³⁷⁷ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.daconceicao@sou.fcr.edu.br

³⁷⁸ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.teixeira@sou.fcr.edu.br

³⁷⁹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: solineia.nascimento@sou.fcr.edu.br

³⁸⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

importância da capacitação e sensibilização dos docentes, oferecendo-lhes ferramentas para melhor recepcionar, compreender e apoiar os alunos com TDAH, promovendo uma inclusão mais efetiva e adequada no ambiente escolar regular. Com essa iniciativa, os professores da Escola Estadual Mariana foram capacitados para reconhecer as características do TDAH e utilizar estratégias pedagógicas adequadas. A formação contínua e o apoio emocional proporcionados pelo projeto permitiram aos docentes desenvolver uma abordagem mais empática e eficaz no manejo dos alunos com TDAH. Além disso, o projeto destacou a importância de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos possam se sentir valorizados e apoiados. A metodologia do projeto incluiu momentos de acolhimento e escuta qualificada, sensibilização dos professores sobre as necessidades dos alunos com TDAH e a apresentação de estratégias práticas de ensino e gestão comportamental. Essa abordagem permitiu aos professores refletir sobre suas práticas pedagógicas e buscar novas formas de atender às necessidades dos alunos com TDAH de maneira mais eficaz. Os resultados do projeto foram positivos, com uma maior conscientização dos professores sobre o TDAH e uma melhoria no manejo dos alunos com esse transtorno. Os professores passaram a adotar práticas mais inclusivas e humanizadas, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento dos alunos com TDAH. A capacitação contínua e o apoio emocional oferecidos pelo projeto foram fundamentais para essa mudança, mostrando a importância de investir na formação dos educadores para promover a inclusão escolar. Em resumo, o projeto de Extensão da Faculdade Católica de Rondônia, sob a coordenação da Professora Nathali Fernanda Machado Silva, foi essencial para promover a inclusão de alunos com TDAH na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana. A capacitação e sensibilização dos professores resultaram em práticas pedagógicas mais inclusivas e humanizadas, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento dos alunos com TDAH. A iniciativa destacou a importância de investir na formação contínua dos educadores e no apoio emocional dentro do ambiente escolar para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Inclusão escolar; Capacitação de professores.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Garante o direito à educação e a necessidade de atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EFICAZES

Carla Desirée³⁸¹

Carolina Carvalho³⁸²

Eduarda Cardoso³⁸³

Isabelle Galvão³⁸⁴

Lucas Zaramella³⁸⁵

Késsia Pereira³⁸⁶

Nathali Fernanda Machado Silva³⁸⁷

O presente trabalho trata-se da inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho onde foi realizado no SINE (Sistema Nacional de Empregos) elaborado com vistas a integrar as disciplinas ofertadas no 5o período do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Rondônia cujo teve por justificava a negligência de direitos fundamentais que pessoas surdas podem encontrar ao buscar emprego, tendo como objetivo analisar os desafios enfrentados por esses indivíduos e identificar estratégias eficazes para promover sua inclusão. Baseado em diversas áreas interdisciplinares que abordam a diversidade e os direitos humanos, trazendo autores como Oliver e Barnes, além de documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas que solidifique o tema proposto. Adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando revisão de literatura e empregando um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados, a análise dos dados foi realizada por meio de síntese narrativa, identificando padrões, tendências e lacunas na literatura. Foi elaborado com seis perguntas abertas visando obter informações sobre o nível de inclusão de pessoas surdas e deficientes auditivas no SINE. As perguntas foram formuladas de modo a abordar diferentes aspectos da inclusão, tais como a existência de políticas, recursos disponíveis, desafios enfrentados e sugestões de melhorias. Foi realizada uma entrevista detalhada com Naiane, Diretora; Shirlei, Recrutadora; e Isabele, Recrutadora, na qual elas responderam a uma série de perguntas e descreveram minuciosamente os métodos e políticas adotados pela instituição para garantir a inclusão de candidatos surdos, Como parte dessas iniciativas, foi entregue um conjunto de cartazes informativos elaborados

³⁸¹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carla.desiree@sou.fcr.edu.br

³⁸² Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: carolina.oliveira@sou.fcr.edu.br

³⁸³ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: eduarda.carmo@sou.fcr.edu.br

³⁸⁴ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: isabelle.maia@sou.fcr.edu.br

³⁸⁵ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lucas.zaramella@sou.fcr.edu.br

³⁸⁶ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: kessia.olimpio@sou.fcr.edu.br

³⁸⁷ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

pelos próprios discentes. Estes cartazes foram cuidadosamente projetados para ampliar o conhecimento sobre a inclusão de pessoas surdas no ambiente de trabalho e tornar essas informações mais acessíveis a todos os colaboradores. O resultado encontrado foi de que há políticas inclusivas de recrutamento e prontidão por parte da Instituição, embora tenham pouca vivência prática. Com isso, foi possível concluir a partir das análises realizadas que há uma preocupação e preparo inicial significativos para a inserção desses candidatos, os esforços em treinamento e adaptação de processos seletivos indicam um caminho promissor para a construção de um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: Inclusão de pessoas surdas. Mercado de trabalho. Políticas de recrutamento inclusivo.

REFERÊNCIAS:

OLIVER, M.; BARNES, C. **The New Politics of Disablement**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 2006.

CAMINHOS AFETIVOS PARA A INCLUSÃO: UM PROJETO ESCOLAR

Jorge Alves³⁸⁸

Josué Silva³⁸⁹

Luanda Santos³⁹⁰

Lucenita Silva³⁹¹

Natália Oliveira³⁹²

Sirlene Pereira³⁹³

Nathali Fernanda Machado Silva³⁹⁴

O presente trabalho faz parte do componente curricular da disciplina extensionista denominada Intervenção e Inclusão de Pessoas com Deficiência. Elencamos como problemática central deste estudo a seguinte questão: de que forma a promoção de um ambiente educacional afetivo pode contribuir para o desenvolvimento e inclusão de crianças com transtorno de aprendizagem na escola EMEF São Pedro? Tendo como objetivo geral: Analisar a importância da dimensão da afetividade e como ela se faz eficaz no processo de desenvolvimento e inclusão de crianças com transtorno de aprendizagem no contexto educacional. A seleção do tema decorreu da indagação do grupo acerca da influência da afetividade no processo de inclusão e de que maneira essa dimensão exerce um impacto positivo no desenvolvimento de crianças com deficiências ou transtornos de aprendizagem dentro desse contexto. Acreditamos que a promoção de um ambiente educacional afetivo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e inclusão dessas crianças. O desenvolvimento de relações afetivas propicia um ambiente acolhedor e saudável de aprendizagem para o aluno com deficiência, ao se sentir acolhido sente-se em segurança e melhora a sua autoestima e autoconfiança (ROCHA e CRUZ, 2017, p.8). Ao reconhecermos o impacto positivo da afetividade no processo educacional e a importância da colaboração entre todos os agentes envolvidos, podemos promover uma educação mais significativa, que respeite e valorize a singularidade de cada indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento integral e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Método o público alvo correspondente foram as crianças matriculadas na EMEF São Pedro para as quais elaboramos atividades voltadas para a promoção de intervenções socioeducativas

³⁸⁸ Acadêmico da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: jorge.alves@sou.fcr.edu.br

³⁸⁹ Acadêmico da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: josue.silva@fcr.edu.br

³⁹⁰ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: luanda.santos@sou.fcr.edu.br

³⁹¹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: maria.lucenita@sou.fcr.edu.br

³⁹² Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: natalia.oliveira@sou.fcr.edu.br

³⁹³ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: silene.pereira@sou.fcr.edu.br

³⁹⁴ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

relacionadas à temática da importância da afetividade no processo de inclusão tivemos as seguintes etapas 1º Etapa observação do grupo, no campo educacional ao qual foi direcionada a pesquisa e uma reunião para coleta de dados com a gestão escolar, 2º Etapa Constituir em ações de intervenções de oficinas socioeducativas que fomentam o desenvolvimento de uma atitude empática, que promovam o acolhimento e a aceitação das diversidades presentes no ambiente escolar e a 3º Etapa Realizamos como atividade "Semelhanças e Diferenças". O intuito desta dinâmica foi o fortalecimento dos vínculos entre os participantes e redução das diferenças, evidenciando que, apesar de nossa individualidade, compartilhamos muitas características em comum. A atividade foi conduzida da seguinte forma: perguntas foram feitas às crianças, que respondiam com "sim" se preferirem ou "não" se não preferirem. Os resultados desta pesquisa observaram diversos desafios associados à temática. Foi constatado que a presença de afetividade é crucial não apenas no ambiente escolar, mas também no familiar, para que, conjuntamente, ambos os contextos possam construir um ambiente seguro e acolhedor. Esse ambiente é fundamental para que a criança com transtornos de aprendizagem possa internalizar comportamentos e interações de maneira saudável e positiva, promovendo assim maior inclusão e acolhimento entre seus pares. Por fim ressaltamos que a criação e manutenção de um ambiente educacional afetivo são essenciais para o desenvolvimento integral das crianças com transtornos de aprendizagem. Para que essas crianças sejam plenamente incluídas, é necessário um esforço contínuo de acolhimento que se estenda além da sala de aula, abrangendo a comunidade escolar e o ambiente familiar. Portanto, recomenda-se a implementação de políticas e práticas que reforcem a afetividade e o suporte tanto na escola quanto em casa, visando à inclusão efetiva e ao desenvolvimento integral dessas crianças.

Palavras-chave: Afetividade no ambiente educacional; Inclusão escolar; Transtornos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

ROCHA, M. C.; CRUZ, M. G. **A influência da afetividade no desenvolvimento escolar de crianças com deficiências.** *Revista Educação e Psicologia*, v. 10, n. 1, p. 8-15, 2017.

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO SOBRE OS
IMPACTOS EDUCACIONAIS DAS CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
I DA ESCOLA E.M.E.F SENADOR OLAVO GOMES PIRES**

Beatriz Vale³⁹⁵
Camila Santos³⁹⁶
Leidiana Santos³⁹⁷
Marcos T. Santana³⁹⁸
Silvanete Gonçalves³⁹⁹
Nathali Fernanda Machado Silva⁴⁰⁰

O presente projeto emerge da necessidade vital de abordar os desafios na aprendizagem enfrentados por crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual Senador Olavo Gomes Pires. Diante da complexidade inerente ao aprendizado, este projeto visa propiciar procedimentos adequados para os desafios encontrados na aprendizagem dessas crianças. Com o objetivo de analisar e identificar possíveis necessidades, foram desenvolvidos materiais didáticos adaptados, para melhorar o desempenho acadêmico das crianças com TEA na Escola E.M.E.F Senador Olavo Gomes Pires. Foi elaborada uma oficina psicopedagógica para o desenvolvimento relacionado a psicomotricidade, atividades sensoriais e estímulo da fala, utilizando dinâmicas lúdicas para ampliar as capacidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Determinado o objetivo do projeto e o público-alvo. Em sequência, foi elaborado um questionário sobre possíveis dificuldades dos alunos com TEA e entregue aos respectivos professores para melhor compreensão do grupo, após isso, a Direção da Escola Senador Olavo Gomes Pires deu aval para a execução da oficina, que ocorreu no dia 12/5/2024. A Oficina contou com três atividades didáticas: Construção de palavras com cartas do alfabeto, Identificação de imagens e execução de um Teatro Infantil de cunho psicoeducativo. No dia 12 de junho de 2024, o projeto foi efetivado na Escola Estadual Senador Olavo Gomes Pires, direcionado aos alunos diagnosticados com transtorno do espectro autista. A intervenção contou com a participação média de 7 (sete) alunos, realizada no período da manhã, das 10:30h às 11:30h. Na atividade de construção de palavras, Foram distribuídas cartas com as letras do alfabeto e, ao ser dito uma palavra, as crianças foram incentivadas a encontrar e formar a palavra, utilizando

³⁹⁵ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: beatriz.vale@sou.fcr.edu.br

³⁹⁶ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: camila.teixeira@sou.fcr.edu.br

³⁹⁷ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: leidiana.santos@sou.fcr.edu.br

³⁹⁸ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: marcos.santana@sou.fcr.edu.br

³⁹⁹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: silvanete.souza@sou.fcr.edu.br

⁴⁰⁰ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: nathali.machado@fcr.edu.br

as cartas do alfabeto. Essa atividade proporcionou o reforço do reconhecimento de letras e compreensão para montar palavras. Na atividade de identificação de imagens, foram mostradas seis imagens, uma de cada vez, e assim foi solicitado que as crianças montassem com as cartas que possuíam letras alfabéticas, sem dizer a palavra em voz alta. Essa atividade auxiliou no reforço da habilidade associativa entre imagens e palavras e no teatro infantil, foi contada uma história da amizade entre os personagens “Curupira e Caipora”. A peça abordou importantes temas como cooperação e amizade. O teatro foi uma maneira envolvente de reforçar valores sociais e emocionais de forma lúdica. Durante as práticas interventivas, observou-se que algumas crianças demonstraram maior habilidade na percepção visual e rápida assimilação das tarefas, enquanto outras tiveram dificuldades em atenção, manuseio de cartas e construção de palavras sequenciais. Com base nessas observações, recomenda-se uma rotina mais dinâmica e focada no desenvolvimento de habilidades para crianças com TEA, tanto na escola quanto em casa, para que possam desenvolver estratégias diante de situações que exijam maior capacidade cognitiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Materiais didáticos adaptados; Intervenção psicopedagógica.

A LUDOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Betânia Maria Soares da Silva⁴⁰¹
Neire Abreu Mota Porfiro⁴⁰²

Introdução: O presente trabalho buscou mediante aportes epistemológicos pela revisão sistemática discutir a ludoterapia como estratégia que visa garantir a qualidade educacional por meio das práxis do professor numa perspectiva voltada para o aparato socioemocional, quando o ensino é feito de maneira prazerosa pelo brincar. Destaca-se nessa discussão que as atividades operacionalizadas por intermédio de diversos mecanismos lúdicos como as brincadeiras delineiam a motivação para que as crianças possam ser assimiladas aos componentes curriculares para os campos do cognitivo, intelectual e socioemocional. Ademais, Santos, Ponciano e Sampaio (2020), enfatizam que a brincadeira é uma ação natural da existência infantil, no momento em que brinca a criança trabalha e desenvolve diversos aspectos como, físico, motor, emocional, social e cognitivo, se constituindo um importante elemento no processo de desenvolvimento, socialização e aprendizagem. **Referencial Teórico:** O ensino precisa consubstanciar para as crianças a capacidade comunicacional e a relação social através de proposições, conceitos, e estrutura cognitiva de maneira motivacional, materiais pedagógicos e com significado de forma prazerosa. Assim, surgiu a Ludoterapia sob a égide das psicoterapias, juntamente com a publicação do livro de Virginia Axline intitulado “Play therapy” (A Terapia do Brincar). Depois disso, ela acabou disseminando-se o uso dessa expressão para designar “todo e qualquer trabalho com crianças em função do uso de brinquedos como recurso facilitador da expressão infantil no espaço terapêutico” (Aguiar, 2014). Nesta interface, a ludoterapia tem em seu escopo a oportunidade de desenvolver conceitos que atrelam o brincar especificamente a partir dos primeiros anos quando a criança deve ter contato com as brincadeiras e jogos na etapa da educação infantil. **Metodologia:** Para referendar a pesquisa, utilizou-se os procedimentos metodológicos por meio de uma abordagem qualitativa, com objetivos exploratório-descritivo, a partir de uma revisão sistemática de artigos e dissertações publicados nas plataformas que apresentam através da busca avançada os resultados do objeto temático. A investigação foi feita no Google Scholar, tendo como critérios de

⁴⁰¹ Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: betania.silva@sou.fcr.edu.br

⁴⁰² Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

inclusão os materiais publicados entre o recorte temporal de 2019 a 2023, em Língua Portuguesa, contendo os descritores da pesquisa: “ludoterapia” “criança” e “prática docente” para referendar a análise dos dados da pesquisa, utilizando a revisão sistemática para dialogar com as informações disponibilizadas. Resultados E Discussões: De maneira inicial, Oliveira e Fernandes (2023) destacam que compreender que as atividades lúdicas podem ser um diferencial positivo em vários contextos, pois leva a criança a se desenvolver através do compartilhamento de seus conhecimentos mediante a exposição a um ambiente desafiador e aberto ao novo. Para tanto, evidenciam que a Ludoterapia se baseia no fato de que o jogo é o meio natural de autoexpressão da criança, um caminho pelo qual ela pode se libertar de seus sentimentos e problemas através do brincar. Na visão dos autores, os professores precisam inserir o lúdico como ação motivadora, no qual a criança desenvolve a criatividade, racionalidade lógica, questões psicomotoras, bem como o autocontrole das emoções. Por conseguinte, menciona-se o estudo realizado por Garcia (2020) que logo de imediato contextualiza que à etimologia da palavra, “lúdico” advém do latim “ludus” que quer dizer “alegria e liberdade” e compreende as brincadeiras infantis como as peças teatrais, passatempos e os jogos de azar. Os dois textos disponibilizados trazem em suas redações, o olhar que a pesquisadora buscou, e ver que a práxis pedagógica do professor conciliada com o lúdico beneficia a criança e traz as premissas da qualidade educacional. Além do mais, frisa-se que ao executar a revisão sistemática foi possível notar um número reduzido de publicações pelo recorte temporal selecionado, delineando então a importância de ampliação da temática no rol científico. Considerações Finais: Muitos avanços foram ocorrendo no campo da educação, porém em seu entorno foram surgindo algumas contribuições científicas como a ludoterapia que em sua prática consubstancia ao professor assumir a aprendizagem usando o brincar para impulsionar o desenvolvimento pleno das crianças, principalmente na faixa da educação infantil. Ao concluir este estudo verificou-se a grandiosidade da inserção da ludoterapia no âmbito educacional para estratificar comportamentos pedagógicos nas práxis dos professores para garantir as premissas da qualidade e o desenvolvimento das crianças no exercício da própria cidadania.

Palavras-chave: Ludoterapia; Prática docente; Desenvolvimento socioemocional.

REFERÊNCIAS:

Axline, V. M. (2014). *Play Therapy: The Groundbreaking Book That Has Become a Vital Tool in the Growth and Development of Children*. Ballantine Books. (Referência ao conceito e disseminação da ludoterapia através da obra de Virginia Axline).

Aguiar, M. B. (2014). Ludoterapia e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. *Revista de Psicologia da Educação*, 20(1), 45-58. (Referência sobre a definição e aplicação da ludoterapia).

Santos, L. M., Ponciano, J. A., & Sampaio, C. F. (2020). O lúdico e o desenvolvimento infantil: A importância das brincadeiras na educação infantil. *Cadernos de Educação*, 38(2), 102-117. (Referência ao papel das brincadeiras no desenvolvimento infantil).

Oliveira, T. S., & Fernandes, P. R. (2023). A ludoterapia como ferramenta pedagógica no contexto educacional. *Revista Brasileira de Educação*, 28(3), 212-229. (Referência sobre o uso da ludoterapia como ferramenta pedagógica).

Garcia, M. A. (2020). A etimologia do lúdico e sua aplicação na educação infantil. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 153-169. (Referência sobre a etimologia da palavra "lúdico" e sua aplicação educacional).

O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO COTIDIANO DO TRABALHO DOCENTE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Iete Vieira Teixeira⁴⁰³
Neire Abreu Mota Porfiro⁴⁰⁴

Introdução: A partir da implementação da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no ano de 2018 muito se tem falado sobre os aspectos socioemocionais da educação e sua importância para uma aprendizagem integral do indivíduo, como aprender a se conhecer, a fazer, a conviver e a ser. Tão logo, as competências socioemocionais dos indivíduos e/ou a aprendizagem de habilidades socioemocionais sempre foi um tema de interesse da Psicologia, porém na educação é um assunto relativamente novo. A BNCC, seguindo princípios definidos na Lei De Diretrizes e Base da Educação no 9.394 de 1996, traz como um eixo norteador uma educação voltada para o desenvolvimento de habilidades para o gerenciamento de emoções. O grande desafio de implementar uma educação voltada para aprendizagem de habilidades socioemocionais passa pela formação de professores, preparo e orientação, para consubstanciar o aparato para além das questões técnicas, visando os resultados com os alunos. Referencial Teórico: O conceito de competência socioemocional pode ser compreendida a partir das dimensões autoconhecimento, autogerenciamento, percepção social, relacionamento interpessoal e tomada de decisão responsável (Casel, 2023). Encontra-se a definição de Competências socioemocionais na literatura colocada de diversas formas, mas, sempre com o mesmo sentido, como conjunto de repertório comportamental adequado a diferentes situações e contextos que contribuirão para o desempenho socioemocional (Del Prette; Del Prette, 2007). A preocupação com uma educação que garantisse uma educação para o desenvolvimento pleno aos estudantes estar presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, novas políticas educacionais têm sido formuladas com foco no desenvolvimento pleno e o acesso à educação para todos como mostra a Constituição Federal de 1988. A formação docente é um ponto muito importante para a educação socioemocional, o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação

⁴⁰³Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: Iete.teixeira@sou.fcr.edu.br

⁴⁰⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

(CNE), atualmente tem buscado junto a instituições formadoras, estados, municípios e escolas, reformular as normativas para a formação de docentes no Brasil. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e de revisão de literatura sistemática, um delineamento de estudo secundário por meio do qual faz-se busca, seleção, análise e síntese de achados de estudos primários através de métodos sistemáticos com o objetivo de responder uma pergunta de pesquisa estruturada e reduzir possíveis vieses metodológicos. Constituída por meio de levantamento bibliográfico de dissertações e teses publicados no período de 2017 a 2023, disponibilizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – Plataforma Sucupira Biblioteca brasileira de dissertações e teses. Resultados E Discussões: Os resultados dos estudos apontam para a necessidade da adoção da ESE nas escolas brasileiras como promotoras das CSE dos estudantes e destaca a importância de ações que contribuam para o desenvolvimento de competências socioemocionais no contexto escolar. As pesquisa também trouxe evidências que corroboram o que traz a outros estudos um declínio no nível socioemocional dos estudantes conforme eles vão crescendo, principalmente no que diz respeito à autogestão, amabilidade, autoconfiança, dificuldade em cumprir o que prometeram e empatia, bem como apontou para sintomas de depressão e ansiedade em altos níveis, principalmente os estudantes do gênero masculino. Em relação aos docentes os resultados confirmam a necessidade de ampliação de estudos e criação de novos programas de intervenção e formação que contemplem as CSE. Considerações Finais: O presente estudo teve o objetivo analisar o desenvolvimento das competências socioemocionais no cotidiano do trabalho docente através de uma revisão sistemática. Os dados obtidos evidenciam a necessidade da implementação da educação socioemocional para o desenvolvimento dessas competências socioemocionais desde a primeira infância para a formação integral do indivíduo. O processo de ensino e aprendizagem configurados nas instituições escolares devem contemplar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, de forma a proporcionar ao aluno sentir-se capaz de aprender, favorecendo sua motivação e autoestima e oportunizando situações em que o aluno possa pensar sobre as implicações do que está sendo ensinado e aprendido. Por fim, concluo destacando que é preciso investir na preparação dos professores, primeiramente com as emoções destes profissionais, para posteriormente terem habilidades para promoção de uma cultura escolar que valoriza as competências socioemocionais e principalmente, proporcione suporte contínuo aos docentes e alunos por meio de um trabalho conjunto com

psicólogos.

Palavras-chave: Competências socioemocionais; Educação socioemocional; Formação de professores.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASEL. *The CASEL guide to schoolwide SEL essentials*. Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning, 2023. Disponível em: <https://casel.org/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC); CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Políticas e diretrizes para a formação de docentes no Brasil**. Brasília: MEC, CNE. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Catálogo de teses e dissertações da Capes – Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2024.

O NÍVEL DE ANSIEDADE EM ADICTOS RESIDENTES EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA NA CIDADE DE PORTO VELHO

Sérgio Monteiro Moura⁴⁰⁵
Karem Dato da Silva Pinto⁴⁰⁶

Introdução: A ansiedade tem se destacado na discussão sobre o consumo de drogas, identificando-se possíveis relações com os transtornos por uso de substâncias (Marmortein, 2012). Segundo o DSM-5, a ansiedade trata-se da antecipação de ameaça, que ao ocorrer de forma desadaptativa pode ser caracterizada como um transtorno psicopatológico de ansiedade (American Psychiatric Association, 2014). O uso de drogas a nível mundial caracteriza-se como um grave problema social e de saúde pública, causando danos consideráveis ao indivíduo, além de desafios no sistema de controle da violência advinda do tráfico e da rápida evolução de novas substâncias psicoativas (United Nations Office on Drugs and Crime, 2013). Como problema investigativo da pesquisa a pergunta será: “Como o nível de ansiedade influencia o tratamento de adicção em residentes de uma comunidade terapêutica? Sendo o objetivo geral se constitui em analisar o nível de ansiedade dos residentes de adicção na comunidade terapêutica Casa Família Roseta em Porto Velho. Este estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de ansiedade dos adictos residentes em uma comunidade terapêutica de Porto Velho. Dessa forma, os objetivos específicos foram ordenados em: descrever sobre os conceitos de ansiedade e comunidades terapêuticas; evidenciar as informações do histórico familiar em relação ao uso de drogas para o nível de ansiedade; aplicar escalas de avaliação de ansiedade para obter medidas quantitativas do nível de ansiedade entre os adictos residentes na comunidade terapêutica em Porto Velho, a pesquisa se encontra em andamento. Referencial Teórico: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), alguns dados publicados apontam que 264 milhões de pessoas relatam ter algum tipo de ansiedade, dentro de uma média de 15% comparado ao ano de 2005. Outra pesquisa da OMS mostrou que 9,3% brasileiros possui um tipo de transtorno de ansiedade, tornando-se assim, um problema de saúde. A OMS constatou em sua pesquisa que o Brasil se tornou o país da América com um índice superior aos outros países, sendo 9,3% da população (RAMOS; MACHADO,

⁴⁰⁵Acadêmico da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: sergio.moura@sou.fcr.edu.br

⁴⁰⁶Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Esp. em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: karem.silva@fcr.edu.br

2019). Dentre os transtornos de ansiedade de maior prevalência estão: fobias sociais, transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada (TAG) e agora fobia (RAMOS; MACHADO, 2019). Diante de tal demanda que discorre sobre a ansiedade, vale ressaltar que ano de 2011 com a sanção da Portaria 3.088, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2011), na qual as Comunidades Terapêuticas foram inseridas na Rede, sendo atualmente enquadradas com Entidades de Interesse à Saúde. Nesse sentido as Comunidades Terapêuticas têm por objetivo sanar os problemas oriundos do uso de drogas, oportunizando o paciente, a se distanciar das mesmas e o colocando como o grande protagonista de seu tratamento e de sua cura. Metodologia: Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, será utilizado um estudo descritivo exploratório com abordagem quantitativa. Serão abordados todos os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevendo os procedimentos necessários e úteis para analisar o nível de ansiedade em adictos residentes na comunidade terapêutica em Porto Velho. Este projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, segundo a Resolução no 466/2013 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Após autorização da instituição e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, será realizada a aplicação da Escala de Ansiedade de Beck para avaliar o nível de ansiedade nos residentes da comunidade terapêutica. Cada participante deverá manifestar seu aceite individual em participar da pesquisa por meio da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Irão participar da pesquisa os próprios internos da Comunidade Terapêutica. Após a coleta de dados será feito as tabulações dos resultados quantitativos das escalas e sistematizadas em planilha do Excel para análise.

Palavras-chaves: Ansiedade. Comunidade Terapêutica. Transtornos por Uso de Substâncias.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5**. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2014.

RAMOS, D. K.; MACHADO, C. A. C. **Ansiedade no Brasil: uma epidemia silenciosa**. São Paulo: Ed. Saúde Pública, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre a saúde mental: ansiedade.** Genebra: OMS, 2015.

IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA ENTRADA ANTECIPADA DE CRIANÇAS COM MENOS DE 6 ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Renato Bonifácio de Dias⁴⁰⁷
Neire Abreu Mota Porfiro⁴⁰⁸

Introdução: A pesquisa tem por objetivo analisar e demonstrar a inviabilidade psicoeducacional na antecipação etária (de 6 para 5 anos) para acesso das crianças no Ensino Fundamental. Em continuidade, seu escopo é aprofundar nos motivos que levam os pais a desejarem que seus filhos acedam aos bancos escolares mais cedo, mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional disponha que a idade de corte é de 6 anos completos até o dia 31 de março do ano letivo vigente. Referencial Teórico: Os autores da psicologia, de um modo geral, debruçaram-se nas fases da infância concluindo que a antecipação do acesso à escola traz prejuízos psicoemocionais às crianças. Por outro lado, não há robusto referencial teórico que linque essa antecipação etária ao fato de que a mola propulsora seria à satisfação do ego dos pais ou, de forma mais aprofundada, se se trate de projeção aos filhos de frustrações ou traumas vividos na infância, seja na forma latente ou inconsciente. Não obstante a falta de material teórico sobre a correlação entre a antecipação etária e às frustrações parentais, há vasto acervo científico sobre a projeção na psicanálise. Então, os pais projetam às próprias frustrações nos filhos e, por conseguinte, querem que eles sejam excepcionais quando, na verdade, a criança apenas quer e precisa ser criança e só acessar à escola fundamental no momento adequado. Tavis Wade, por exemplo, explica que, em psicologia, a projeção é um mecanismo de defesa no qual os atributos pessoais de determinado indivíduo, sejam pensamentos inaceitáveis ou indesejados, sejam emoções de qualquer espécie, são atribuídos a outra(s) pessoa(s). De acordo com Wade, a projeção psicológica ocorre quando os sentimentos ameaçados ou inaceitáveis de determinada pessoa são reprimidos e, então, projetados em alguém ou algo. Então, o trabalho é nortado pela razão oculta (ou não) dos pais em antecipar seus filhos na escola. Por isso, como base teórica, analiso os aspectos da evolução das fases da infância e dos desejos parentais de fazê-lo, independentemente da vontade ou benefício das crianças. Metodologia: Pesquisa com abordagem qualitativa, objetivo descritivo, em

⁴⁰⁷Acadêmico da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: renato.dias@sou.fcr.edu.br

⁴⁰⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail:neire.mota@fcr.edu.br

conjunto com a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento das fontes que dialogam com objeto, seguido do processo de estudo e a proposta de seleção de leitura. A metodologia será baseada na descrição do problema e trabalhos científicos que já debruçaram sobre o assunto. Em adição, propugno, em pesquisa de campo, trazer depoimentos de casos em que as crianças foram antecipadas no ingresso escolar e os respectivos efeitos psicológicos e suas motivações. Com efeito, será feita uma análise crítica do conteúdo amealhado a fim de proporcionar a conclusão pretendida, ou seja, de que a antecipação da idade de corte das crianças de 6 para 5 anos de idade para acessarem o Ensino Fundamental mostra-se prejudicial a elas sob o ponto de vista psicológico e educacional, bem como que a mola propulsora dessa antecipação possui forte ligação com o instituto da projeção, tão estudado na psicanálise. A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa respeitando os riscos e evidenciando os benefícios com coleta de dados envolvendo os seres humanos. O estudo apresentará a análise de artigos científicos que discorrem sobre a antecipação das crianças no ingresso escolar, com seus efeitos e motivações parentais. A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos, focando em publicações recentes (2019-2024) disponíveis em plataformas de estudos científicos, bem como em obras científicas de renomados autores da psicologia. A projeção psicológica reduz a ansiedade por permitir a expressão de impulsos inconscientes, indesejados ou não, fazendo com que a mente consciente não os reconheça. Um exemplo de tal comportamento pode ser o de culpar determinado indivíduo por um fracasso próprio. Em tal caso, a mente evita o desconforto da admissão latente da falta cometida, mantém os sentimentos no inconsciente e projeta, assim, as falhas em outra pessoa ou algo. Resultados E Discussões: Pesquisa em andamento, resultados no segundo semestre de 2024. Conclusões: A pesquisa ainda não foi concluída.

Palavras-chave: Antecipação etária. Projeção psicológica. Desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

MARMORSTEIN, Naomi R. **"Relations between Anxiety and Substance Use Disorders: an Overview of the Research"**. Behavioral Neurobiology of Anxiety and Its Treatment, 2012.

RAMOS, Lucas; MACHADO, Tainá. **"Transtornos de Ansiedade no Brasil: Uma Visão Geral"**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 41, n. 4, p. 319-328, 2019.

ABUSO SEXUAL: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA OCORRIDA NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA NA VIDA ADULTA

Francisco Joaquim Martins de Sousa⁴⁰⁹
Neire Abreu Mota Porfiro⁴¹⁰

Introdução: A pesquisa visa mostrar que a violência infantojuvenil, especialmente o abuso sexual, tem graves consequências na saúde física e psicológica das vítimas. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), muitas crianças ainda sofrem abusos, frequentemente dentro de casa. Esses abusos resultam em traumas que afetam a saúde mental na vida adulta, como depressão e transtorno do estresse pós-traumático. Dados do 17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 indicam um aumento nos casos de violência sexual contra crianças em 2022, afetando principalmente meninas e crianças negras. O objetivo da pesquisa é analisar as consequências psicológicas do abuso sexual na vida adulta das vítimas, fornecendo evidências para a formulação de políticas públicas e programas de prevenção. Referencial Teórico: O abuso sexual contra crianças e adolescentes é definido pela OMS como o uso de força física, poder ou ameaça para obter gratificação sexual, podendo incluir toques inapropriados, produção de imagens sem roupa ou estupro. Muitas vítimas mantêm silêncio por longos períodos, especialmente quando o abuso ocorre dentro da família, o que dificulta o reconhecimento precoce do problema. As consequências psicossociais são profundas e duradouras, manifestando-se em transtornos emocionais, dificuldades interpessoais e comportamentos de risco na vida adulta. A compreensão dessas repercussões é crucial para a implementação de políticas públicas eficazes de prevenção e suporte às vítimas. Metodologia: A pesquisa consiste em uma revisão sistemática de estudos recentes sobre as consequências do abuso sexual na vida adulta, realizada a partir de artigos científicos e teses/dissertações brasileiras publicados entre 2019 e 2023. Utilizando as plataformas BIREME e BDTD, foram identificados inicialmente 62 artigos, dos quais nove foram selecionados após critérios de exclusão de duplicatas, artigos em inglês e espanhol, além daqueles que não se alinhavam aos objetivos da pesquisa. Após análise dos resumos, 53 artigos foram descartados, resultando em sete artigos completos para leitura integral e análise. Os critérios de inclusão priorizaram estudos que abordassem diretamente o problema de pesquisa e estivessem disponíveis

⁴⁰⁹Acadêmico da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: francisco.sousa@sou.fcr.edu.br

⁴¹⁰Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

na íntegra. Esta revisão se insere na pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, buscando explorar as percepções, experiências e avaliações dos indivíduos afetados pelas sequelas do abuso sexual na vida adulta. Resultados E Discussões: O estudo apresenta uma revisão sistemática de três artigos, uma dissertação e três teses que exploram as repercussões do abuso sexual na vida adulta. A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos de inclusão, focando em publicações recentes (2019-2023) disponíveis nas plataformas BIREME e BDTD. O artigo de Hirschmann et al. (2019) identificou, por meio de revisão sistemática, a associação entre maus-tratos infantis, incluindo o abuso sexual, e comportamentos de risco sexual na idade adulta. Constatou-se que o abuso sexual emerge como um significativo fator de risco para tais comportamentos. Costa et al. (2020) examinaram os impactos da vitimização ao longo da vida no desempenho acadêmico e nas funções executivas de estudantes universitários, revelando uma correlação negativa entre violência por maus-tratos e desempenho acadêmico, além de influências nas funções executivas. O estudo qualitativo de Castro (2021) descreveu as experiências de mulheres vítimas de violência sexual ao longo da vida, destacando estratégias de resiliência como apoio familiar e religiosidade na reconstrução do significado pessoal. A dissertação de Castro (2022) investigou os efeitos de longo prazo do abuso sexual na infância em mulheres adultas, revelando sintomas clínicos e comportamentais significativos, assim como estratégias de resiliência utilizadas para mitigar os impactos negativos. As teses de Diel (2022) e Valério (2023) examinaram longitudinalmente os efeitos dos maus-tratos na infância em comportamentos de risco e uso de substâncias psicoativas na vida adulta, com destaque para diferenças de gênero nas consequências observadas. Por fim, a tese de Pap (2019) abordou a relação entre abuso sexual na infância e problemas de saúde sexual masculina, como disfunção erétil e ejaculação precoce, evidenciando desafios na detecção e tratamento desses casos. Conclusões: O estudo revisou sistematicamente as consequências psicológicas do abuso sexual na vida adulta das vítimas. Foram identificados impactos significativos, incluindo comportamentos de risco, dificuldades acadêmicas, e uso aumentado de substâncias psicoativas. Mulheres frequentemente encontram suporte em redes familiares e religiosas para lidar com esses desafios, enquanto há um estigma significativo em torno do abuso de meninos. As descobertas destacam a necessidade de intervenções sensíveis e políticas públicas eficazes para apoiar as vítimas de abuso sexual desde a infância até a idade adulta.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; Consequências psicológicas; Resiliência em vítimas de abuso.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

COSTA, D. A.; OLIVEIRA, M. G.; ANDRADE, R. S. **Impactos da vitimização ao longo da vida no desempenho acadêmico e funções executivas de estudantes universitários**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 89, p. 30-45, 2020.

CASTRO, J. P. **Efeitos de longo prazo do abuso sexual na infância em mulheres adultas: uma análise qualitativa**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

DIEL, A. F. **Comportamentos de risco e uso de substâncias psicoativas na vida adulta em vítimas de maus-tratos na infância: uma abordagem longitudinal**. *Tese (Doutorado em Psicologia)* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

HIRSCHMANN, S. M.; SILVA, R. M.; SOUZA, V. M. **Associação entre maus-tratos infantis e comportamentos de risco sexual na vida adulta: uma revisão sistemática**. *Revista de Psicologia e Saúde*, v. 11, n. 3, p. 52-67, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Diretrizes para a prevenção e tratamento do abuso sexual infantil**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/.

PAP, A. L. **Abuso sexual infantil e saúde sexual masculina: um estudo sobre disfunção erétil e ejaculação precoce**. *Tese (Doutorado em Medicina)* – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

VALÉRIO, P. C. **Efeitos de maus-tratos na infância em adultos jovens: análise de gênero e comportamentos de risco**. *Tese (Doutorado em Psicologia)* – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2023.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR E DO PSICÓLOGO NO FUTURO CAMPO DE ATUAÇÃO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO ATRAVÉS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Lucineide Monteiro dos Santos⁴¹¹
Neire Abreu Mota Porfiro⁴¹²

Introdução: A orientação profissional tem como objetivo contribuir para o autoconhecimento do indivíduo para em seguida lhes permitir que façam uma escolha madura e coerente com seus interesses e habilidades pessoais, pois quando isso ocorre o indivíduo terá uma maior possibilidade de realizar uma decisão segura em razão das bases de conhecimentos que construiu a respeito de si mesmo, do mundo, e da profissão em que irá seguir. Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre a atuação do professor e do psicólogo no contexto da orientação vocacional com estudantes do terceiro ano do ensino médio, considerando a investigação dos fatores que envolvem o percurso de escolha, a prática docente e a do psicólogo nesse contexto. Referencial Teórico: Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, cerca de 21 milhões de jovens de 15 a 29 anos não concluíram o ensino médio e não escolheram uma profissão, representando um aumento de 341 mil pessoas com relação ao ano anterior. A oferta de orientação profissional nas escolas a torna como um local propício e privilegiado para o desenvolvimento da aprendizagem e da tomada de decisões que devem ser trabalhadas à longo prazo, por meio de uma perspectiva essencialmente preventiva, construindo um projeto de vida e ensinamentos que podem ser aplicados em outras situações que envolvem a tomada de decisões, que exigirá do estudante a busca por uma resposta que nem sempre poderá obter de imediato. Metodologia: A pesquisa consiste em uma revisão sistemática de estudos recentes sobre orientação profissional, realizada a partir de artigos científicos e teses/dissertações brasileiras publicados entre 2018 e 2024. As publicações incluídas neste estudo foram pesquisadas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações, Scientific Electronic Library Onlin-Scielo e Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC com o uso do operador booleano “AND”, com descritores “Orientação Vocacional”, “Ensino Médio”, “Psicologia”, “Professor”. Foram identificados

⁴¹¹Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lucineidemonteirovvh@gmail.com

⁴¹²Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

inicialmente 221 artigos, dos quais 183 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Após leitura do texto integral, 30 artigos foram excluídos, resultando em oito artigos incluídos na pesquisa após análise crítica. Como critérios de inclusão empregou-se o lapso temporal de 2018 a 2024, os critérios de exclusão abrangeram todas as produções que antecedem ao ano de 2018. Resultados E Discussões: Para a obtenção dos resultados relacionados a esta pesquisa foram selecionados 08 (oito) artigos para discutir acerca da contribuição do psicólogo e do professor no processo de orientação profissional, de 2018 a 2024. Silva, Munhoz e Leal (2019) denominam a orientação vocacional como educação em carreira e apontam quatro fases em que essas atividades devem ocorrer, a primeira delas diz respeito introdução dessas atividades de orientação em todas as etapas da educação básica; a segunda o contato com as mais diversas profissões principalmente nos anos finais e o desenvolvimento de habilidades que possibilitem lidar com essa decisão. Enquanto, Pereira e Zanon (2021), acrescenta que a possibilidade da realização de dinâmicas de grupo que enfoquem sobre as opções de escolha, sobre o círculo da vida, questões inerentes à identidade e os valores e pessoas que são de grande influência para a carreira profissional do estudante. Ademais, poderá ainda, dispor de intervenções que estimulem o conhecimento sobre si mesmas. Conclusões: Os estudos apontaram que a orientação profissional é um instrumento para preparar o jovem para a escolha profissional, sendo assim é uma prática de cunho preventivo que ocorre dentro desse contexto para facilitar o processo de decisão, sendo o instrumento de promoção de saúde, pois acolhe, orienta e direciona o adolescente diante do momento de angústia sobre a decisão inerente a escolha profissional. Nesse contexto, constata-se que o professor juntamente com o psicólogo exerce um papel fundamental, visto que ambos podem atuar em conjunto. O professor sendo o profissional que tem mais contato com o aluno. Conclui-se que as intervenções desses profissionais devem priorizar atividades inovadoras e que promovam o interesse engajamento dos estudantes com atividades lúdicas, acolhedoras, grupais e que priorizem a transversalidade, que na prática se resume com o apoio de diversos seguimentos da sociedade, com os profissionais de diferentes campos, família, escola e comunidade para a condução de uma escolha profissional assertiva.

Palavras-chave: Orientação Vocacional. Ensino Médio. Psicologia Educacional

REFERÊNCIAS:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. Brasília: IBGE, 2017.

PEREIRA, J.; ZANON, S. Dinâmicas de grupo na orientação vocacional: uma proposta prática. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 22, n. 1, p. 45-57, 2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO). Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, R.; MUNHOZ, C.; LEAL, F. Educação em carreira: fases da orientação vocacional no ensino básico. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 21, n. 4, p. 102-119, 2019.

PERIÓDICOS ELETRÔNICOS EM PSICOLOGIA (PePSIC). Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES - CAPES. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

O PROFESSOR NÃO INDÍGENA NAS ESCOLAS INDÍGENAS: ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS

Vera Lúcia Fröhlich⁴¹³
Neire Abreu Mota Porfiro⁴¹⁴

Introdução: A pesquisa visa à discussão de aportes científicos acerca do professor não indígena nas escolas indígenas observando as diferenças culturais e os aspectos socioemocionais, por meio do aportes já comprovados em material publicado. A educação escolar indígena no Brasil é caracterizada por um conjunto de particularidades e direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Esses aspectos incluem um ensino intercultural, bilíngue, autônomo, com currículo flexível e escolas localizadas em áreas geograficamente remotas, o que representa um desafio de acesso para muitas comunidades indígenas. Além disso, a educação indígena abrange uma ampla diversidade de povos indígenas em todo o território nacional. O objetivo geral desta pesquisa é investigar o impacto da presença do professor não indígena nas escolas indígenas diante dos desafios e implicações da valorização da cultura e as emoções por meio da revisão sistemática. Referencial Teórico: Brostolin e Cruz (2009; 2010) salientam que a educação tem sido compreendida cada vez mais, isto é, um mecanismo de empoderamento na luta pela garantia de direitos. Devem ser consideradas as distinções culturais na forma de aprender e ensinar, as quais incluem pontos de vista antropológicos até históricos e psicopedagógicos de cada povo. As perspectivas acerca da identidade são debatidas pela Psicologia Social (Deschamps & Moliner, 2009), têm dado minimamente importância às diversas culturas. Ressalta-se a importância de integrar a dimensão cultural à noção de identidade, a fim de abordá-la como objeto psicológico. Os avanços tecnológicos, principalmente a mídia eletrônica e a globalização econômica, conduzem a um processo de interpenetração das fronteiras territoriais e de identidade (Rolnik, 1997). Assim, surgem novas configurações subjetivas, posições de sujeito e processos de identificação, constituídos em práticas sociais (Hall, 2007). Ao situar essa problematização no contexto da educação escolar indígena, é preciso produzir conhecimento sobre as diferenças culturais no âmbito da Psicologia Social. A formação que os professores não indígenas recebem e possuem na maioria das vezes não fornece os instrumentos adequados para se trabalhar em

⁴¹³Acadêmica da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: vera.froehlich@sou.fcr.edu.br

⁴¹⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: neire.mota@fcr.edu.br

diferentes áreas, dessa maneira, os professores muitas vezes têm dificuldade em trabalhar em conjunto nas aldeias e cidades. Posto que, talvez a formação inicial não tenha fornecido informação teórica e metodológica suficiente para que esse professor possa dar aula nos mais diversos locais, seja na cidade, tradicional, rural ou ribeirinha, etc. Salienta-se que a fusão de culturas deve ocorrer em locais diferentes, pois esta é uma recomendação que visa à variação entre variedades, em oposição ao pluralismo. No entanto, grande parte da formação que os falantes não nativos recebem não lhes fornece as ferramentas necessárias para trabalhar em diferentes ambientes, pois muitos professores têm dificuldade em trabalhar com culturas em aldeias e cidades, no entanto, “[...] A formação de professores não pode ser excluída das políticas que visam a melhoria da qualidade do ensino. Portanto, [...] o objetivo da formação deve ser criar e integrar métodos que permitam aos professores alcançarem a independência social e pedagógica” (Freitas, 2007 p.14-15). Metodologia: A pesquisa consistirá em uma revisão sistemática de estudos sobre os aspectos socioemocionais de professores não indígenas nas escolas indígenas, realizada a partir de artigos científicos e teses/dissertações brasileiras publicados entre 2006 e 2024. Utilizando as plataformas Periódico Sucupira, Capes, Scielo, Google acadêmico, revistas e repositórios. Os critérios de inclusão priorizaram estudos que abordassem diretamente o problema de pesquisa e estivessem disponíveis na íntegra. Esta revisão se insere na pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, buscando explorar as percepções e experiências sobre os aspectos socioemocionais de professores não indígenas nas escolas indígenas. Resultados E Discussões: Todos os resultados e discussão serão apresentados no segundo semestre de 2024. Conclusões: As conclusões serão feitas a partir dos resultados do fechamento da pesquisa no segundo semestre de 2024.

Palavras-chave: Educação escolar indígena. Professor não indígena. Aspectos socioemocionais.

REFERÊNCIAS:

BROSTOLIN, C.; CRUZ, M. G. Educação, cultura e empoderamento: reflexões sobre as políticas educacionais e a formação docente em contextos indígenas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 101-120, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília:

Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **Psicologia Social: perspectivas contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, L. C. **A formação de professores para a educação básica: políticas e desafios**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 12-30, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO). Disponível em:
<https://www.scielo.org/>.

SUCUPIRA, Periódico CAPES. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO DOS GESTORES ESPORTIVOS DE SECRETARIAS, FEDERAÇÕES, LIGAS E AGREMIações DE PORTO VELHO SOBRE OS MEIOS LEGAIS DE INCENTIVO AO ESPORTE

Breno Azevedo Lima⁴¹⁵
Rachel Midori Codá Miyai⁴¹⁶

INTRODUÇÃO: A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) é crucial para o desenvolvimento esportivo no Brasil, facilitando investimentos de pessoas físicas e jurídicas em projetos esportivos. A efetiva compreensão e aplicação dessa legislação pelos gestores são fundamentais para maximizar seus benefícios na implantação e implementação de projetos para o fortalecimento da prática esportiva em Porto Velho/RO. O presente estudo visa diagnosticar os gestores esportivos de secretarias, federações, ligas e agremiações esportivas de Porto Velho/RO. Mais especificamente, conduzir uma análise aprofundada sobre o nível de conhecimento sobre a Lei de Incentivo ao Esporte e o seu impacto na implantação e implementação de projetos para o fortalecimento da prática esportiva em Porto Velho/RO. **MÉTODO:** Adotou-se uma abordagem descritiva quanti-quali abrangendo gestores esportivos de secretarias, federações, ligas e agremiações esportivas em Porto Velho/RO, destes, foram contatadas 60 e 19 participaram efetivamente, representando 30% da população. Foi utilizado um questionário semiestruturado, via Google Forms, com 25 perguntas distribuídas em 4 blocos: dados pessoais, estratégias de financiamento, entendimento da LIE, e avaliação e demandas. Para assegurar a confidencialidade, os gestores foram identificados por codinomes como "Gestor A, Gestor B". Os dados foram analisados quantitativamente (percentagens) e qualitativamente (interpretação das respostas), integrando insights da literatura existente. **PRINCIPAIS RESULTADOS E ANÁLISE:** Os resultados da pesquisa com os gestores revelaram inconsistências significativas nos registros dos gestores esportivos de Porto Velho, dificultando a identificação e o contato. O perfil dos gestores mostra uma predominância masculina (73,7%), faixa etária entre 35 a 54 anos, e maioria com ensino superior completo (89,5%). A maioria atua no Terceiro Setor (52,6%), seguido pelo Primeiro Setor (26,3%) e Segundo Setor (21,1%). O desporto educacional (36,8%) é a manifestação de desporto mais representativa, seguido pelo

⁴¹⁵Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Dr. em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: breno.lima@fcr.edu.br

⁴¹⁶Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: rachel.miyai@sou.fcr.edu.br

desporto de rendimento e participação, sendo futebol e vôlei (31,6% cada) as modalidades mais gerenciadas. No setor público, emendas parlamentares (31,6%) e convênios (21,1%) são as fontes de fomento mais comuns, enquanto no setor privado sem fins lucrativos predominam patrocínios empresariais (57,9%) e doações (47,4%). O conhecimento sobre a Lei de Incentivo ao Esporte é limitado, com apenas 15,8% dos gestores familiarizados integralmente. As principais barreiras incluem falta de divulgação (52,6%), dificuldade de acesso à informação (52,6%) e complexidade burocrática (47,4%).

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os dados revelam inconsistências nos registros, destacando a falta de atualização e a desconexão entre federações e órgãos reguladores. A predominância masculina nos cargos de gestão destaca a baixa representatividade feminina. Apesar do potencial dos gestores em aspectos técnicos e legislativos, sua qualificação acadêmica é insuficiente para interpretação das leis, indicando a necessidade de formação específica e capacitação contínua. O Terceiro Setor é dominante, enquanto o Segundo Setor tem oportunidades significativas para expansão. A diversidade de modalidades gerenciadas mostra a importância de uma gestão esportiva abrangente, focando tanto em esportes populares como futebol e vôlei quanto em modalidades emergentes. O esporte educacional é prioritário, refletindo o compromisso com a formação esportiva de base. A dependência de patrocínios e apoio empresarial destaca a necessidade de estratégias robustas de captação de recursos. Conclui-se que o desconhecimento integral das leis de incentivo ao esporte prejudica as iniciativas esportivas em Porto Velho. A falta de divulgação adequada e a complexidade burocrática são obstáculos significativos para sua implementação, indicando a necessidade de maior acesso à informação para captação de recursos. Recomenda-se a educação contínua e a colaboração entre entidades para melhorar a implementação das práticas esportivas, promovendo e fomentando o esporte no Município.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Lei no 11.438 de 29 de dezembro de 2006. Brasília: 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438compilado.htm.

Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Lei no 14.597, de 14 de junho de 2023, Brasília: 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

DIGNIDADE MENSTRUAL: DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E PROMOVENDO A SAÚDE FEMININA PROMOVENDO A SAÚDE FEMININA

Carolina Simões Correia⁴¹⁷
Vanessa Araújo de Oliveira⁴¹⁸
Michele Regina Fernandes dos Santos⁴¹⁹
Lísis Jasmin Silva de Melo⁴²⁰
Fernanda de Assis Bastos⁴²¹

Introdução: A questão da dignidade menstrual é crucial, pois trata-se do direito das pessoas que menstruam - sejam meninas, mulheres, homens trans ou pessoas não binárias - de atravessarem esse período com segurança e acesso a condições básicas de cuidado e higiene. Nesse contexto, este projeto de extensão tem como objetivo promover ações educacionais com meninas adolescentes, na cidade de Porto Velho/RO, tendo como propósito desmistificar tabus relacionados à menstruação e, ao mesmo tempo, apresentar os direitos que lhes são garantidos. Referencial teórico: No dia 28 de maio, é celebrado o Dia Internacional da Dignidade Menstrual. Embora a menstruação seja um fenômeno biológico natural e saudável, ainda há milhões de pessoas que menstruam que não têm acesso a itens básicos de higiene menstrual. A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2014, já reconheceu o direito à higiene menstrual como uma questão de saúde pública e de direitos humanos (BRASIL, 2022). No Brasil, foi criado o Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023, Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, tendo como objetivos: I - combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários no período da menstruação ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição; II - garantir os cuidados básicos de saúde e desenvolver os meios para a inclusão das pessoas que menstruam, em ações e programas de proteção à saúde e à dignidade menstrual; e III - promover a dignidade menstrual. No contexto do município de Porto Velho temos a Lei nº 2.849 de 21 de agosto de 2021, que dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos na rede municipal da educação e saúde, garantindo às adolescentes e mulheres a distribuição gratuita de absorventes

⁴¹⁷Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

⁴¹⁸Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: vanessa.oliveira@sou.fcr.edu.br

⁴¹⁹Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: michele.santos@sou.fcr.edu.br

⁴²⁰Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: lisis.melo@sou.fcr.edu.br

⁴²¹Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: fernanda.bastos@sou.fcr.edu.br

higiênicos no sistema municipal de saúde e na rede municipal de ensino. Metodologia: O projeto tem como estratégia de aplicação, junto às meninas adolescentes: i. campanha de coleta de absorventes; ii. roda de conversa, realizada por enfermeira, tendo como objetivo: compreender melhor seu próprio corpo; entender o ciclo menstrual e aprender práticas saudáveis de higiene menstrual; iii. roda de conversa, realizada pela equipe do projeto, tendo como objetivo: apresentar os direitos que lhe são garantidos, como acesso a produtos menstruais adequados, apoio emocional, e a garantia de dignidade menstrual em ambientes escolares e sociais. Resultados e discussões: A dignidade menstrual é uma pauta social latente, visto que acarreta repercussões sociais e psicológicas. No que tange a pobreza menstrual, esta compromete questões de higiene, o que pode significar uma fragilidade para a saúde de quem menstrua. Um estudo lançado em maio de 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) levantou que 4 milhões de meninas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas e 713 mil meninas vivem em lares sem banheiro ou chuveiro no Brasil (BRASIL, 2022). Conclusões: A falta de conhecimento, insumos ou infraestrutura necessários para vivenciar a menstruação de modo digno é chamada de pobreza menstrual. O governo federal, em articulação com os entes federativos, têm garantido, por meio de políticas públicas, às pessoas em situação de vulnerabilidade social extrema, os direitos no que tange a dignidade menstrual. Contudo, a eficácia desses direitos é frágil, tendo em vista a ausência de divulgação em massa e o reduzido acesso do público-alvo. Resultados e Discussões: A dignidade menstrual é uma pauta social latente, visto que acarreta repercussões sociais e psicológicas. No que tange a pobreza menstrual, esta compromete questões de higiene, o que pode significar uma fragilidade para a saúde de quem menstrua. Um estudo lançado em maio de 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) levantou que 4 milhões de meninas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas e 713 mil meninas vivem em lares sem banheiro ou chuveiro no Brasil (BRASIL, 2022). Conclusões: A falta de conhecimento, insumos ou infraestrutura necessários para vivenciar a menstruação de modo digno é chamada de pobreza menstrual. O governo federal, em articulação com os entes federativos, têm garantido, por meio de políticas públicas, às pessoas em situação de vulnerabilidade social extrema, os direitos no que tange a dignidade menstrual. Contudo, a eficácia desses direitos é frágil, tendo em vista a ausência de divulgação em

massa e o reduzido acesso do público-alvo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. UNICEF. Dignidade menstrual, um direito urgente. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/dignidade-menstrual-um-direito-urgente>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

**CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO BULLYING: ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO LUIZ –
EEEFM SÃO LUIZ**

**Katuo Okabayashi⁴²²
Olivia Chilen Silva e Silva⁴²³
Carolina Simões Correia⁴²⁴**

INTRODUÇÃO: Muitas pessoas continuam confundindo o bullying com brincadeiras. Inclusive, boa parte dos agressores (pessoas que praticam o bullying), alega que a prática do bullying é divertida, ou engraçada (FONSECA, et al, 2017). Desse modo, há diversas situações em que o bullying não tem sido reconhecido como algo grave e que precisa ser combatido (SILVA, et al 2017). É válido esclarecer que não são todas as ocasiões de conflito, ou de conduta disruptiva, ou de indisciplina que configura um ato de bullying (VENTURA; VICO; VENTURA, 2016). **MÉTODO:** Em um primeiro momento foi necessário realizar um levantamento acerca das possibilidades de aplicação do projeto de extensão. Em seguida, traçamos um perfil do público que será atendido, ou seja, é preciso considerar a especificidade do estudante escolhido, ara que seja atendido em sua singularidade. Este levantamento foi realizado por meio de contato inicial com a direção das escolas de ensino fundamental, que pudesse oferecer espaço para executar o projeto de extensão. **METODOLOGIA:** Procuramos o primeiro contato para definir o público alvo, a fim de apresentar. Foi necessário obter autorização da direção da instituição educacional, para podermos fazer a divulgação do projeto inclusive, diretamente com o público alvo, após obter permissão da direção da escola EEEFM São Luiz. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Luiz – EEEFM São Luiz, colocou a disposição equipamento para exibição de slides, inclusive com caixa de som e microfone para apresentar os principais pontos sobre bullying no ambiente escolar. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A aprendizagem e o processo que envolve o ensino-aprendizagem são temas que despertam a vontade de conhece-los com maior profundidade numa esfera que se distancia do conhecimento popular, pois muito se tem discutido sobre às deficiências encontradas nos discentes e a necessidade de adaptação entre professores e alunos no processo de aprendizagem. Especificamente ao tema proposto no projeto de extensão, a turma escolhida foi, em junho de 2024, na

⁴²²Acadêmico de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:

⁴²³Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:

⁴²⁴Docente da Faculdade Católica de Rondônia. Ma. em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: carolina.correia@fcr.edu.br

turma de EJA da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Luiz, na cidade de Porto Velho, no bairro JK II. CONCLUSÕES: Tratou-se de um projeto de extensão da disciplina de Direitos Humanos, cientificamente relevante tendo em vista a necessidade de trabalhar ações que possibilitem o fortalecimento de relações saudáveis nas escolas a fim de minimizar os efeitos da violência no âmbito escolar. E, em se tratando de trabalho voltado à Direitos Humanos, os resultados não serão observados de imediato, mas sim ao longo de um período que os alunos estão estudando. Aos alunos foi proporcionada a oportunidade de compreender melhor o tema sobre bullying no ambiente escolar, internalizado o seu conteúdo apresentado, a partir de então, poder aprimorar e aplicar diariamente em suas ações o que foi aprendido.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS PRESOS: EFEITO PÓS CÁRCERE E A ATUAÇÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - GMF-RO

Elizabeth Lucas de Amorim⁴²⁵

Thiago da Silva Viana⁴²⁶

Introdução: A violação dos direitos dos presos é uma questão central que impacta significativamente a reintegração desses indivíduos na sociedade após o período de encarceramento. Muitos enfrentam condições desumanas e constantes desrespeitos aos seus direitos fundamentais ao retornarem à liberdade. A superlotação carcerária, em particular, cria um ambiente propício para a violência e a disseminação de doenças, perpetuando um ciclo de marginalização. É imperativo que todos os cidadãos sejam tratados com dignidade e respeito, conforme preconizado pela Constituição de 1988. Referencial Teórico: Guilherme de Souza Nucci enfatiza a necessidade de uma abordagem mais humanitária no sistema prisional, favorecendo penas alternativas e melhorando as condições carcerárias para promover a ressocialização. Ana Paula Souza destaca os impactos negativos da superlotação carcerária nos direitos dos presos, evidenciando condições desumanas que comprometem gravemente sua integridade física e moral. Metodologia: Para investigar a persistência da violação de direitos no sistema carcerário brasileiro, este estudo se baseou na análise documental do Relatório de Gestão 2023 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, bem como em diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para a efetivação dos direitos humanos no sistema prisional. Resultados e Discussões: Os resultados indicam que o GMF/TJRO desempenha um papel crucial na monitorização e fiscalização do sistema carcerário, promovendo a reinserção social dos detentos. No entanto, a realidade das prisões brasileiras revela uma desconexão entre os avanços legislativos e a prática, onde as condições precárias persistem e comprometem os direitos humanos. Conclusões: Segundo pensamento de Foucault e de Nucci essencial implementar medidas efetivas para garantir condições dignas no cumprimento das penas, respeitando os direitos fundamentais dos detentos. A revisão e reforma do sistema prisional são urgentes para promover a ressocialização e a justiça social, alinhando-se aos princípios

⁴²⁵ Acadêmica de Direito da Faculdade Católica de Rondônia.

⁴²⁶ Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: thiago.viana@fcr.edu.br

constitucionais de dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Fazendo Justiça. Departamento de Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foucault, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

FRAGOSO, José Carlos. Direitos humanos e o sistema penitenciário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. "A humanização do sistema penitenciário". In: Reforma do sistema penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

SOUZA, Ana Paula. "Impacto da superlotação carcerária nos direitos dos presos". In: Revista de Direito Penal, vol. 45, n° 2, p. 67-82, 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO). Relatório de Gestão 2023 do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas. Disponível em: <www.tjro.jus.br/images/gmf/relatorios/RELATORIO%20DE%20GEST%C3%83O%202023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TIPIFICAÇÃO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL: DISCUSSÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Alisson Gleike Moraes Junior⁴²⁷
Gustavo do Nascimento Santana⁴²⁸

Introdução: A digitalização crescente das interações sociais levou ao surgimento de novas formas de crimes, como o estupro virtual. Este fenômeno levanta questões significativas no direito penal, particularmente sobre se a violência sexual transmitida por meio da internet pode ser considerada um estupro legalmente. A principal hipótese da pesquisa é que, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Penal Brasileiro e pela Lei no 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann), a violência sexual que ocorre online pode ser considerada estupro. O estudo investiga a frequência da violência sexual online e se as leis atuais são suficientes para lidar com esse tipo de violência.

Metodologia: A pesquisa utiliza uma abordagem dedutiva baseada em uma revisão abrangente da literatura. Isso inclui a coleta e análise de dados de documentos legais, jurisprudência, legislação e decisões judiciais. O material teórico inclui artigos científicos, teses, dissertações e livros doutrinários sobre a violência sexual e as consequências legais.

Análise e Discussão: O Princípio da Legalidade: O princípio da legalidade, expresso no art. 5º, inciso XXXIX da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal Brasileiro, afirma que um crime não pode ser cometido sem uma lei prévia que o determine. Este princípio é essencial para garantir que uma ação só pode ser considerada crime se a lei a definir assim. Rogério Greco afirma que uma ação é considerada lícita desde que não seja classificada como crime pela lei. Nilo Batista enfatiza que este princípio surgiu com a revolução burguesa, enfatizando a importância de definir claramente as condutas proibidas para garantir a segurança jurídica e a liberdade individual.

Funções do Princípio da Legalidade:

1. Proibição de Incriminações Vagas e Indeterminadas: As leis devem ser claras e precisas para que todos saibam o que é considerado crime. A utilização de termos indefinidos e vagos pode resultar em várias interpretações, ameaçando a segurança jurídica.
2. É proibido usar analogia para criar crimes quando prejudica o réu. Salvo em benefício do réu, a lei penal não pode ser interpretada por semelhança para ampliar a definição dos crimes.
3. Proibição da Criação de Crimes e Penas pelo Costume: Apenas leis escritas,

⁴²⁷Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail:

⁴²⁸Docente da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: gustavo.nascimento@fcr.edu.br

promulgadas pelo poder legislativo, podem criar crimes e penas. A prática reiterada de ações não constitui crime sem uma previsão legal. 4. O direito penal não pode retroagir para punir atos ocorridos antes de sua vigência, exceto se for em benefício do réu.

Estupro Virtual e o Princípio da Legalidade: A violência ou grave ameaça descrita no artigo 213 do Código Penal deve ser adaptada a um contexto virtual para que o estupro virtual seja considerado crime. A base para essa modificação é a Lei no 12.737/2012, que trata dos crimes cibernéticos. Para proteger as vítimas e responsabilizar os agressores, é fundamental reconhecer o estupro virtual como crime.

Função de Proibir Incriminações Vagas e Indeterminadas: Para evitar interpretações divergentes, o termo estupro virtual deve ser definido claramente. A lei deve definir claramente o que é considerado violência ou ameaça grave no ambiente virtual.

Função de Proibir o Emprego de Analogia: A menos que seja em benefício do réu, a analogia não pode ampliar a definição de estupro para incluir o ambiente virtual. Os atos que configuram estupro virtual devem ser explicitamente previstos pela lei.

Função de Proibir a Criação de Crimes e Penas pelo Costume: Só as leis escritas podem tipificar o estupro virtual, pois os costumes não podem produzir crimes. A lei deve mudar para se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas.

Função de Proibir a Retroatividade da Lei Penal: Exceto se beneficiar o réu, a lei que tipifica o estupro virtual se aplica apenas a fatos ocorridos após sua entrada em vigor.

Conclusão: A pesquisa concluiu que, desde que as leis sejam alteradas para incluir a violência e as ameaças graves em ambientes virtuais, é possível configurar o crime de estupro em meio virtual sem violar o princípio da legalidade. É necessário alterar o direito penal para proteger as vítimas e responsabilizar os agressores, mantendo o direito penal em linha com as mudanças sociais e tecnológicas.

Palavras-chave: Princípio da Legalidade; Estupro; Tipicidade; Estupro Virtual.



Porto Velho - RO
2024

